

DIÁLOGOS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS 2024.1

Publicação em 2025



**Cleber Soares de Brito
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire
(Organizadores)**

ISBN: 978-65-5825-247-4

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2024.1

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire
Cleber Soares de Brito
(Organizadores)

Centro Universitário UNIESP

CABEDELO
2025



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editor-assistente

Karelline Izaltemberg Vasconcelos Rosenstock

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmento – Estética

Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura

Arlindo Monteiro de Carvalho Júnior – Medicina

Aristides Medeiros Leite – Medicina

Carlos Fernando de Mello Júnior – Medicina

Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda

Érika Lira de Oliveira – Odontologia

Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia

Patrícia Tavares de Lima – Enfermagem

Marcel Silva Luz – Direito

Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia

Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores

Luciano de Santana Medeiros – Administração

Marcelo Fernandes de Sousa – Computação

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis

Márcio de Lima Coutinho – Psicologia

Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária

Giuseppe Cavalcanti de Vasconcelos – Engenharia

Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física

Sandra Suely de Lima Costa Martins – Fisioterapia

Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2025 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)

D537 Diálogos Científicos em Ciências Contábeis 2024.1 [recurso eletrônico] /
Organizadores, Thyago Henrique de Oliveira Madruga Freire, Cleber
Soares de Brito. - Cabedelo, PB : Editora UNIESP, 2025.

270 p.

Tipo de Suporte: E-book

ISBN: 978-65-5825-247-4 (Digital)

1. Produção científica – Ciência Contábeis. 2. Contabilidade -
Interdisciplinaridade. 3. Diálogos – Conhecimento científico. I. Título. II.
Freire, Thyago Henrique de Oliveira Madruga. III. Brito, Cleber Soares de.

CDU : 001.891:657

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,

Bloco Central – 2 andar – COOPERE

Morada Nova – Cabedelo – Paraíba

CEP: 58109 - 303

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	06
1	AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS CONTÁBEIS PARA GANHO DE PRODUTIVIDADE EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DE JOÃO PESSOA – PB - Adyel Fernandes Monteiro de Oliveira e Ricardo da Silva Pereira	07
2	A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL NA GESTÃO CONDOMINIAL – UM ESTUDO DE CASO COM OS SÍNDICOS DE UMA ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS EM JOÃO PESSOA - Amanda Karoline Pereira do Nascimento e Ricardo da Silva Pereira	35
3	A UTILIZAÇÃO DA DEPARTAMENTALIZAÇÃO DOS CUSTOS PARA FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA EM UMA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LOCALIZADA EM CABEDELO-PB - ESTUDO DE CASO - Dayana Kimberly de Medeiros Ferreira e Ricardo da Silva Pereira	67
4	UMA ANÁLISE DE INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS EM UMA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E EM UMA SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL - Emir Emanuel Taurino Ribeiro e Rafael Batista Pereira de Oliveira	100
5	PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA: EFICIÊNCIA DO SETOR DE CÁLCULOS JUDICIAIS DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA (PGE-PB) - Kennedy Matheus Ideião Guimarães e Tatiana Falcão De Souza Fernandes.....	132
6	A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES PARA OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO SETOR CONTÁBIL EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DE JOÃO PESSOA – PB - Leomar Ugulino da Costa e Ricardo da Silva Pereira.....	165
7	OS IMPACTOS DA CONTABILIDADE 4.0 NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO CONTÁBIL – UMA PESQUISA REALIZADA ENTRE OS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA - Milena Rodrigues Santos e Anderson Barros Santos	194
8	A CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA ORÇAMENTÁRIO DA PREFEITURA DE PILÕEZINHOS-PB - Renata Regis dos Santos e Ricardo da Silva Pereira	215
9	REQUISITOS PARA ATUAÇÃO NO MERCADO DO PERITO CONTÁBIL TRABALHISTA DA 13ª REGIÃO DO TRT - Renata Santos do Nascimento, Tatiana Falcão de Souza Fernandes e Cleber Soares de Brito	243
10	VIABILIDADE ECONÔMICA DA CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA DE TRANSPORTE NA PARAÍBA: ANÁLISE EMPÍRICA E ESTRATÉGICA - Thayrone Fonseca e Teófilo Augusto da Silva Soares	280
11	COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR: UM LEVANTAMENTO DE DADOS COM MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO MUNICÍPIO DE MARI-PB - Wellington da Silva Belo e Mayra Cinara Tabosa Amorim	310

APRESENTAÇÃO

O primeiro semestre do ano de 2024 trás mais uma edição de artigos científicos da Coordenação de Ciências Contábeis, reforçando nosso comprometimento no compartilhamento de conhecimento no meio acadêmico.

Buscando cumprir as regras na elaboração de seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), apresentamos artigos em diversas frentes da área da contabilidade, demonstrando nossa competência no desenvolvimento da pesquisa científica.

O desenvolvimento das pesquisas abordou diversas correntes teóricas, sem a necessidade de aderir obrigatoriamente a uma única linha doutrinária ou técnica.

Os e-books produzidos tem como objetivo dar publicidade ao que vem sendo produzido pelos alunos de Ciências Contábeis, instigando o leitor a refletir sobre a disseminação do conhecimento e as experiências resultantes dos diálogos entre pesquisadores, profissionais e estudantes de graduação em Ciências Contábeis.

É com imenso prazer que o curso de Ciências Contábeis do UNIESP vem divulgar, por meio desta publicação, a produção de seus alunos, incentivando a formação de um pensamento acadêmico e sistemático, sob a orientação e expertise dos docentes nas diversas áreas da Contabilidade, tais como: Automação dos Processos Contábeis, Contabilidade Gerencial na Gestão Condominial, Departamentalização dos Custos para Formação do Preço de Venda, Perícia Contábil Trabalhista, Análise de Indicadores Economico-Financeiros, Utilização de Softwares para Otimização dos Processos do Setor Contábil, Contabilidade 4.0 no Exercício da Profissão Contábil, Contabilidade no Setor Público, Empreendedorismo.

Nesta edição, foram elaboradas 11 produções acadêmicas no "Diálogos Científicos em Ciências Contábeis", com a satisfação de proporcionar o acesso ao conhecimento construído pelos discentes, pois acreditamos que o saber deve ser compartilhado.

Desejamos a todos uma excelente e proveitosa leitura!

AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS CONTÁBEIS PARA GANHO DE PRODUTIVIDADE EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DE JOÃO PESSOA - PB

Adyel Fernandes Monteiro de Oliveira¹
Ricardo da Silva Pereira²

RESUMO

No complexo mundo dos negócios, a Contabilidade se torna uma bússola para o empresário, onde esta vai guiá-lo com segurança e precisão pelas complicadas leis e obrigações fiscais. Ao investir em automação, o profissional da Contabilidade poderá finalmente assumir o papel de consultor estratégico que as empresas tanto necessitam. Sendo assim o objetivo geral desse artigo é demonstrar como a Amorim Assessoria Contábil e Empresarial LTDA registrou o ganho de produtividade através da automação dos seus processos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, para dar suporte a um estudo de caso, onde a coleta de dados foi efetuada através de uma entrevista semiestruturada, com aplicação de um questionário com o principal gestor do empreendimento. Como resultado foi verificado que, a automação dos processos contribuiu com o ganho de produtividade e outros benefícios tais como: redução dos erros humanos em processos executados anteriormente de forma manual e otimização do tempo durante a execução de diversas tarefas. Contribuindo assim, para melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados pelo escritório de contabilidade.

Palavras-chave: Automação. Processos contábeis. Produtividade.

ABSTRACT

In the business world, Accounting becomes a compass for the entrepreneur, where it will guide him safely and accurately through complicated tax laws and obligations. By investing in automation, the Accounting professional will finally be able to assume the role of strategic consultant that companies emphasize so much. Therefore, the general objective of this article is to demonstrate how Amorim Assessoria Contábil e Empresarial LTDA recorded productivity gains through the automation of its processes. This is a bibliographical research, to support a case study, where data collection was carried out through a semi-structured interview, with the application of a questionnaire with the main manager of the enterprise. It is concluded that process automation contributes to productivity gains and other benefits such as: reducing human errors in processes previously performed manually and optimizing time during

¹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis Adyel Fernandes Monteiro de Oliveira E-mail: adyelfernandespb@gmail.com

² Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Especialização em Contabilidade pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira Centro Universitário UNIESP; E-mail: Ricardo.pereira.jp4@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3654413560555402>

the execution of various tasks, thus contributing to continuous improvement of quality of services provided by the office.

Keywords: Automation. Accounting processes. Productivity.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade surgiu para atender à necessidade de controle do patrimônio. Seu surgimento se deu de forma básica, porém evoluiu com os avanços econômicos das civilizações, tornando-se fundamental para as organizações. A globalização abriu as portas para novas e variadas demandas no ambiente contábil, passando a exigir uma postura mais arrojada e proativa dos profissionais (BUGARIM; OLIVEIRA, 2014).

O desenvolvimento das teorias contábeis está, na maioria das vezes, diretamente ligado ao desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades e nações (IUDICIBUS, 2015). “A contabilidade surgiu com a civilização, e nunca irá deixar de existir em decorrência dela; talvez por isso, quase sempre, seus progressos coincidam com aqueles que caracterizam a evolução do homem” (SÁ, 1997, p.16).

A evolução e transformação da tecnologia e da organização das sociedades são as responsáveis pelo desencadeamento das revoluções industriais. A primeira revolução, iniciada em 1760, se caracteriza pela substituição gradativa dos métodos, predominantemente, artesanais por máquinas e pela exploração do carvão como uma energia alternativa à madeira. Ademais, o surgimento da máquina a vapor e o início do desenvolvimento do pensamento econômico liberal tipificam o que foi a considerada a 1ª revolução industrial ou indústria 1.0 (COELHO, 2016).

No complexo mundo dos negócios, a Contabilidade se torna uma bússola para o empresário, servindo de guia com segurança e precisão pelas complicadas leis e obrigações fiscais. Mais do que uma mera ciência, a Contabilidade é a arte de mapear o patrimônio da sua empresa, desvendando sua saúde financeira em detalhes (MARCELO, 2010).

Apesar desse papel crucial que desempenha, muitos profissionais da Contabilidade ainda se encontram submersos em rotinas manuais e trabalhos

repetitivos. Essa realidade limita a exploração do seu potencial estratégico, que reside na capacidade de atuar como consultor e parceiros, dos seus clientes.

A automação surge para libertar o profissional de Contabilidade das tarefas repetitivas, através da implementação de ferramentas tecnológicas avançadas. Tarefas como lançamentos, conciliação bancária e geração de relatórios podem ser automatizadas, liberando tempo para atividades mais estratégicas.

Ao investir em automação o profissional de Contabilidade poderá finalmente assumir o papel de consultor estratégico que as empresas tanto necessitam essa transformação trará benefícios para todos os envolvidos, por exemplo: redução da necessidade de mão de obra, eliminação de erros humanos, diminuição do tempo gasto com tarefas manuais, agilidade nos processos, maior organização e controle, e eficácia na tomada de decisões.

A era digital redefine o novo panorama da Contabilidade. Automação, softwares inovadores e ferramentas disruptivas reconfiguram o cenário, exigindo adaptação e visão estratégica.

Especialistas como Andrade e Mehlecke (2020) alertam para a necessidade de viabilizar, em termos financeiros e operacionais, a readaptação das rotinas contábeis. Novos hábitos e a aceitação da Contabilidade digital são essenciais para navegar nesse novo mar de oportunidades.

Breda (2019) reforça essa visão, destacando a Contabilidade como um sistema de informação crucial para a gestão empresarial. O desafio reside na preparação para assumir esse novo papel, aproveitando as ferramentas digitais para otimizar processos, agregar valor e impulsionar o crescimento dos negócios.

A escolha do tema se justifica pela necessidade de aprofundamento do conhecimento do tema ao relacioná-lo com a melhoria dos resultados operacionais apresentados pelos escritórios de contabilidade. Como funcionário integrante de uma equipe de um escritório de contabilidade, percebo que a automação dos processos contábeis tem me ajudado otimizar meu tempo e assim fazer o envio das declarações dentro do prazo legal e me concentrar em tarefas mais estratégicas como análise das informações e tomada de decisão.

Adaptar-se à era digital da Contabilidade não é apenas uma opção, mas sim uma necessidade imperiosa para o sucesso. Nesse contexto, o presente estudo

buscará responder ao seguinte questionamento: **Como o escritório de contabilidade Amorim Assessoria Contábil e Empresarial LTDA, localizado em João Pessoa – PB registrou o ganho de produtividade através da automação dos seus processos?**

Levando-se em consideração os processos, segundo Chiavenato (2003), contextualiza estes como a forma pela qual um conjunto de atividades cria, trabalha, ou transforma insumos (entradas), agregando-lhes valor, com a finalidade, de produzir Bens e Serviços, com qualidade, para serem entregues a clientes (saídas) sejam eles internos ou externos.

De acordo com Moreira (2021), a modernização na esfera contábil tornou-se essencial não apenas para manter os profissionais atualizados em relação às tendências tecnológicas, mas também para assegurar que as empresas prestadoras de serviços contábeis se tornassem mais eficazes e seguras no gerenciamento e na transmissão de dados.

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é demonstrar como o escritório de contabilidade Amorim Assessoria Contábil e Empresarial LTDA localizado em João Pessoa – PB registrou o ganho de produtividade através da automação dos seus processos. Já como objetivos específicos o presente estudo irá abordar o mercado de escritórios de contabilidade no Brasil, demonstrar a composição da estrutura organizacional de um escritório de contabilidade; conceituar processos e produtividade; Identificar as principais ferramentas tecnológicas utilizadas pelos escritórios de contabilidade, demonstrar um processo beneficiado como ganho de produtividade através da utilização de uma ferramenta de tecnologia implantada pelo escritório objeto deste estudo.

Essa pesquisa visa contribuir socialmente com o mercado dos escritórios de contabilidade para que esses passem a investir mais em ferramentas tecnológicas para obterem ganhos de produtividade e se manterem firmes no mercado. Já para o meio acadêmico servirá como referência para futuros estudos que visem aprofundamento sobre o tema em questão.

A disposição da metodologia utilizada, classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que a fonte do referencial teórico serão livros, revistas, periódicos, artigos, sites, etc. O procedimento técnico para responder o problema de

pesquisa foi utilizado um estudo de caso realizado no escritório de contabilidade Amorim Assessoria Contábil e Empresarial LTDA localizado em João Pessoa – PB. A metodologia aqui utilizada para coleta dos dados foi através da realização de uma entrevista semiestruturada com aplicação de um questionário direcionado ao principal gestor da empresa.

O artigo apresenta uma estrutura dividida em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento e discussão de dados (estudo de caso) e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MERCADO DE ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Segundo Roit (2021), o mercado contábil brasileiro é amplo e diversificado, com diferentes tamanhos e formatos de escritórios para atender as mais diferentes empresas do Brasil.

O cenário dos escritórios contábeis é diferente, com taxa de sobrevivência muito maior: menos de 9% possuem menos de 2 anos, enquanto mais de 60% possuem mais de 5 anos! Foi encontrado mais de 84 mil escritórios em todo Brasil, quando consultado a base de dados da Receita Federal na busca por empresas com atividades de contabilidade em seu CNAE.

No entanto, o que chama atenção no Gráfico 1 abaixo, é a divergência que existe entre os números disponíveis na Receita Federal e os números divulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade. 158 Bilhões de potencial de faturamento. 109.203 MEI das quais mais de 38 mil empresas não estão registradas no CFC, contrariando a Resolução CFC nº 1.555, que dispõe sobre o registro obrigatório.

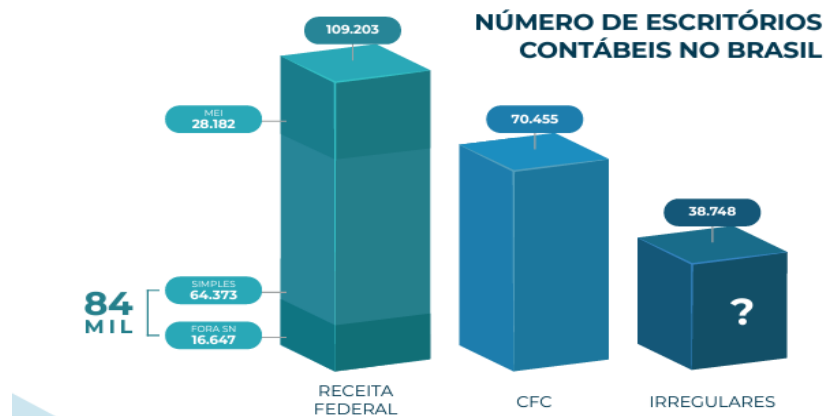


Gráfico 1: Número de Escritórios no Brasil
Fonte: Ebook Mercado Contábil – ROIT (2021).

Por meio do Gráfico 2, será demonstrado o perfil etário dos escritórios, onde são dos mais variados, possuindo de 0,5% em menos de 2 anos até 3,07% acima de 31 a 40 anos.

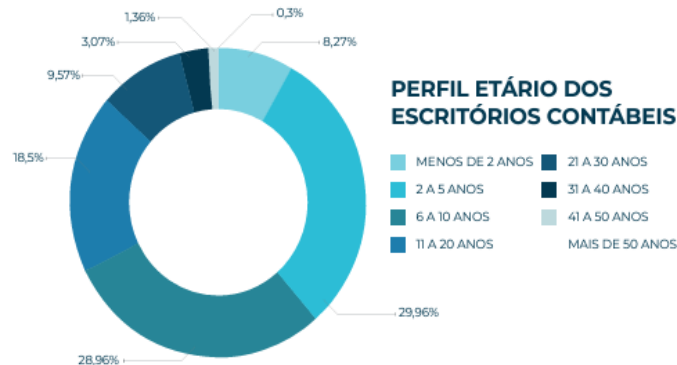


Gráfico 2: Perfil Etário dos Escritórios Contábeis
Fonte: Ebook Mercado Contábil – ROIT (2021).

Existem escritórios contábeis espalhados por todos os estados brasileiros. No entanto, há uma grande concentração no Sudeste e Sul, que representam mais de 50% do total. Apenas 20% das empresas passam de 2 anos de existência, segundo dados do último levantamento do IBGE.



Figura 1: Número de Escritórios Contábeis
Fonte: Ebook Mercado Contábil – ROIT (2021).

Roit (2021), por meio da Tabela 1, percebeu um fato curioso: muitas empresas de contabilidade possuem o mesmo nome que outras. Contabilidades com nome “Real” aparecem 239 vezes na lista, distribuídas em 24 estados. Podemos dizer que temos praticamente uma em cada estado brasileiro e não estamos falando de franquias. Em um mercado grande e com concorrência alta, se diferenciar é primordial. Então, uma dica é repensar os nomes para se posicionar de maneira eficiente no mercado e conquistar mais clientes. Cada vez mais como uma empresa e menos como um escritório! Apenas o nome “KPMG” se repete 13 vezes sendo da mesma corporação, todos os demais são de sócios diferentes.

NOME	ESCRITÓRIOS	MÉDIA IDADE	UFs	CIDADES
REAL	239	13	24	152
CONTEC	171	20	25	128
EXATA	169	11	24	132
CENTRAL	131	19	20	94
UNIÃO	126	21	20	98
META	118	14	21	82
DINÂMICA	98	17	23	75
ALFA	97	12	19	78
SERCON	92	19	20	80
DELTA	88	16	23	72
PONTUAL	78	12	24	65
INOVE	57	6	19	47
ONLINE	53	4	12	34
OMEGA	44	12	15	38
SUPREMA	41	13	14	32
EXATO	37	14	14	30
KPMG	13	10	8	10

Tabela 1: Número de Escritórios Contábeis
Fonte: Ebook Mercado Contábil – ROIT (2021).

A maior parte dos escritórios de contabilidade está no Simples Nacional. Apenas 15% dos escritórios optaram por Lucro Presumido ou Lucro Real, 26% MEIS, 59% Simples Nacional, como demonstração a seguir:



Gráfico 3: Perfil dos Escritório por Regime Tributário.
Fonte: Ebook Mercado Contábil – ROIT (2021).

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DOS ESCRITORIOS DE CONTABILIDADE

Tushman e O'Reilly (1996) destacam que no centro do desenvolvimento da inovação, encontra-se a cultura organizacional, tendo como elementos básicos: valores compartilhados, crenças e comportamentos, que influenciam em sua evolução. Dita influência pode acontecer de duas formas: a primeira, por meio do processo da socialização, em que os indivíduos aprendem os comportamentos aceitáveis durante o funcionamento das atividades e a segunda, quando os valores, suposições e crenças se refletem em comportamentos que influenciam a estrutura, políticas e práticas de gestão.

Contudo, para entender a cultura é necessário primeiramente compreender os pressupostos subjacentes sobre como um grupo percebe, pensa e sente. Sua força é definida pela homogeneidade, estabilidade do grupo e pela duração e intensidade das experiências compartilhadas nele. A cultura de uma organização é evidenciada nos diversos artefatos visíveis, como Cultura Organizacional, Inovação e Desempenho em Escritórios de Contabilidade Brasileiros Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, 123 Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 121-145, set./dez. 2018 em sua arquitetura, tecnologia, layout, vestimenta dos colaboradores, padrões de conduta, documentos publicados, dentre outros (SCHEIN, 1984, 2017).

A cultura organizacional se manifesta também na forma em que uma empresa conduz seus negócios, o que repercute na qualidade de vida no trabalho, reputação corporativa e em um desempenho financeiro superior, tendo em vista que a cultura de uma organização é um recurso valioso, raro, imperfeitamente imitável e não substituível (BARNEY, 1991). Portanto, quanto mais forte for sua cultura, mais a organização é vista como exemplo de possuir uma excelente gestão (BARNEY, 1991, 1986).

Nos escritórios de contabilidade são necessários profissionais qualificados que saibam trabalhar em harmonia na apuração dos impostos devidos de clientes, além de assessorar no planejamento tributário, folha de pagamento e outras atividades. Os responsáveis destes departamentos, bem como os diretores dos escritórios, devem ter um profundo conhecimento dos processos e do desempenho para garantir as melhores condições e a máxima qualidade de serviço oferecido aos clientes do escritório.

A estrutura organizacional de um escritório de contabilidade é geralmente a da Tabela 2, e em cada setor tem os cargos nessa ordem crescente: estagiário, auxiliar, analista e coordenador de seu setor e do escritório como um todo.

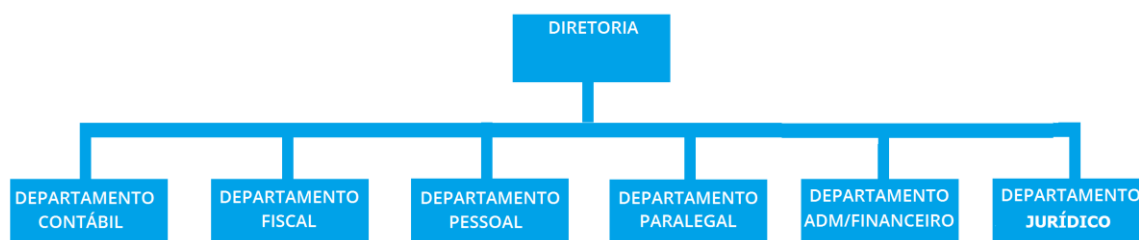


Figura 2 - Estrutura organizacional de um escritório de contabilidade.
Fonte: Lufer (2020).

O escritório objeto desse estudo, a Amorim Assessoria Contábil e Empresarial LTDA usa uma estrutura parecida e com os mesmos cargos citados acima, tendo diferença em setores que são unificados.

Hoje, a Amorim só conta com 3 setores, Departamento Pessoal (DP), contábil, fiscal e diretoria, aonde os outros setores são divididos entre esses 3, aonde o financeiro e Recursos Humanos do escritório é com o DP, e o para legal é dividido entre o contábil e fiscal. Já o assessoramento jurídico é feito com um Advogado. E a diretoria supervisiona todos os 3 e apoia quando necessitado.

A departamentalização é um conceito organizacional básico que envolve o agrupamento de diferentes atividades em áreas especializadas. Dentro de um escritório, você pode dividi-lo em departamentos para melhor organizar, monitorar e coordenar o trabalho. Dessa forma você consegue definir facilmente seus processos contábeis internos e otimizar os resultados (NUCONT, 2021).

O departamento de contabilidade cuida do processamento tributário; é utilizado para planejar, calcular e organizar os fatos contábeis e gerar balanços; O departamento fiscal realiza transações tributárias; planeja, calcula e organiza impostos e declara claramente os impostos exigidos pela empresa com o objetivo de aumentar a satisfação do cliente. O departamento de RH promove os fluxos de pessoal da empresa, como integração, demissão e afastamento; realiza cálculos e organiza salários e desligamentos e orienta a gestão de recursos humanos aos clientes; O Departamento de Empresas é responsável pela abertura ou

encerramento de empresas e demais assuntos correlatos e emite documentos contábeis obrigatórios (NUCONT, 2020).

Corrêa (2019) acredita que à medida que o tamanho de uma empresa aumenta e as atividades desenvolvidas se tornam cada vez mais diversificadas, surge a necessidade da departamentalização, que corporiza a divisão básica das principais atividades e tarefas da organização. Para implementar uma abordagem adequada, é necessário observar, analisar e registrar as interações entre indivíduos e sistemas.

No passado, departamentos desorganizados e sem os recursos necessários retardavam o progresso e a qualidade das atividades. A departamentalização dos departamentos do escritório contábil permite maior agilidade nas operações, implantação de rotinas e novos métodos de trabalho, garantindo a organização dos serviços (MOURA; LIMBERGER; LÍBERA, 2018).

As organizações contábeis são geralmente divididas em departamentos com base na especialização, ou seja, departamentos responsáveis por recursos humanos, tributação, contabilidade e outras especialidades. Portanto, Roveda (2018) enfatiza que os funcionários trabalham mais intensamente dentro do processo, posicionando-se como especialistas em seu domínio de trabalho. Contudo, para empresas com menos de cinco funcionários, a estrutura mais adequada é uma abordagem por cliente. Portanto, independente da tarefa, os colaboradores cuidam de todos os aspectos do cliente e tornam-se competentes em todas as áreas de serviço.

2.3 PROCESSOS E PRODUTIVIDADE

Em um escritório de contabilidade, os processos desenvolvidos para terceiros devem ser analisados para melhorar a continuidade das operações deste. Em relação a esse tipo de organização, cabe destacar que nessas empresas existe uma divisão de alocação desenvolvida por departamentalização, que geralmente é dividida em quatro grupos: contábil, fiscal, pessoal e societário. Embora estes tenham interdependências, cada um deles tem sua própria autonomia e métodos (LUZ et al., 2019).

A identificação dos processos das organizações é de extrema importância, pois, por meio deles é possível a compreensão dos pontos de melhorias que geram impactos tanto internos quanto externos à organização. O conceito é apresentado por inúmeros autores, cada qual com uma visão particular. Segundo Campos (1992) o processo é um conjunto de causas que provocam um ou mais efeitos. O autor ressalta que a empresa é um grande processo constituído por vários outros processos e desde que existam causas e efeitos, existirão processos.

De acordo com Almeida Neto (2012), processo pode ser definido como tarefas conduzidas por pessoas, sistemas ou equipamentos que tem por fim, o alcance de um objetivo singular da organização.

Já Davenport (1994) assegura que processo pode ser resumido como uma ordenação das atividades exercidas dentro de um determinado tempo e espaço e que possui o começo e o fim bem definidos, quando as entradas e saídas são nitidamente identificáveis. Na Figura 1 é possível visualizar um modelo básico de processo proposto por Motta (2003).



Figura 3 - Esquema básico de um processo.
Fonte: Motta (2003).

Harrington (1993), no ponto de vista mais usual, define processo como qualquer atividade que recebe uma entrada (input), agrega-se valor e fornece uma saída (output) para um cliente interno ou externo. Sendo assim, não existe um produto ou serviço sem que exista um processo, igualmente, todo trabalho realizado nas organizações faz parte de algum processo.

Nos escritórios de contabilidade de João Pessoa os processos acontecem depois dos recebimentos das informações dos clientes aonde a automação, ajuda nesse elo das informações vinda dos clientes até contadores/contabilistas, pois a mesma vindo mais rápida e completa facilita a vida de ambos e deixar, uma contabilidade mais fidedigna. Após o recebimento das informações, é validada com os da Receita Federal, Sefaz do Estado da Paraíba, entre outros para assim começar a apuração dos impostos, processamento da folha de pagamento e a contabilidade propriamente dita e nesses processos, que cada vez mais o contador sente necessidade da automação. Sem a automação o contador está levando cada vez mais tempo para fazer as mesmas coisas assim o deixando menos produtivo pois perde tempo com coisa que daria para ser automatizada.

A eficiência e os parâmetros de eficiência têm sido amplamente utilizados ao longo do tempo por indivíduos, empresas e países para avaliar e monitorar seu próprio desempenho. No entanto, em muitas situações, tais parâmetros de eficiência não são plenamente aproveitados, ou seja, quando não são abordados de forma abrangente, acabam não oferecendo uma visão completa das atividades. Com o objetivo de explorar todo o potencial que a análise da eficiência pode proporcionar, um modelo para a análise da eficiência sistêmica tem sido desenvolvido nos últimos dez anos (DEMETER; CHIKÁN; MATYUSZ, 2011; INSTITUTO..., 2004; SUITO, 1998; CHENG; SILVA; LIMA, 1994).

A noção de eficiência foi introduzida e desenvolvida nas empresas com o propósito de avaliar e aprimorar o seu desempenho. Inicialmente, a eficiência era mensurada pela relação entre a produção obtida e o número de funcionários. Durante um longo período, esse cálculo representou a eficiência da empresa. O objetivo era aumentar a produção por funcionário empregado. Outras maneiras de avaliar a eficiência surgiram ao longo do tempo, relacionando a produção obtida com a utilização de outros recursos como, por exemplo, energia, matéria-prima, insumos, entre outros. (UKKO; TENHUNEN; RANTANEN, 2007; ORGANISATION..., 2005a; SINGH; MOTWANI; KUMAR, 2000).

Até o momento, esses princípios têm sido amplamente empregados, como por exemplo, na elaboração de índices comparativos entre nações. Em parte, a utilização dessas medidas simplificadas para calcular indicadores de produtividade

se deve à dificuldade de coletar dados de forma mais complexa e, além disso, a diversidade de métodos de cálculo adotados por diferentes países dificulta a comparação precisa da produtividade. Portanto, para comparações internacionais, a métrica mais comum é a produtividade do trabalho, que consiste na relação entre o produto interno bruto (PIB) e o número de trabalhadores. (ORGANISATION..., 2001).

No Brasil, temos observado avanços modestos nos índices de eficiência, em comparação com nações em desenvolvimento como China, Índia e Coreia, e inclusive em relação a nações latino-americanas como Colômbia e México. Em contraste, quando comparado aos países da OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a diferença é três vezes maior a favor destes últimos.

As organizações do Brasil estão em busca de reavaliar suas estratégias, com o objetivo de criar vantagens competitivas duradouras. A melhoria de seus índices de produtividade, juntamente com uma visão ampla e multidisciplinar, pode colaborar para um avanço nos patamares de crescimento da indústria nacional. (OLIVEIRA et al., 2011; ARBIX; DE NEGRI, 2005).

Há, portanto, a necessidade de se desenvolver um modelo integrado e sistêmico para a Assim, torna-se imprescindível elaborar um modelo integrado e sistêmico para a avaliação da eficiência nas empresas, a fim de que estas, atuando em diferentes setores, possam criar vantagens competitivas. As medidas globais de eficiência têm se mostrado pouco eficazes na gestão das operações de uma organização. É importante ressaltar, no entanto, que o aumento da concorrência, juntamente com as pressões do trabalho, a crescente preocupação com a distribuição de renda e a proteção ambiental, exigem uma abordagem integrada e multidimensional na gestão da eficiência. Portanto, é crucial abordar os aspectos relacionados à alocação de recursos e às diferentes dimensões envolvidas na avaliação da eficiência de maneira multivariada e sistêmica (OLIVEIRA; MARINS; ALMEIDA, 2010; BOOTHBY; DUFOUR; TANG., 2010; ORGANISATION..., 2005b; SINGH; MOTWANI; KUMAR, 2000; SUITO, 1998).

A ideia de que os determinantes da produtividade das empresas se referem a cada unidade organizacional isoladamente ainda é comum hoje. No entanto, durante os últimos 30 anos, este conceito sofreu profundas alterações e em seu lugar

espalharam-se novos sistemas e técnicas de gestão, cujo princípio básico é o desenvolvimento de uma visão sistêmica da empresa. Aqui estão alguns exemplos dessas novas abordagens de gestão integrada: Just in Time JIT; o Planejamento de necessidades de materiais MRP; Planejamento de recursos de produção MRP II, Gestão da Qualidade Total (TQM); manutenção produtiva total (Total Productive Maintenance TPM); e Tecnologia de Fabricação Otimizada OPT baseada na teoria das restrições (Theory of Constraints – TOC) (DONE; VOSS; RYTTER, 2011; SOUSA; VOSS, 2008).

O autor da TOC, Goldratt (1992), enfatiza a importância da visão sistêmica ou global da empresa ao afirmar que a otimização local de cada departamento ou de cada máquina não garante a otimização total da empresa.

2.4 PRINCIPAIS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS UTILIZADAS PELOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

Nascimento (2013) defende que o ambiente de negócio, cada vez mais desafiador e competitivo, exige, por suas características, que o empreendedor esteja devidamente organizado para conseguir gerir seu empreendimento de forma eficaz.

Quando a empresa busca organizar os dados para obter informações para a tomada de decisão utilizando-se de artifícios diferentes dos estabelecidos nas rotinas padrões, é provável que utilize métodos os quais dificultem outros processos padronizados (CAIÇARA, 2012).

Atualmente o mercado de ferramentas tecnológicas e de automação para escritórios de contabilidade tem crescido consideravelmente, os escritórios que buscam essas ferramentas não têm problemas de encontrar uma ou mais que se encaixe na sua rotina e na dos seus clientes. As principais ferramentas utilizadas pelos escritórios são:

- Domínio: ERP sistema contábil**, o mais completo que se encontra no mercado e atende aos três principais setores da contabilidade: pessoal, fiscal e contábil. É um sistema estável, completo e prático. Oferece uma gama de ferramentas para facilitar a vida do contador, como por exemplo, os processos de apuração dos impostos, elaboração da folha de pagamento e a contabilidade em si

das empresas. Ele se destaca dos demais por ser um sistema prático, que sempre trás novidades e tem um suporte que funciona, além de ser muito auto didático.

Primak (2009) aborda que o ERP pode dar mais liberdade ao profissional de contabilidade de várias maneiras diferentes. Por intermédio dessa tecnologia, é possível parametrizar praticamente todas as contabilizações, débitos e créditos, de acordo com as ocorrências de entradas ou emissões de notas fiscais, requisição de materiais, folha de pagamento, movimentações financeiras, etc.

A figura 4 demonstra que o módulo contábil recebe informações de todos os demais módulos.

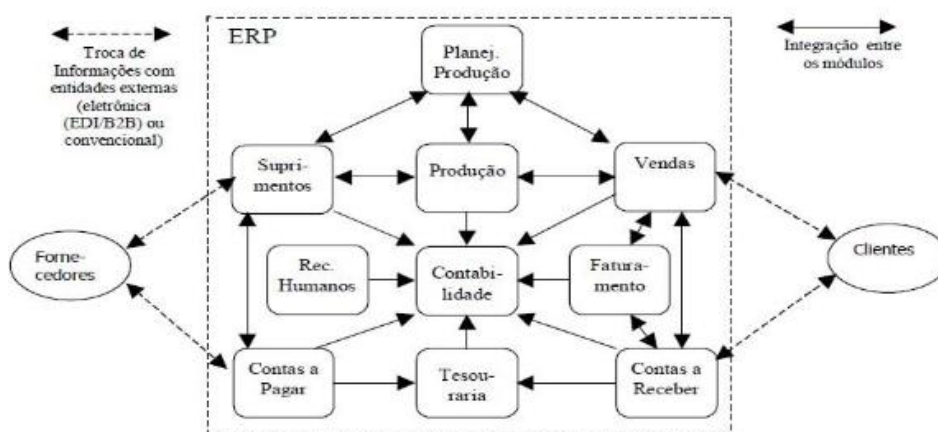


Figura 4 - Principais Módulos de um sistema ERP em uma empresa industrial e suas principais interligações.

Fonte: Zwicker & Souza (2003).

•**Mister Contador**, “é um sistema que “foi projetado para produzir contabilidade automática até para os clientes que nem mesmo compartilham os comprovantes dos pagamentos realizados. Com as integrações e parcerias do Mister Contador o escritório para definitivamente de pedir documentos para seus clientes”.

O Sistema ajuda a eliminar o histórico contábil incompleto e impreciso, assim como criar automaticamente o histórico contábil perfeito, garantindo precisão e assertividade para o serviço contábil e por fim associar autonomamente cada comprovante pago a linha no extrato bancário. O sistema garante que os lançamentos contábeis sejam realizados em menos de um minuto, com poucas parametrizações, identificando a conta contábil de fornecedores e clientes de forma automática e registrando individualmente no Lançamento Contábil.

•**ASASS:** Trata-se de uma conta digital focada na automação financeira e de cobranças para empresas. É realizado o cadastro do cliente e informado da cobrança e automaticamente na data escolhida o sistema realiza a cobrança por vários meios de comunicação também previamente escolhidos, podendo inclusive emitir a nota fiscal. Ele é muito utilizado pelos escritórios de contabilidade.

Franco et al. (2021) enfatizam que o maior impacto da evolução da tecnologia no ambiente contábil está diretamente relacionado à agilidade e ao ganho de tempo. A automação permite que as tarefas sejam concluídas mais rapidamente, melhorando a eficiência operacional dos escritórios contábeis. Isso é particularmente relevante em um contexto em que as empresas demandam respostas ágeis e precisas para suas necessidades financeiras. A automação não apenas acelera os processos, mas também diminui a probabilidade de erros humanos, garantindo registros contábeis mais precisos e em conformidade com as regulamentações fiscais.

Ao mesmo tempo, Tadeu, Almeida e Gonçalves (2021) identificaram que não apenas melhora a colaboração dentro das organizações, mas também diminui os riscos de erros associados à transferência manual de dados entre diferentes sistemas e departamentos. A integração eficiente de informações contábeis e financeiras fornece uma visão abrangente e em tempo real do desempenho financeiro de uma empresa, permitindo decisões mais informadas e estratégicas.

3 METODOLOGIA

Para se elaborar uma pesquisa, por se tratar de um estudo científico, se faz indispensável a definição dos procedimentos metodológicos. Conforme (ALVES IGOR 2021) a Metodologia científica é o estudo dos métodos ou dos instrumentos necessários para a elaboração de um trabalho científico. É o conjunto de técnicas e processos empregados para a pesquisa e a formulação de uma produção.

Dessa forma, nesse tópico será apresentado o panorama metodológico e quais procedimentos utilizados para coleta dos dados utilizados para elaboração dessa pesquisa.

Em se tratando da caracterização dessa pesquisa, quanto aos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, considerando-se o que diz (ABEL CAROL, PATAH RODRIGO 2023) o principal objetivo de uma pesquisa exploratória é a obtenção de insights e ideias. Muitas vezes, no início de um estudo, os problemas a serem investigados não estão totalmente definidos e faltam informações para a sua compreensão completa.

Quanto à natureza, essa pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa do tipo aplicada uma vez que são utilizados dados primários e secundários, considerando-se o que diz (ASSIS,2009) a pesquisa aplicada interessa-se pela aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos.

Destina-se a aplicar os conhecimentos científicos para a solução dos mais variados problemas individuais ou coletivos. Concretiza-se por meio das ciências aplicadas e tecnológicas. (MARCONI; LAKATOS,2017) a pesquisa aplicada caracteriza-se por seu interesse prático, isto é que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade.

Com relação ao tratamento de dados o estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, considerando o que diz Mathias Lucas (2022) “A pesquisa qualitativa é aquela que não se pode mensurar apenas com números e dados obtidos por meio de um questionário, por exemplo. É uma pesquisa focada em entender aspectos mais subjetivos, como comportamentos, ideias, pontos de vista, entre outros. O objetivo desse tipo de mensuração é entender de forma mais profunda o tema pesquisado e o que as pessoas pensam a esse respeito. ”

Com relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, pois considerando o que diz (MENEZES PEDRO, 2017) estudo de caso é uma estratégia de pesquisa científica que analisa um fenômeno atual em seu contexto real e as variáveis que o influenciam. Trata-se de um estudo intensivo e sistemático sobre uma instituição, comunidade ou indivíduo que permite examinar fenômenos complexos.

A presente pesquisa foi realizada na empresa Amorim Assessoria Contábil e Empresarial LTDA, localizada no bairro da Torre em João Pessoa-PB e as informações necessárias para a elaboração desse estudo, foram obtidas através de entrevista do tipo semiestruturada guiada por um questionário aplicado com o gestor

da empresa, o qual está contido no TCLE aprovado pelo comitê de ética através do parecer de nº 6.830.908 de 17/05/2024.

As entrevistas semiestruturadas possibilitam o entrevistado falar sobre o tema em pauta sem se prender às perguntas a ele dirigidas, pois permite a combinação de perguntas fechadas e abertas. (QUARESMA; BONI, 2005). A entrevista foi realizada individualmente, em situação face-a-face e as respostas foram registradas manualmente, com o tempo livre.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Vivenciamos no decorrer do Séc. XXI, o que Schwab (2016), intitula de: "4ª Revolução Industrial", ou, "Indústria 4.0". Essa revolução se desenvolveu no início do século XXI a partir de fatores que impulsionaram a transição entre a terceira e a quarta revolução industrial, tais como o aumento do volume de dados e o aprimoramento da computação, assim como da conectividade; o desenvolvimento das capacidades de análise; a inserção de outras formas de interação entre as máquinas e os humanos; e o aumento de inovações que viabilizam a transferência de dados digitais (SCHWAB, 2016; COELHO, 2016).

As empresas estão sempre tentando melhorar a eficiência de suas operações, a fim de conseguir maior lucratividade. Das ferramentas de que os administradores dispõem, as tecnologias e os sistemas de informações estão entre os mais importantes para atingir altos níveis de eficiência e produtividade nas operações, especialmente quando combinadas com mudanças no comportamento da administração e nas práticas de negócio (LAUDON, 2009).

A Amorim Assessoria Contábil e Empresarial LTDA, empresa privada, está localizada na Avenida Carneiro da Cunha, 98 – Torre em João Pessoa, na Paraíba. O mesmo foi fundado em 17/12/2022, sob a Direção de Lucas Amorim de Nóbrega e Vilma Cabral de Amorim

Como missão, a Amorim Assessoria Contábil e Empresarial LTDA possui a de ofertar soluções contábeis atualizadas e desburocratizadas, almejando sempre satisfazer as necessidades das empresas que nos confiam a sua existência, aprimorando sempre os serviços, com ampla visão de futuro, oferecendo soluções

que atendam e até superem as expectativas de nossos clientes de acordo com a realidade nacional, prestando nossos serviços com excelência, valorizando a transparência, visão de futuro e simplicidade, gerando assim segurança e confiabilidade.

Como visão, destaca-se à excelência profissional, visando ser reconhecidos como escritório referência em qualidade no estado da Paraíba, tanto para os clientes, como para os demais profissionais e escritórios da região e com valores enraizados em uma política interna de humildade, respeito e parceria entre toda nossa rede de pessoas, buscando reconhecer cada um, como sendo parte de uma família, sem deixar de lado as responsabilidades das funções, a honestidade e integridade dos atos, como a lealdade aos nossos objetivos.

A empresa possui aproximadamente 200 clientes, com 9 funcionários diretos e 17 indiretos, bem como, estruturado em organograma vertical, com cargos de liderança no topo e operacional como base, vista como mais importante. Percebe-se que o mesmo utiliza o modelo de estrutura organizacional próximo ao citado na Fundamentação Teórica, o que favorece o escritório de contabilidade.

Além disso, possui processos de execução. São eles: fiscais, contábeis, departamento pessoal, para legais, consultorias tributárias, financeiro e relacionamento com o cliente. Como execução manual destacam-se a captação de novos clientes, o lançamento de rubricas da folha, conferência e conciliação contábil e destaca-se pela execução automática como integrações contábeis entre setores, conciliações bancárias, entregas de obrigações acessórias do departamento fiscal, a importação de movimentos fiscais e cobranças de clientes.

No dia 10/05/2024 às 9 horas da manhã, em entrevista realizada com o principal executivo do escritório, foi evidenciado a utilização de algumas ferramentas de automação de processos contábeis, sendo: Robô Contábil, Mister Contador e Asaas.

O Robô Contábil é uma ferramenta de automação que realiza tarefas repetitivas e manuais no setor contábil, como a importação de dados fiscais, lançamentos contábeis automáticos e verificação de inconsistências. Essa ferramenta permite a execução de tarefas em menor tempo e com maior precisão, minimizando a intervenção humana e reduzindo a ocorrência de erros.

O Mister Contador é um software de gestão contábil importante para o escritório porque o mesmo oferece soluções para o gerenciamento de notas fiscais, apuração de impostos e geração de relatórios financeiros. Ele facilita a baixa de notas fiscais de comércio e a declaração de serviços, proporcionando maior controle e organização dos documentos fiscais.

O Asaas é uma plataforma que automatiza a cobrança e gestão de pagamentos. No contexto do escritório Amorim Assessoria Contábil, o Asaas é utilizado para a conciliação bancária automatizada e a cobrança automática de honorários dos clientes nas datas programadas. Essa ferramenta ajuda a manter a regularidade das cobranças e evita atrasos nos recebimentos, além de liberar tempo para os funcionários se concentrarem em outras atividades.

Antes da automação, as atividades do escritório eram realizadas manualmente, o que demandava um grande esforço de trabalho e estava sujeito a frequentes erros humanos. As tarefas manuais contribuíam para atrasos nos prazos legais, sobrecarga dos funcionários e uma alta incidência de erros. Isso não apenas impactava a produtividade do escritório, mas também comprometia a qualidade dos serviços prestados aos clientes. Daí a importância da Automação dos Processos.

Segundo o entrevistado, a automação dos processos foi fundamental para a redução de erros, ganho de tempo e aumento da produtividade. Além disso, houve uma melhora significativa na qualidade do trabalho, uma vez que os funcionários puderam se dedicar a atividades mais estratégicas e de maior valor agregado, em vez de tarefas repetitivas e manuais.

Um exemplo claro de ganho de produtividade foi a automação na cobrança de honorários. Antes da automação, a cobrança era um processo manual, que demandava muito tempo e esforço para gerar lembretes e acompanhar os pagamentos. Com a implementação do Asaas, esse processo foi completamente automatizado, liberando os funcionários dessa tarefa repetitiva e garantindo que as cobranças fossem realizadas de forma eficiente e pontual.

O entrevistado mencionou que um processo ainda a ser automatizado é a solicitação de arquivos contábeis, como extratos, comprovantes e contratos. A expectativa com a automação desse processo é a redução do tempo gasto na solicitação e organização desses documentos, além de aumentar a precisão e

confiabilidade das informações recebidas. A automação nesse aspecto pode melhorar ainda mais a eficiência operacional e liberar os funcionários para focarem em análises e consultorias mais complexas.

A implementação da automação trouxe melhorias significativas para a estrutura do escritório. Segundo o entrevistado, as mudanças implicadas pela automação resultaram em um ambiente de trabalho mais eficiente e menos sobrecarregado, com melhorias evidentes na qualidade do trabalho realizado. A integração das ferramentas tecnológicas permitiu uma reestruturação dos processos internos, promovendo uma gestão mais ágil e eficaz.

A automação dos processos contábeis na Amorim Assessoria Contábil e Empresarial LTDA trouxe benefícios substanciais, como a redução de erros, ganho de tempo, e aumento da produtividade. As ferramentas supracitadas desempenharam um papel crucial na transformação das operações do escritório. A continuidade na automação, especialmente na solicitação de arquivos contábeis, promete trazer ainda mais melhorias.

Assim, de acordo com as informações analisadas foi verificada a relevância da automatização de processos operacionais no escritório em estudo em diversos setores, como: financeiro, recursos humanos, tributário, contábil, segurança e legal. A automação das rotinas resultou em vantagens como melhoria da eficiência, economia de tempo, proteção dos dados e redução de erros humanos.

Embora esses benefícios possam parecer abstratos à primeira vista, a longo prazo podem gerar impactos financeiros positivos, uma vez que, com a otimização do tempo e eficiência, o escritório poderá atrair novos clientes e até mesmo operar com uma equipe reduzida, eliminando a necessidade de contratação de novos funcionários para tarefas repetitivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da contabilidade, a automação de tarefas rotineiras e repetitivas emergiu como uma estratégia promissora para aprimorar a qualidade dos serviços e aumentar a produtividade dos profissionais contábeis.

O presente artigo teve como objetivo principal demonstrar como o escritório de contabilidade Amorim Assessoria Contábil e Empresarial LTDA localizado em João Pessoa – PB registrou o ganho de produtividade através da automação dos seus processos.

Como resultado, pode-se concluir que o trabalho repetitivo, muitas vezes tedioso e propenso a erros humanos, está gradualmente sendo substituído por tecnologias avançadas, inteligência artificial e robôs. Essa mudança não apenas aprimora a eficiência, mas também oferece ao contador um recurso precioso: tempo. Com tarefas rotineiras automatizadas, o contador ganha mais tempo hábil para se concentrar em tarefas analíticas e estratégicas da contabilidade melhorando consideravelmente a sua produtividade e qualidade na prestação dos serviços contábeis aos seus clientes.

Os documentos e registros eletrônicos facilitam o acesso a informações em tempo real de qualquer lugar, o que é fundamental em um mundo de negócios cada vez mais globalizado e ágil. Isso não apenas economiza tempo, mas também reduz a necessidade de imprimir documentos em papel, poupando recursos naturais e contribuindo para a responsabilidade ambiental das empresas.

A automação permite que as tarefas sejam concluídas mais rapidamente, melhorando a eficiência operacional dos escritórios contábeis. Isso é particularmente relevante em um contexto em que as empresas demandam respostas ágeis e precisas para suas necessidades financeiras.

A automação não apenas acelera os processos, mas também diminui a probabilidade de erros humanos, garantindo registros contábeis mais precisos e em conformidade com as regulamentações fiscais. Isso não apenas melhora a colaboração dentro das organizações, mas também diminui os riscos de erros associados à transferência manual de dados entre diferentes sistemas e departamentos. A integração eficiente de informações contábeis e financeiras fornece uma visão abrangente e em tempo real do desempenho financeiro de uma empresa, permitindo decisões mais informadas e estratégicas.

Percebe-se que o objetivo desse artigo foi plenamente atendido e por fim, sugere-se que esse estudo seja aprofundado em outras pesquisas para que sirvam de incentivo para o profissional contábil investir cada vez mais na automação dos

processos contábeis visando melhorar os seus ganhos de produtividade, redução de custos e qualidade dos serviços prestados aos seus clientes.

REFERÊNCIAS

ABEL CAROL, PATAH RODRIGO. **Pesquisa exploratoria entenda o que é e como obter insights com ela**. 2023. Disponível em < <https://mindminers.com/blog/o-que-e-pesquisa-exploratoria/> > Acesso em: 20 abr. 2024.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual de contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. São Paulo: Editora ATLAS 2010

ALVES, Igor , **O que é metodologia científica**. 2021. Disponível em <https://www.significados.com.br/metodologia-cientifica/> > Acesso em: 20 abr. 2024.

ANDRADE, Charliene Bruna Holanda; MEHLECKE, Querte Teresinha Conzi. As inovações tecnológicas e a contabilidade digital: um estudo de caso sobre a aceitação da contabilidade digital no processo de geração de informação contábil em um escritório contábil do Vale Do Paranhana/RS. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 9, n. 1, 2020.

ASSIS, Andre Oliveira Rodrigues. **Gestão em Automação nos Processos Contábeis com uso da Tecnologia**. Faculdade Laboro Ensino de Excelência. Distrito Federal 2022

BONI, V. e QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* - Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BREDA, Zulmir Ivânio. **Uma reflexão sobre os impactos da tecnologia na contabilidade**. 2019. Disponível em: < [https://cfc.org.br/destaque/uma-reflexao-sobre-os-impactos-datecnologia-na-contabilidade/](https://cfc.org.br/destaque/uma-reflexao-sobre-os-impactos-da-tecnologia-na-contabilidade/)>. Acesso em: 01 abr. 2024.

BUGARIM, M. C. C.; DE OLIVEIRA, O. V. A Evolução da Contabilidade no Brasil: Legislações, órgãos de Fiscalização, Instituições de Ensino e Profissão. In: **Simpósio de Excelência Em Gestão E Tecnologia**, 11, 2014, Resende/RJ. Anais... Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2014.

CAIÇARA, Junior C. **Sistemas integrados de gestão: ERP – uma abordagem gerencial**. 4. Ed. Curitiba: Ibplex, 2012.

CASAGRANDE, Valéria Nalli; ALMEIDA, Juliana Viana; MOURA, Fernando Santos. Escrituração Digital: percepção dos profissionais da contabilidade em relação aos impactos da adoção do Sped. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v.1, n. 213, p. 67-80, 2016.

CARLOS EDUARDO BARROS LEITE, **A evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. Editora FGV, 2005.

CHIAVANETO, Idalberto; **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COELHO, P. M. N. Rumo à Indústria 4.0. **Dissertação (Mestrado) - Engenharia e Gestão Industrial**, Departamento de Engenharia Mecânica, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Coimbra, 2016.

DEMETER, K.; CHIKÁN, A.; MATYUSZ, Z. **Labour productivity change: drivers, business impact and macroeconomic moderators**. International Journal of Production Economics, v. 131, n. 1, p. 215-223, 2011.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.ijpe.2010.11.003>

DUARTE, R. D.; LOMBARDO, M. **Contabilidade Online x Contabilidade Digital**, 2019. Disponível em: <<https://www.omie.com.br>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

DUARTE, R. D. (2018). **Os impactos da inteligência artificial na contabilidade e no papel do contador 2.0**: Já não é novidade que a inteligência artificial (AI, sigla em inglês) está evoluindo. Disponível em:
<<https://biracontabilidade.cnt.br/noticias/artigos/2018/01/10/osimpactos-da-inteligencia-artificial-na-contabilidade-e-no-papel-do-contador-2-0.html>> Acesso em: 01 abr. 2024.

ERCOLE, F. F.; MELO, L.S.; ALCOFORADO, C. L. G. C.. Revisão integrativa versus revisão sistemática. REME: **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte-MG, v. 18, n. 1, p. 9-12. 2014.

IUDICIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LAUDON, K; LAUDON, J. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

LIMA, Camila Maria Marcolino. **Tecnologia e contabilidade**: As facilidades que o sped trouxe para um escritorio de contabilidade de Recife – PE.

LU-FER ASSESSORIA CONTÁBIL: Disponível em<
<https://econtabil.com.br/modelos/lufer/empresa.html>> Acesso em: 01 abr. 2024.

MATHIAS LUCAS. Pesquisa qualitativa e quantitativa: qual é a melhor opção? Disponível em< <https://mindminers.com/blog/pesquisa-qualitativa-quantitativa/#:~:text=A%20pesquisa%20qualitativa%20%C3%A9%20aquela,pontos%20de%20vista%2C%20entre%20outros.>> Acesso em: 27 nov. 2022.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M.. **Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa**. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 28, n. 1, p. e20170204, 2019.

MENESES, Pedro, **estudo de caso o que é exemplo e como fazer**. 2017. Disponível em < <https://www.significados.com.br/estudo-de-caso/> > Acesso em: 27 nov. 2022.

MOREIRA, Raiane Gomes. **A tecnologia da informação no avanço da contabilidade**. Revista Farol, v. 13, n. 13, 2021.

MOSSO, M. M. **Teoria Geral e Administração Avançada**. 2.ed. Rio de Janeiro, Interciência, 2013.

NASCIMENTO, Geuma C. **SPED: sistema público de escrituração digital sem armadilhas**. São Paulo: Trevisan Editora, 2013.

OLIVEIRA, J. A. et al. **Um estudo sobre a utilização de sistemas, programas e ferramentas da qualidade em empresas do interior de São Paulo**. Produção, v. 21, n. 4, p. 708-723, 2011.

OLIVEIRA, J. H. R. **Método para avaliação de indicadores de sustentabilidade organizacional**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

OLIVEIRA, U. R.; MARINS, F. A. S.; ALMEIDA, D. A. **Integrando técnicas e procedimentos de gestão de operações: uma aplicação em um banco comercial brasileiro de grande porte**. Produção, v. 20, n. 2, p. 237-250, 2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Measuring productivity: measurement of aggregate and industry-level productivity growth - OECD manual**. Paris: OECD, 2001. 156 p.

PRIMAK, Fabio V. **Infortabilidade: a contabilidade na era da informática**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

SÁ, A. L. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SCHINDT, Marcela Chagas de souza. **Os principais impactos da Inteligência Artificial na contabilidade Gerencial**. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo 2021

Silva, M. P. (2019). **Impacto das novas tecnologias de informação e análise de dados nas empresas e nos profissionais de controladoria e finanças: possíveis mudanças de comportamento dos profissionais de controladoria e finanças devido às novas tecnologias de informação**. (Tese de Doutorado). Fundação Getulio Vargas.

SILVA, Karen Hoffmann Jardim. **Contabilidade digital: os impactos da transformação digital na contabilidade e como os profissionais estão se**

adptando à nova realidade. Universidade de Caxias do Sul. Rio grande do Sul 2023

SILVA, A.; SILVA, C. F.; ALVES, A. P. **A percepção da importância da contabilidade para o desenvolvimento tecnológico: um estudo com docentes e discentes de Ciências Contábeis.** XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade – a Contabilidade como mecanismo de Governança, 2020. Disponível em: <<https://congressousp.fipecafi.org/anais/Anais2020/ArtigosDownload/2368.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

SILVA, Gustavo Oliveira et al. **O impacto da tecnologia na profissão contábil sob perspectivas de pessoas com Formação e/ou experiência profissional na área.** Revista: CCCSS Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2020. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/10/tecnologia-contabilidade.html>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

SOARES, Glaucon Philipe de Albuquerque. **Transformação digital: percepção dos discentes do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba acerca da digitalização na contabilidade.** Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021.

STADLER, A., MUNHOZ, A. S., GUERREIRO, K., M. S., FERREIRA, R. F. **Gestão de processos com suporte em tecnologia da informação;** Intersaberes, 2013

TAVARES, A.L. **Implantação de ERP e seus impactos na geração da informação contábil: um estudo de caso em uma empresa de distribuição de energia elétrica.** In.: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo, Anais eletrônicos... São Paulo: FEA/USP, 2005.

TOMAZI, Jane; SCHNEIDER, Milton. **Desafios e perspectivas da profissão contábil na percepção dos profissionais de contabilidade da Região do Vale do Rio Pardo.** Revista De Anais De Eventos Dom Alberto, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 17, p. 143–170, 2021. TUMELERO, N. (2019). Pesquisa documental: conceito, exemplos e passo a passo. Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/pesquisadocumental/#:~:text=A%20pesquisa%20bibliogr%C3%A1fica%20utiliza%20fontes,foram%20tratados%20cient%C3%ADfica%20ou%20analiticamente.>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

UKKO, J.; TENHUNEN, J.; RANTANEN, H. **Performance measurement impacts on management and leadership: Perspectives of management and employees.** International Journal of Production Economics, v. 110, n. 1-2, p. 39-51, 2007.

VAN DER STEDE, W.A.; YOUNG, S.M.; CHEN, C.X. Doing management accounting survey research. Management Accounting Research, v. 1, p. 445-478, 2007.

VELOSO, Renato. **Tecnologia da informação e comunicação.** 1. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.

XAVIER, Leonardo Montes; CARRARO, Wendy Beatriz W. Haddad; RODRIGUES, Ana Tércia Lopes. **Indústria 4.0 e avanços tecnológicos da área contábil: perfil, percepções e expectativas dos profissionais.** Revista ConTexto, Porto Alegre, v. 20, n.45, p. 34-50, maio/ago. 2020.

ZWIRTES, Adir; ALVES, Tiago Wickstrom. **Os Impactos Causados pela Inovação Tecnológica nos Escritórios de Contabilidade do Rio Grande do Sul: Uma Análise de Cluster.** Revista Contraponto, v. 1, n. 3, out. /nov. 2015.

A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL NA GESTÃO CONDOMINIAL – UM ESTUDO DE CASO COM OS SÍNDICOS DE UMA ADMINISTRADORA DE CONDOMÍNIOS EM JOÃO PESSOA

Amanda Karoline Pereira do Nascimento³

Ricardo da Silva Pereira⁴

RESUMO

A contabilidade gerencial desempenha um papel fundamental no controle e na administração dos condomínios, fornecendo informações precisas e relevantes que ajudam os síndicos a tomarem decisões estratégicas. Para atingir o objetivo proposto nesse artigo, de exteriorizar como ocorre o uso da contabilidade gerencial por síndicos de uma administradora de condomínios na cidade de João Pessoa foi feito um estudo de caso com os mesmos, que eram síndicos funcionários de uma administradora de condomínios, com os quais foram coletados os dados para esse fim através de uma aplicação de um questionário que teve a finalidade de obter dados e processar dados sobre o uso da contabilidade gerencial. Os resultados demonstraram que a contabilidade gerencial exerce um papel relevante para a gestão dos condomínios, utilizando-se de relatórios e informações detalhadas, onde são altamente úteis aos síndicos para o processo de tomadas de decisões, garantindo transparência na prestação de contas.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial; Condomínios; Ferramenta de Gestão.

ABSTRACT:

Management accounting plays a fundamental role in the control and administration of condominiums, providing accurate and relevant information that helps property managers make strategic decisions. To achieve the objective proposed in this article, of externalizing how management accounting is used by property managers of a condominium management company in the city of João Pessoa, a case study was carried out with them, who were staff managers of a condominium management company, with which data were collected for this purpose through the application of a questionnaire that had the purpose of obtaining data and processing data on the use of management accounting. The results demonstrated that management accounting plays a relevant role in the management of condominiums, using reports and detailed information, which are highly useful to property managers in the decision-making process, ensuring transparency in accountability.

³ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Educação Superior da Paraíba – UNIESP. E-mail: amanda_jp_pb@hotmail.com.

⁴ Professor Orientador, Graduado em Administração e Ciências Contábeis, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialização em Contabilidade pela UFPB, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis e Gestão Financeira da UNIESP. E-mail: prof807@iesp.edu.br
Endereço para acessar esse CV: <http://lattes.cnpq.br/365441356055402>

Keywords: Management Accounting; Condominiums; Management tool.

1 INTRODUÇÃO

Durante a Revolução Industrial, ocorreram grandes migrações populacionais para os centros urbanos em razão da atração da sociedade por lugares mais industrializados à procura por oportunidades de trabalho. Como resultado desse processo, houve busca por moradias condominiais devido às grandes lotações das cidades. Atualmente, há vários tipos de condomínios: residenciais, comerciais, horizontais e verticais. Embora possuam finalidades diferentes, têm o mesmo objetivo de cuidar pelo bem, conservação e valorização do condomínio, e, para que isso ocorra, é necessária uma boa gestão. Essas moradias têm sido tendência em virtude de segurança, bem-estar, lazer e qualidade de vida.

A contabilidade gerencial surge como uma oportunidade de fazer uma gestão condominial mais assertiva, melhorando a capacidade de tomar decisões estratégicas, otimizando recursos financeiros e garantindo uma gestão eficiente.

Segundo Mairon e Ribeiro (2014), a contabilidade gerencial pode ser conceituada como:

“O sistema de informação que tem por objetivo suprir a entidade com informações não só de natureza econômica, financeira, patrimonial, física e de produtividade, como também com outras informações de natureza operacional, para que possa auxiliar os administradores nas suas tomadas de decisões”.

Esses autores destacam a amplitude da contabilidade gerencial como um sistema de informação refletindo sua importância em uma organização.

Conforme o Código Civil (2002), o responsável pela gestão de um condomínio é o síndico, que pode ser qualquer morador ou um profissional contratado da área. Isso também significa que, diante de qualquer processo (judicial ou não), estará representando os interesses dos moradores. Em sua maioria, os síndicos desempenham funções em outros ramos de atuação e, por isso, não possuem conhecimento aprofundado acerca da contabilidade condominial ou em outras áreas relevantes para uma administração eficaz do condomínio. Isso pode representar um desafio, pois a gestão condominial envolve uma série de questões financeiras, legais e administrativas que exigem expertise específica.

O atual estudo é justificado pelo fato de que muitos administradores têm dificuldade no planejamento financeiro. Através da contabilidade gerencial serão encontradas informações suficientes para que o processo decisório, demonstrando indicadores relevantes e tempestivos extremamente úteis, juntamente às administradoras de condomínios e suas variedades de serviços, atuando como uma verdadeira parceira do síndico, contribuindo significativamente e ajudando com os desafios da gestão condominial de forma mais qualificada.

Além disso, existem muitas obrigações contábeis e fiscais a serem cumpridas, sendo áreas que causam inseguranças aos síndicos. Para maior transparência, a contabilidade contribui com a prestação de contas fornecendo uma visão clara e detalhada das finanças do condomínio e dos resultados das suas operações.

O presente trabalho busca responder a seguinte indagação: Como se dá o uso da contabilidade gerencial na gestão condominial pelos síndicos de uma administradora de condomínios na cidade de João Pessoa?

Tal questão é relevante para as administradoras de condomínios, porque demonstra aos síndicos e proprietários das unidades residenciais a existência de relatórios fornecidos pela contabilidade gerencial, a fim de auxiliá-los no processo de gestão, visando melhor aproveitamento dos recursos arrecadados. Em adição, para o meio acadêmico o presente estudo pode ser usado como referencial teórico em pesquisas a respeito do tema.

O objetivo geral do presente trabalho é exteriorizar como ocorre o uso da contabilidade gerencial por síndicos de uma administradora de condomínios na cidade de João Pessoa. Já os objetivos específicos são: abordar aspectos da legislação condominial no Brasil; descrever os principais relatórios exigidos pela legislação de condomínios; demonstrar informações geradas pela contabilidade gerencial; analisar qual a percepção dos síndicos sobre o uso dessa ferramenta para o processo de decisão no condomínio.

Em relação à metodologia, reunidas informações de livros, sites, jornais e artigos, a fim de levantar dados secundários e dar suporte a um estudo de caso em um escritório localizado na cidade de João Pessoa, que executa os serviços de administração de condomínios, onde será aplicado um questionário levantando dados para análise dos resultados obtidos. A estrutura do artigo será dividida em

cinco partes: introdução, na sequência a fundamentação teórica, que servirá de base para o estudo, em seguida a metodologia aplicada, logo após, análise de dados e discussões dos resultados, e por fim as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONDOMÍNIOS

Segundo Velozo (2020), a evolução dos condomínios é percebida no início do século XX, pelo fato do crescimento urbano acelerado e a insuficiência de territórios nos grandes centros. Essa circunstância originou condomínios devido à otimização do espaço e a verticalização das construções. Pode-se relacionar tal crescimento com a revolução industrial, pois foi durante esse período que as cidades começaram a passar pelo processo intenso de urbanização. Nessa época, ocorriam muitas migrações do campo para as cidades da população em busca de melhores condições de vida e, devido às cidades ficarem cada vez mais cheias e populosas, os edifícios foram uma solução para expandir as unidades habitacionais.

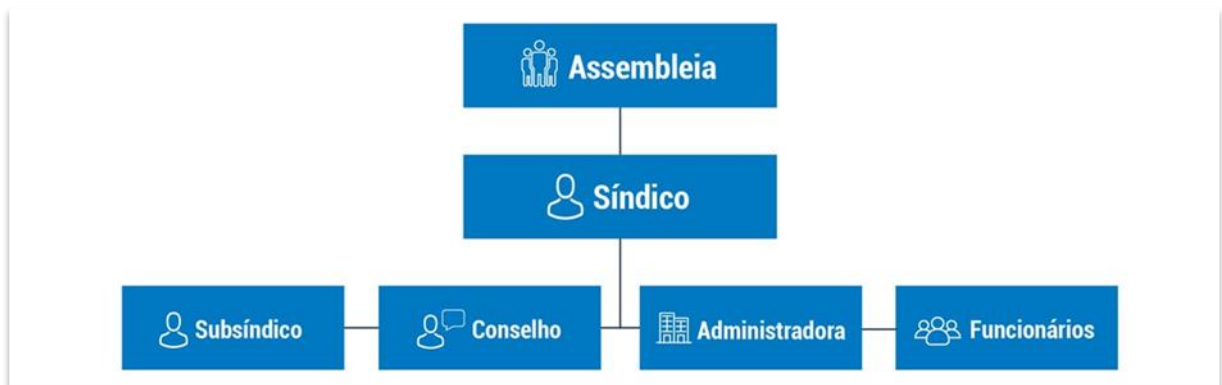
O condomínio é um tipo de propriedade habitacional ou comercial que permite que diferentes proprietários tenham posse individualmente de suas unidades, mas que compartilham a propriedade e obrigações sobre as áreas comuns, como piscina, jardim, academia e outros espaço de uso coletivo compartilhada pelos condôminos, que são geridas por um síndico e/ou administradora.

Esse tipo de habitação possui várias vantagens e têm se tornado uma escolha cada vez mais popular devido à oferta de maior segurança aos moradores, além de proporcionar o desenvolvimento de uma comunidade. Muitos condomínios estão localizados em áreas estratégicas, que facilitam a vida dos moradores, e, se estão bem localizados, também tendem a serem valorizados. As despesas são divididas entre os moradores, as regras podem ajudar na boa convivência com os condôminos, entre outras vantagens que fazem dos condomínios a escolha de muitas pessoas e explica o aumento da procura por essa forma de habitação.

O Esquema 01 representa que os condomínios possuem junto à sua estrutura organizacional uma hierarquia. No topo, está a Assembleia Geral: reuniões formadas por todos os condôminos, o órgão máximo de decisão do condomínio. Logo abaixo

está o síndico, que é o representante legal do condomínio. Ele será eleito pelos condôminos na Assembleia Geral. Abaixo do síndico e de igual nível entre si estão o subsíndico, o conselho, a administradora e os funcionários. O subsíndico auxilia e pode substituir o síndico em sua ausência. O conselho fiscal tem a função de fiscalizar as prestações de contas do condomínio e emitir parecer sobre essas contas. Já as administradoras são empresas contratadas para ajudar na administração condominial e são supervisionadas pelo síndico. Ambos também são decididos em Assembleia Geral.

O gráfico 01 representa que os condomínios possuem junto a sua estrutura organizacional uma hierarquia. No topo, tem a Assembleia Geral, que são reuniões formadas por todos os condôminos, o órgão máximo de decisão do condomínio. Logo abaixo tem o síndico, o representante legal do condomínio, que será eleito pelos condôminos em Assembleia Geral. E abaixo existe o síndico, conselho, administradora e funcionários. O subsíndico auxilia e pode substituir o síndico em



sua ausência. O conselho fiscal tem a função de fiscalizar as prestações de contas do condomínio e emitir parecer sobre essas contas. Já as administradoras são empresas contratadas para ajudar na administração condominial e são supervisionadas pelo síndico. Ambos também são decididos em Assembleia Geral.

Gráfico 01: Hierarquia condominial
Fonte: Robotton Condomínios

2.2 ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO CONDOMINIAL NO BRASIL (CONSTITUIÇÃO E GESTÃO)

A legislação condominial estabelece as regras e diretrizes para a constituição, organização, administração e convivência nos condomínios, que regem inúmeras leis. No Brasil, os condomínios devem seguir a legislação aplicável compostas principalmente pela Lei do Condomínio (Lei n. 4.591/1964), pelo Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406/2002), seguido da Convenção Condominial e o Regimento Interno.

A lei do Condomínio regido pela Lei n. 4.591/1964 e o Código Civil Brasileiro instituído pela Lei n. 10.406/2002 é uma das legislações mais importantes que regulamenta e estabelece disposições gerais sobre os condomínios. É essencial que os síndicos, gestores e demais envolvidos na administração condominial estejam cientes das disposições dessas leis, a fim de garantir uma convivência harmoniosa e uma administração eficiente do condomínio.

2.2.1 Lei do Condomínio (nº 4.591/1964)

A lei do Condomínio é uma legislação mais específica que estabelece regras para constituição, administração e convivência do condomínio, incluindo questões como elaboração da convenção do condomínio, dos direitos e deveres dos condôminos, a realização de assembleia e outros aspectos. Pode-se dizer que essa lei é o conjunto de normas que disciplinam a administração dos condomínios e as incorporações imobiliárias (SCHWARTZ, 2017, pág. 22). Os principais pontos abordados na lei são:

Constituição do Condomínio: estabelece diretrizes para a constituição do condomínio por meio da elaboração e registro da convenção do condomínio, que definirá regras e direitos dos condôminos, assim como a administração do condomínio.

Assembleias: são reuniões realizadas para discutir e deliberar sobre assuntos do interesse do condomínio, a lei estabelece regras para convocação, *quorum* de deliberação e votação. As assembleias são fundamentais para uma administração democrática e transparente.

Direitos e deveres do condomínio: os direitos e deveres são estabelecidos principalmente pela legislação condominial, como, por exemplo, direito a uso e

fruição das áreas comuns, direito a voz nas assembleias, dever de contribuir com as despesas condominiais e dever de zelar pelo patrimônio.

Administração de Condomínio: a lei estabelece pontos de dever e responsabilidade ligado ao síndico que é o responsável por convocar e presidir assembleias, zelar pela manutenção das áreas comuns, administrar as finanças do condomínio, entre outras atribuições.

Despesas Condominiais: a lei regulamenta regras para rateios das despesas, formas de cobranças, inadimplência e outros aspectos.

A lei do Condomínio também prevê mecanismo para soluções de conflitos e outras disposições relacionadas à gestão e ao funcionamento do condomínio.

2.2.2 Código Civil Brasileiro (nº 10.406/2002)

É a legislação principal que aborda os direitos e obrigações dos síndicos e dos condôminos em condomínios, embora não trate exclusivamente de condomínios, contém disposições importantes que regulam as relações condominiais, especialmente nos artigos referentes ao direito das coisas e à propriedade. Nessa lei é possível encontrar os direitos e deveres dos condôminos em relação à administração e ao uso das áreas comuns do condomínio, bem como às suas unidades privativas, regras para a eleição do síndico e suas atribuições, incluindo a administração e representação legal do condomínio, a prestação de contas e a convocação de assembleias, cobrança das despesas condominiais em atraso, bem como os direitos e deveres dos condôminos em relação ao pagamento das taxas condominiais e várias outros aspectos importantes para os condomínios.

2.2.3 Convenção condominial

A convenção condominial é um instrumento importante que orienta a vida em condomínio e define os direitos e deveres de todos os envolvidos. Ela é elaborada no momento da constituição e é a base legal que orienta o dia a dia dos condôminos, do síndico e demais envolvidos na gestão condominial.

O código civil (2002), artigo 1.333 destaca que é obrigatória para os proprietários de unidades, promitentes compradores, cessionários e promitentes

cessionários, atuais e futuros, como para qualquer ocupante, Convenção que reúna as assinaturas de titulares de direitos que representem, no mínimo, 2/3 das frações ideais que compõem o condomínio. Visando ser aprovada pela maioria dos condôminos, proporcionando legitimidade e representatividade ao documento. Por meio da convenção é possível estabelecer regras e proporcionar segurança jurídica.

2.2.4 Regimento interno

São as normas que regulam, disciplinam o dia a dia, a conduta interna dos condôminos, locatários, ocupantes das unidades e funcionários, para haver uma convivência harmônica entre as pessoas. Determina, por exemplo, os horários de uso das áreas comuns e como utilizá-las (SCHWARTZ, 2017, pág. 22).

Segundo Pinto (2000), o Regimento interno complementa a Convenção do Condomínio, destina a esclarecer detalhes e disciplinas as normas gerais nelas contidas, sendo nenhuma contrária à nossa legislação. O documento define, entre outras proposições, as regras de funcionamento das áreas comuns, como salões de festas, garagem, piscina, sauna, espaço de lazer.

No parágrafo 4º da Lei 10.406 do Código Civil (2002), enfatiza que administrador poderá modificar o regimento interno quanto aos aspectos estritamente operacionais da gestão da multipropriedade no condomínio edilício. Desse modo, desde que seja respeitado o procedimento estabelecido na convenção condominial e na legislação vigente, o regimento interno pode ser modificado.

2.3 PRINCIPAIS RELATÓRIOS EXIGIDOS AOS CONDOMÍNIOS

Embora o condomínio seja um tipo de empresa sem fins lucrativos e não exista nenhuma lei que obrigue a contratação de serviços de um contador, são exigidos alguns documentos e registros que são comuns e frequentemente solicitados para garantir a transparência e a prestação de contas na administração do condomínio. O artigo 1.348, Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002 prevê o que compete ao síndico:

- a) representar ativa e passivamente, o condomínio, em juízo ou fora dele, e praticar os atos de defesa dos interesses comuns, nos limites das atribuições conferidas por esta Lei ou pela Convenção;
- b) exercer a administração interna da edificação ou do conjunto de edificações, no que respeita à sua vigência, moralidade e segurança, bem como aos serviços que interessam a todos os moradores;
- c) praticar os atos que lhe atribuírem as leis a Convenção e o Regimento Interno;
- d) impor as multas estabelecidas na Lei, na Convenção ou no Regimento Interno;
- e) cumprir e fazer cumprir a Convenção e o Regimento Interno, bem como executar e fazer executar as deliberações da assembleia;
- f) prestar contas à assembleia dos condôminos.
- g) manter guardada durante o prazo de cinco anos para eventuais necessidades de verificação contábil, toda a documentação relativa ao condomínio (Alínea incluída pela Lei nº 6.434, de 15.7.1977).

Como umas das competências e obrigações do síndico destacada no item f acima, a prestação de contas é um relatório financeiro que detalha as receitas e despesas do condomínio em um determinado período. É geralmente feito mensalmente e deve ser apresentado em assembleia geral ordinária.

Conforme o dicionário online Dicio (s.d), a prestação de contas é a ação de apresentar publicamente o movimento financeiro pelo qual é responsável. Na prestação de contas são incluídas informações de receitas e despesas sobre obras realizadas, contratos assinados, despesas incorridas, créditos recebidos, entre outros aspectos relevantes para a gestão do condomínio.

Caso o condomínio possua funcionários contratados, é necessário manter toda a documentação trabalhista e previdenciária em conformidade com a legislação vigente, incluído os recolhimentos dos encargos sociais, folha de pagamento, registro de empregados, entre outros.

Outro registro exigido é o livro de atas onde são registrados deliberações e decisões tomadas em assembleias condominiais, é uma parte da documentação essencial e deve ser atualizado e disponível para consultas dos condôminos.

O relatório de inadimplência destaca todos os condôminos que estão com taxas condominiais em atraso, esse relatório é importante para acompanhar a saúde financeira e tomar medidas para lidar referente a essa inadimplência. Para garantir uma administração transparente e responsável, esses são alguns relatórios e registros que podem ser exigidos pela legislação condominial brasileira

2.4 CONTABILIDADE GERENCIAL

A Contabilidade Gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que auxiliem em suas funções gerais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, por meio de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial. (CREAPALDI, 2017, pág.8). Como já destacado, a contabilidade gerencial produz informações financeiras e não financeiras que auxiliam os gestores nas tomadas de decisões entendendo e controlando as operações em uma organização.

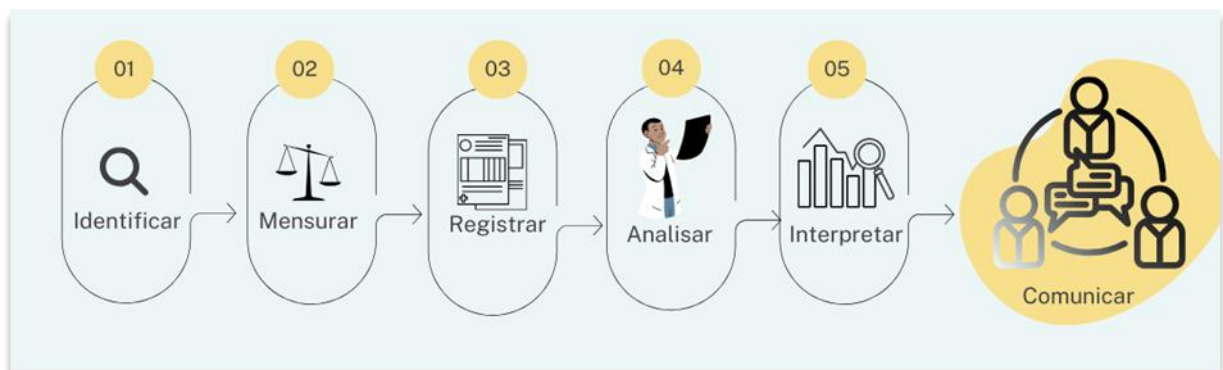
“A contabilidade gerencial ajuda os gerentes na realização de três atividades vitais: o planejamento, controle e a tomada de decisão. O planejamento envolve estabelecer objetivos e especificar de que forma alcança-los. O controle envolve o feedback para garantir que o plano seja adequadamente executado. A tomada de decisões envolver selecionar uma ação dentre alternativas correntes”. (GARRISON, NOREEN, BREWER, 2012, pág.26).

Esses três aspectos trabalham em conjunto para apoiar a gestão eficaz de uma organização, permitindo que os gestores planejem com base em informações confiáveis, monitorem o desempenho e façam ajustes quando necessário, viabilizando informações que incluem análise de custos, rentabilidade de produtos, desempenho financeiro e outras métricas relevantes para uma gestão eficaz.

No processo de planejamento e controle, permite que os gestores estabeleçam metas e desenvolvam planos para alcançá-los, fornecendo mecanismo de controles para monitorar o progresso em relação aos objetivos dos ajustes quando necessários. Tratando-se de condomínios, existem algumas metas comuns que esses residenciais podem buscar, como redução dos custos operacionais, melhorias de qualidade de vida, promoção de sustentabilidade como redução de água e energia, alinhado às necessidades e recursos disponíveis para sua realização. Se os planos forem elaborados de forma sensata, tem-se uma base para exercício de controle sobre a empresa. (ATRIL E MCLANEY, 2014, pág. 256).

Figura 01: Processos de contabilidade gerencial
Fonte: TOTVS, 2023

A figura 01 mostra os processos da contabilidade gerencial. Pode-se observar que o primeiro passo é a identificação e quantificação das informações de atividades e assuntos financeiros em uma organização. Em seguida, ocorre o processo de mensuração que desempenha um processo crucial não apenas nas transações passadas, mas também nas futuras, ajudando os gestores a entender o desempenho passado e tomar decisões sobre o futuro. O próximo passo é o registro das informações, documentos e categorizar todas as transações e eventos financeiros, sendo essencial para garantir a integridade das informações financeiras. No 4º passo tem-se a análise desses dados, permitindo aos gestores entender



melhor como as diferentes atividades e fatores financeiros afetam o desempenho global da organização e auxilia na tomada de decisões estratégicas. O penúltimo passo é a preparação e interpretação de informações contábeis e de planejamento para atender as necessidades específicas, envolvendo racionalização e análise dos dados e de planejamento de forma de fornecer *insights* valiosos para a tomada de decisões estratégicas.

Segundo Iudícibus (2020, pág 4), a contabilidade gerencial tem em seu cerne única e exclusivamente a finalidade de atender à administração de empresas, com informações úteis, tempestivas e confiáveis para o processo de decisão assertivo do gestor. Dessa forma, fornece instrumentos e ferramentas que ajudam na gestão eficiente dos recursos financeiros, identifica oportunidades de melhoria, avalia o desempenho e apoia o planejamento estratégico. Isso pode incluir a elaboração de orçamentos, análises de custos, controle de despesas, avaliação de alternativas de

investimento, entre outros, identificando oportunidades de melhoria e avaliando o desempenho financeiro do condomínio.

Os relatórios contábeis gerenciais devem gerar, além das demonstrações contábeis mais usuais, tabelas, quadros, gráficos e figuras; devem, sempre que possível, trazer comentários sobre o que está sendo reportado e sugerir aos gestores ações que poderiam ser tomadas à luz das informações reportada (JUNQUEIRA, NASCIMENTO, ROCHA, FREZATTI, 2011, pág. 73).

Portanto, a contabilidade gerencial desempenha um papel fundamental na gestão eficaz de uma organização, fornecendo valiosas informações que ajudarão os gestores a entender melhor o desempenho financeiro para tomada de decisões para alcançar os objetivos.

2.5 PERCEPÇÃO DOS SINDICOS SOBRE O USO DA CONTABILIDADE GERENCIAL PARA O PROCESSO DECISÓRIO NO CONDOMINIO (ESTUDOS CORRELATOS)

O estudo feito por Zanella, Leme e Camargo (2017), teve por objetivo demonstrar como a contabilidade pode gerar informações que auxiliam na prestação de contas do condomínio. A implementação dessas ferramentas é fundamental, pois além de auxiliar o síndico na prestação de contas, auxilia no monitoramento das finanças. Com esse estudo, foi possível perceber que, mediante uma pesquisa, foi constatado que a contabilidade gerencial é um importante instrumento para uma administração com transparência e eficácia. O estudo revelou que apesar do síndico estar realizando a prestação de contas mensalmente, feito por ele mesmo, a prestação não estava clara e objetiva por motivos do gestor não ter o entendimento necessário. Essa dificuldade acontece devido à falta de conhecimento do síndico em contabilidade gerencial, o que implica na transparência e no entendimento das informações financeiras por parte dos moradores. A contratação de uma administradora de condomínios poderia ser uma solução eficaz para proporcionar uma gestão mais clara, objetiva e compreensível. As administradoras possuem várias ferramentas que facilitariam a leitura e compreensão pelos condôminos, aumentando o nível de transparência e beneficiando a todos. Pode-se destacar que,

diante dessa pesquisa, o modelo de autogestão apresenta desafios significativos e limitações para os que utilizam desse modelo de gestão.

Nessa conjuntura, Leal, Silva e Badue (2022) abordou a influência das características pessoais e comportamentais dos síndicos na utilização e importância da informação contábil gerencial e financeira no processo de tomada de decisão na gestão de condomínios. Seu artigo aborda a problemática de como as características pessoais e comportamentais dos síndicos influenciam a informação contábil, gerencial e financeira para o processo de decisão na gestão de condomínios. Para buscar responder a essa problemática, os autores fizeram um estudo com os síndicos mediante aplicação de questionários de uma empresa que presta serviços contábeis e de administradora de condomínios realizada com 57 clientes. Nessa pesquisa foi constatado que as informações contábeis gerenciais são benéficas, principalmente na tomada de decisão. Com base nas informações obtidas, que incluem análise de custos, fluxo de caixa, previsões orçamentárias, detalhes sobre despesa, entre outros, o síndico pode avaliar o desempenho financeiro do condomínio, identificando áreas de melhoria, e planejar investimentos de forma mais eficiente.

Em contrapartida, Almeida, Bortoli e Souza (2015), abordou como a contabilidade, como também a auditoria pode auxiliar na transparência da gestão do condomínio. Os autores escolheram um condomínio para fazer auditoria que não fazia o uso da contabilidade, a fim de verificar as contas com a investigação dos documentos de alguns anos disponibilizado pelo condomínio e um estudo de caso com os moradores buscando informações no período dos documentos analisados. Foi percebido que a falta de conhecimento e de um especialista contábil pode ter acarretado diversos erros, demonstrando que a contabilidade e auditoria podem evitar os problemas que foram detectados. Um síndico que não possui um conhecimento acerca da administração e contabilidade pode enfrentar vários desafios na gestão dos recursos financeiros do condomínio, o que pode levar a diversas consequências, como foi o caso do estudo. Assim como, não era feita a fiscalização das prestações das contas, observando que as prestações não estavam assinadas pelo conselho tampouco pelo síndico, é importante também que os condôminos façam análises a fim de evitar essas irregularidades.

A pesquisa bibliográfica realizada por Bücken (2014) destacou a importância da contabilidade para a administração eficiente dos condomínios, evidenciando que a administração condominial exige conhecimento em diversas áreas, como financeira, trabalhista e contábil. Os resultados dessa pesquisa indicaram que as prestações de contas nos condomínios não estavam sendo transparentes, o que é um problema recorrente identificado em outros estudos aqui analisados. Esse ponto comum entre os estudos, enfatiza a necessidade de maior transparência e rigor contábil na gestão condominial para garantir a correta prestação de contas e a satisfação dos condôminos. O autor ainda destacou que, os maiores problemas encontrados estão relacionados com a inadimplência e previsão orçamentária de má qualidade, de modo que, uma análise detalhada das contas pode revelar se os déficits são causados pelas inadimplências dos condomínios ou se as receitas e despesas foram mal planejadas. Assim, a contabilidade desempenha um papel crucial na identificação desses problemas e na garantia de uma gestão financeira equilibrada, transparente e eficiente, ajustando as taxas conforme a real necessidade do condomínio e promovendo uma administração justa e equilibrada.

Os estudos destacados neste tópico serviram como base para contextualizar e comparar os resultados obtidos na pesquisa atual com o conhecimento existente no campo em questão. Fornecendo um referencial teórico e prático que possibilitou a análise crítica e a identificação de padrões e problemas recorrentes na administração financeira dos condomínios.

2.6 ADMINISTRADORAS DE CONDOMÍNIOS

A administração é uma ciência social voltada para as melhores práticas em uma organização. Essa ciência estuda os objetivos das empresas e desenvolve ações para chegar a estes, utilizando seus pilares como planejamento, organização das atividades, controle e direção (CAVALCANTE, 2015, pág. 10). Ao aplicar esses pilares de administração de forma integrada e coerente, as organizações podem melhorar sua eficiência, produtividade e desempenho geral, que aliada aos condomínios é fundamental para garantir o bom funcionamento, desempenhando

um papel essencial na promoção de uma comunidade harmoniosa e bem gerenciada.

Ribeiro (2023) define condomínio como uma comunidade, por ser composta por um grupo de pessoas que compartilham um espaço de convivência, seja para moradia ou trabalho. Ao reconhecer o condomínio como uma comunidade, é possível promover uma cultura de participação, cooperação e solidariedade entre os condôminos, contribuindo para um ambiente mais acolhedor e inclusivo. Isso inclui desde a elaboração da folha de pagamento dos funcionários até a gestão tributária e financeira do condomínio. Embora a administradora assuma muitas responsabilidades práticas e burocráticas, todas as decisões finais devem ser tomadas pelo síndico, conforme estabelecido pela legislação condominial. O síndico é o representante legal do condomínio e tem a responsabilidade de conduzir a gestão de acordo com os interesses dos condôminos.

As administradoras de condomínios desempenham um papel fundamental na gestão e operação eficientes de condomínios, segundo o capítulo VI da Lei 4.591, no segundo parágrafo, as funções administrativas podem ser delegadas a pessoas de confiança do síndico, e sob a sua inteira responsabilidade, mediante aprovação da assembleia geral dos condôminos. Essa delegação pode incluir várias funções de responsabilidades administrativas, como a gestão financeira, organização dos documentos, coordenação de serviços e outras atividades relacionadas à administração do condomínio, mesmo que algumas funções sejam delegadas a outras empresas, o síndico continua sendo o responsável final do condomínio.

O artigo 1.406 do Código Civil, destaca que a assembleia pode investir em outra pessoa, em lugar do síndico, em poderes de representação. Isso significa que os condôminos têm a capacidade de autorizar uma pessoa específica a agir em nome do condomínio em determinadas situações, como assinatura de contratos, representação em processos judiciais, negociações com fornecedores, entre outras atividades relacionadas à administração do condomínio.

Garantir uma comunicação clara e transparente entre o síndico e a administradora, bem como o cumprimento das obrigações contratuais, promove uma gestão condominial eficiente e satisfatória para todos os envolvidos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se classifica como aplicada descritiva, buscando apresentar uma visão detalhada do tema através da aplicação do questionário, investigando como os síndicos avaliam a utilização da contabilidade gerencial no processo decisório.

Objetivamente, buscou-se descrever características do fenômeno estudado. De acordo com Gray (2012, pág. 180), a pesquisa descritiva, visa avaliar as características de uma determinada população, em um determinado momento ou comparatividade, ao longo do tempo.

Quanto à abordagem do problema, foi feita uma pesquisa quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa lida com dados na forma de números e usa operações matemáticas para investigar suas propriedades (WALLIMAN, 2015 pág. 109). Sendo assim, foram extraídos e examinados dados utilizando métodos estáticos que foram tratados qualitativamente os números não numéricos. Segundo Gil (2021, pág 16), a pesquisa qualitativa enfatiza as qualidades de entidades e de processos que não são apresentados em termos de quantidade, intensidade ou frequência.

No que tange aos procedimentos técnicos utilizados nessa pesquisa, foi feito um estudo de caso, “que permite que os investigadores foquem um “caso” e retenham uma perspectiva holística e do mundo real – como no estudo dos ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos (YIN, 2015, pág. 3). Para dar suporte à pesquisa foi feita uma revisão de literatura com pesquisa bibliográfica nas fontes de artigos já publicados, destacando teorias, dados e visão de autores sobre o assunto em questão nesse artigo.

Para fontes de informação foram utilizados dados primários e dados secundários, ambos desempenhando papéis importantes no processo da presente pesquisa, a fim de construir uma compreensão abrangente do assunto. Para utilização das fontes primárias, a pesquisa foi feita em uma administradora de condomínio Semog localizada na cidade de João Pessoa – Pb, que está no mercado há mais de 30 anos prestando serviços de assessoria condominial, onde foram contados com a participação de 69 síndicos. Foram extraídos dados por meio de

uma aplicação de questionário com base no estudo feito por Segreti e Farber (2006) via Google forms.

As 6 primeiras questões analisaram as características de cada entrevistado. A segunda parte possui 11 questões sobre a análise da adoção e uso da informação contábil, gerencial e financeiras dos condomínios. Na terceira sessão, mais 6 questões buscando investigar as informações utilizadas para a gestão do condomínio.

Na quarta parte com 3 questões, foi dada a opinião dos síndicos sobre com relação aos condôminos e, finalmente, com mais 3 questões finais destaca-se a percepção dos síndicos sobre a administração condominial. O questionário foi submetido ao Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 16.05.2024, o qual foi aprovado sob o parecer de nº 6.846.372, e somente então foi realizada a sua aplicação diretamente na empresa objeto de estudo. Como fonte secundária foram usados artigos e estudos de relevâncias feitos por outros autores fornecendo informações sobre o assunto em questão.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 A EMPRESA

A SEMOG (serviços de assessoria condominial) iniciou suas atividades em Recife Pernambuco no ano de 1992. Em 31/05/2004 expandiu seus negócios para a cidade de João Pessoa– Pb, onde está localizada na Avenida Guarabira, 834, no bairro de Manaíra e que será o objeto para o estudo. A empresa tem natureza jurídica de Sociedade Empresarial Limitada e, desde 2015, é optante pelo Simples Nacional.

Os serviços são setorizados divididos em áreas específicas: o setor de cobrança, responsável pela arrecadação do condomínio, que faz toda a questão de boletos, taxas de condomínio, controle de inadimplência, contato com os devedores, trabalhando para que as dívidas diminuam, visto que a maior fonte de renda dos condomínios são tais taxas. O setor financeiro é responsável pelas contas a pagar,

onde são feitos pagamentos a fornecedores e manutenções do condomínio, conciliação bancária, montagem das prestações de contas, entrega de declarações fiscais, acompanhando a saúde financeira do condomínio. O quadro de funcionários fica sob responsabilidade do departamento pessoal, onde são emitidas guias de impostos, folha de pagamento e folguista. As multas, convenção, assembleias, comunicados, são atribuídos ao setor de gestão. É possível também fazer cotações de produtos e serviços, pedidos de materiais, orçamentos com a recepção. Têm-se ainda os engenheiros, contadores e jurídicos que dão suporte aos clientes. É uma



microempresa que atualmente possui 25 colaboradores.

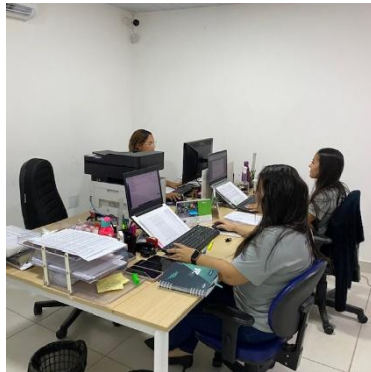


Figura 02: Setor de cobranças.
Fonte: Autoria própria.

Figura 03: Setor de departamento pessoal.
Fonte: Autoria própria.

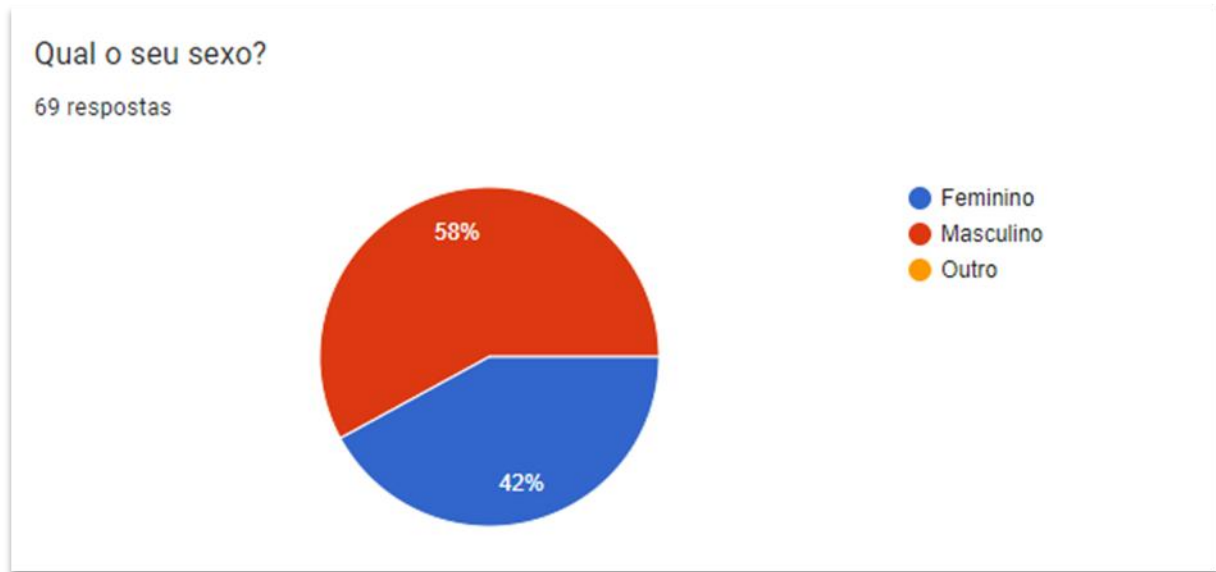


Figura 04: Setor financeiro.
Fonte: Autoria própria.

Figura 05: Setor de gestão.
Fonte: Autoria própria.

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Gráfico 02: Sexo.
Fonte: Autoria própria.

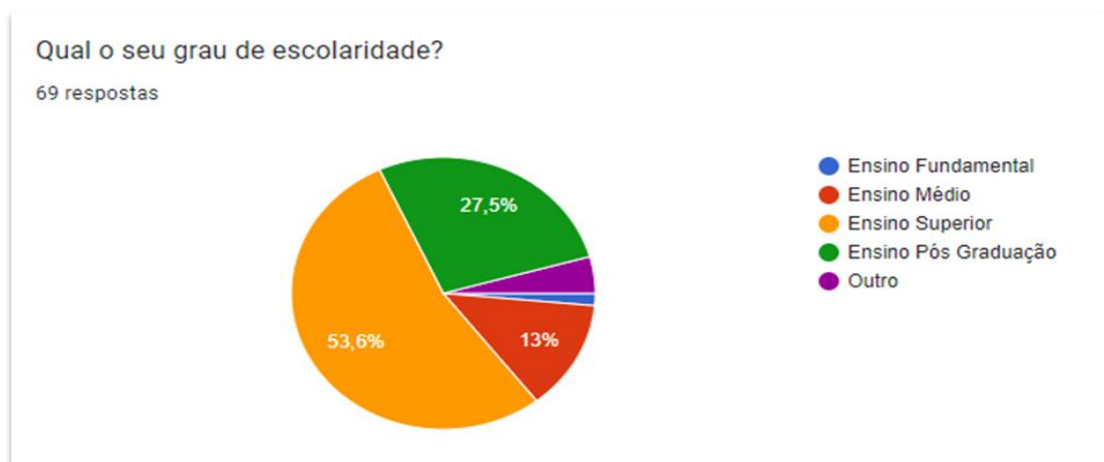


Gráfico 03: Faixa etária.

Fonte: Autoria própria.

Conforme gráficos acima, em relação ao sexo dos participantes, há predominância do sexo masculino (58%). Já o segundo questionário, referente à faixa etária, observa-se que a idade mais frequente é entre 40 e 49 anos (32,9%), seguidos de 30 a 39 (24,6%), 18 a 29 anos (23,2%), 50 a 59 anos (11,6%) e, por último, e 8,7% estão entre 60 e 69 anos.

Gráfico 04: Grau de escolaridade.

Fonte: Autoria própria.

O grau de escolaridade influencia diretamente nas tomadas de decisões, pois níveis mais altos de educação possibilitam melhores análises e resoluções de problemas. Sendo assim, foi perguntado o grau de escolaridade de cada

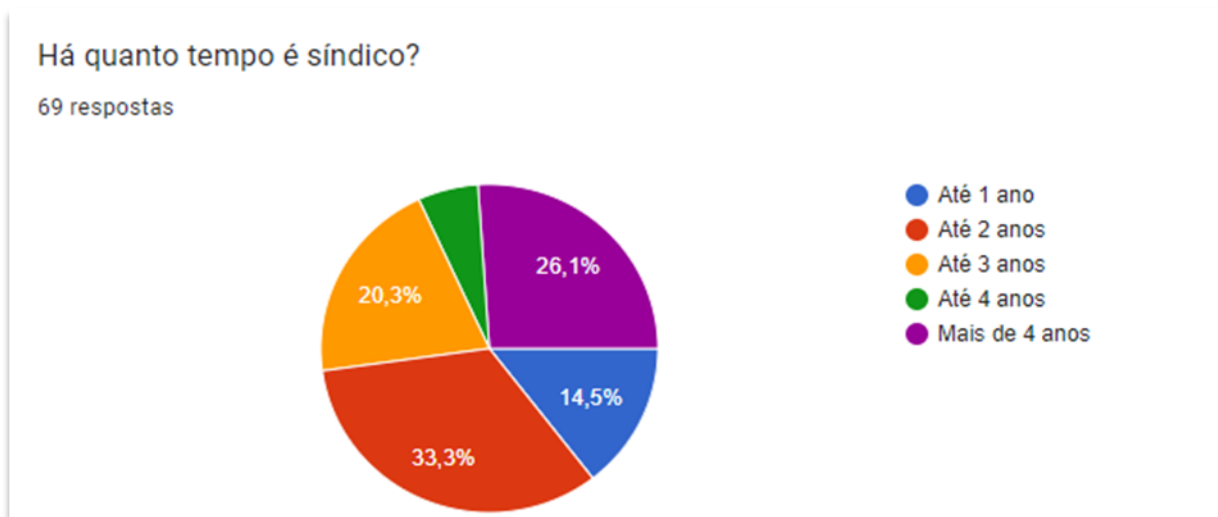


entrevistado. Obteve-se que 53,6% possuem ensino superior, 27,5% pós-graduação e 13% ensino médio.

Gráfico 05: Exerce outra função além de síndico.

Fonte: Autoria própria

Com 85,5% para sim e 14,85% para não, boa parte dos participantes possuem outra função além de síndico. Tal resultado pode ser desafiador, por exigir tempo e dedicação para cumprir as responsabilidades que lhe são atribuídas, sendo



importante avaliar a capacidade de conciliar seu papel de síndico e demais funções que possuir.

Gráfico 06: Tempo de síndico.
Fonte: Autoria própria.

O tempo de sindicância pode influenciar em vários aspectos. Síndicos com mais tempo de experiência tendem a ser mais eficientes devido a terem enfrentado diversas situações, adquirindo vários conhecimentos, já conhecendo bem o orçamento e as necessidades financeiras do condomínio. Com base no gráfico acima, 33,3% têm até 2 anos, 26,1% têm mais de 4 anos, 20,3% têm até 3 anos, 14,5% têm até 1 ano e uma pequena parte até 4 anos.

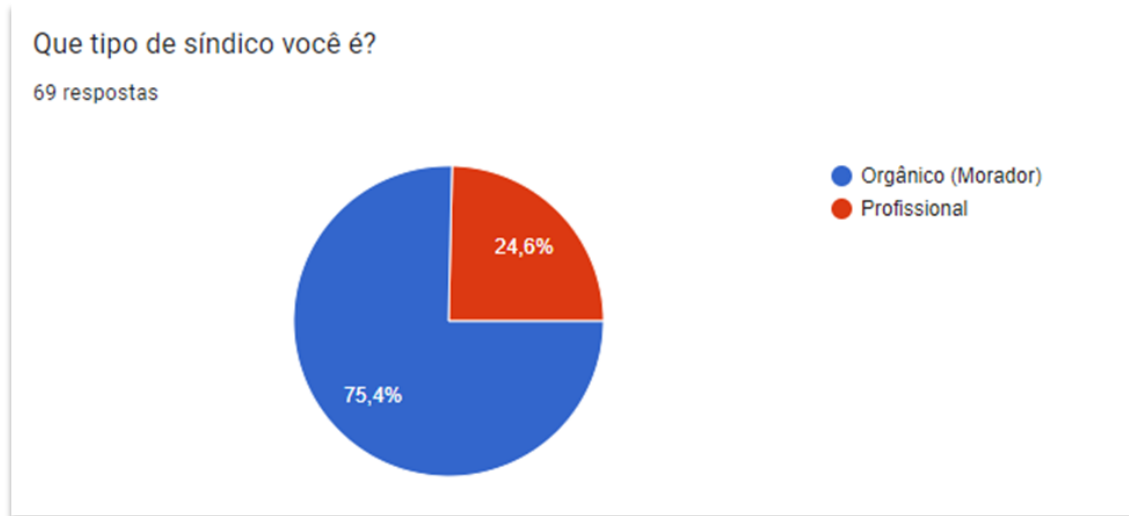


Gráfico 07: Tipo de síndico.
Fonte: Autoria própria.

Em relação ao tipo de síndico, verificou-se que a maioria é orgânico, ou seja, morador no próprio condomínio e assume essa função (75,4%) e apenas 24,6% profissionais, aquele contratado pelo condomínio e que não reside no local.

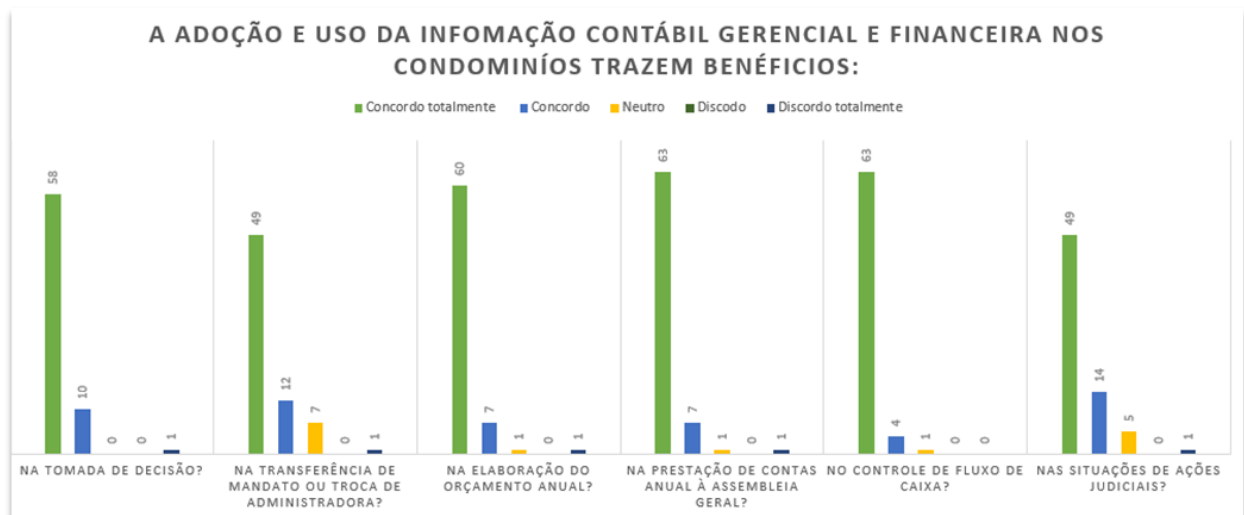


Gráfico 08: Benefícios do uso da informação contábil gerencial e financeira nos condomínios.
Fonte: Autoria própria.

Na sessão dos benefícios da adoção e uso da informação contábil gerencial, foram divididas por 6 questões. É possível encontrar na contabilidade gerencial várias informações financeiras e não financeiras que ajudam a analisar, planejar e controlar para uma tomada de decisão eficaz dentro do condomínio, por isso foi perguntado como a contabilidade gerencial pode influenciar na tomada de decisões, com 58 para concordo totalmente, 10 para concordo e 1 para discordo totalmente.

No segundo quesito em relação de como a contabilidade gerencial pode ajudar na transferência de mandato ou troca de administradora, tem-se que 49 concordam totalmente, 12 para concordo, 7 para neutro e 1 para discordo totalmente. Quando a administração assume, é necessário que se tenha clareza e transparência na situação financeira e operacional condominial, caso esta questão não esteja sendo atendida pode ocorrer o processo de transição de administradores.

Como destacado anteriormente, a principal e maior fonte de renda dos condomínios são as taxas condominiais pagas pelos próprios condôminos. Dessa forma, um orçamento permite a melhor forma de alocar esses recursos de maneira eficaz. Por isso, foi questionado como a contabilidade pode influenciar na elaboração do orçamento anual: 60 pessoas marcaram concordo totalmente, 7 para concordo, 1 para neutro e 1 para discordo totalmente.

Em relação a prestação de contas anual à assembleia anual, têm-se 63 para concordo totalmente, 4 para concordo, 1 para neutro e 1 para discordo totalmente. Como uma das responsabilidades mais importantes atribuídas ao síndico, é obrigatória a prestação de contas anual aos condôminos. O cumprimento dessa obrigação aumenta o grau de confiabilidade dos condôminos no síndico e na administração.

Em seguida, perguntou-se sobre o fluxo de caixa. Esse é um dos pontos principais para a saúde financeira condominial. Com a análise do fluxo de caixa, é possível entender a sua capacidade de cumprir com as obrigações, identificar déficits de caixa, permitindo com que se tomem medidas corretivas a tempo. Ao analisar o fluxo de caixa, os gestores podem monitorar o desempenho e fazer previsões financeiras. Os entrevistados marcaram 58 para concordo totalmente, 9 para concordo, 1 para neutro e 1 para discordo totalmente. Nas situações judiciais, 49 para concordo totalmente, 14 para concordo, 5 para neutro e 1 para discordo totalmente.

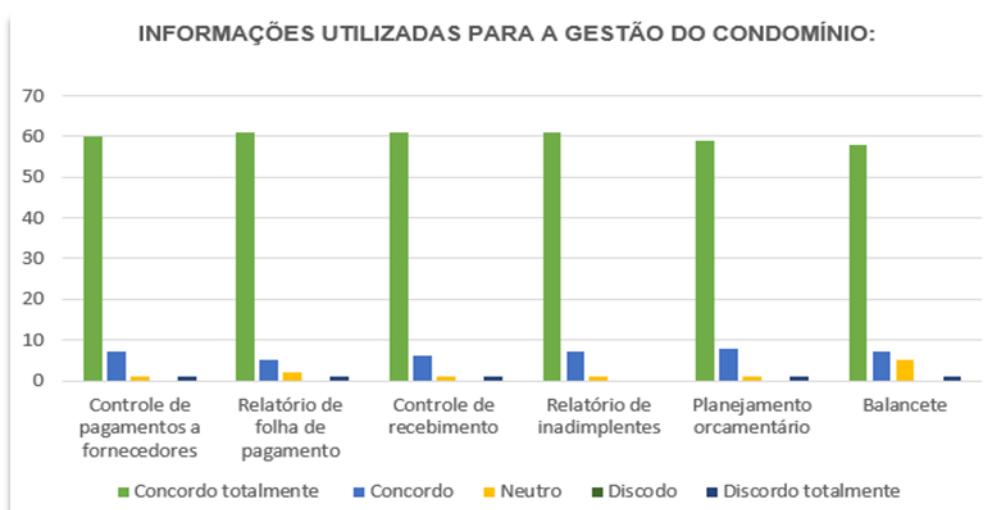


Gráfico 09: Informações utilizadas para a gestão do condomínio.

Fonte: Autoria própria.

Perguntou-se sobre as informações utilizadas para a gestão do condomínio. Verificou-se que o controle de pagamentos aos fornecedores possui alto grau de utilidade, com 60 para concordo totalmente, 7 para concordo, 1 para neutro e 1 para discordo totalmente. O pagamento aos fornecedores, tais como manutenção de piscina, manutenção de jardim, compra de materiais, pagamento de internet, garante a continuidade dos serviços e fornecimentos de materiais; por isso, é importante o acompanhamento diário dessa questão.

Depois, questionou-se sobre os relatórios de folha de pagamento, esse relatório fornecerá uma visão detalhada sobre os pagamentos dos funcionários, proporcionando o cumprimento das obrigações legais, preparando o condomínio para auditorias e fiscalizações.

Em seguida, foi perguntado sobre o controle de recebimento: 61 pessoas concordam totalmente, 6 concordam, 1 marcou com neutro e 1 discorda totalmente. A gestão de receitas garante que todas as entradas financeiras sejam recebidas no prazo, e, assim, o cumprimento das obrigações financeiras que o condomínio possui.

Ligada ao controle de recebimento, o relatório de inadimplente permite um acompanhamento para lidar com os que estão com pendências com suas taxas condominiais. Com esse monitoramento, é possível entrar em contato com quem possui pendência e resolver a situação para garantir o valor devido. 61 dos respondentes concordam totalmente, 7 concordam e 1 discorda totalmente.

No planejamento orçamentário, 59 concordam totalmente, 8 concordam, 1 como neutro e 1 como discordo totalmente. Já no balancete, 58 concordam totalmente, 7 concordam, 3 estão como neutros e 1 como discordo totalmente.

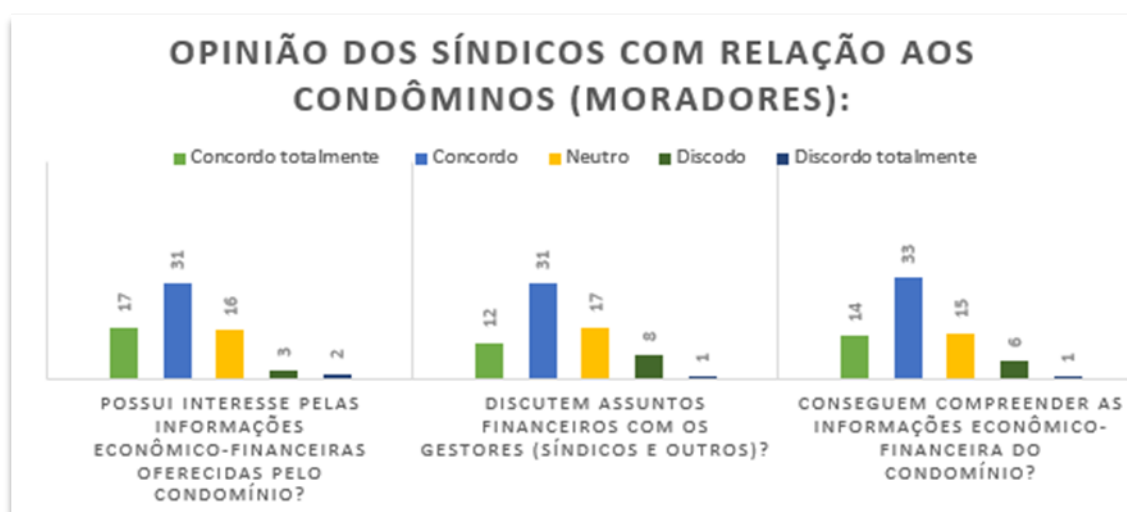


Grafico 10: Opinião dos síndicos com relação aos condôminos (moradores).

Fonte: Autoria própria.

Quanto à opinião dos síndicos em relação aos moradores, o gráfico é diferente dos anteriores. Com o maior envolvimento dos condôminos na fiscalização da gestão é possível viabilizar a identificação e prevenção de irregularidades nas contas além de reduzir suspeitas de más administrações. Dessa forma, foi abordado se os moradores possuem interesse pelas informações econômico-financeiras oferecidas pelo condomínio, 31 pessoas optaram por concordo, 17 por concordo totalmente, 16 neutros, 3 por discordo e 2 por discordo totalmente.

Quando se cria um vínculo de síndico e moradores discutindo assuntos financeiros, é gerado um local com mais transparência, onde todos sabem justamente onde estão havendo as aplicações dos recursos devido a essa participação ativa. No gráfico, a respeito dos moradores que discutem assuntos financeiros com os gestores, observa-se que 31 pessoas responderam que concordam, 17 como neutro, 12 como concordo totalmente, 6 para discordo e 1 para discordo totalmente.

Na contabilidade gerencial, há várias estratégias e relatórios gerados para facilitar a compreensão dos moradores nas questões econômicas-financeiras condominiais, tornando as informações mais compreensíveis e acessíveis. Por isso, foi perguntado como os síndicos avaliam o entendimento dos moradores na compreensão das informações econômico-financeiras condominiais. 33 confirmaram como concordo, 14 como concordo totalmente, 15 ficaram neutros, 6 como discordo e 1 como discordo totalmente.

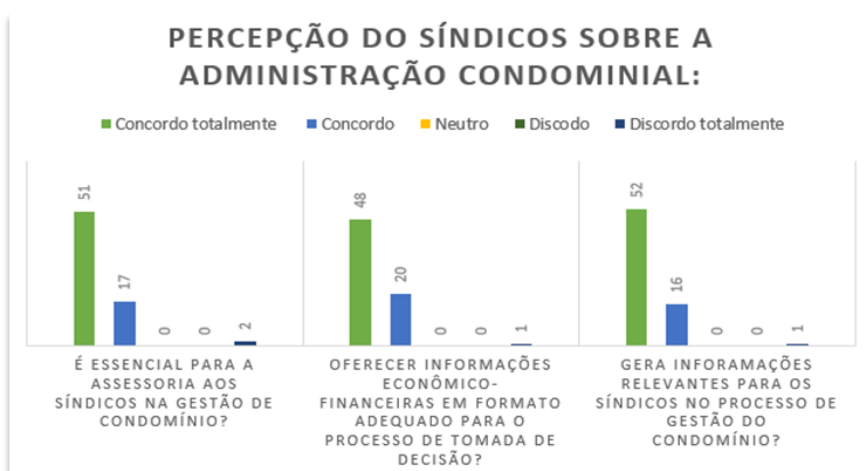


Grafico 11: Percepção dos síndicos sobre a administração condominial
Fonte: Autoria própria.

Conforme resultados obtidos no gráfico, a percepção dos síndicos sobre a administração condominial foi: 51 pessoas responderam que concordam totalmente, 17 para concordo e 1 para discordo totalmente sobre o questionamento se as administradoras são essenciais para os síndicos na gestão condominial, pois as administradoras executam um papel fundamental em contribuir o síndico em todo processo de gestão.

Em seguida, foi questionado se a administradora oferece informações econômico-financeiras em formato adequado para o processo de tomada de decisão, dos quais 48 responderam que concordo totalmente, 20 para concordo e 1 para discordo totalmente. Nota-se que as administradoras executam uma função importante na apresentação das informações com relatórios, gráficos, resumos financeiros, comparativos, projeções, usam uma comunicação clara e acessível, facilitando o processo e entendimento dos síndicos para tomadas de decisões.

Com relação à geração de informações pela administradora relevantes para os síndicos no processo de gestão do condomínio, foram obtidos 52 para concordo totalmente, 16 para concordo e 1 para discordo totalmente. Podendo perceber que as informações geradas são bastante relevantes para os síndicos, ajudando a manter o bom desempenho do condomínio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo explorar como ocorre o uso da contabilidade gerencial por síndicos de uma administradora de condomínios na cidade de João Pessoa, visto que a contabilidade gerencial se apresentou fundamental para a gestão eficiente dos condomínios concedendo várias informações e instrumentos relevantes para monitoramento e gestão financeira. Considerando que os relatórios, análises financeiras, previsões das finanças colabora para uma administração planejada e estratégica, foi possível verificar que a contabilidade gerencial se faz presente nas empresas sem fins lucrativos, que é o caso do condomínio.

No que se refere ao uso e adoção das informações da contabilidade gerencial nos condomínios, ficou claramente evidenciado que, no ponto de vista dos síndicos,

a maioria considera todos os relatórios apresentados como ferramentas vitais, proporcionando o monitoramento das entradas e saídas de caixa, prestação de contas, desempenho financeiro, redução de custos, possibilitando uma gestão transparente e confiante.

O segundo passo foi identificar quais informações são mais utilizadas na gestão condominial. Observou-se que os gráficos em relação da percepção dos síndicos aos condôminos têm uma variação maior de resposta. Boa parte concorda, mas, também, se mantém neutro em relação aos quesitos questionados. Há uma compreensão por parte dos moradores sobre os dados econômico-financeiros apresentados. Nesse caso, a linguagem e formatos que a contabilidade gerencial ocorre contribui para tornar essas informações mais acessíveis. Entretanto, há moradores que não participam das assembleias para as questões que envolvem as atividades do condomínio e dos recursos financeiros.

No último tópico, foi possível perceber que a assessoria condominial é de extrema importância, pois gera informações úteis e relevantes oferecendo um suporte abrangente, garantindo a transparência, conformidade legal e eficiência operacional do condomínio.

Para expansão e enriquecimento da presente pesquisa e maior colaboração profissional, recomenda-se a realização de novos estudos sobre o tema contabilidade gerencial e administração condominial, para assim ter uma comparabilidade maior dando um suporte sobre os dados, especialmente se os síndicos não fizerem a gestão junto com administradoras.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Andreza Richartz; BORTOLI, Daniela; SOUZA, Juliane Vieira. **A contabilidade e a auditoria na gestão dos condomínios como forma de auxiliar a transparência e a prevenção de fraudes: estudo de caso em condomínios de Florianópolis.** Disponível em: <https://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/empreendedorismo/article/view/32/14>. Acesso em: 27 mai 2024.

ARGETON, Andressa. **A utilização da contabilidade gerencial e suas informações na gestão de condomínios no município de Carazinho – RS.** Repositório UPF, 2020. Disponível em:

<http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/2169/1/CAR2020AndressaRazzeraArgenton.pdf>. Acesso em 10 de mar. 2024.

ATRILL, Peter; MCLANEY, Eddie. **Contabilidade gerencial para tomada de decisão - 1ª edição**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788502224391. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502224391/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Contabilidade Gerencial - Teoria e Prática, 8ª edição**. São Paulo: Grupo GEN, 2017.

BADUE, Bruno; SILVA, Taís Duarte; LEAL, Edvalda Araújo. **Análise do Uso da Informação Contábil Gerencial na Administração de Condomínios: um estudo com os Síndicos**. Associação Brasileira de Custos –ABC, 2020. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4768>. Acesso em 10 abr 2024.

BRASIL. Lei nº 13.777, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade e seu registro. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

BRASIL. Lei nº 4.591/64, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Planalto, Brasília, DF, 1965.

BRASIL. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre a sociedades por ações. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1976.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o código civil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002.

BUCKEN, Hermann Erwin. **O uso da contabilidade na gestão dos condomínios edifícios** Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140670/000968530.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 de mai 2024.

CAVALCANTE, Luis Felipe de O. **Administração Patrimonial**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. *E-book*. ISBN 9788522123506. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123506/>. Acesso em: 11 mai. 2024.

FarBer, J. C.; SeGreti, J. B. **Contribuição da contabilidade para a eficácia da gestão e controle de condomínios**. In: conGresso UsP de controladoria e Finanças em contaBilidade, 4, 2004, São Paulo. Anais, São Paulo: UsP, 2004. cd-rom.

FREZATTI, Fábio *et al.* **Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. São Paulo: Grupo GEN, 2011. E-book. ISBN 9788522478729. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478729/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER, Peter C. **Contabilidade gerencial**. [s.l.]: Grupo A, 2012.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770496/>. Acesso em: 11 mai. 2024.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real. (Métodos de pesquisa)**. São Paulo: Grupo A, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial - Da Teoria à Prática**. São Paulo: Grupo GEN, 2020.

Legislação de condomínio: um guia completo. Tudocondo, [s.d]. Disponível em: <https://tudocondo.com.br/legislacao-de-condominio> . Acesso em: 21 de mar. 2024.

MARION, José C. **Introdução à contabilidade gerencial**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

NEXTIN. **Contabilidade de condomínio: como fazer a melhor gestão [Dicas e ferramentas]**. Nextin, 2022. Disponível em:

<https://nextin.com.br/br/academy/contabilidade-de-condominio/>. Acesso em: 23 marc. 2024.

PINTO, Welington Almeida. **O condomínio e suas leis**. 4. ed. Belo Horizonte: Edições Brasileiras, 2000.

SCHWARTZ, Rosely Benevides De O. **Revolucionando o condomínio**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. *E-book*. ISBN 9788547222291. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547222291/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

SEGRETTI, J. B.; FARBER, J. C. análise da adequação das informações econômico-financeiras para a tomada de decisão nos condomínios residenciais da cidade de São Paulo através de uma pesquisa empírica. in: **Congresso USP de controladoria e Finanças em contabilidade**, 6., 2006, São Paulo. Anais, São Paulo: USP, 2006. cd-rom.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. Porto Alegre: Grupo A, 2015. *E-book*. ISBN 9788582602324. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582602324/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

ZANELLA, Caroline; LEME, Helen; CAMARGO, Gilmar. **Contabilidade gerencial: um instrumento de auxílio para a administração de um condomínio.** Disponível em: https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/encitec/20171025-122809_arquivo.pdf. Acesso em 10 de mar. 2024.

A UTILIZAÇÃO DA DEPARTAMENTALIZAÇÃO DOS CUSTOS PARA FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA EM UMA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LOCALIZADA EM CABEDELO-PB - ESTUDO DE CASO

Dayana Kimberly de Medeiros Ferreira ⁵⁴

Ricardo da Silva Pereira⁶

RESUMO

A departamentalização dos custos é uma ferramenta valiosa para um cálculo minucioso dos custos do produto de uma indústria. Um preço de venda justo e lucrativo é essencial para o crescimento de uma organização, e uma das variáveis principais para o seu cálculo é a análise dos custos dos produtos. Sendo assim, esta pesquisa tem como principal objetivo identificar como a departamentalização dos custos contribui para formação do preço de venda de uma indústria de móveis localizada em Cabedelo – PB. O presente estudo foi realizado através de um estudo de caso, analisando os dados de uma organização real para maior exatidão da teoria pesquisada. O levantamento de dados foi por meio de uma entrevista semiestruturada com o gestor principal, além de pesquisas documentais utilizando relatórios gerenciais de faturamento, planilhas de composição de custos e de formação do preço de venda. O resultado foi evidenciado, considerando-se que foi possível utilizar os dados obtidos pela empresa e pela base teórica de forma comparativa, assim demonstrando a utilização da departamentalização dos custos para um gerenciamento mais objetivo dos custos de produção, de forma que haja uma precificação mais lucrativa.

Palavras-chaves: Contabilidade de Custos; Departamentalização; Precificação.

ABSTRACT:

The departmentalization of costs is a valuable tool for a meticulous calculation of product costs in an industry. A fair and profitable selling price is essential for the growth of an organization, and one of the main variables for its calculation is the analysis of product costs. Therefore, this research aims to identify how the departmentalization of costs contributes to the formation of the selling price of a furniture industry located in Cabedelo – PB. This study was conducted through a case study, analyzing the data of a real organization for greater accuracy of the researched theory. Data collection was done through a semi-structured interview with the main manager, as well as documentary research using managerial billing reports, cost composition spreadsheets, and selling price formation. The result was

⁴ 5 Dayana Kimberly de Medeiros Ferreira; e-mail: day.kimberly99@gmail.com

⁶ Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB - Campus I, Especialização em Contabilidade pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira Centro Universitário UNIESP; e-mail: ricardo.pereira.jp4@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3654413560555402>

evidenced, considering that it was possible to use the data obtained from the company and the theoretical base in a comparative manner, thus demonstrating the use of cost departmentalization for a more objective management of production costs, leading to more profitable pricing.

KEY WORDS: Cost Accounting; Departmentalization; Sales Price.

1 INTRODUÇÃO

Diante do mercado volátil atual em que o número de empresas cresce exponencialmente, o preço de venda é uma variável de competitividade certa. A precificação de um produto torna-se uma situação merecedora de extrema cautela e análise por parte dos donos dos empreendimentos. Esta é a situação em que a contabilidade de custos se faz necessária. Para Soares et al. (2019), a gestão dos custos alinhada à formação do preço de venda permite organizar, mensurar e gerar ações com foco no resultado econômico e financeiro das empresas. Permitindo assim, uma visão mais ampla e completa do que significa aquela precificação realizada.

A empresa necessita de um mecanismo que auxilie na melhor distribuição de custos, para que assim possam analisar de forma proativa a situação atual de seu patrimônio. A departamentalização dos custos contribuirá para que os dados necessários à precificação se tornem qualitativos, quantitativos e fidedignos, de forma que a empresa consiga visualizar onde estão alocados cada custo específico. Nessa lógica, a utilização da departamentalização dos custos na formação do preço de venda em uma fábrica de móveis em Cabedelo – PB ajudará a tornar os seus gestores mais conscientes sobre as tomadas de decisão.

A relevância desse estudo para o meio social se dá pelo fato de que diversas empresas calculam o preço de venda de forma leiga, sem ter um estudo correto da composição da sua precificação e sofrem com a dificuldade de reduzir e realocar seus custos. Aponta-se também o fato de que a contabilidade existe para entregar informações patrimoniais relevantes e suficientes para a tomada de decisão gerencial, e que os pilares da boa administração são a contabilidade gerencial, financeira, fiscal e de custos, já para o meio acadêmico servirá como referência para aprofundamento de outros estudos relacionados ao tema.

A Contabilidade de Custos é definida por Padoveze (2003) como sendo o segmento da ciência contábil especializado na gestão econômica dos custos e dos preços de venda dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas. A intenção com este estudo é exatamente essa, analisar a relação da contabilidade de custos, mais especificamente, a departamentalização dos custos com a precificação dos produtos da indústria do setor moveleiro que será o objeto de estudo de caso deste artigo.

O presente estudo foi realizado em uma indústria de móveis, localizada em Cabedelo – PB, que por questões de manutenção do sigilo da sua razão social, neste contexto receberá a denominação de - INDÚSTRIA S.A.". A autora principal deste artigo atualmente participa da composição da sua gestão, ocupando o cargo de assistente administrativa.

Com isso, chega-se à seguinte indagação: Como a departamentalização dos custos contribui para a formação do preço de venda de uma indústria de móveis localizada em Cabedelo – PB?

A separação da empresa por setores e detalhamento do rateio dos custos indiretos poderá fazer uma diferença significativa no cálculo dos custos desta empresa e que são utilizados nos orçamentos dos seus produtos.

Sendo assim, esta pesquisa tem como principal objetivo identificar como a departamentalização dos custos contribui para formação do preço de venda de uma indústria de móveis localizada em Cabedelo – PB. Já como objetivos específicos: descrever o perfil do mercado da indústria de móveis no Brasil; Abordar a contabilidade de custos, classificação dos custos e formação do custo de fabricação dos produtos; Apresentar a departamentalização dos custos: conceito, características e tipos de departamentos; Apresentar a formação do preço de venda: conceito, características e métodos com base em custos, e por fim demonstrar qual a influência da departamentalização dos custos no cálculo do preço de venda do principal produto da indústria objeto deste estudo.

O tema apresentado se justifica devido a importância de haver um controle exemplar dos custos nas empresas para que haja um cálculo não apenas justo, mas lucrativo, da precificação dos seus produtos, sendo sua ferramenta principal a departamentalização dos custos. Pode-se relatar também, que assim como Galvão

Júnior (2016) cita, o ouro do século XXI é o conhecimento. De fato, o conhecimento é verdadeiramente o bem mais precioso, principalmente para o gestor de uma empresa, por isso deve-se existir um controle exemplar de informações gerenciais na empresa, trazendo junto com elas, o conhecimento.

A metodologia utilizada será uma pesquisa bibliográfica em artigos, livros e websites. Para maior detalhamento será feito um estudo de caso com uma indústria de móveis localizada em Cabedelo - PB. A coleta de dados será feita através de uma entrevista semiestruturada com o principal gestor dessa área na indústria.

Este artigo será dividido nas seguintes seções: Introdução; Fundamentação Teórica; Metodologia; Análise e Discussão dos dados; Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PERFIL DO MERCADO DA INDÚSTRIA DE MÓVEIS NO BRASIL

A origem da produção de móveis aqui no Brasil, para Canti (1983) se dá quando os primeiros colonizadores e donatários que chegam ao Brasil trazem consigo mestres de vários ofícios, entre eles carpinteiros, marceneiros e entalhadores, que passam a se dedicar a diversas atividades, inclusive a execução de móveis.

Com o passar do tempo e com o avanço da tecnologia, as antigas oficinas de carpintaria cresceram de forma excepcional. Segundo Saggiorato (2023), nas últimas décadas, a produção de móveis passou por transformações relevantes desde a matéria-prima, como a madeira, e transitando pelas máquinas e equipamentos, permitindo expandir a produtividade.

Como forma de exemplificação, na tabela 01 pode-se ver o real tamanho do setor moveleiro atual do Brasil, dando ênfase a uma série de informações importantes como o faturamento da indústria e a exportação do setor.

Dados do setor moveleiro	2019	2020	2021
Número de Indústrias	18.592	18.088	17.954
Produção por Peças	437,5 M	431,6 M	443,2 M
Faturamento da Indústria	R\$ 69,61 B	R\$ 71,45 B	R\$ 79,76 B
Empregos diretos/indiretos gerados	270,3 K	266,2 K	275,3 K
Exportação do setor	R\$ 644 M	R\$ 628,1 M	R\$ 937,9 M
Ranking na produção mundial	6º lugar	6º lugar	6º lugar

TABELA 01 – Dados do setor moveleiro nos anos de 2019, 2020 e 2021

FONTE: Autoria própria utilizando os dados da ABIMÓVEL

Na tabela 01 pode-se observar que apesar de ter acontecido uma queda de 0,74% no número de indústrias no ano de 2021 em relação ao ano de 2020, o faturamento da indústria do setor moveleiro teve um aumento considerável de 10,41%, assim como a exportação do setor moveleiro, que teve um aumento extraordinário de 33,03%. Ao mesmo tempo, durante esses três anos em que dois deles o mundo estava sofrendo de uma pandemia, o setor moveleiro brasileiro conseguiu segurar sua posição de 6º lugar no ranking na produção mundial, mostrando assim que o Brasil está bem estabelecido em relação a este setor.

De acordo com o Sebrae (2017), a produção de móveis no país apresenta características sazonais, sendo os meses de outubro e novembro os que apresentam maiores volumes, o que se justifica pelo pagamento do 13º salário aos trabalhadores. Na figura 02 abaixo, pode-se checar com mais clareza como funciona essa sazonalidade e o teor dinâmico que isso trás para quem trabalha com as indústrias de móveis, necessitando assim de uma melhor educação financeira para conseguir lidar com os meses de menores volumes.

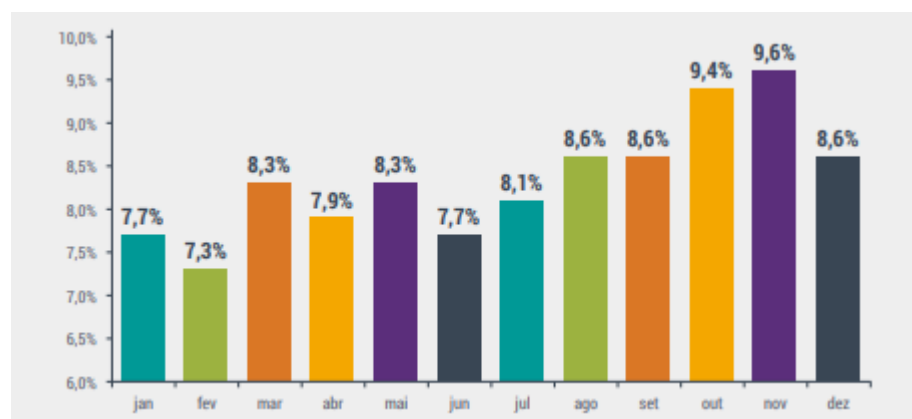


FIGURA 2: Gráfico de sazonalidade da produção de móveis no Brasil

Fonte: Dados do IEMI, adaptado pelo Bradesco e gráfico elaborada pelo SEBRAE.

2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS

2.2.1 Conceitos e características

O nascimento da contabilidade de custos decorreu da necessidade de maiores e mais precisas informações, que permitissem uma tomada de decisão correta após o advento da Revolução Industrial, cita Bruni e Famá (2012) trazendo à vista que sempre que há uma evolução tecnológica, necessita-se de uma igual evolução processual.

Na visão de Leone (2000),

A contabilidade de custos é um ramo da contabilidade que produz informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade; auxilia as funções de determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações e de tomada de decisão. Este ramo da contabilidade classifica, coleta e registra dados operacionais, denominados dados internos, e, em alguns casos, coleta e organiza dados externos da organização.

Desta forma, Leone traz à tona a importância de haver um contador de custos em uma entidade, sendo ele o profissional que irá ter controle desses dados operacionais e manuseá-los de forma inteligente para que possa fornecer as informações realmente necessárias aos gestores da entidade.

Segundo Crepaldi (2010), contabilidade de custos é uma técnica utilizada para identificar, avaliar e informar os custos dos produtos e serviços e tem função de fornecer informações rápidas e precisas aos administradores para tomarem decisões. Sendo assim, Crepaldi mostra que a contabilidade de custos é de extrema importância para os administradores entenderem o que compõe o seu produto, de forma prática e financeira e quais são suas limitações.

2.2.2 Classificação dos Custos

Segundo Megliorini (2002),

Os custos são classificados de várias formas para atender às diversas finalidades para as quais são apurados. As duas classificações básicas compreendem aquelas que permitem determinar o custo de cada produto fabricado e o seu comportamento em diferentes níveis de produção em que uma empresa possa operar. a) Quanto aos produtos fabricados: para alocar os custos aos produtos, eles são classificados em custos diretos e custos indiretos; e b) Quanto ao comportamento em diferentes níveis de produção:

para determinar os custos de vários níveis de produção, eles se classificam em custos fixos e custos variáveis.

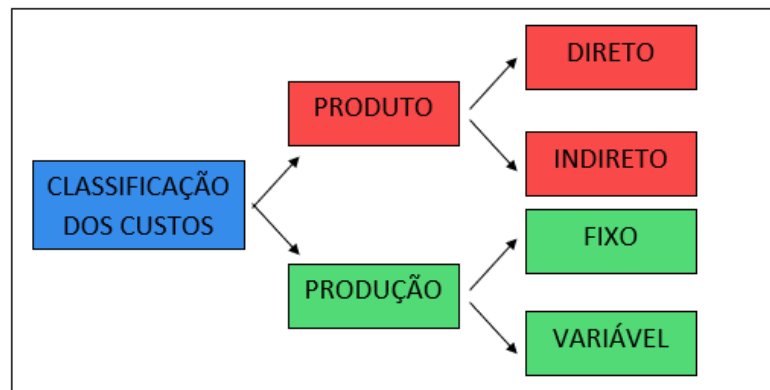


FIGURA 3: Organograma da classificação dos custos.
Fonte: Autoria própria

Em relação aos custos classificados pelo produto, são custos diretos e custos indiretos. De acordo com Oliveira e Perez Junior (2012),

Custos diretos são os custos que podem ser quantificados e identificados aos produtos ou serviços e valorizados com relativa facilidade. Dessa forma, não necessitam de critérios de rateios para serem alocados aos produtos fabricados ou serviços prestados, já que são facilmente identificados. Exemplos de custos diretos: matéria-prima, materiais de embalagem.

Segundo Dutra (2003),

Indireto é o custo que não se pode apropriar diretamente a cada tipo de bem ou função de custo no momento de sua ocorrência. Os custos indiretos ocorrem genericamente em um grupo de atividades ou órgãos, ou na empresa em geral, sem possibilidade de apropriação direta a cada uma das funções de acumulação de custos no momento de sua ocorrência. Exemplos de custos indiretos: mão de obra indireta, energia elétrica da fábrica.

Nesse sentido, os custos indiretos necessitam de um critério de rateio para serem alocados aos produtos.

Em relação aos custos classificados pelo volume de produção, são os custos fixos e custos variáveis.

Segundo Ribeiro (2018),

Custos fixos são aqueles que permanecem estáveis, independentemente de alterações no volume da produção. São custos necessários ao desenvolvimento do processo industrial em geral, motivo pelo qual se repetem em todos os meses do ano. Exemplos de custos fixos: aluguel da fábrica, salários e encargos dos supervisores da fábrica.

Zanluca (2017) define como custos variáveis aqueles que variam proporcionalmente com o nível de produção ou atividades. Seus valores dependem do volume produzido ou de vendas efetuadas em um período. Exemplos de custos variáveis: matéria-prima, mão de obra direta.

2.2.3 Formação do custo de fabricação dos produtos

Segundo Wernke (2012), custos são classificados como gastos efetuados para fabricar produtos ou prestar serviços.

Hornegren, Datar e Foster (2004) enfatizam que os custos influenciam preços por afetarem a oferta. Quanto mais baixo for o custo de produção de um produto em relação ao preço pago pelo cliente, maior será a capacidade de fornecimento por parte da empresa.

Complementando, Sepp, et al (2015), citam que a contabilidade de custos contribui na formação do preço de venda, para a obtenção do lucro desejado. Pensando nisso, torna-se de extrema importância o correto cálculo dos custos, visto que eles são base para a precificação de seus produtos.

Levando em consideração o que os autores argumentaram, chega-se à conclusão de alguns pontos importantes: os custos são parte significativa do produto, os custos influenciam diretamente no preço de venda e o cálculo dos custos dos produtos deve ser feito com extrema cautela, para que seja melhor utilizado dentro da precificação do produto.

Logo, deve-se entender exatamente o que compõe os custos dentro dos produtos.

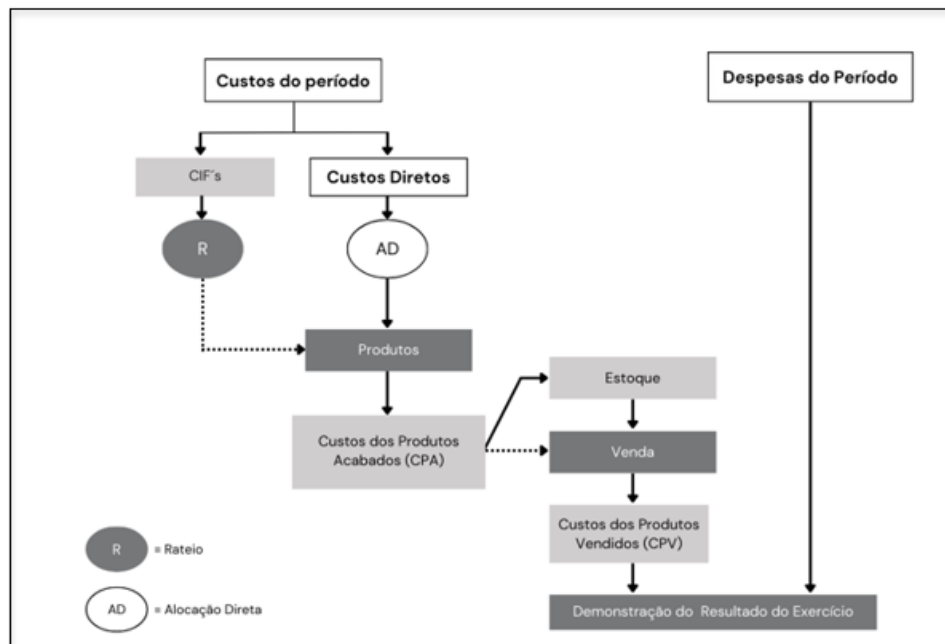


Figura 4: Fluxo básico da contabilidade de custos

Fonte: Gonçalves e Camargos (2005)

Analisando a figura 4, torna-se mais claro a maneira que os custos compõem o produto. Primeiro, há uma divisão entre custos diretos (materiais diretos e mão de obra direta) e indiretos de fabricação (CIF), os custos diretos por serem facilmente quantificáveis, são alocados diretamente aos produtos, já os custos indiretos necessitam de uma forma de rateio para que possa quantificar de maneira correta quanto daquele custo indireto realmente influenciou na fabricação daquele produto.

É interessante ressaltar que, ao observar a figura 4, pode-se perceber que as despesas do período entram apenas na demonstração do resultado do exercício, evidenciando a importância da diferença entre custo e despesa, o último não participando de qualquer composição do produto.

Bruni e Fama (2002) diferenciam custos e despesas de tal forma:

Despesas são todos os gastos consumidos, direta ou indiretamente, na obtenção de receitas após a fabricação. Ao contrário dos custos, não estão associadas à produção, mas sim com as vendas.

Custos são todos os gastos relativos a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços. Estão diretamente relacionados aos fatores de produção, no sentido de que só se têm custos durante a fabricação.

Com isso, evidencia-se a importância da correta alocação dos custos aos produtos, tendo em vista que eles estão diretamente relacionados ao preço de venda, podendo torná-lo mais justo e com uma margem de lucro maior, permitindo assim uma venda mais favorável ou podendo torná-lo um preço de venda mais inflexível, com poucas oportunidades de lucro e sem teor atrativo.

Para atribuir valor de custo de forma correta a um produto, mercadoria ou serviço, deve-se recorrer aos métodos de custeio. Os métodos de custeio mais conhecidos e utilizados atualmente são os que estão na figura 5 abaixo.

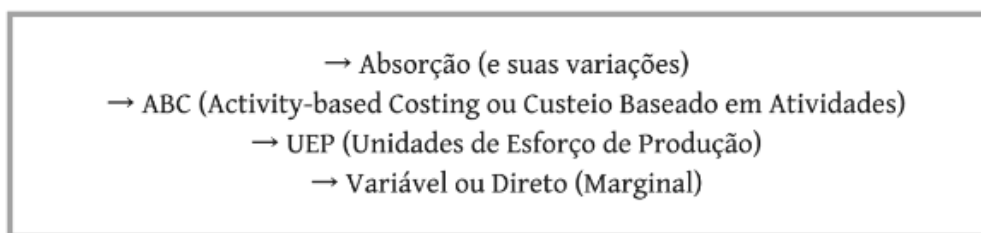


Figura 5: Métodos de custeio mais utilizados atualmente
Fonte: Wernke (2019)

Wernke (2019) explica que,

Os quatro métodos de custeio mencionados possuem virtudes e limitações específicas, cabendo à empresa que pretende utilizá-los averiguar qual se adapta melhor às necessidades informativas e às peculiaridades das operações executadas.

2.3 DEPARTAMENTALIZAÇÃO DOS CUSTOS

2.3.1 Conceitos e características

A departamentalização dos custos, é um sistema de utilização do custeio por absorção, o mesmo método de custeio que foi observado na figura 5 dentro do tópico “contabilidade de custos”.

Lunkes (2009) define que:

O custeio por absorção considera apenas os custos, quer sejam eles diretos ou indiretos, quer sejam eles fixos ou variáveis e que, além dessa ampla absorção, as despesas são lançadas diretamente no resultado do exercício, não sendo apropriadas ao custo dos produtos.

A departamentalização dos custos, segundo Perez Júnior, et al (2012), é a divisão da empresa em áreas distintas, de acordo com as atividades desenvolvidas em cada uma delas, podendo ser chamadas de departamentos, setores, centros de custos ou centros de despesas.

Segundo Bruni e Famá (2019), essa divisão facilita o processo de distribuição dos gastos aos produtos, gerando, então, informações mais seguras para auxiliar o gestor no processo decisório.

2.3.2 Tipos de departamentos

O departamento designa uma área, divisão ou segmento distintos de uma empresa sobre a qual um administrador (Seja diretor, gerente, chefe, supervisor etc.) tem autoridade para o desempenho de atividades específicas, segundo Guimarães Neto (2009).

No caso da departamentalização de custos, departamentos, setores ou centros de custos, todos eles definem-se por ser uma unidade operacional com atividades homogêneas na mesma área definida. Na tabela 2, pode-se observar exemplos de departamentos/centros de custo nos setores industriais, administrativos e comerciais.

Industriais	Cremeação	Usinagem	Montagem	Manutenção
Administrativos	Contabilidade	Tesouraria	Jurídico	Pessoal
Comerciais	Vendas	Marketing	Transportes	Expedição

Tabela 02 – Exemplos de departamentos nos setores industriais, administrativos e comerciais

Fonte: Perez Júnior e Oliveira (2012)

Os departamentos/centros de custo são divididos de duas formas, departamentos produtivos e departamentos auxiliares, levando em consideração se há alguma relação com o produto.

Segundo Perez Júnior e Oliveira (2012), os departamentos produtivos são os que atuam diretamente na confecção do produto, no caso das indústrias, ou na prestação do serviço aos clientes, nas empresas prestadoras de serviços.

Em uma empresa industrial		
Usinagem	Montagem	Acabamentos
Em uma empresa de marketing		
Atendimento e planejamento	Produção	Criação e arte

Tabela 03 – Exemplos de departamentos produtivos

Fonte: Autoria própria com dados de Perez Júnior e Oliveira (2012)

Perez Júnior e Oliveira (2012) também conceituam os departamentos auxiliares, eles são os departamentos que existem basicamente para prestar serviços aos demais. Nesses departamentos não ocorre nenhuma ação direta sobre

os produtos. Um departamento auxiliar pode prestar serviços para um departamento produtivo, bem como para outro departamento auxiliar.

Em uma empresa industrial		
Manutenção	Almoxarifado	Controle de qualidade
Em uma empresa de marketing		
Faturamento e cobrança	Serviços de digitação e arquivos	Compras

Tabela 04 – Exemplos de departamentos auxiliares

Fonte: Autoria própria com dados Perez Junior e Oliveira (2012)

Iudícibus e Mello (2013) reafirmam que,

Existem departamentos de serviços que prestam serviços a toda a empresa, portanto, deve-se verificar a porcentagem do custo primário desse centro que será alocada ao setor fabril, distribuindo a parcela correspondente ao custo aos demais departamentos de serviços de fábrica através de rateio, e para a atividade administrativa, essa última sendo posteriormente descarregada como despesa.

É importante diferenciar esses departamentos para que quando o cálculo de alocação dos custos e rateio dos custos indiretos forem feitos, que seja feito de forma correta para o departamento/setor correto, para que assim cada custo esteja exatamente onde foi utilizado. No caso dos departamentos auxiliares, Iudícibus e Mello explicam exatamente que os custos desse centro são realocados para outros.

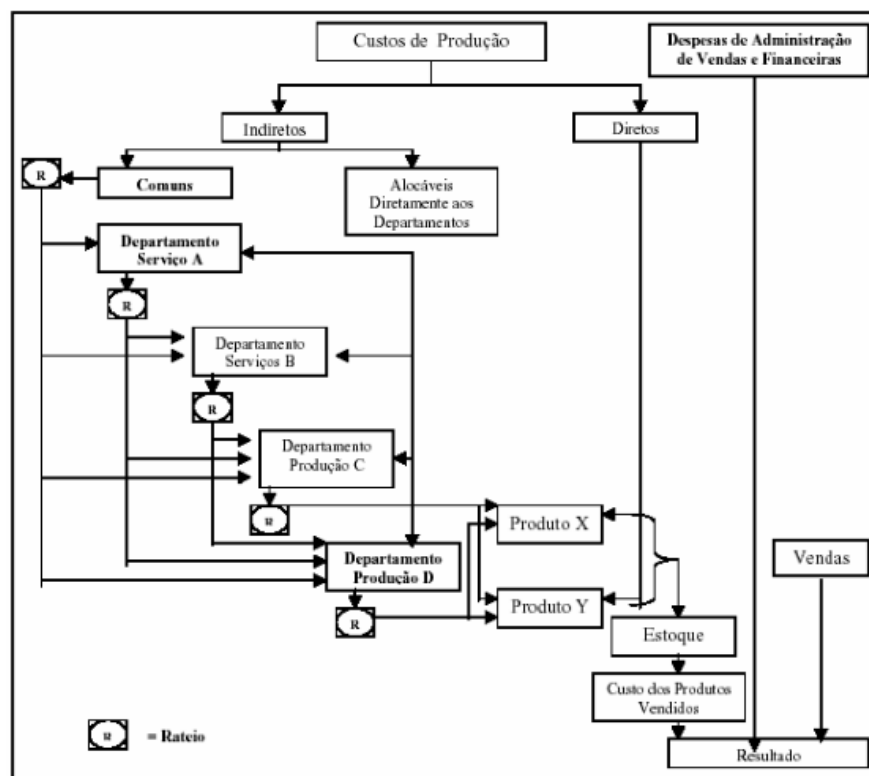


Figura 6: Fluxograma com Departamentalização

Fonte: Martins (2003)

Na figura 6 é apresentado o fluxograma do método de custeio por absorção com a utilização da departamentalização de custos, Martins (2003), explica que se resume em seis passos:

- 1) Separação entre custos e despesas.
- 2) Apropriação dos custos diretos diretamente aos produtos.
- 3) Apropriação dos custos indiretos que pertencem, visivelmente, aos departamentos, agrupando, à parte, os comuns.
- 4) Rateio dos custos indiretos comuns aos diversos departamentos, quer de produção, quer de serviços.
- 5) Escolha da sequência de rateio dos custos acumulados nos departamentos de serviços e sua distribuição aos demais departamentos.
- 6) Atribuição dos custos indiretos que agora só estão nos departamentos de produção aos produtos, segundo critérios fixados.

Por fim, Perez Junior, et al. (2012) afirma que a departamentalização é indispensável para qualquer empresa que pretende efetuar uma correta apropriação dos custos indiretos aos produtos fabricados ou aos serviços prestados.

2.4 FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

2.4.1 Conceitos e características

Santos (1995) conceitua que,

A fixação de preços de venda dos produtos e serviços é uma questão que afeta diariamente a vida de uma empresa, independentemente de seu tamanho, da natureza de seus produtos ou do setor econômico de sua atuação. Esta dificuldade de formar preço de venda pode atingir toda uma cadeia produtiva, desde o fornecedor da matéria-prima, passando pelo fabricante, distribuidores, varejistas até o consumidor final.

Perez Junior e Oliveira (2012) citam que o preço obtido a partir do custo é uma referência valiosa para comparar com o preço de mercado e determinar a conveniência ou não de vender o produto pelo preço que o mercado estiver disposto a pagar.

Mesmo que o preço de venda seja definido pelo mercado ou pela concorrência, o conhecimento de sua composição é fundamental, cita Yanase (2018).

Pode-se observar nas últimas citações a extrema importância que é calcular o preço de venda corretamente, cada variável do cálculo do preço de venda deve ser pensada e mensurada da melhor forma possível para que o preço de venda seja justo para o cliente e lucrativo para a empresa.

2.4.2 Métodos com base em custos

Existem diversos métodos utilizados para determinar o preço de venda com base em custos, métodos como o cálculo do preço de venda com base no custo por absorção utilizando o mark-up e o cálculo com base no custo variável.

Para maior detalhamento do método com base no custo por absorção, o tópico deste artigo 2.3.1 traz a definição do custo por absorção como sendo o método de custeio que considera os dois custos (fixos e variáveis) dentro do cálculo. A fórmula da precificação por meio deste método será abordada na figura 7 abaixo.

$$\text{Preço de venda} = \frac{\text{Custos de fabricação do produto}}{\text{Índice de Mark-up}}$$

Figura 7: Fórmula do preço de venda com base no custo por absorção utilizando o mark-up
Fonte: Autoria própria com dados pelo Sebrae (2023)

Na figura 7, torna-se evidente as variáveis necessárias para o cálculo do preço de venda utilizando este método. As variáveis são o custo de fabricação do produto e o índice de mark-up, que segundo Carvalho (2019) é um índice utilizado para promover a formação dos preços de venda, onde este é aplicado sobre o custo do produto.

$$\text{MARK-UP} = \frac{100\% - (\%ML + \%DO + \%COM + \%IMP)}{100\%}$$

Figura 8: Fórmula do MARK-UP
Fonte: Autoria própria

Na figura 8 fica exposto a fórmula para o cálculo do mark-up. “ML” sendo margem de lucro desejada, “DO” sendo despesas operacionais/administrativas, “COM” sendo comissão ou despesas comerciais e “IMP” sendo os impostos ou despesas tributárias.

Com base no custo variável, Neves e Viceconti (2010) dissertam que, neste método a margem de lucro é calculada sobre a soma dos custos com as despesas variáveis e não sobre a soma total de custos com o total das despesas, como ocorre no custo pleno.

$$PV = m \times (CVu + DVu)$$

PV: Preço de venda
m: mark-up
CVu: Custo variável unitário
DVu: Despesa variável unitária

Figura 9: Fórmula do Preço de Venda com base no custeio variável
Fonte: Autoria própria com dados de Neves e Viceconti (2010)

Na figura 9 pode-se observar que a fórmula para o cálculo de preço de venda com base no custeio variável não aborda os custos fixos, visto que nesse método de custeio não são reconhecidos como custos dos produtos vendidos. O mark-up também está presente neste método de custeio.

3 METODOLOGIA

Segundo Strauss & Corbin (1998), o método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para coletar e analisar os dados. Demonstrando assim, a extrema importância de identificar seus procedimentos metodológicos e utilizá-los de forma correta.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Segundo Vergara (2000), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza.

Com relação à natureza, o estudo caracteriza-se como pesquisa básica visto que Marques (2016) conceitua que a pesquisa básica trata do estudo sistemático, direcionado no sentido de aprofundar o conhecimento ou a compreensão de aspectos fundamentais de fenômenos e fatos, entretanto, sem ter em mente um resultado específico.

A abordagem utilizada no artigo em relação ao tratamento de dados caracteriza-se como pesquisa qualitativa, que de acordo com Deslauriers (1991) o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Com relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa é caracterizada como um estudo de caso, Duarte e Barros (2006) a definem como uma análise intensiva, empreendida numa única ou em algumas organizações reais.

A presente pesquisa foi realizada com os dados da INDÚSTRIA S.A. que está localizada em Cabedelo-PB no ramo moveleiro, seu principal produto sendo móveis fabricados em MDF. A indústria tem 22 anos no mercado, sua estrutura é composta por dois galpões industriais de aproximadamente 400m² e tem um quadro de funcionários composto por 10 colaboradores, 3 estando na área da administração, 1 na área dos projetos e 6 na área de produção.

As informações necessárias para a elaboração desse estudo, foram obtidas através de fontes primárias e secundárias. Como fonte primária, as informações foram obtidas através de entrevista semiestruturada realizada com o gestor da empresa. Como fontes secundárias, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, em outros trabalhos científicos, assim como foi realizado uma pesquisa documental com os relatórios gerenciais obtidos da empresa, como planilhas de composição dos custos de produção e de formação do preço de venda a fim de compreender melhor e apresentar os dados do estudo de caso com mais precisão.

Para este estudo, os dados foram coletados por meio de uma entrevista realizada com o gerente principal da empresa INDÚSTRIA S.A. na área de administração no mês de maio de 2024, onde foram abordadas questões relacionadas ao valor e volume de faturamento, procedimentos de cálculo de custos de produção e de formação do preço de venda dos seus produtos.

A entrevista tomou por base um questionário que foi aplicado após ter sido submetido ao processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e o Parecer Consubstanciado, credenciado a base nacional e unificada de registros de pesquisas, Comissão

Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, 2009), por intermédio da Plataforma Brasil, submetidos na data de 10/05/2024 e aprovado sob o Nº 6.830.901.

Para melhor entendimento e apresentação dos dados levantados, foram elaboradas planilhas de cálculos de custos de produção e formação do preço de venda do principal produto da empresa, objetivando-se identificar o mecanismo utilizado pela mesma para sua obtenção.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

Este estudo foi realizado com a INDÚSTRIA S.A. que exerce a atividade moveleira, é uma empresa de pequeno porte e fica localizada em Cabedelo-PB. A INDÚSTRIA S.A. foi fundada em 2002 e tem como atividade principal a fabricação de móveis planejados, é de natureza familiar, a contabilidade é terceirizada e o regime de tributação é o simples nacional. A empresa enquadra-se neste regime porque sua receita anual é de R\$ 1.938.184,58, seu mercado de atuação é diversificado, tendo como principais clientes os clientes residenciais, comerciais (lojas e escritórios) e hotelarias.

A empresa pode ser subdividida nos seguintes departamentos produtivos: corte, fitamento e pré-montagem. Os departamentos auxiliares podem ser: administrativo e projetos. Este estudo voltado para a departamentalização de custos permite que a gestão possa identificar com mais certeza os custos referentes à cada departamento, podendo assim gerenciar seus custos de forma mais ampla.



Figura 10: Setor de corte
Fonte: INDÚSTRIA S.A.



Figura 11: Setor de fitagem
Fonte: INDUSTRIA S.A.



Figura 12: Setor de pré-montagem
Fonte: INDUSTRIA S.A.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas por esta empresa está relacionada com a competitividade do preço de venda, forte concorrência e diminuição de custos e despesas. Mediante o exposto, a importância deste estudo se justifica pela necessidade de um levantamento mais claro dos custos do principal produto industrializado, para que a partir deste, possa haver uma melhor formação de preço capaz de enfrentar a concorrência e uma visão mais ampla em relação às possibilidades de reduções de custos.

4.2 IDENTIFICAR PRODUTOS DA EMPRESA

A INDUSTRIA S.A. produz móveis projetados de acordo com a necessidade de cada cliente, tendo assim uma maior versatilidade em relação à satisfação do

cliente, tendo em vista que o produto será de acordo com todas as especificações buscadas.

Em relação aos produtos da INDÚSTRIA S.A., a empresa detém de um portfólio diversificado, se destacando por sua capacidade de produzir móveis adaptados a diferentes situações e espaços. A empresa produz mesas de escritório, armários, painéis de televisão, armários inferiores de cozinha, expositores de produtos, entre outros.

Os produtos escolhidos para trabalhar a departamentalização dos custos são o guarda-roupa “A” composto por três portas de correr, quatro sapateiras, quatro gavetas, dez prateleiras e dois cabideiros, a mesa de cabeceira “B” composta por dois gaveteiros e nicho e a mesa de escritório em L “C”.

No preço de venda foi escolhido o guarda-roupa “A” para ser trabalhado. As figuras 13, 14 e 15 demonstrarão os produtos trabalhados.



Figura 13: Guarda-roupa “A”
Fonte: INDÚSTRIA S.A.



Figura 14: Mesa de cabeceira “B”
Fonte: INDÚSTRIA S.A.



Figura 15: Mesa de escritório "C"
Fonte: INDÚSTRIA S.A.

4.3 LEVANTAMENTO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DOS PRODUTOS ESCOLHIDOS

Os custos de produção podem ser divididos entre custos diretos e indiretos.

Os custos diretos são os custos que são quantificados com maior facilidade. Os custos diretos dos produtos escolhidos que a INDÚSTRIA S.A. forneceu podem ser encontrados na tabela 05 abaixo:

CUSTOS DIRETOS DE PRODUÇÃO			
	GUARDA-ROUPA "A"	MESA DE CABECEIRA "B"	MESA DE ESCRITÓRIO "C"
CUSTOS DE MATERIAIS	R\$ 3.919,70	R\$ 852,50	R\$ 1.715,80
MDF	R\$ 2.061,58	R\$ 339,11	R\$ 1.195,50
Fita de borda	R\$ 578,22	R\$ 168,79	R\$ 228,00
Ferragens	R\$ 1.279,90	R\$ 344,60	R\$ 292,30
CUSTOS DE MÃO DE OBRA DIRETA	R\$ 783,94	R\$ 170,50	R\$ 343,16
Mão de obra direta	R\$ 783,94	R\$ 170,50	R\$ 343,16
TOTAL DOS CUSTOS DIRETOS	R\$ 4.703,64	R\$ 1.023,00	R\$ 2.058,96

Tabela 05: Levantamento dos custos diretos de produção
Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDÚSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

Os custos diretos subdividem-se em custos de materiais e custos de mão de obra direta. Os custos de materiais são os custos do MDF, fita de borda e ferragens utilizadas para a produção do móvel e os custos de mão de obra direta são os custos de mão de obra utilizados para a montagem do móvel, a INDÚSTRIA S.A. calcula a mão de obra como 20% do custo total dos materiais. O cálculo feito pela empresa para distribuição dos custos de materiais à cada produto é feito por meio de uma planilha que calcula exatamente a metragem de cada peça de MDF e cada rolo de fita de borda utilizada para produção daquele móvel, sendo específica sem

margens de erros, além de ser utilizado exatamente o quantitativo de ferragens para aquele móvel específico, tendo seus valores atualizados constantemente.

Os custos indiretos são os custos que precisam ser rateados para entrar no produto. A INDUSTRIA S.A. não utiliza os custos indiretos em seus cálculos de precificação, logo, a INDUSTRIA S.A. forneceu os dados gerais de seus custos indiretos para o cálculo departamentalizado.

CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO (valor anual a ser rateado)	
Aluguel da fábrica	R\$ 42.000,00
Energia elétrica da fábrica	R\$ 2.545,60
Salário do supervisor operacional	R\$ 36.000,00
Depreciação de máquinas	R\$ 34.800,00
Manutenção de máquinas	R\$ 15.000,00
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS ANUAIS	R\$ 117.145,60

Tabela 06: Levantamento dos custos indiretos anuais de produção
Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDUSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

Na tabela 06 pode-se observar os custos indiretos de produção anuais que a INDUSTRIA S.A. forneceu. Entre os custos indiretos pode-se encontrar o aluguel da fábrica, energia elétrica da fábrica, salário do supervisor operacional, entre outros. Logo, será realizado um rateio com o intuito de encontrar os valores unitários dos custos indiretos referentes aos produtos escolhidos.

	VALOR ANUAL	GUARDA ROUPA "A"	MESA DE CABECEIRA "B"	MESA DE ESCRITÓRIO "C"
TOTAL DOS CUSTOS DIRETOS	R\$ 907.187,92	R\$ 4.703,64	R\$ 1.023,00	R\$ 2.058,96
Aluguel da fábrica	R\$ 42.000,00	R\$ 217,76	R\$ 47,36	R\$ 95,32
Energia elétrica da fábrica	R\$ 2.545,60	R\$ 13,20	R\$ 2,87	R\$ 5,78
Salário do supervisor operacional	R\$ 36.000,00	R\$ 186,65	R\$ 40,60	R\$ 81,71
Depreciação de máquinas	R\$ 34.800,00	R\$ 180,43	R\$ 39,24	R\$ 78,98
Manutenção de máquinas	R\$ 15.000,00	R\$ 77,77	R\$ 16,91	R\$ 34,04
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS DOS PRODUTOS	R\$ 130.345,60	R\$ 675,82	R\$ 146,99	R\$ 295,83

Tabela 07: Levantamento dos custos indiretos dos produtos escolhidos
Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDUSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

O rateio dos valores dos custos indiretos de produção referentes aos produtos escolhidos é encontrado na tabela 07 acima. O rateio foi realizado utilizando como base o valor anual dos custos diretos e o valor unitário dos custos diretos dos três produtos. Com esses dados e os valores anuais dos custos indiretos, foi realizado

um cálculo proporcional para descobrir os valores unitários de cada custo indireto, chegando então ao valor final dos custos indiretos do guarda-roupa “A” de R\$ 675,82, da mesa de cabeceira “B” de R\$ 146,99 e da mesa de escritório “C” de 295,83.

4.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS POR MEIO DA DEPARTAMENTALIZAÇÃO

Utilizando os dados que a INDUSTRIA S.A. forneceu ao estudo (APÊNDICE A), será utilizado o método de rateio da departamentalização para demonstrar uma melhor visão dos custos indiretos em seus departamentos.

RELAÇÃO DE HORAS-DEPARTAMENTOS				
PRODUTO / DEPARTAMENTO	CORTE	FITAMENTO	PRÉ-MONTAGEM	TOTAL
GUARDA-ROUPA “A”	4h	3h	5h	12h
MESA DE CABECEIRA “B”	2h	2h	3h	7h
MESA DE ESCRITÓRIO “C”	1h	1h	2h	4h
TOTAL	7h	6h	10h	23h

Tabela 08: Relação de horas/departamentos dos produtos escolhidos
Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDUSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

Na tabela 08 é possível observar os dados fornecidos pela INDUSTRIA S.A. em relação as horas gastas em cada departamento por cada produto. Esses dados são relevantes para que exista uma compreensão maior do peso de cada custo por produto em cada departamento.

	CORTE		FITAMENTO		PRÉ-MONTAGEM		TOTAL
	%	R\$	%	R\$	%	R\$	
Aluguel	33%	R\$ 120,15	33%	R\$ 120,15	33%	R\$ 120,15	R\$ 360,45
Energia	40%	R\$ 8,74	50%	R\$ 10,93	10%	R\$ 2,19	R\$ 21,85
Supervisor	33%	R\$ 102,99	33%	R\$ 102,99	33%	R\$ 102,99	R\$ 308,96
Depreciação	49%	R\$ 146,34	48%	R\$ 143,36	3%	R\$ 8,96	R\$ 298,66
Manutenção	49%	R\$ 63,08	48%	R\$ 61,79	3%	R\$ 3,86	R\$ 128,73
Custos IND. (1)	R\$ 441,30		R\$ 439,21		R\$ 238,14		R\$ 1.118,64
HORAS (2)	7		6		10		23
Custo UNIT. (1/2)	R\$ 63,04		R\$ 73,20		R\$ 23,81		

Tabela 09: Relação de rateio do custo unitário de cada departamento
Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDUSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

O próximo passo da departamentalização dos custos consiste em encontrar o custo unitário de cada departamento. Na tabela 09 é observado que devesse ratear os custos indiretos por departamento, foi escolhido o rateio percentual com dados

fornecidos pela INDÚSTRIA S.A. de acordo com o peso de cada custo indireto dentro de cada departamento produtivo. Após ter sido feito o rateio de todos os custos indiretos, é realizado o somatório de todos os custos por departamento. Em seguida, utiliza-se este valor e ele é dividido pelo número de horas gastas pelo departamento em questão (informação que pode ser encontrada na tabela 08), encontrando assim o custo indireto unitário deste departamento. Logo, realiza-se o mesmo cálculo para todos os demais departamentos.

DEPARTAMENTOS PRODUTOS		CORTE	FITAMENTO	PRÉ-MONTAGEM	TOTAL
GUARDA-ROUPA "A"	Horas	4	3	5	12
	C. unit.	R\$ 63,04	R\$ 73,20	R\$ 23,81	
	C. total	R\$ 252,17	R\$ 219,60	R\$ 119,07	R\$ 590,84
MESA DE CABECEIRA "B"	Horas	2	2	3	7
	C. unit	R\$ 63,04	R\$ 73,20	R\$ 23,81	
	C. total	R\$ 126,09	R\$ 146,40	R\$ 71,44	R\$ 343,93
MESA DE ESCRITÓRIO "C"	Horas	1	1	2	4
	C. unit	R\$ 63,04	R\$ 73,20	R\$ 23,81	
	C. total	R\$ 63,04	R\$ 73,20	R\$ 47,63	R\$ 183,87
TOTAL GERAL		R\$ 441,30	R\$ 439,20	R\$ 238,14	R\$ 1.118,64

Tabela 10: Departamentalização dos custos indiretos unitários de acordo com cada produto
Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDÚSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

Finalmente, na tabela 10 é descrita a verdadeira departamentalização dos custos de acordo com cada produto específico. Utiliza-se das informações da tabela 08 para preencher as horas que cada produto passa em cada departamento, e após isso, utiliza-se das informações da tabela 09 para preencher o custo unitário de cada departamento. É feita a multiplicação entre cada hora e custo unitário da tabela, de forma a encontrar os custos indiretos totais de cada produto por departamento.

MÉTODO DO CUSTEIO POR DEPARTAMENTALIZAÇÃO				
PRODUTOS	CUSTOS INDIRETOS		CUSTOS DIRETOS	CUSTOS TOTAIS
	%	R\$	R\$	R\$
GUARDA-ROUPA "A"	52,82%	R\$ 590,84	R\$ 4.703,64	R\$ 5.294,48
MESA DE CABECEIRA "B"	30,74%	R\$ 343,93	R\$ 1.023,00	R\$ 1.366,93
MESA DE ESCRITÓRIO "C"	16,44%	R\$ 183,87	R\$ 2.058,96	R\$ 2.242,83
TOTAL	100%	R\$ 1.118,64	R\$ 7.785,60	R\$ 8.904,24

Tabela 11: Demonstração do método do custeio por departamentalização
Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDÚSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

MÉTODO TRADICIONAL DO CUSTEIO				
PRODUTOS	CUSTOS INDIRETOS		CUSTOS DIRETOS	CUSTOS TOTAIS
	%	R\$	R\$	R\$
GUARDA-ROUPA "A"	60,41%	R\$ 675,82	R\$ 4.703,64	R\$ 5.379,46
MESA DE CABECEIRA "B"	13,14%	R\$ 146,99	R\$ 1.023,00	R\$ 1.169,99
MESA DE ESCRITÓRIO "C"	26,45%	R\$ 295,83	R\$ 2.058,96	R\$ 2.354,79
TOTAL	100%	R\$ 1.118,64	R\$ 7.785,60	R\$ 8.904,24

Tabela 12: Demonstração do método tradicional do custeio

Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDÚSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

Nas tabelas 11 e 12 acima pode-se observar com mais clareza os efeitos da departamentalização dos custos. Em relação aos custos diretos, não há modificação alguma visto que eles são diretamente alocáveis ao produto. Porém, em relação aos custos indiretos dos produtos, pode-se perceber que há uma variação entre eles, os custos do guarda-roupa "A" tornaram-se menores, ao ser departamentalizado, os custos da mesa de cabeceira "B" subiram 133,98% e os custos da mesa de escritório "C" diminuíram em R\$ 111,96. O método departamentalizado, ao utilizar o rateio de forma mais específica, traz uma visão sobre os custos mais precisa e completa.

TABELA COMPARATIVA ENTRE MÉTODOS DE CUSTEIO				
PRODUTOS	CUSTO TOTAL		VARIAÇÃO	
	TRADICIONAL	DEPARTAMENTALIZADO	R\$	%
	R\$	R\$		
GUARDA-ROUPA "A"	R\$ 5.379,46	R\$ 5.294,48	- R\$ 84,98	- 1,58%
MESA DE CABECEIRA "B"	R\$ 1.169,99	R\$ 1.366,93	+ R\$ 196,94	+ 16,83%
MESA DE ESCRITÓRIO "C"	R\$ 2.354,79	R\$ 2.242,83	- R\$ 111,96	- 4,75%
TOTAL	R\$ 8.904,24	R\$ 8.904,24		

Tabela 13: Comparação dos custos totais entre o método tradicional e departamentalizado de custeio

Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDÚSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

Para finalizar, a tabela 13 retrata a comparação entre o método tradicional e o método departamentalizado de custeio utilizando os valores dos custos totais de cada produto. A maior das variações se encontra na mesa de cabeceira "B", os custos totais aumentaram em 16,83%, a mesa de escritório "C" e o guarda-roupa "A" apresentam queda nos custos totais de 1,58% e 4,75%, respectivamente. As variações nos custos totais entre os dois métodos representam a necessidade da

utilização de um método de rateio dos custos indiretos mais preciso possível, visto que essas variações em uma precificação e com quantidades diferentes de produtos podem fazer total diferença.

4.5 LEVANTAMENTO DAS DESPESAS FIXAS E VARIÁVEIS

DESPESAS DA INDUSTRIA S.A.	MÊS	ANO
DESPESAS FIXAS	R\$ 25.176,01	R\$ 302.112,12
SALÁRIOS DO ESCRITÓRIO	R\$ 22.344,00	R\$ 268.128,00
SOFTWARE	R\$ 232,01	R\$ 2.784,12
INTERNET	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
DESPESAS VARIÁVEIS	R\$ 13.905,89	R\$ 166.870,63
MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	R\$ 5.130,12	R\$ 61.561,39
DESPESAS COM FRETE	R\$ 8.075,77	R\$ 96.909,24
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 39.081,90	R\$ 468.982,75

Tabela 14: Relação de despesas mensais e anuais da INDUSTRIA S.A.
Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDUSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

Na tabela 14 é retratada a relação das despesas anuais e mensais da INDUSTRIA S.A., esses dados serão utilizados para a formação do preço de venda através de um rateio de 2% das despesas mensais, método este utilizado pela INDUSTRIA S.A.

4.6 FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA COM BASE NOS MODELOS APRESENTADOS NA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O produto escolhido para a realização da formação do preço de venda foi o guarda-roupa “A”. O cálculo será feito com base na departamentalização dos custos e com a fórmula da figura 7 que se encontra no tópico 2.4.2 da fundamentação teórica. Primeiro será feito o cálculo do mark-up para encontrar o índice variável da fórmula de precificação.

$$\text{MARK-UP} = \frac{100\% - (20\% + 10\% + 14,70\%)}{100\%}$$

$$\text{MARK-UP} = 0,553$$

Figura 16: Cálculo do índice de mark-up da INDÚSTRIA S.A.

Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDÚSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

O cálculo do mark-up foi realizado com as seguintes variáveis: 20% de lucro, 10% de despesas operacionais e 14,70% de impostos.

$$\text{PREÇO DE VENDA} = \frac{\text{R\$ 5.294,48}}{0,553}$$

$$\text{PREÇO DE VENDA} = \text{R\$ 9.574,10}$$

Figura 17: Cálculo do preço de venda da INDÚSTRIA S.A. utilizando os custos departamentalizados

Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDÚSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

Na figura 1 é demonstrado com o cálculo do preço de venda foi realizado, foi utilizado o valor total dos custos departamentalizados R\$ 5.294,48 e realizou a divisão pelo índice de mark-up, alcançando um valor de R\$ 9.574,10.

FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DO GUARDA-ROUPA "A" – INDÚSTRIA S.A.	
CUSTO DO MATERIAL	R\$ 3.919,70
MÃO-DE-OBRA (20%)	R\$ 783,94
(+) DESPESAS TOTAIS (2% do valor mensal)	R\$ 781,64
(=) CUSTO + DESPESAS	R\$ 5.485,28
(+) MARGEM DE LUCRO (40% de Custos + Despesas)	R\$ 2.194,11
(=) PREÇO DE VENDA UTILIZADO PELA INDÚSTRIA S.A.	R\$ 7.679,40

Tabela 15: Cálculo da formação do preço de venda praticada pela INDÚSTRIA S.A.

Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDÚSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

Na tabela 15 é demonstrado a formação do preço de venda praticado pela INDÚSTRIA S.A., deve-se ressaltar o fato de que a empresa não utiliza dentro de seu cálculo do preço de venda os custos indiretos, resultando assim num preço de venda mais baixo, porém prejudicial à empresa, visto que como foi apresentado previamente, os custos indiretos são grande parte dos produtos e da empresa.

COMPARATIVO DE PREÇOS DE VENDAS					
MÉTODO DEPARTAMENTALIZADO			MÉTODO REALIZADO PELA INDUSTRIA S.A.		
VARIÁVEL	R\$	%	VARIÁVEL	R\$	%
PREÇO DE VENDA	R\$ 9.574,10	100%	PREÇO DE VENDA	R\$ 7.679,40	100%
CUSTOS DE FABRICAÇÃO	R\$ 5.294,48	55,30%	CUSTOS DE FABRICAÇÃO	R\$ 4.709,34	61,32%
DESPESAS	R\$ 957,41	10,00%	DESPESAS	R\$ 781,64	10,18%
IMPOSTO	R\$ 1.407,39	14,70%	MARGEM DE LUCRO	R\$ 2.194,11	28,57%
MARGEM DE LUCRO	R\$ 1.914,82	20,00%			

Tabela 16: Relatório comparativo entre as duas precificações.

Fonte: Autoria própria com dados fornecidos pela INDUSTRIA S.A. (APÊNDICE A)

Levando em consideração a tabela 16, pode-se notar as diferenças nas composições das duas precificações. A primeira diferença notável é que a INDUSTRIA S.A. não considera em seu cálculo de custo um percentual relativo aos seus impostos como empresa optante pelo simples nacional, fazendo com que o valor que deveria ser referente aos impostos seja necessário recolher da margem de lucro, fato que poderia ser evitado houvesse uma melhor formação do preço de venda.

A composição da precificação por meio da departamentalização é distribuída de forma criteriosa, permitindo assim que cada porcentagem dentro do preço de venda tenha um significado de maior importância. Os 55,30% dos custos de fabricação resultam no exato valor departamentalizado dos custos trabalhados no tópico 4.4 deste artigo, os 10% das despesas são correlacionadas com os 10% das despesas trabalhadas pela INDUSTRIA S.A. dentro de seus preços, os 14,70% dos impostos correspondem ao valor informado pela INDUSTRIA S.A. e a margem de lucro remanescente corresponde ao valor mínimo de lucro trabalhado pela empresa. Desta forma, percebe-se com clareza que o cálculo com base departamentalizado utilizando do método do custeio por absorção com o mark-up torna-se essencial.

O cálculo do preço de venda com base na departamentalização permite uma margem para melhor realocação de esforços gerenciais para diminuição de custos nos departamentos corretos, para que haja assim uma precificação com custos mais baixos, tornando-a mais lucrativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou identificar como a departamentalização dos custos contribui para a formação do preço de venda de uma indústria de móveis localizada em Cabedelo-PB, uma vez que no ramo moveleiro a precificação é uma variável de grande relevância para lidar com a competitividade do mercado, assim como a gestão dos custos de forma precisa impacta diretamente na formação dos preços de venda e na gestão da empresa. Baseando-se na revisão das literaturas e nas informações coletadas por meio de entrevista direta com o gestor principal da INDUSTRIA S.A. foi possível aplicar a departamentalização dos custos e realizar a formação do preço de venda, assim como alcançando o resultado esperado pelo problema de pesquisa.

O problema de pesquisa foi solucionado a partir de dois pontos principais: o primeiro sendo o método departamentalizado dos custos que permitiu que o gestor analise e conseqüentemente, gerencie, os custos de cada departamento de maneira mais eficiente, tendo em vista que a empresa ao utilizar este método terá uma visão estratégica das localizações de cada custo em seu empreendimento; o segundo ponto sendo a formação do preço de venda com dados suficientes devido à precisa alocação dos custos e análise das despesas fornecidas pela INDUSTRIA S.A., o que resultará em uma precificação mais precisa que cobre todos os custos e despesas daquele produto, trazendo enfim um lucro desejado sem necessitar de um aumento cego do preço de venda.

Nota-se com o estudo de caso, a necessidade abundante da INDUSTRIA S.A. incluir dentro de sua precificação os custos indiretos e os impostos, de preferência seguindo a departamentalização para o rateio dos custos. Nas tabelas 16 do tópico 4.6 percebe-se de forma clara a diferença dos preços calculados pelos dois métodos e um desses fatores é a não utilização dos custos indiretos dentro do cálculo do preço de venda da empresa, o que acaba resultando em um preço de venda insuficiente e o lucro tão almejado não sendo atingido, o outro fator evidente é a não utilização dos impostos como variável de cálculo do preço de venda, tendo em vista que o valor dos impostos terá de sair da margem de lucro.

Durante a aplicação da departamentalização dos custos no tópico 4.4, torna-se evidente a extrema importância de levar em consideração os valores reais dos custos indiretos no dia a dia da organização. É de conhecimento geral que os custos

indiretos, detalhadamente evidenciados na tabela 7 do tópico 4.3, não são valores que contém o mesmo peso e importância aparente que os custos diretos, os custos diretos têm uma maior visibilidade e reconhecimento como parte efetiva produto, o que causa um esquecimento sobre a relevância dos custos indiretos dentro da organização e dos departamentos produtivos, perdendo assim oportunidades de gerenciamento de custos dentro de sua linha produtiva. A departamentalização auxilia nesta falha, trazendo o olhar do empreendedor para a área esquecida dos departamentos, de forma que possa sempre buscar as melhorias em seus custos departamentais.

Um dos maiores desafios que a INDÚSTRIA S.A. revelou ter foi a competitividade do preço de venda dos produtos, principalmente quando diversas empresas abrem todos os dias e empreendimentos menores conseguem fornecer um valor menor no mesmo produto por não ter os custos e despesas de um empreendimento com maquinários maiores e maior quantidade de funcionários. É evidente que ter custos menores traz uma maior capacidade de lucro ao mesmo tempo que satisfaz o cliente com preços menores, mesmo não possuindo a mesma qualidade, prazo e segurança que um empreendimento bem estabelecido possui, porém é nesta situação que se torna claro a necessidade de um ótimo gerenciamento dos custos utilizando das melhores e mais claras ferramentas, podendo assim criar diversas estratégias que minimizem os custos adicionais e satisfaçam o cliente em maneiras não possíveis com o empreendimento menor. Alguns exemplos poderiam ser: visitas técnicas em sua indústria pra conhecer a automação com qualidade superior na produção de seus produtos, workshops para atendimento ao cliente, renegociações de parcerias estratégicas com fornecedores para compras de matérias-primas em maiores quantidades por preços mais baixos, todas opções possíveis com um gerenciamento de custos e método inteligente de precificação dos produtos.

Foi possível observar que apesar da empresa não gerenciar os custos indiretos de forma ideal, o cálculo de apropriação dos custos diretos dentro do produto é feito de forma criteriosa utilizando uma planilha constantemente atualizada em relação aos valores de aquisição dos materiais utilizados, o que permite um cálculo dos custos dos materiais com chances ínfimas de erro e extremamente

específica para cada produto, possibilitando assim que os custos diretos sejam variáveis confiáveis de análise gerencial.

Diante do apresentado na tabela 16 do tópico 4.6 deste artigo, sugere-se que para a construção de uma precificação mais lucrativa e composta de todos os custos e despesas que a empresa contém, a inclusão do percentual de impostos considerados pela empresa.

De forma geral, o resultado foi evidenciado, considerando-se que foi possível analisar como a INDUSTRIA S.A. gerencia seus custos e formações de preço de venda e utilizar destes dados para comparar com a proposta da utilização da departamentalização dos custos para um gerenciamento mais claro dos custos indiretos por produto e departamento, havendo assim, uma formação de preço de venda mais lucrativa. Vale ressaltar que a departamentalização dos custos não tem como enfoque automático modificar o valor dos custos indiretos ou do preço de venda, mas sim evidenciar com maior clareza a realidade dos custos de produção para que haja uma melhor realocação de esforços gerenciais de forma que no futuro possa existir uma melhor precificação com custos menores. A departamentalização dos custos é utilizada pelo preço de venda como instrumento de estratégia para que a precificação seja clara e objetiva.

REFERÊNCIAS

ABIMÓVEL. **Dados do setor. 2019, 2020 e 2021.** Disponível em <<http://abimovel.com/capa/dados-do-setor/>>, 2023.

AZEVEDO, Ana Paula Ferreira; GOUVÊA, Josiane Bento; OLIVEIRA, Ualison Rébula de. **Custeio por absorção x custeio abc.** III Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGET, 2006.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de custos e formação de preços.** São Paulo: Atlas, 2002.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel.** 6a ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRUNI, A.L.; FAMÁ, R. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CANTI, T. **Nota sobre marceneiros e carpinteiros de móveis e samblagem dos séculos XVI ao XVIII.** Revista Madeira/Móveis, v. 1, n.2, p. 59-63, maio/ago, 1983.

CARVALHO, Adson Lino de Souza. **A importância do mark-up na formação do preço das organizações.** Goiânia, 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FIDEL, Raya. **The case study method: a case study.** Englewood, Libraries Unlimes, 1992.

GALVÃO JUNIOR, Paulo. **Olímpicas Correlações: O Ouro do Século XXI é o Conhecimento.** COFECON, 2016.

GONÇALVES, Márcio Augusto; CAMARGOS, Marcos Antônio de. **Sistemas de Acumulação de Custos, Métodos de Custeio, Critérios de Atribuição de Custos e Tipos de Custo: uma diferenciação didático-teórica para o ensino da disciplina Contabilidade de Custos.** Revisa ANGRAD, 2005.

GUIMARÃES NETO, Oscar. **Análise de custos.** 2009.

HORNEGREN, George T.; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George.

Contabilidade de Custos, v.1: Uma abordagem gerencial. 11ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

IUDÍCIBUS, S.; MELLO, G. R. **Análise de custos: uma abordagem quantitativa.** São Paulo: Atlas, 2013.

LEONE, J. S. G. **Curso de contabilidade de custos.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LUNKES, R. J. **Informações de custos: um estudo em empresas hoteleiras na cidade de Florianópolis-SC.** Revista Turismo em Análise, 2009.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos.** São Paulo: Makron Books, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1993.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa.** Brasília, 2003.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo. **Contabilidade de Custos: um enfoque direto e objetivo**. 9ª ed. São Paulo: Frase Editora, 2010.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Contabilidade gerencial de custos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

PAULO, Edilson. **Formação de preço de venda através do mark-up e modelo matemático**. VII Congresso Brasileiro de Custos. Recife, 2000.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade de custos para não contadores**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de custos**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SAGGIORATO, Bruno. **Dinâmica Geoeconômica da indústria de móveis no Brasil**. Geo UERJ, n. 42, 2023.

SANTOS, Roberto Vatan dos. **Modelos de decisão para gestão de preço de venda**. Dissertação de mestrado apresentada a FEA – USP. São Paulo, 1995.

SEBRAE. **Estudo de mercado. Comércio e serviços: Madeira e móveis planejados**. Bahia, 2017.

SEBRAE. **Markup: saiba calcular para definir preços com segurança**. 2023. Disponível em: [Markup: saiba calcular para definir preços com segurança - Sebrae](#)

SEPP, C.; MANFROI, L.; THEISEN, C P.; DIEL, E. H.; DIEL, F. J. **Formação de preço de venda: um estudo aplicado em um restaurante do município de Chapecó-SC**. Revista Tecnológica, Maringá, 2015.

SILVA, Antônio João Hocayen. **Metodologia de pesquisa: conceitos gerais**. Paraná: Unicentro, 2014.

SOARES, Bárbara Fernandes; TRINDADE, Camila Laiber da; VALLIM, Maria da Penha Broedel Lopes; VALLIM, Carlos Roberto. **Formação do preço de venda por meio do custeio variável: um estudo de caso de um restaurante no ifood delivery**. Curitiba, 2019.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda: ênfase em aplicações e casos nacionais**. São Paulo: Saraiva Educação, 2012.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda: ênfase em aplicações e casos nacionais**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

YANASE, João. **Custos e formação de preços**. São Paulo: Trevisan Editora, 2018.

ZANLUCA, Jonatan de Sousa. (2017). **Custos fixos e variáveis**. Recuperado em 26 de março, 2017, disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/custo-fixo-variavel.html>,

UMA ANÁLISE DE INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS EM UMA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E EM UMA SOCIEDADE ANÔNIMA DE FUTEBOL

Emir Emanuel Taurino Ribeiro⁵⁷
Rafael Batista Pereira de Oliveira⁸

RESUMO

Os Clubes desportivos brasileiros nos últimos tempos vêm enfrentando grandes desafios diante do crescimento da indústria esportiva. Buscando alcançar eficiência operacional e equilíbrio financeiro, muitos clubes buscam medidas para se profissionalizar e se capacitar. Diante disso esta pesquisa teve como principal objetivo analisar indicadores econômico-financeiros compreendendo o período de 2021 até 2023, de dois clubes brasileiros de futebol profissional, sendo um deles o Flamengo, uma associação desportiva, e o outro o Botafogo que no ano 2022 começou a operar como uma sociedade anônima de futebol. Para a realização desta análise foram utilizadas as demonstrações financeiras dos respectivos clubes e os dados foram analisados e interpretados a partir do uso dos indicadores de liquidez, endividamento, rentabilidade e margem líquida. Ficou constatada uma melhora geral dos índices de liquidez, endividamento, rentabilidade e margem líquida analisados para o Flamengo com poucas variações negativas, enquanto o Botafogo se encontra em um cenário distinto passando por um processo de reestruturação, buscando se recuperar financeiramente, que, embora apresente um cenário geral negativo, existem pontos positivos a se considerar, como por exemplo uma melhoria nos índices de liquidez e redução das dívidas de longo prazo, sendo, por fim, recomendado o acompanhamento deste progresso para os anos seguintes para melhorar a análise e o impacto da reestruturação.

Palavras-chaves: Futebol; Contabilidade; Análise; Indicadores; Desempenho.

ABSTRACT:

In recent times, Brazilian sports clubs have been facing significant challenges due to the growth of the sports industry. In their quest to achieve operational efficiency and financial balance, many clubs have sought measures to professionalize and enhance their capabilities. Therefore, this research primarily aimed to analyze economic-financial indicators for the period from 2021 to 2023 of two professional Brazilian football clubs: Flamengo, a sports association, and Botafogo, which began operating as a football corporation in 2022. For this analysis, the financial statements of the respective clubs were used, and the data were analyzed and

⁷ Graduando em Ciências Contábeis na Universidade UNIESP – PB Email:emirribeiro07@gmail.com

⁸ Graduado em Ciências Contábeis pelo UNIESP, MBA em Auditoria, Perícia e Arbitragem pela ENP, MBA em Finanças pelo IBMEC, docente do curso de Ciências Contábeis pelo UNIESP. E-mail: rafaelbpoliveira@hotmail.com Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6902576504682093>

interpreted using liquidity, debt, profitability, and net margin indicators. It was possible to verify the performance of these indices for the analysis period. There was a general improvement in the liquidity, debt, profitability, and net margin indices for Flamengo, with few negative variations. Meanwhile, Botafogo is in a different scenario, undergoing a restructuring process and seeking financial recovery. Although it presents an overall negative scenario, there are positive points to consider, such as an improvement in liquidity indices and a reduction in long-term debt. Finally, it is recommended to monitor this progress in the coming years to improve the analysis and the impact of the restructuring.

KEY WORDS: soccer; accounting; analysis; indicators; performance.

1 INTRODUÇÃO

Tido como o esporte mais popular do mundo e um dos mais praticados, o futebol passou por um processo de evolução significativo ao longo das últimas décadas, principalmente no Brasil, em que as associações desportivas passaram a ser vistas como um negócio com o potencial de movimentar e gerar bilhões em receita. De acordo com Ferreira; Marques; Macedo (2018) isso se deu devido a evolução dos meios de transmissões e canais de mídia fazendo com que o futebol alcançasse milhões de pessoas tanto pela televisão como por meios digitais.

Embora existam várias definições da origem do futebol no mundo, no Brasil, registra-se que foi introduzido por Charles Miller em 1894, um jovem filho de ingleses que após realizar seus estudos na Europa trouxe consigo normas e regulamentos para a prática do futebol, e, a partir disso, começou a se popularizar pelo país (NASCIMENTO, 2019). Logo o futebol foi se tornando um esporte cada vez mais evidente devido a competições e eventos e por gerar cada vez mais interesse nas pessoas.

O Futebol no Brasil é um símbolo social tanto pela sua cultura e tradição como também pelo que proporciona em termos de entretenimento e economia, gerando uma enorme relação entre produtos, direitos de transmissão, patrocinadores, e torcedores fortemente ligados a seus times, formando uma cultura de consumo e um papel social muito relevante ao gerar entretenimento renda e emprego (DO NASCIMENTO ET AL, 2015). Nesse contexto, o futebol vem se mostrando uma atividade econômica de grande impacto positivo no cenário

econômico brasileiro. Devido a isso, muito tem se falado a respeito da profissionalização da sua gestão e a relação voltada para aspectos financeiros dos clubes.

De acordo com dados apurados por Daniel; Rocha (2024) considerando o intervalo de 2014 até 2023 a receita dos principais clubes brasileiros teve crescimento gradual de 266%, sendo esse crescimento em grande parte relacionado a receitas de direitos de transmissões e cotas de participação assim como transferências de jogadores e receitas de marketing e comercial. Em contrapartida houve uma evolução de 51% do endividamento para o mesmo período oriundos principalmente de empréstimos e dívidas tributárias (DANIEL, ROCHA, 2023).

Conforme afirma Souza (2023) O Crescimento econômico do futebol brasileiro é notável, mas o endividamento persistente mostra o quanto é fundamental realizar análises e elaborar estratégias para alcançar a profissionalização e o equilíbrio financeiro. Grandes saltos na direção de buscar uma maior organização e profissionalização da gestão de clubes, se deu a partir de normas que regulamentam as atividades de futebol no Brasil, como a Resolução CFC N.º 1.429/13 que estabeleceu critérios de avaliação, de registros contábeis e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional. No mesmo sentido, a Lei 13.155, de 4 de agosto de 2015 instrui princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para as entidades desportivas de futebol profissionais.

A partir desse cenário clubes como Flamengo e Palmeiras se tornaram exemplos de gestão financeira nos últimos anos em que passaram a adotar práticas contábeis sólidas adotando um controle financeiro rigoroso e controlando gastos excessivos (SOUZA, 2023). Por outro lado, clubes como Vasco, Botafogo e Cruzeiro buscaram explorar outras possibilidades para alcançar um melhor desempenho, funcionamento e sustentabilidade, se valendo da estrutura societária prevista na Lei 14.193, de 6 de agosto de 2021 que trata sobre as sociedades anônimas de futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, entre outros.

Observando isso, é notório que houve uma evolução no tratamento legislativo buscando acompanhar o crescimento e desenvolvimento das organizações que

realizam práticas esportivas voltadas para o futebol. Tendo em vista as possibilidades dos clubes, e do cenário e contexto em que estão inseridos no futebol brasileiro, com potencial de desenvolvimento, tem se observado cada vez mais o conceito do clube empresa buscando uma melhor organização para alcançar um bom funcionamento e continuidade (MOURA, 2022).

Segundo Gelingier; Hahn (2021) é necessário compreender as demonstrações contábeis dos clubes para se ter o conhecimento da situação financeira na qual ele se encontra e para que se tenha transparência nas informações divulgadas. Para Assaf Neto (2014, p. 19) uma empresa deve ser avaliada pelo todo, por seu potencial de lucro, tecnologia absorvida, qualidade de seus produtos, estratégias financeiras, preços, imagem, participação de mercado etc. Em relação aos clubes de futebol a particularidade é que eles têm em paralelo a isso outras métricas de avaliação como a conquista de títulos e vitórias e boa classificação em competições que impactam diretamente nos resultados e na sua função social.

Diante disso, identificou-se a seguinte questão: Conforme a análise das demonstrações contábeis em clubes brasileiros de futebol profissional, qual foi o desempenho dos indicadores econômico-financeiros dos clubes a serem abordados compreendendo o período de 2021 a 2023?

Com base nisso, o artigo tem como objetivo geral realizar uma análise nas demonstrações contábeis de clubes brasileiros de futebol profissional. Foram definidos como objetivos específicos abordar a origem e normas voltadas para o desporto, abordar os conceitos das demonstrações contábeis e análise de indicadores, selecionar dois clubes do campeonato brasileiro de futebol, sendo uma associação desportiva e uma sociedade anônima de futebol. Para tanto, o método de pesquisa utilizado para o alcance dos resultados desejados, será uma pesquisa de caráter descritiva e documental com abordagem qualitativa.

A temática dá análise de demonstrações contábeis de clubes de futebol é de interesse de torcedores, patrocinadores, investidores, entidades financeiras, órgãos governamentais entre outros, sendo assim a pesquisa se justifica pela relevância do tema que é fundamental no que trata a gestão dos clubes para que se tenha uma maior organização e profissionalização para alcançar seus objetivos, e pela necessidade de se realizar pesquisas em equipes de futebol observando-as cada

vez mais como organizações empresariais, além de também poder contribuir para estudos futuros na área.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: introdução, onde se apresentam os objetivos da pesquisa, bem como, uma prévia do que será abordado, em seguida, a segunda parte, composta pela fundamentação teórica, onde efetivamente trago os pontos desenvolvido com base na literatura especializada, a fim de atingir os objetivos propostos, a metodologia, resultados e análise dos dados. Por fim, tem-se as considerações finais e referências bibliográficas, sendo que na conclusão serão dispostos de forma sistematizada os resultados encontrados com a aplicação da análise, demonstrando, portanto, se os objetivos definidos foram alcançados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 LEGISLAÇÃO E CONTABILIDADE DESPORTIVA

No ano de 1904, com a finalidade de estabelecer regras e leis gerais no esporte, os europeus deram início a Federação internacional de Futebol - FIFA, a fim de organizar e trazer melhorias para a modalidade no mundo, assim como organizar competições, e no Brasil dez anos depois, em 1914 foi fundada a CBF – Confederação Brasileira de Futebol, com a finalidade de administrar e coordenar o futebol em todo território nacional (GELINGER; HAHN, 2021).

Diante desse contexto, a primeira norma estabelecida sobre entidades desportivas no Brasil, foi o Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabeleceu a base de organização dos desportos, porem um pouco mais adiante no tempo, surgiu duas das principais leis que deram início a modernização do futebol brasileiro, a lei nº 8.672/93 Lei Zico que logo depois foi revogada pela lei nº 9.615/98 Lei Pelé, que tinham a finalidade de instituir normas gerais e outras providencias sobre o desporto, e alterar a organização do futebol brasileiro, permitindo as entidades se equiparar a sociedades comerciais com a possibilidade de se tornarem empresas ou ser administrados por entidades.

De acordo com Gomes (2021) as entidades desportivas que atuam profissionalmente no Brasil, principalmente o futebol, têm influência do modelo

adotado na Inglaterra, que tem como objetivo aproximar os clubes esportivos ao modelo organizacional de empresas por meio de modelos de gestão e organização do trabalho. Segundo Moura (2022) atualmente a maioria dos atuais clubes de futebol ainda se organizam como associações civis sem fins lucrativos conforme os moldes das regras gerais do Código Civil, mesmo havendo uma normativa enfática nas leis que disciplinam as relações desportivas os idealizadores da SAF, lei 14.193/21, que constitui as sociedades anônimas de futebol entende que a mudança cultural da indústria do futebol deve passar por uma reestruturação societária sob os pilares de melhor controle, governança e transparência.

Castilho (2021) alerta que os principais desafios dos clubes de futebol são voltados para o equilíbrio financeiro, em que existem grandes diferenças entre os ativos e passivos, os bens geralmente são formados por valores em caixa e aplicações, os imobilizados como estádios e centros esportivos, e pelos ativos intangíveis como os direitos de exploração de atividade profissional de atletas, e as obrigações geralmente estão ligadas a parcelamentos de tributos, financiamentos e empréstimos, aquisição de jogadores e folha salarial.

No âmbito contábil brasileiro existem normas que buscam aplicar os princípios da contabilidade as entidades desportivas, a interpretação técnica geral 2003 (ITGI 2003) uma das principais normas que rege o futebol, traz em seu item 16 quais são as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas por entidades desportivas sendo elas o Balanço patrimonial, a Demonstração de Resultado, a Demonstração de resultado abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as Notas Explicativas. Assim como enfatiza itens mais específicos como o item 7 que fala que os direitos contratuais sobre atletas registrados no ativo intangível devem ser amortizados de acordo com o prazo do contrato.

2.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis, trata-se de relatórios elaborados com informações e dados extraídos dos registros contábeis da entidade, a fim de transformar esses dados em informações úteis para interpretação e tomada de

decisão dos diversos usuários da contabilidade como administradores, fornecedores, entidades financeiras, o governo entre outros (RIBEIRO, 2020).

A análise das demonstrações financeiras pode ser considerada como uma das principais formas de avaliar empresas, seja na questão financeira, econômica ou patrimonial (BAUERMANN, 2021). Assaf Neto (2014, p.121) fala que a análise das demonstrações contábeis fundamenta o estudo do desempenho econômico-financeiro de uma empresa para determinar a sua posição atual e produzir resultados que sirvam de base para a previsão de tendências futuras.

Por meio da análise das demonstrações contábeis, é possível avaliar a situação econômica e financeira da entidade, a análise da situação econômica é baseada nos elementos da demonstração do resultado do exercício (DRE), onde é possível estudar e interpretar os resultados alcançados pela movimentação no patrimônio e conhecer a rentabilidade obtida pelo capital investido na entidade, já a análise da situação financeira é baseada nos dados constantes no balanço patrimonial onde possibilita por exemplo conhecer o grau de endividamento e verificar a existência ou não de solvência suficiente para cumprir com compromissos de curto e de longo prazo (RIBEIRO, 2020).

Para que as demonstrações contábeis sejam compreendidas existe um padrão definido a se respeitar na elaboração de cada uma delas, priorizando a uniformidade e normatização para que facilite a compreensão por parte dos usuários da contabilidade, várias diretrizes para a padronização já são direcionadas para a publicação das demonstrações financeiras como no artigo 176 da lei n.6.404/1976 lei das S.A., na lei 11.638/2007 que define as regras internacionais para elaboração e publicação, a resolução 1.374/2011 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) assim como na deliberação 676/2011 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (BAUERMANN, 2021).

Portanto para que se possa realizar adequadamente uma análise das demonstrações contábeis é necessário que se tenha um pleno conhecimento das normas de contabilidade assim como saber escriturar os fatos administrativos responsáveis pela movimentação do patrimônio líquido, bem como as técnicas de apuração do resultado do exercício e das demais demonstrações contábeis.

A elaboração das demonstrações contábeis trata-se do fim do processo contábil, após todo o processo de conhecimento da ocorrência dos fatos administrativos na entidade e logo após a sua escrituração nos livros de registro e enfim a apuração do resultado do exercício com a elaboração das demonstrações contábeis. Assim, com base nas demonstrações, é realizada a análise e coleta de dados dando início ao trabalho de análise, onde os dados serão transformados em quocientes, indicadores etc., possibilitando analisá-los e interpretá-los e obtendo informações e conclusões que são apresentadas por meio de relatórios (RIBEIRO, 2020 p. 16).

O quadro a seguir elaborado por Barbosa; Melo (2018) aborda a definição das principais demonstrações contábeis:

Demonstrações	Conceito
Balanço Patrimonial	Mostra a situação financeira e patrimonial em determinada data. Dividida em ativo (bens e direitos), passivo (obrigações) e patrimônio líquido.
Demonstração do resultado do exercício	Tem como objetivo demonstrar o resultado do exercício e os elementos que o formaram e o mensuraram.
Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados	Apresenta o saldo do exercício anterior, as alterações ocorridas no exercício, o lucro ou prejuízo do exercício, a destinação dada aos lucros ao final de cada exercício social e o saldo final desta conta, evidenciando a destinação do lucro líquido.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Tem por objetivo evidenciar todas as movimentações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício.
Demonstração do fluxo de caixa	Fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade em determinado período contábil.
Demonstração do valor adicionado	Tem por objetivo evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição em um determinado período.
Notas Explicativas	Informações complementares e necessárias ao entendimento das demonstrações contábeis que auxiliam tanto usuários internos como externos na tomada de decisão tempestiva.

Quadro 01 – Demonstrações Contábeis

Fonte: (BARBOSA; MELO, 2018)

Sendo assim a análise das demonstrações contábeis se constitui em um dos estudos mais importantes da administração financeira, é importante dizer que os

resultados devem ser interpretados em função de cada situação particular assim como é importante conhecer o objeto da análise, a história os métodos de trabalho e os objetivos da entidade a ser analisada.

2.3 INDICADORES ECONOMICOS FINANCEIROS

A técnica mais comumente empregada para a análise das demonstrações contábeis baseia-se na apuração de indicadores econômico-financeiros extraídos das informações que constam nas demonstrações financeiras levantadas pelas empresas. De acordo com Messias et al (2020) os indicadores de desempenho econômico-financeiro são alcançados através de técnicas contábeis responsáveis por gerar informações uteis para observar a saúde econômica e financeira de uma determinada entidade, além de conduzir a tomada de decisão em seus processos.

Assaf Neto (2014, p131) enfatiza que a análise de empresas é um processo essencialmente comparativo, e que para um estudo mais eficiente sobre o desempenho de uma empresa é importante que os indicadores sejam comparados historicamente em relação a períodos anteriores, com os padrões estabelecidos pela gerência elaborados de acordo com as metas estabelecidas pela empresa, e com índices de empresas do mesmo ramo e padrões do setor relacionados com a atividade e economia em geral.

Para uma melhor compreensão do que se trata os indicadores econômico-financeiros bem como buscar estabelecer uma metodologia de análise dos variados aspectos de desempenho de uma empresa, geralmente dividem-se os indicadores em grupos de análise classificando-os como indicadores de liquidez, endividamento e estrutura, e rentabilidade. Ribeiro (2020, p. 78) complementa que embora a interpretação isolada de indicadores tenha a sua importância, uma análise econômico-financeira ganha maior solidez quando os indicadores são interpretados em conjunto.

2.3.1 Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento de uma empresa e sua habilidade de cumprir com as obrigações assumidas, os principais índices que medem a liquidez de uma empresa são:

A liquidez corrente, que se refere a um indicador que evidencia em termos monetários a relação existente entre o ativo circulante e o passivo circulante. Se a liquidez corrente for superior a 1 indica a existência de capital de giro líquido positivo, se igual, pressupõe sua inexistência e se inferior a 1 a existência de capital de giro negativo (ASSAF NETO, 2014).

Com isso pode-se concluir que através desse indicador é possível estudar a capacidade de uma empresa possuir recursos suficientes em seu ativo circulante para conseguir liquidar suas obrigações de curto prazo, para seu cálculo utiliza-se a fórmula da seguinte equação:

$$\textbf{Liquidez Corrente} = \frac{\textbf{Ativo Circulante}}{\textbf{Passivo Circulante}} \quad (1)$$

A liquidez seca, indica o percentual das dívidas de curto prazo que podem ser cobertas mediante o uso de ativos circulantes de maior liquidez, sendo excluído os estoques que não apresenta liquidez compatível com o grupo em que está incluído, e se excluem também as despesas antecipadas por não representarem valores a receber e sim serviços utilidades e benefícios. Sendo assim esse indicador é obtido através da relação dos ativos circulantes de maior liquidez com o total do passivo circulante, sendo identificado através da seguinte formula:

$$\textbf{Liquidez Seca} = \frac{\textbf{Ativo Circulante (-) Estoques (-) Despesas antecipadas}}{\textbf{Passivo Circulante}} \quad (2)$$

Liquidez imediata, é o indicador que demonstra a proporção das dívidas de curto prazo que podem ser cobertas imediatamente pelas disponibilidades da empresa, de acordo com Assaf Neto (2014, p. 123) sua fórmula é:

$$\textbf{Liquidez Imediata} = \frac{\textbf{Disponível}}{\textbf{Passivo Circulante}} \quad (3)$$

A liquidez geral segundo Assaf Neto (2014, p. 123) é o indicador que retrata a saúde financeira a longo prazo de uma empresa medindo a capacidade da empresa de liquidar todas as suas obrigações utilizando seus ativos de curto e longo prazo, para seu cálculo utiliza-se a fórmula da seguinte equação:

$$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

(4)

Entretanto, uma análise realizada somente por este indicador pode ser prejudicada se os prazos referentes aos ativos e passivos estiverem muito distantes, sendo necessário o uso em conjunto de outros indicadores para se ter uma análise mais precisa.

2.3.2 Indicadores de Estrutura e Endividamento

Os indicadores, de endividamento e estrutura de capital, de acordo com Iudícibus (2017 p. 108) exercem um papel fundamental ao indicar a relação de dependência da empresa em relação a capital de terceiros, buscando retratar a posição relativa do capital próprio em comparação ao capital de terceiros. Souza (2023) pontua que é interessante que se verifique demais variáveis, como analisar o prazo das obrigações com terceiros se são de curto ou longo prazo, certa vez que um endividamento de longo prazo e com custo vantajoso pode ser benéfico para a entidade.

Ribeiro (2020), salienta que quando os investimentos na empresa são financiados em maior proporção por capitais próprios pode-se afirmar que a situação financeira da empresa é satisfatória, em contrapartida quando os investimentos na empresa são financiados em maior parte pelos capitais de terceiros pode-se afirmar que a empresa está endividada e é provável que uma parcela maior do lucro seja destinada a remunerar esses capitais de terceiros.

Portanto estes indicadores são utilizados praticamente para aferir a composição das fontes passivas de recursos de uma empresa, a seguir seguem os principais indicadores de endividamento e estrutura:

A relação de capital de terceiros com o capital próprio, segundo Assaf Neto (2014 p. 126) evidencia o nível de endividamento da empresa e sua dependência, em relação a seu financiamento por meio de recursos próprios, a sua fórmula é demonstrada da seguinte forma:

$$\text{Relação Capital de Tercieros/Capital Proprio} = \frac{\text{Exigível total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

(5)

Outro indicador fundamental é a composição do endividamento, que é um cociente que revela a proporção que existe entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais, ele também ajuda a verificar a necessidade da empresa de recursos de curto prazo para saldar suas obrigações. Ribeiro (2020, p. 46) interpreta que quanto menor for o valor a pagar em curto prazo em relação as obrigações totais, maior tempo a empresa terá para gerar recursos financeiros para saldar seus compromissos. A fórmula da composição do endividamento segundo Ribeiro (2014, p. 46) se dá da seguinte maneira:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$$

(6)

2.3.3 Indicadores de Rentabilidade

Os Indicadores de rentabilidade são outros indicadores fundamentais a serem levados em consideração em uma análise financeira, pois eles têm a função de medir a capacidade econômica da empresa, ou sejam, eles evidenciam se a entidade obteve êxito ao gerar um resultado suficiente para remunerar os capitais nela investido. Estes indicadores são calculados com base em valores extraídos da demonstração de resultado do exercício e do balanço patrimonial (RIBEIRO, 2020 p. 56).

Iudícibus (2017 p. 119) enfatiza de uma maneira geral que se deve relacionar o resultado de uma empresa com algum outro valor que seja capaz de expressar a dimensão relativa para avaliar o seu retorno relativo e observar o quanto bem se saiu a empresa em determinado período. Assaf Neto (2014 p. 128) diz que as

principais bases de comparação utilizadas para esse estudo são o ativo total, o patrimônio líquido e as receitas de vendas.

Portanto os indicadores de rentabilidade buscam avaliar o resultado obtido por uma empresa a partir de parâmetros determinados que melhor evidencie sua dimensão, pois uma análise baseada exclusivamente no valor pleno do lucro líquido pode resultar em tendências de interpretação que podem não refletir se o resultado obtido em determinado exercício foi realmente condizente ou não com o potencial econômico da empresa.

A rentabilidade sobre o ativo, é um dos indicadores de rentabilidade, que de acordo com Ribeiro (2020 p. 58) evidencia o potencial de geração de lucro por parte da empresa pelo total das aplicações em seus ativos. Segundo Assaf Neto (2014, p. 128) ele é calculado de acordo com a seguinte formula:

$$\text{Retorno Sobre o Ativo (ROA)} = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

(7)

O retorno sobre o investimento é o indicador que mede rigorosamente o capital que deve ser remunerado, ele é uma alternativa ao ROA para avaliar o retorno gerado pelo total de recursos aplicados, o investimento para a análise desse indicador é composto pelos passivos onerosos captados pela entidade, como empréstimos e financiamentos, assim como pelos recursos próprios registrados no patrimônio líquido, ele é obtido conforme a fórmula abaixo (ASSAF NETO, 2014 p. 129).

$$\text{Retorno Sobre o Investimento (ROI)} = \frac{\text{Lucro Operacional Líquido}}{\text{Investimento Médio}}$$

(8)

Outro indicador fundamental na análise da rentabilidade é a margem líquida ou margem de lucro que é um indicador que mede a eficiência de uma organização no que se refere a sua lucratividade a partir de sua operação principal. Este indicador pode se apresentar baixo ou alto de acordo com o tipo de empreendimento (IUDÍCIBUS, 2017 p. 119). De acordo com Assaf Neto (2014, p. 130) o cálculo deste indicador é obtido da seguinte forma:

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}}$$

(9)

2.3.4 Análise Vertical e Análise Horizontal

A análise vertical, também conhecida como análise por coeficientes, é aquela em que se compara cada elemento pertencente a um conjunto com o total do conjunto, na qual ela evidencia a porcentagem de participação do elemento para com o conjunto, sua principal objetividade é mostrar e detalhar o nível de importância de cada elemento na demonstração contábil a que pertence. Embora a análise vertical possa ser feita em qualquer demonstração contábil ela em sua maioria é utilizada para apresentar dados resultantes da comparação entre os itens ou grupos da Demonstração de Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial (RIBEIRO, 2020 p. 87).

Junto a isso tem-se também a análise horizontal, também denominada de análise por meio de números-índices em que tem como finalidade principal apontar o crescimento de itens principalmente no balanço patrimonial e na demonstração de resultado do exercício, (bem como de outros demonstrativos), ao longo dos anos, com esse tipo de análise é possível acompanhar o desempenho de cada elemento pertencente a demonstração em análise ressaltando as tendências evidenciadas sejam de evolução ou redução (IUDÍCIBUS, 2017 p. 87).

Sendo assim observasse a importância da análise vertical em conjunto com a análise horizontal, pois são responsáveis por apresentar dados que complementam as possíveis observações realizadas por meio de uma análise de indicadores, além do que algumas análises verticais já podem representar alguns indicadores por si só, contudo conclusões precipitadas devem ser evitadas a partir desta análise de forma isolada, sendo recomendada a análise em conjunto para que se obtenha uma ideia mais nítida da situação da empresa.

3 METODOLOGIA

Este trabalho tem como principal base em sua metodologia quanto aos procedimentos uma pesquisa documental, em que será realizada a análise das demonstrações financeiras divulgadas pelos clubes entre o período determinado de 2021 até 2023. Conforme destaca Marconi, Lakatos (2023 p.202) uma pesquisa documental se caracteriza por tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, que constituem o que se denomina de fontes primárias.

Quanto aos objetivos, são caracterizados como objetivos descritivos, que de acordo com Gil (2022 p.42) tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, podendo também ser elaboradas com a finalidade de identificar possíveis relações entre as variáveis. Sendo assim essa pesquisa também se classifica como descritiva ao ponto que após o levantamento dos dados para a pesquisa será realizada uma análise relacionada com a fundamentação teórica desse estudo.

Em relação a abordagem do problema, a pesquisa pode ser considerada qualitativa, pois a intenção principal da pesquisa é coletar dados, organizar essas informações fazendo o uso de gráficos, tablas e porcentagens que serão retratados em números para análise das informações obtidas.

Portanto, inicialmente foi desenvolvida a fundamentação teórica sobre as demonstrações financeiras, legislação e contabilidade desportiva, com base em pesquisas científicas sites e livros. Após a base para as informações utilizadas neste trabalho, ou seja, dados financeiros e econômicos, foram retirados das demonstrações contábeis divulgadas pelas próprias organizações em seus portais oficiais. E com isso foram realizados os cálculos dos indicadores financeiros como os de liquidez, estrutura de capital e endividamento e rentabilidade, para assim possibilitar a análise buscando identificar os principais aspectos de saúde financeira, relacioná-los com o desempenho esportivo das entidades e compará-las entre si.

Esse estudo tem o intuito principal de avaliar e investiga os resultados financeiros de dois clubes selecionados: Flamengo e Botafogo. As instituições foram selecionadas de forma estratégica tendo em vista que no período selecionado ambas apresentam modelos de gestão e organização diferentes, enquanto o Botafogo passou por uma reestruturação o Flamengo segue mantendo o modelo de organização tradicional comumente adotado pelas instituições desportivas no Brasil.

Para tornar possível alcançar esse propósito foram utilizados indicadores financeiros estratégicos que em conjunto fornecem uma visão detalhada da situação atual em que se encontram as finanças dessas instituições. Os indicadores serviram de instrumentos fundamentais para avaliar o desempenho e eficiência operacional, financeiro e a sustentabilidade ao longo do período determinado, abrangendo os anos de 2021 a 2023.

Os dados utilizados para esta análise foram obtidos das demonstrações financeiras oficiais das organizações disponibilizadas em seus portais oficiais de transparência, o que garante a confiabilidade e veracidade dos resultados. A escolha de um período de 3(três) anos proporciona um mínimo de período necessário para que seja possível observar tendências e mudanças significativas.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

4.1 FLAMENGO

O Clube de Regas do Flamengo, popularmente chamado “Flamengo” foi fundado em 15 de novembro de 1895 e tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro, ele se estabelece como uma associação sem fins lucrativos, criada com o objetivo de promover reuniões de caráter desportivo, cultural e recreativo, reconhecido como de utilidade pública pela lei nº 1.516, de 8 de novembro de 1967. Sua personalidade jurídica é distinta de seus associados, ou seja, não respondem solidaria ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelo clube.

Uma associação desportiva, portanto goza de alguns benefícios fiscais como a isenção de tributos federais como o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) contribuição social sobre o lucro (CSLL) e contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS), e alíquota diferenciada par o programa de integração social (PIS) sendo de 1% sobre a folha de salário, e alíquota diferenciada para o instituto nacional da seguridade social (INSS) a uma alíquota de 4,5% sobre a folha de pagamento e 5% sobre a receita bruta.

É importante mencionar que 2021, primeiro ano do período da análise, começou de forma atípica com diversas atividades sendo impactadas pelo

enfrentamento da pandemia provocada pela Covid-19, sendo assim o segmento do esporte sofreu ao retorno das competições com a ausência da torcida nos estádios o que impacta diretamente o faturamento.

Contudo, mesmo diante desses enfrentamentos o flamengo conseguiu um faturamento inédito no mercado brasileiro de clubes esportivos obtendo uma receita operacional líquida de 1,025 bilhões no ano de 2021, esse valor é composto principalmente de receitas relacionadas a direitos de imagem e transmissão que representam 36% do valor total, assim como receitas da comercialização de produtos que alcançam 24,3% do valor, e receitas referente a negociação de atletas que compõe 28% das receitas totais, somadas essas receitas representam mais de 90% da receita total obtida.

As receitas apresentaram evolução para os períodos seguintes subindo para 1,1 bilhões em 2022, e em seguida para 1,3 bilhões em 2023, vale ressaltar a recuperação de receitas voltadas para Matchday que foram impactadas pela pandemia, que em 2021 representaram 7,1% da receita, subiu para 19,6% em 2022 e posteriormente para 24,4% em 2023.

Em relação aos custos e despesas também foi observada um aumento para o período analisado em que em 2021 somavam 761 milhões, aumentando para 827 milhões em 2022 e para 936 milhões em 2023, boa parte da composição dessas despesas são formadas por salários encargos e benefícios, e direitos de imagem de atletas que em compõem em médio 49,5% das despesas para o período analisado.

De modo geral, estes resultados permitem a continuidade da estratégia da organização de fortalecimento da marca e competitividade, permitindo realizar importantes investimentos na modernização de instalações e em infraestrutura, qualificação técnica, inovação e investimento na categoria de base, aquisição e renovação contratual de atletas assim como incentivo a ações sociais dentre outros.

A seguir no gráfico 1, serão apresentados os dados relativos aos indicadores de liquidez do flamengo para o período proposto.

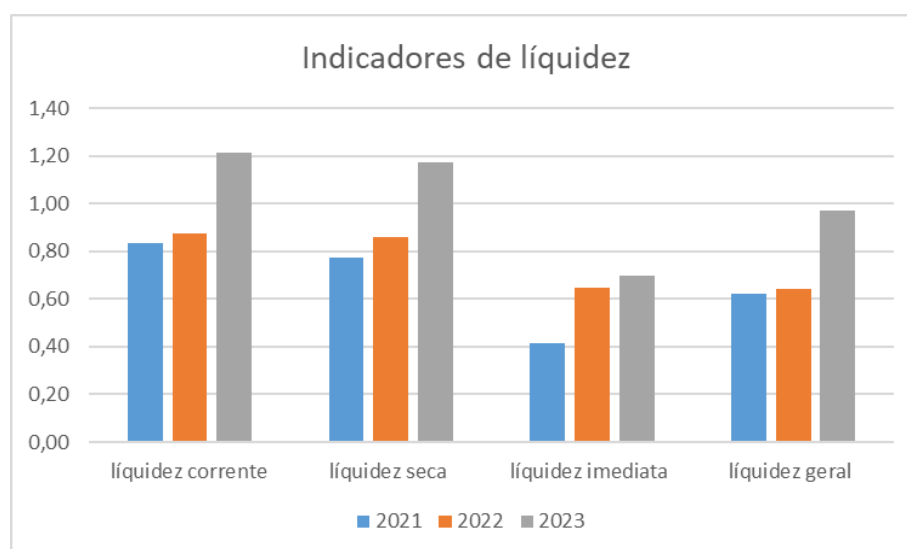


Gráfico 1 – Indicadores de Liquidez do Flamengo entre 2021 e 2023
Fonte: Elaboração própria

A representação visual permite observar uma variação positiva na liquidez ao longo dos anos, em que a análise revela uma melhora substancial ao longo do período estudado.

Observando o índice de liquidez corrente, que mensura a capacidade de quitar as dívidas de curto prazo com o uso do ativo circulante, nota-se que o clube possuía em 2021 R\$ 0,83 para cada unidade de dívida de curto prazo, o cenário apresentou melhora e passou para R\$ 1,21 por unidade em 2023 mostrando uma evolução capacidade de cumprir com suas obrigações de acordo com este indicador. O índice de liquidez seca, que utiliza os ativos circulantes de maior liquidez, incluindo contas a receber, para medir a capacidade de arcar com as obrigações de curto prazo, também apresentou uma variação positiva na sua capacidade, o que antes era de R\$ 0,78 em 2021 atingiu R\$ 1,17 em 2023, para cada unidade de obrigações de curto prazo.

O índice que apresentou uma menor capacidade de cumprir com as obrigações foi o de liquidez imediata que considera apenas as disponibilidades para arcar com as obrigações de curto prazo.

Em relação ao índice de liquidez geral, embora ele não apresente uma eficiência na capacidade de cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo, é notável a sua evolução a fim de atingir este objetivo, pois houve uma variação positiva de 51,1% neste índice de 2022 para 2023.

O gráfico 2 e 3 ilustra os dados relacionados com os indicadores de estrutura de capital e composição de endividamento, que representam um fator fundamental para a organização de uma entidade.

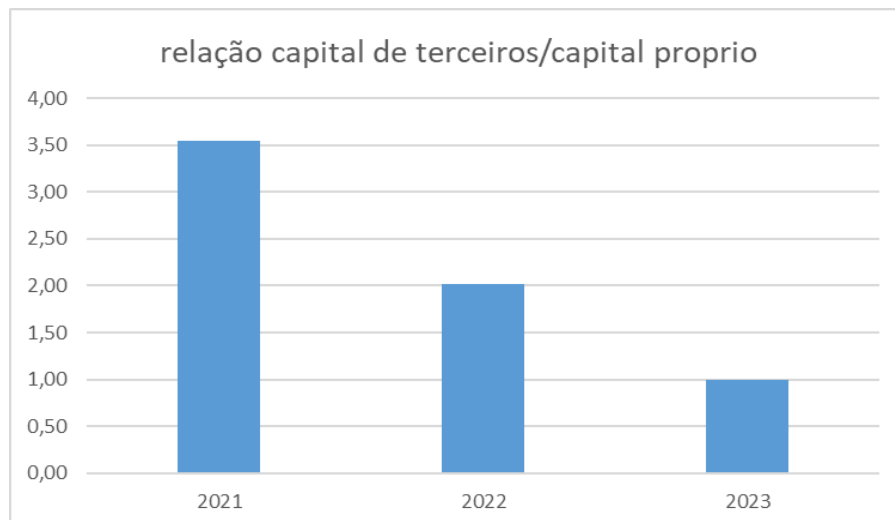


Gráfico 2 – Relação entre capital de terceiros e capital próprio do Flamengo entre 2021 e 2023
Fonte: Elaboração própria

Analisando a relação entre capital de terceiros e capital próprio observa-se que em 2021 existia uma dependência considerável de recursos de terceiros sendo que para cada R\$ 1,00 de capital próprio existia R\$ 3,54 de capital de terceiro na estrutura de capitais, o equivalente a aproximadamente 72% composto por capital de terceiros, no entanto é visualmente notório que de 2021 para 2023 houve uma recuperação nesta relação apontando números positivos que ficou praticamente de R\$ 1,00 para R\$ 1,00 diminuindo a dependência da entidade de recursos de terceiros e aumentando o seu patrimônio líquido.

Já no gráfico 3 a seguir, é demonstrada a composição do endividamento da entidade se é composto em sua maior parte por obrigações de curto ou de longo prazo, ajudando a verificar a necessidade da organização de obter recursos disponíveis para arcar com suas obrigações.

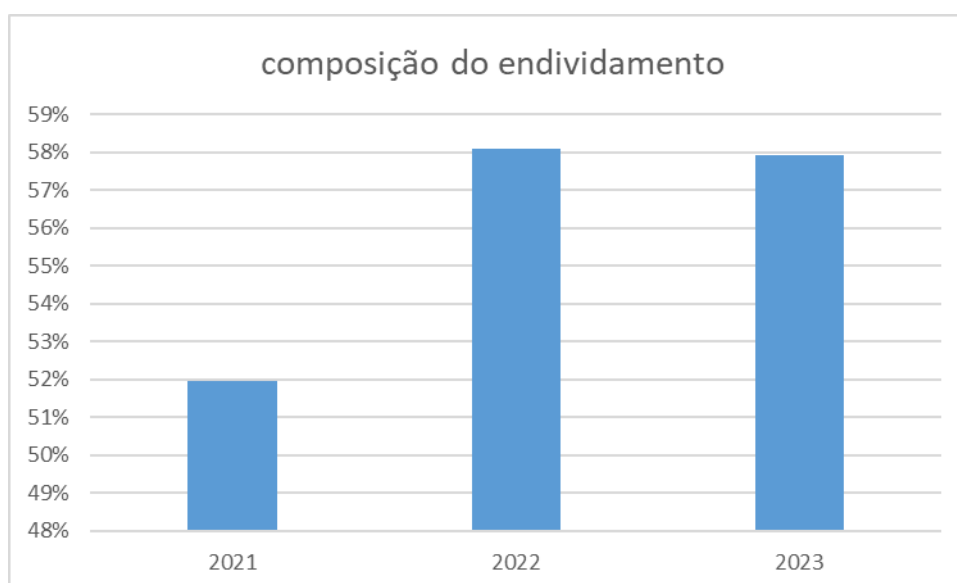


Gráfico 3 – Composição do endividamento do Flamengo entre 2021 e 2023

Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 3 mostra que em 2021 o endividamento do Flamengo era composto em 52% por dívidas de curto prazo e que este percentual aumentou para os anos seguintes chegando a alcançar uma composição de 58% para o ano de 2022 e se mantendo nesse percentual para 2023, mostrando que houve um aumento na necessidade de gerar recursos financeiros para cumprir com seus compromissos.

Esta maior composição no curto prazo de endividamento nos últimos anos se deu em razão principalmente da diminuição do endividamento líquido operacional que foi reduzido de 292 milhões em 2021 para 48 milhões ao final de 2023.

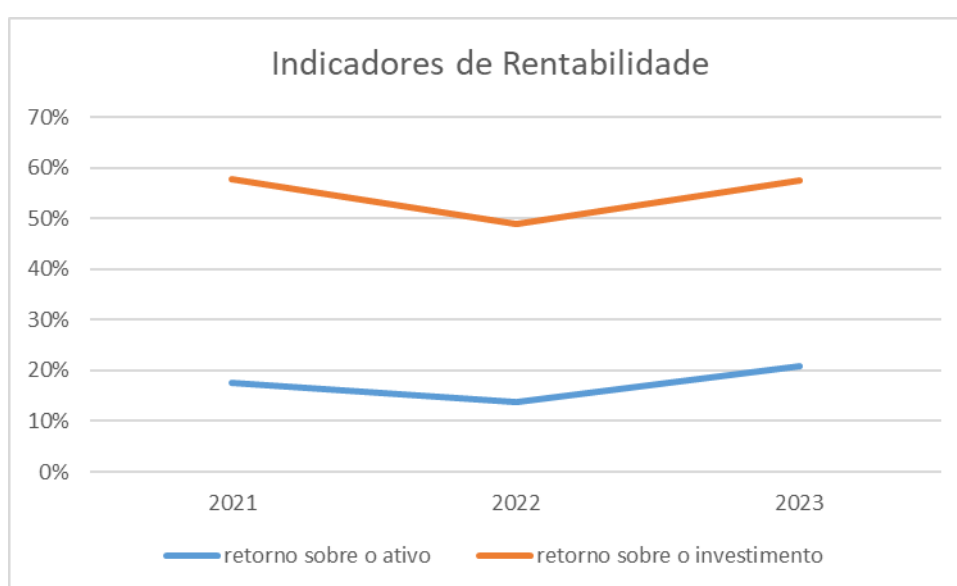


Gráfico 4 – Indicadores de rentabilidade do Flamengo entre 2021 e 2023

Fonte: Elaboração própria

Acima é apresentado como se comportou os indicadores de rentabilidade do flamengo entre 2021 e 2023 referente ao retorno sobre o ativo, que é um indicador que mede a performance em relação a quanto de resultado uma empresa consegue gerar com seus ativos, e referente ao retorno sobre o investimento que mede o retorno sobre os recursos levantados e aplicados pela empresa em sua atividade.

Observando o gráfico 4, em 2021 o indicador de retorno sobre o investimento teve seu pico de 58% apontando que o clube vinha apresentando um retorno solido sobre seus investimentos, contribuindo também para a recuperação e acúmulo de patrimônio líquido, para os períodos posteriores houve uma redução para 49% no ano de 2022 e que se recuperou e atingiu 57% em 2023.

No gráfico 5 é exposta a evolução da margem líquida do Flamengo ao longo do período de 2021 a 2023. Este é um indicador fundamental da eficiência do desempenho empresarial, reflete a capacidade de gerar resultados a partir de suas receitas principais.

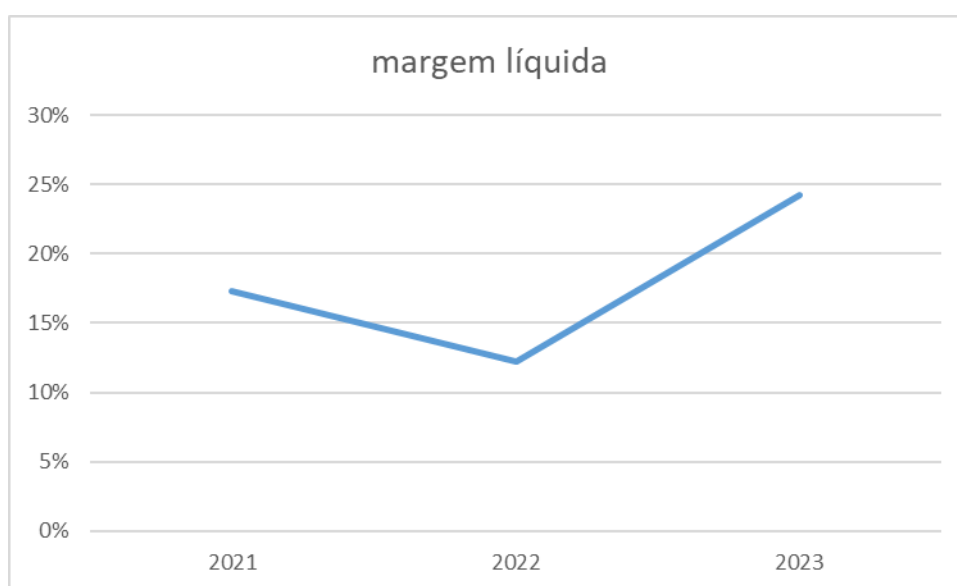


Gráfico 5 – Margem líquida do Flamengo de 2021 a 2023
Fonte: Elaboração Própria

Em relação a margem líquida, se observou um cenário de variação no decorrer dos anos, em que a margem líquida que foi de 17% em 2021 sofreu uma redução para 12% em 2022, sendo que no período posterior se recuperou e obteve uma variação positiva alcançando uma porcentagem de 24%, isso sugere que o

clube se tornou eficiente em controlar e manter um equilíbrio entre seus custos e despesas em relação a receita gerada.

4.2 BOTAFOGO

O Botafogo Futebol Clube, inicialmente fundado em 12 de agosto de 1904, era assim como a maioria dos clubes constituídos no Brasil, uma associação de natureza social e desportiva sem fins lucrativos, com sua personalidade jurídica e patrimônio distintos em relação ao dos seus sócios, tendo a sua sede na cidade do Rio de Janeiro na avenida Venceslau Brás, número 70 no bairro Botafogo. Suas principais finalidades eram promover a prática desportiva envolvida em competições de atletas profissionais, promover o desenvolvimento da prática de atividades desportivas prioritariamente o futebol e promover atividades sociais de caráter cultural, educacional, assistencial e filantrópico.

Atualmente, sendo um dos pioneiros no movimento de constituição da Sociedade Anônima de Futebol, prevista pela lei nº 14.193/21, em 28 de dezembro de 2021 foi constituída a SAF Botafogo, aprovada em assembleia geral dos sócios por 97% dos votos, transferindo o controle das operações para o investidor americano John Charles Textor, que realizara um aporte a ser subscrito em caráter de ações nominativas um montante de R\$350.000,000 (trezentos e cinquenta milhões de reais) que será totalmente subscrito e integralizado em um período de 36 meses a partir da entrada do investidor na condição de controlador da sociedade.

Sendo assim, o Botafogo iniciou o ciclo de reestruturação societária e organizacional mais importante de sua história, reafirmando o compromisso com a recuperação do botafogo em um planejamento de longo prazo, direcionando esforços para um modelo de gestão fundamentados na competitividade esportiva e empresarial e na sustentabilidade operacional.

Um dos principais benefícios propostos pela lei nº 14.193/21 é um regime especial para os clubes que aderir a SAF, chamado Regime de Tributação Específica do Futebol (“TEF”) que propõe que nos primeiros cinco anos da constituição da saf incidirá uma alíquota de 5% sobre as receitas mensais excluindo

as receitas com cessão de direitos de atletas, e a partir do sexto ano a alíquota passa para 4% incluindo as receitas com cessão de direitos de atletas.

Com isso, acompanhando o desenvolvimento e implementação do projeto, em seus aspectos econômico-financeiros, técnicos e táticos é possível observar uma evolução de desempenho da organização, em que inicialmente ao analisar sua receita, verificou que no período analisado de 2021 a 2023 houve um crescimento de 192,47%, sendo de 121 milhões reais em 2021 e passando para 355 milhões de reais em 2023. Esse crescimento foi influenciado por diversos fatores a serem considerados, é importante ressaltar o impacto da pandemia da Covid 19 nas receitas no ano de 2021, sendo habitual uma recuperação para os períodos seguintes mediante ao retorno das atividades, no entanto os principais fatores estão relacionados a gestão ao aprimorar a capacidade de geração de receitas por meio de melhorias contínuas buscando renegociações de direitos econômicos relacionado negociações de imagem e transmissão e negociações de transferência de atletas.

O gráfico 6 a seguir apresenta os dados referentes as variações nos indicadores de liquidez do Botafogo para o período analisado, considerando o intervalo de 2021 a 2023.

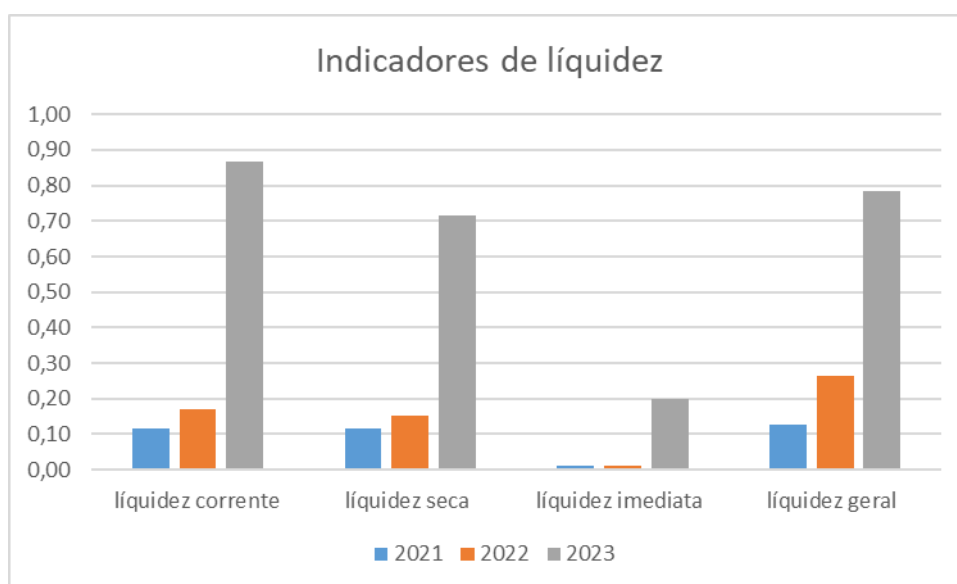


Gráfico 6 – Indicadores de liquidez do Botafogo de 2021 a 2023
Fonte Elaboração própria

Observando o gráfico, de modo geral é possível perceber uma recuperação de na capacidade do Botafogo de cumprir com as suas obrigações, no entanto em

nenhum dos indicadores analisados, foi alcançada a eficiência mínima de arcar com os compromissos, ficando todos abaixo na relação de R\$1,00 para cada unidade de obrigações.

O indicador que mais evoluiu foi o de liquidez corrente, chegando a atingir em 2023, uma relação de R\$0,87 de ativo circulante para cada unidade de obrigações de curto prazo, o que antes em 2021 era de apenas R\$0,11, o que apresenta uma evolução na eficiente da entidade de gerar recursos para arcar com os seus compromissos mostrando progresso para a sua recuperação.

Em relação ao indicador de liquidez seca, que busca utilizar os ativos de maior liquidez em sua análise, observou-se que a tendência de evolução se manteu, sendo de R\$0,11 em 2021, R\$0,15 em 2022 e passando para R\$0,71 em 2023, na relação para cada unidade do passivo circulante, um ponto a se observar é que essa evolução na capacidade de arcar com os compromissos se deu mais expressivamente nos períodos de 2022 para 2023, períodos em que a organização passou efetivamente a operar com o modelo de gestão adotado com a SAF.

O índice que apresentou a menor capacidade foi o de liquidez imediata, no entanto apresentou uma evolução em um cenário onde se encontrava praticamente inexistente nos períodos de 2021 e 2022, em que continha uma relação de R\$0,01 de disponibilidades para cada unidade de obrigações de curto prazo, e passou para R\$0,20 em 2023.

Já em relação ao indicador de liquidez geral, é possível observar uma evolução significativa do índice em busca de alcançar a eficiência na capacidade de arcar com as obrigações, seu crescimento de 2021 para 2022 foi de 107,2 % e de 2022 para 2023 foi de 197,2% embora apresente marcas expressivas ainda se mantem abaixo da eficiência mínima para arcar com os seus compromissos, no entanto a tendencias esperada é de melhora tendo em vista a sua forte recuperação.

O gráfico 7 logo abaixo mostrara os dados relacionados a relação de capitais de terceiro com o capital próprio.

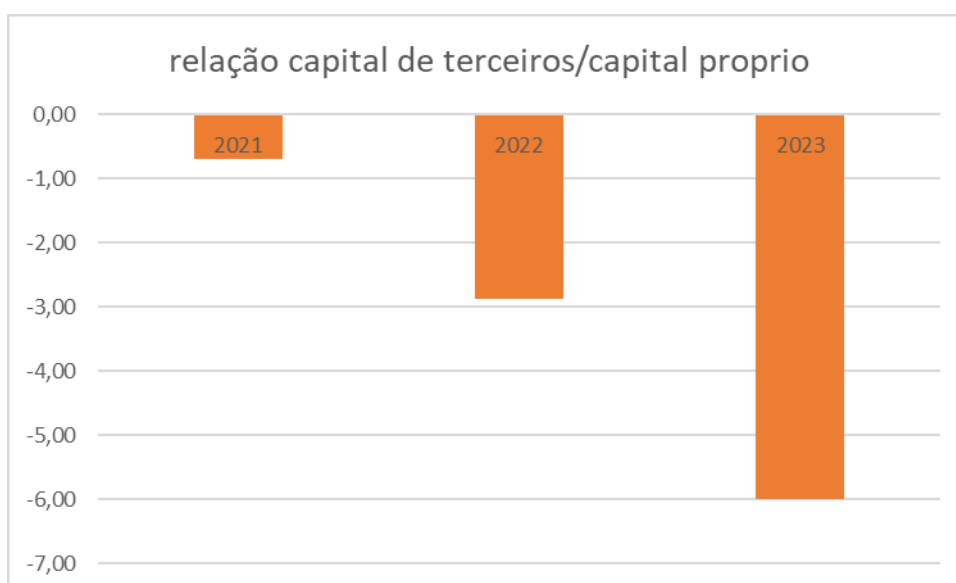


Gráfico 7 – Relação de capital de terceiros e capital próprio do Botafogo entre 2021 e 2023

Fonte: Elaboração própria

Verificando a relação de capital de terceiros e capital próprio do Botafogo para o período analisado de 2021 a 2023, é possível observar que este indicador se encontra em um cenário negativo, isto ocorre mediante a posição do patrimônio líquido da organização que se encontra negativo para o período analisado. Isso ocorre quando existem um valor maior de obrigações no passivo circulante e não circulante, em relação aos ativos.

No entanto embora o cenário negativo que apresenta, é importante destacar a recuperação do patrimônio líquido, diminuindo a sua negatividade durante o período analisado, em que saiu de uma posição negativa de R\$790.911.000 (setecentos e noventa milhões novecentos e onze mil reais) ao final de 2021 e passando para uma situação negativa de R\$140.240.000 (cento e quarenta milhões duzentos e quarenta reais) ao final de 2023.

Outro ponto a se considerar é que mesmo existindo uma redução nos passivos onerosos, houve um aumento nos saldos das contas do passivo relacionadas a fornecedores e contas a pagar, obrigações tributárias, assim como uma movimentação referente a cessão fiduciária dos direitos creditórios em que os valores envolvidos serão assumidos pelo acionista majoritário da SAF.

O próximo gráfico, mostrará como se encontra a composição do endividamento do Botafogo entre os anos de 2021 e 2023 em relação ao passivo circulante com o exigível total, a fim de observar sua concentração entre dívidas de

curto prazo e de longo prazo, analisando a sua necessidade de gerar recursos para cobrir suas obrigações.

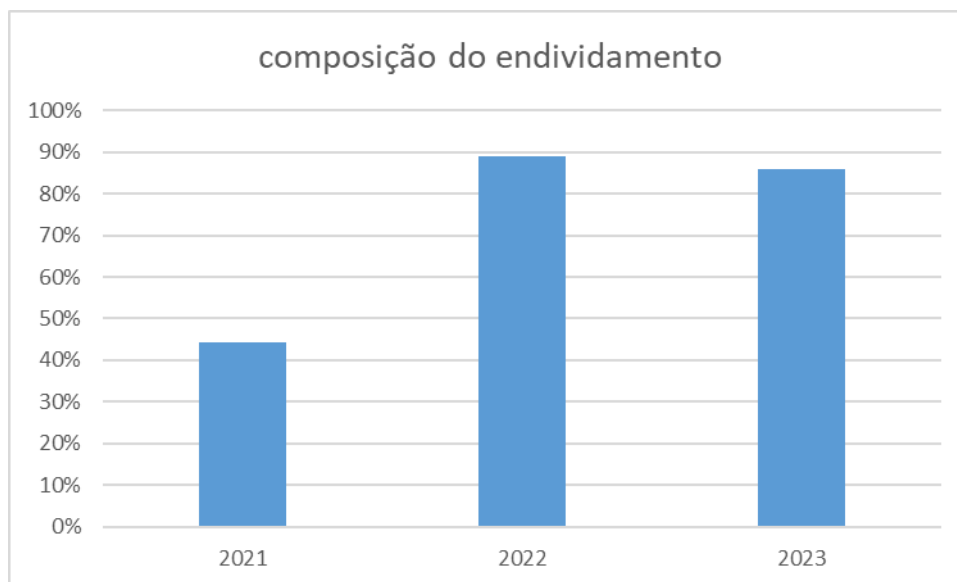


Gráfico 8 – Composição do endividamento do Botafogo entre 2021 e 2023
Fonte: Elaboração própria

Analisando o gráfico é possível observar que o endividamento do botafogo no início do período, no ano de 2021, era composto em 44% por obrigações de curto prazo, e que com o passar do tempo essa relação aumentou, em que no período seguinte no ano de 2022 as obrigações de curto prazo passaram a compor 89% do exigível total do botafogo, mostrando uma redução das dívidas a longo prazo que passaram a se encontrar com maior participação no curto prazo, aumentando a necessidade de geração de caixa e de recorrer a capital de terceiros.

Em seguida será apresentado no próximo gráfico como se comportou os indicadores de rentabilidade do Botafogo no período de análise buscando observar as variações ocorridas nos indicadores de retorno sobre o ativo, e do retorno sobre o investimento.

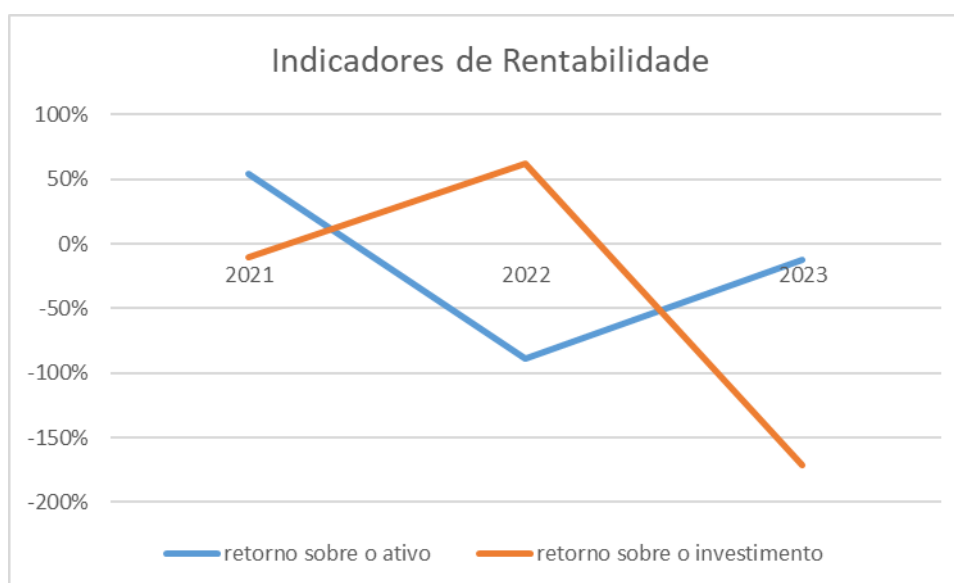


Gráfico 9 – indicadores de rentabilidade do Botafogo entre 2021 e 2023

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 9 apresenta como se comportou os indicadores de rentabilidade do botafogo para o período analisado, em relação ao indicador de retorno sobre o ativo foi identificado que no primeiro ano do período analisado, em 2021 ele apresentou 54% de retorno sobre os ativos, é importante destacar que a empresa apresentava saldos baixos nas contas de ativos, no entanto 2021 foi o único ano do período analisado que o resultado foi positivo para a análise deste indicador.

Em 2022 foi o ano de pior desempenho do indicador de retorno sobre o ativo resultando em um valor negativo de -88%, isso se deu devido ao déficit 248 milhões apresentados no resultado e ao aumento de ativos com menor eficiência de gerar resultados imediatos, investimentos realizados na aquisição de direitos de atletas e em imobilizados como a melhoria de infraestruturas do estádio, centro de treinamento e categoria de base que aumentaram consideravelmente os custos e despesas, o índice se recuperou em 2023 mas ainda permanece negativo em -12%, com uma tendencia de melhora futura com a organização seguindo o seu planejamento de reestruturação e recuperação.

Outro indicador utilizado para a análise de rentabilidade, foi o de retorno sobre o investimento, no entanto a análise deste indicador foi impactada pela presença de um patrimônio líquido negativo durante o período de análise, apresentando valores que variaram de -11% em 2021 para 62% em 2022 e alcançando -172% em 2023, é importante salientar que mesmo com um patrimônio líquido negativo, ocorreu uma

redução considerável de sua negatividade para o período, saindo de um patrimônio líquido de R\$-790.911,000 milhões em 2021 para R\$-140.240,000 milhões em 2023.

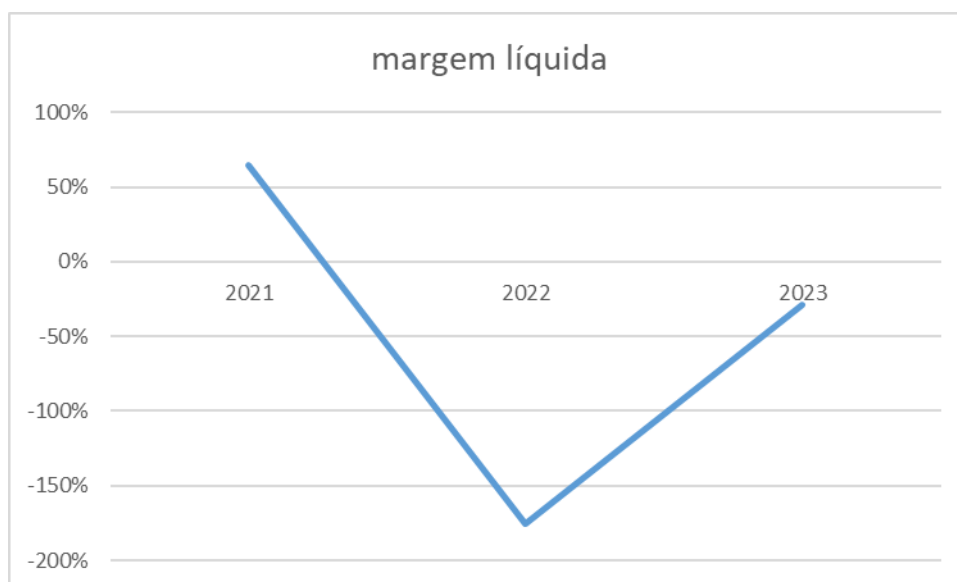


Gráfico 10 – indicador de margem líquida do Botafogo entre 2021 e 2023

Fonte: Elaboração própria

O gráfico acima, mostra a evolução da margem líquida do Clube Botafogo ao longo do período de 2021, 2022 e 2023, a margem líquida indica a porcentagem de receita que se converte em resultado para a organização após a dedução de seus custos e despesas.

É possível observar que no ano de 2021, ainda na posição de associação desportiva foi o ano que o indicador se mostrou positivo com uma margem líquida de 65%, aparentemente pode parecer um bom resultado, mas o clube se encontrava em uma situação crítica onde as obrigações acumuladas eram 7,7 vezes maiores do que o faturamento do período. Para o período seguinte em 2022, ano em que o clube passou por uma grande transformação no modelo de gestão, em que em decorrência disso houve um aumento significativo nos custos das atividades, decorreu em uma queda brusca na margem líquida em que com o aumento dos gastos e ainda com pouca evolução nas receitas esse indicador se encontra em uma posição negativa de -175%.

Em 2023 para o último ano do período de análise o índice embora ainda permaneça negativo em -28%, apresentou uma rápida recuperação em relação ao

período anterior, e com o passar dos anos a tendência é que se recupere e volte a ser positivo, mediante a estratégia de recuperação operacional da organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a situação econômico-financeira de clubes de futebol no Brasil, através da análise de indicadores em relação as demonstrações contábeis. Nesse sentido foram escolhidos dois clubes, sendo uma associação desportiva, o Clube de Regatas do Flamengo, e o Botafogo Futebol Clube, que era uma associação desportiva, mas que passou por um processo de transformação para uma sociedade anônima de futebol, usando como alternativa para visar a sobrevivência e continuidade da organização diante de um cenário crítico de endividamento surgindo a necessidade de a organização buscar novas estratégias.

Neste estudo, a avaliação da saúde financeira dos clubes analisados se deu mediante a utilização de uma variedade de indicadores financeiros, desde índices de liquidez como também índices de endividamento de rentabilidade e margem líquida.

Na análise realizada, se destacou a capacidade do flamengo em profissionalizar a sua gestão financeira nos últimos anos enquanto mantém-se no modelo de estrutura de associação desportiva, em que isso se evidenciou nos últimos anos devido a evolução significativa e resultados positivos para os indicadores analisados, em contra partida, a alternativa adotada pelo Botafogo, que viu na transformação em sociedade anônima de futebol uma medida para evitar a descontinuidade operacional, sendo que essa transformação exige um trabalho de muita eficiência por parte da gestão e um desafio a ser superado em um processo gradual, no qual o aporte inicial de capital investido por investidores não representa uma solução instantânea ou um método imediato de resolução.

Diante disso para futuras pesquisas na área, é recomendado o acompanhamento do progresso econômico-financeiro dessas organizações para os próximos anos, como também incluir outros clubes na amostra para possibilitar uma visão mais abrangente na compreensão das várias variáveis que compõe o contexto econômico do futebol e seus impactos, pois embora atualmente em um contexto

geral muitos clubes estejam tomando medidas assertivas para melhorar seu contexto operacional voltado para gestão e finanças, ainda existe muita margem para evolução.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BAUERMANN, Aírton A. **Demonstrações contábeis**: indicadores, análise e interpretação. São Paulo: Editora Senac, 2021.

BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS. **Demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2021**. 2022. Disponível em: <<https://botafogo.com.br/download/transparencia-social/balanco>>. Acesso em 20 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941**. ESTBELECE AS BASES DE ORGANIZAÇÃO DOS DESPORTOS EM TODO O PAÍS. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm>. Acesso em 18/03/2024.

BRASIL. **Lei n. 8.672, de 6 de julho de 1993**. INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8672&ano=1993&ato=ca7k3ZU5ENFpWT75c>>. Acesso em 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998**. INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9615&ano=1998&ato=2e6kXSE1EeNpWT6f1>>. Acesso em 26 fev. 2024.

BRASIL. **Lei n. 14.193, de 6 de agosto de 2021**. Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14193.htm>. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. **Lei 13.155, de 4 de agosto de 2015**. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm>. Acesso em: 7 set. 2023.

CASTILHO, Ingrid. **Futebol: Como funciona a contabilidade dos clubes esportivos?** Disponível em: <<https://cfc.org.br/sem-categoria/futebol-como-funciona-a-contabilidade-dos-clubes-esportivos-2/>>. Acesso em 10 de mar. 2024.

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. **Relatório Anual e Demonstrações Financeiras 2021. 2022.** Disponível em: <<https://www.flamengo.com.br/transparencia/demonstracoes-financeiras>>. Acesso em 16 mai. 2024.

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. **Relatório Anual e Demonstrações Financeiras 2022. 2023.** Disponível em: <<https://www.flamengo.com.br/transparencia/demonstracoes-financeiras>>. Acesso em 16 mai. 2024.

CLUBE DE REGATAS DO FLAMENGO. **Relatório Anual e Demonstrações Financeiras 2023. 2024.** Disponível em: <<https://www.flamengo.com.br/transparencia/demonstracoes-financeiras>>. Acesso em 16 mai. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea “f” do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1429.doc>. Acesso em: 7 set. 2023.

DANIEL, Pedro, ROCHA, José. **Levantamento Financeiro dos Clubes Brasileiros 2023. 2024.** Disponível em: <https://www.ey.com/pt_br/media-entertainment/levantamento-financeiro-dos-clubes-brasileiros-2023>. Acesso em 13 jun. 2024.

DO NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes et al. A eficiência dos maiores clubes de futebol brasileiros: evidências de uma análise longitudinal no período de 2006 a 2011. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 26, n. 2, p. 137-161, 2015.

FERREIRA, Hugo Lucindo; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DESEMPENHO ESPORTIVO: UMA ANÁLISE COM CLUBES DE FUTEBOL DO BRASIL.** 2018.

GELINGER, Lucas Henrique; HAHN, Roberto Carlos. ANÁLISES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CLUBES DA SÉRIE "A" DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL DE 2018 E 2019. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 10, n. 2, p. 121-152, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/10>>

[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5]!/4/24/3:59[u%20r%2Cepr]>. Acesso em 16 de mai. 2024.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**, 11ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2023. Disponível em: <[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4\]!/4/52/1:111\[tul%2Co.\]>](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4]!/4/52/1:111[tul%2Co.]>). Acesso em 16 de mai. 2024.

MELO, Moisés Moura de; BARBOSA, Sérgio Correia. **Demonstrações Contábeis Da teoria à Prática**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Freitas Bastos Editora. 2018.

MESSIAS, Jonas Guilherme Moreira et al. A relação entre performance esportiva e desempenho econômico-financeiro das equipes de futebol do campeonato brasileiro série A. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 53585-53614, 2020.

MOURA, Flávio de Albuquerque. **LEI DA S.A.F. versus ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS**. Disponível em: <<https://ibdd.com.br/lei-da-s-a-f-versus-associacoes-desportivas/?v=19d3326f3137>>. Acesso em 06 set. 2023.

NASCIMENTO, José Vitor do et al. **Comparação entre desempenho econômico e desempenho esportivo dos clubes da série A do Campeonato Brasileiro de Futebol de 2018. 2019.**

RIBEIRO Osni Moura. **Noções de análise de demonstrações contábeis**. São Paulo: Érica. 2020.

SOUZA, Kelvin Lennon Martins de. **Do associativismo à sociedade anônima do futebol: avaliando o progresso financeiro em clubes brasileiros de futebol**. 2023.

S.A.F. BOTAFOGO. **Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 com Relatório do Auditor Independente. 2023**. Disponível em: <<https://www.botafogo.com.br/download/transparencia/balanco>>. Acesso em 20 mai. 2024.

S.A.F. BOTAFOGO. **Índice Demonstração financeira em 31 de dezembro de 2023. 2024**. Disponível em: <<https://www.botafogo.com.br/download/transparencia/balanco>>. Acesso em 20 mai. 2024.

PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA: EFICIÊNCIA DO SETOR DE CÁLCULOS JUDICIAIS DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA (PGE-PB)

Kennedy Matheus Ideião Guimarães⁹
Tatiana Falcão De Souza Fernandes¹⁰

RESUMO

Nos últimos anos pode-se observar um aumento no número de pessoas que procuram a justiça do trabalho para solicitar seus direitos não adquiridos corretamente, dessa forma observa-se que a perícia contábil trabalhista é essencial para que esses direitos sejam adquiridos de forma correta e justa. Tendo em vista que a Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba recebe milhares de processos por ano, na contratação de estagiários para o setor responsável por realizar os cálculos judiciais é necessário obter o conhecimento da eficiência que o setor apresentou após a entrada dos mesmos. O objetivo deste trabalho é analisar a eficiência do setor de cálculo judiciais da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba (PGE-PB) após a entrada de estagiários. O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa descritiva, de natureza quanti qualitativa, do tipo documental. Quanto aos dados coletados, foi realizado um levantamento da quantidade de processos enviados pelo setor antes e depois da entrada de estagiários dentro do sistema da PGE-PB e aplicado após passar pelo comitê de ética em pesquisa (CEP), por meio da plataforma Brasil. Quanto aos resultados, as respostas foram positivas, já de acordo com os dados disponibilizados pela PGE-PB e os cálculos estatísticos o setor não apresentou aumento na eficiência e na produtividade em relação ao ano de 2021, nos anos seguintes os resultados apontaram que a entrada dos estagiários foi benéfica para o setor, pois, observou-se um aumento na produção de cálculo por mês e conseqüentemente por ano, além do auxílio direto aos contadores na elaboração de pareceres contábeis.⁶

Palavras-chave: PGE-PB, Perícia contábil, Eficiência, Produtividade.

ABSTRACT:

In recent years, a large increase in the number of people seeking labor justice to request their rights that were not acquired correctly has been observed. Therefore, it can be seen that labor accounting expertise is quite essential for these rights to be

⁹ Graduando do Curso de Ciências Contábeis no Uniesp – Centro Universitário. E-mail: kennedymatheus155@gmail.com

¹⁰ Professora Orientadora, Graduada em Ciências Contábeis, pela Instituição de Ensino Superior da Paraíba – IESP, Mestrado em Ciência da Informação, Pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis, na Disciplina de Perícia, E-mail: Tatianafalc@iesp.edu.br endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/1269031824099886>

acquired correctly. and fair. Considering that the Attorney General's Office of the State of Paraíba receives thousands of cases per year, when hiring interns for the sector responsible for carrying out judicial calculations, it is necessary to obtain knowledge of the efficiency that the sector presented after their entry. The objective of this work is to analyze the efficiency of the judicial calculation sector of the Attorney General's Office of the State of Paraíba (PGE-PB) after the entry of interns. This article was developed based on documentary research, to resolve the applied theory and a case study, where it uses quantitative and qualitative methods. Regarding the data collected, a survey was carried out of the number of processes sent by the sector before and after the entry of interns into the PGE-PB system and applied after passing through the research ethics committee (CEP), through the Brasil platform. As for the results, according to the questionnaire applied, the answers were positive, according to the data made available by PGE-PB and statistical calculations, the sector did not show an increase in efficiency and productivity in relation to the year 2021, but it could still It can be said that the entry of interns was beneficial to the sector.

KEY WORDS: PGE-PB, Accounting expertise, Efficiency, productivity.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é um ramo com diversas áreas de atuação, dentre as quais se encontra a perícia, que está dividida em outras subespecialidades, como a perícia contábil judicial, trabalhista, previdenciária, criminal, externa, entre outras. Neste estudo, destaca-se a perícia contábil trabalhista, onde o propósito é verificar os impactos que a entrada de estagiários no setor de cálculos judiciais da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba (PGE-PB) e qual a sua repercussão na eficiência da revisão de cálculos dos processos em relação a anos anteriores. O intuito desse estudo é analisar se a entrada dos estagiários no setor de cálculos judiciais contribuiu com incidência superior ou inferior em relação a saída de cálculos do setor de cálculo de juros.

Segundo Vasconcelos *et al.* (2011, p.6) “A Perícia Contábil é utilizada como ferramenta a fim de resolver questões que envolvem o campo das Ciências Contábeis”. Já para Moura (2022), entende-se por perícia um meio de prova, vez

que através dessa prova se examinam e verificam fatos da causa. O autor apresenta uma outra definição conforme o princípio da lei processual: ⁷

Perícia, segundo o princípio da lei processual, é a medida que vem mostrar o fato, quando não haja meio de prova documental para revelá-lo, ou quando se quer esclarecer circunstâncias a respeito dele e que não se achem perfeitamente definidos (Moura,2022).

Desde os primórdios da humanidade a figura de um perito é observada como auxiliar no julgamento, para saber quem é o guerreiro mais forte de uma tribo ou provar por meio de algum método o que aconteceu a algo ou alguém.

Partindo deste pressuposto, a perícia contábil é utilizada no auxílio das tomadas de decisões de processos judiciais ou extrajudiciais. Remetendo-se cenário atual, onde cada vez mais litigantes buscam seus direitos em relação a seus bens patrimoniais não recebidos corretamente pelo litigado réu. Neste caso, a perícia destaca-se como trabalho fundamental na realização da análise de provas, auxiliando na fundamentação da decisão do juiz e consequentemente na maior efetividade dos processos.

Observa-se no relatório geral de estatística do TST (2022) que ao início desse ano, a justiça do trabalho contava com um saldo de 1.950.765 processos a serem solucionados, ao longo do ano esse saldo subiu para um total de 3.161.287 casos, neste mesmo ano pode ser notado um aumento de 9% na busca pelo judiciário trabalhista. Onde nas Varas do Trabalho, esse aumento foi de 6%; nos Tribunais Regionais do Trabalho, de 17% e no Tribunal Superior do Trabalho, de 4%. Onde as três principais atividades econômicas que concentraram maior quantitativos de casos foram os serviços diversos (23%), indústria (21%) e comércio com (13%).

Dessa maneira, a perícia contábil atrelada a área de trabalho é importante para solução de conflitos na relação de trabalho de um empregado com seu empregador, tendo em vista que o trabalhador que recebe seus direitos corretamente tende a trabalhar de forma mais satisfeita. Sendo assim os litigantes que buscam seus direitos por meio da justiça do trabalho, seja ela de forma extrajudicial ou judicial recorre a experiencia, ao conhecimento técnico e ao trabalho

de um perito cadastrado no conselho regional de contabilidade e no cadastro nacional de peritos contábeis, de forma que com esse auxílio ele possa obter melhores resultados em seu processo.

A execução desse procedimento é feita por meio de uma análise completa do processo, na identificação dos principais pontos a serem esclarecidos, a realização de um cálculo específico para a matéria discutida e pôr fim a elaboração do parecer repleto de todo o conhecimento do perito responsável pela análise, sendo vital para a decisão do juiz. Para que o parecer e o cálculo sejam os mais eficientes possíveis, é necessário que todos os dados estejam completos de informações acerca do tema abordado, o que auxiliará no desenvolvimento do mesmo, mas observa-se que na maioria desses processos a ausência de documentação necessária ou sentenças que não fazem jus ao tema periciado diminuindo de maneira significativa a eficiência dos resultados.

Com isso, após uma análise da quantidade de processos enviados pelo setor de cálculo judicial antes e depois da entrada dos estagiários, surge o problema de pesquisa que trata de saber: **Qual a eficiência do setor de cálculos judiciais da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba (PGE-PB) após a entrada de estagiários?** Esse estudo justifica-se pelo fato de que muitas pessoas esperam por anos até que seus direitos sejam pagos devidamente e observa-se que esses processos demoram a serem executados por falta de mão de obra necessária para tamanha demanda. A justificativa pessoal para o desenvolvimento deste trabalho reside na experiência deste pesquisador como um dos estagiários do setor de cálculos da PGE-PB, e a justificativa técnica relaciona-se a relevância em saber a eficiência que a entrada de estagiários no setor obteve para o sistema judiciário do Estado da Paraíba.

Os processos destinados a Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba (PGE-PB) e que foram de responsabilidade do setor de cálculos judiciais ao longo do período estudado, serão quantificados e mensurados por meio de percentual, depois serão comparados com os anos anteriores ao qual não havia estagiários no setor. Dessa forma, poderá fazer uma análise resultados em relação a eficiência do trabalho dos estagiários.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a eficiência do setor de cálculos judiciais da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba (PGE-PB) após a entrada de estagiários. Seguidos dos objetivos específicos que são: Identificar a quantidade de estagiários que atuam no setor de cálculos da PGE-PB; verificar os processos enviados pelo setor de cálculos judiciais antes e depois da entrada dos estagiários; comparar a eficiência x produtividade do setor de cálculos judiciais no período anterior e posterior a entrada de estagiários. Analisar a eficiência do setor de cálculos judiciais da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba (PGE-PB) antes e depois da entrada dos estagiários

A metodologia utilizada no desenvolvimento desse trabalho é descrita como uma pesquisa documental, com procedimentos técnicos de estudo de caso, onde foi aplicado um questionário aos funcionários da PGE-PB.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste referencial teórico estão incluídos conceitos de autores com grande relevância para o assunto, com o objetivo principal de ampliar o conhecimento sobre a importância da perícia contábil trabalhista e sua eficiência em processo do âmbito judiciário.

2.1 CONCEITUALIZAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL

Remetendo-se a dados históricos de acordo com Bertuchi (2012) a figura de um contabilista esteve presente em diversos momentos da história, provando assim sua importância para a sociedade, sendo ela física ou jurídica. O autor ainda pontua que:

Existem dados históricos de perícia registados e documentados na civilização do Egito antigo, e, do mesmo modo, na Grécia antiga, com o início da sistematização dos conhecimentos jurídicos, observando-se, à época, a utilização de especialistas em determinados campos para proceder à verificação e ao exame de determinadas matérias. (BERTUCHI, 2012, p. 1)

Observa-se dessa maneira que desde os primórdios da humanidade já eram datados registros de que a perícia era de fato importante para a sociedade e suas civilizações. Referindo-se ao Brasil Fagundes e *tal* (2008) observa que a perícia foi

introduzida pelo Código de Processo Civil de 1939 onde só veio ser regulamentada em 1946 pelo decreto-lei número 9.295, art.25, letra C.

Bertuchi (2012) complementa que após a criação da lei 9.295 a perícia veio a ser legalizada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e pelo Código de Processo Civil pela lei número 9.295 de 27 de maio de 1946.

Complementando Fagundes e *tal* (2008) e Bertuchi (2012), Moura (2022) fala que a partir de 1946 com a criação da lei número 9.295, foram criados o Conselho Federal e regionais de Contabilidade, sendo assim a perícia começou a ficar a ser institucionalizada, tornando-se hoje matéria ministrada em salas de aula de universidades.

Para Lima (2008) a perícia está diretamente associada à origem e a fundamentação do direito, entendendo assim que tudo deve ser seguido conforme a razão a justiça e a equidade. O autor ainda conclui que:

Perícia está associado à solução de demanda, faz-se valer, por conseguinte do Direito e da Teoria da Prova, da prova pericial ou prova técnica. Isto se faz necessário em razão do objetivo de aclarar, discutir e auxiliar a solução de um conflito de interesses. Por essa razão, para muitos, Perícia Contábil e prova Pericial tem o mesmo significado (LIMA,2008).

Segundo a NBC TP 01 (2009), onde o item 2 afirma que:

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.

A NBC TP 01 (2009), ainda conclui que:

A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade. Entende-se como perícia judicial aquela exercida sob a tutela da justiça. A perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.

Sá (2011) trata a perícia contábil como a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. De acordo com o mesmo para a confecção de tal ato é necessário a realização de exames, vistorias, indagações e investigações. O autor afirma que a expressão

perícia vem do latim: O que em seu sentido próprio significa conhecimento, bem como experiência

Pires (2019) fala em sua obra que a perícia contábil é a aplicação do conhecimento técnico e científico da contabilidade, evidenciando assim os fatos e consequentemente obtendo uma decisão mais justa dos fatos. Assimilando-se ao pensamento dos demais autores mencionados no texto.

Acerca das informações acima mencionadas é possível concluir que a perícia contábil é um conjunto de técnicas e conhecimentos que serviram como instrumento para um profissional qualificado. Profissional esse que será dotado de conhecimento técnico para realizar a confecção de um relatório de opinião com o intuito de auxiliar na tomada de decisões.

2.1.1 Perito Contábil

A perícia vem se tornando a cada dia que passa um serviço ainda mais requisitado por diversas pessoas, sendo ela de suma importância para a formação de opinião, onde vem a ser gerada por um profissional detentor de conhecimentos técnicos e específicos, necessários para a realização do estudo. Ao qual é dado o nome de perito, para Crepaldi (2019) o perito contábil é o contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), onde o mesmo exerce a atividade pericial e deve ser profundo conhecedor da matéria periciada devido a sua qualidade e experiência. O autor ainda conclui que para um perito ser habilitado ele deve ser provado por meio de uma certidão de regularidade profissional emitida pelo CRCs.

Pires (2019) em seu trabalho afirma que o trabalho do perito é essencial para a solução de litígios na justiça. O autor corroborando com o pensamento de (CREPALDI, 2019) afirma que para ser perito é necessário ser bacharel em ciências contábeis, ou seja, o mesmo deve ser devidamente registrado no CRC, concluindo ainda que o perito contador é nomeado pelo juiz e o perito contador assistente é contratado.

Filardo e *tal* (2018) em sua obra destaca que para um perito realizar um laudo preciso, claro e objetivo se faz necessário um profissional habilitado, legal, cultural e intelectual que possua o mais alto nível de conhecimento na matéria que o mesmo

irá analisar. Para que assim possam ser realizadas as devidas conclusões finais, exercendo assim virtudes morais e éticas com total compromisso com a verdade.

A NBC PP 01(R1) conceitua que:

Perito é o contador detentor de conhecimento técnico e científico, regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade e no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis, que exerce a atividade pericial de forma pessoal ou por meio de órgão técnico ou científico, com as seguintes denominações:

- (a) perito do juízo é o contador nomeado pelo poder judiciário para exercício da perícia contábil;
- (b) perito arbitral é o contador nomeado em arbitragem para exercício da perícia contábil;
- (c) perito oficial é o contador investido na função por lei e pertencente a órgão especial do Estado;
- (d) assistente técnico é o contador ou órgão técnico ou científico indicado e contratado pela parte em perícias contábeis.

Ainda segundo a NBC PP 01 (R1) afirma que se aplica para o contador que exerce a função de perito a NBC PG 01 que fala do código de ética profissional do contador, a NBC PG 100 que trata do cumprimento do código, dos princípios fundamentais e da estrutura conceitual, também se aplica a NBC PG 300, que abordam os contadores que prestam serviço e NBC PG 12 que trata da educação profissional continuada naqueles aspectos não abordados por esta norma. Entendendo-se assim todas as normas que são aplicadas a um perito.

Nesse sentido para atuação como perito contábil, existe o cadastro nacional de peritos contábeis (CNPIC). A partir de 2018, o contador(a) só pode ingressar no CNPIC em caso de aprovação prévia no Exame de qualificação técnica (EQT) para perito contábil, regulamentada diretamente pela NBC PP 02 de 2016, que tem como objetivo principal verificar o nível de conhecimento e competência técnica necessária para o contador que pretende entrar nessa área de trabalho.

Com todos os dados anteriormente mencionados, chega-se à conclusão de que um perito contábil é o contador que para desempenhar esta função, deve estudar bastante para ser profundo detentor de conhecimento técnico e específico da sua área, além de realizar o exame de qualificação técnica (EQT), para que seja comprovado de fato o seu nível de conhecimento e competência técnica, para que assim seu relatório de opinião seja o mais preciso possível.

2.2 PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

De acordo com dados retirados diretamente da página oficial da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba- PGE-PB, o mesmo é um órgão de natureza permanente e essencial à justiça e a administração pública estadual. É uma instituição de excelência na defesa dos interesses do Estado da Paraíba e no zelo de coisas públicas, exercendo, com exclusividade a representação global do estado em juízo, com o assessoramento direto do governador, a consulta superior do Poder Executivo e o controle jurídico-administrativo dos órgãos e entidades administrativas.

O site oficial da (PGE-PB,2014,online) conclui que:

As principais atribuições, organização e funcionamento da Procuradoria-Geral do Estado estão descritos na Lei Complementar Estadual nº 86, de 01 de dezembro de 2008 e tem como princípios institucionais, a legalidade, a moralidade, a indisponibilidade do interesse público e coletivo, a unidade e a indivisibilidade, e tendo como funções institucionais, dentre outras, primordialmente:

- a) Exercer as atividades de assessoramento jurídico aos órgãos da Administração Pública Estadual, bem como o controle da legalidade e da moralidade dos atos administrativos;
- b) Representar a Fazenda Pública Estadual junto ao Tribunal de Contas do Estado;
- c) Exercer a defesa dos interesses da Administração Estadual junto aos órgãos de fiscalização financeira e orçamentária, interna e externa
- d) Representar, obrigatoriamente, o Estado da Paraíba perante os Conselhos Fiscais e Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias das entidades em que tenha participação societária;
- e) Ter representação obrigatória perante o Conselho Fiscal da Secretaria de Estado da Receita;
- f) Representar, obrigatoriamente o Estado da Paraíba perante os Conselhos Administrativos das entidades em que tenha participação societária;
- g) Representar o Governador do Estado nas ações diretas de constitucionalidade e de inconstitucionalidade de sua iniciativa;
- h) Representar o Governador do Estado nas providências de ordem jurídica reclamadas pelo interesse público e coletivo e pela boa aplicação das leis;

Além de outras atividades não anteriormente mencionadas, mas que são de extrema relevância para os trabalhos gerais do órgão.

Sendo assim o setor de cálculos judiciais extremamente importante para as atividades relacionadas a defesa do estado como pessoa jurídica. Onde é interessante que o setor apresente cada vez mais aumento em eficiência, produtividade e eficácia no desenvolvimento dos cálculos.

2.2.1 História da PGE-PB

De acordo com a (PGE-PB,2014, online), apesar de ter passado a existir somente a partir da década de 1970, a Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba é presente na vida dos paraibanos desde o início do século XX. Anterior a estrutura atual a PGE-PB, ela existia de forma a ser representada pelo Procurador-Geral, que carregava sozinho o fato de representar o estado de forma judicial e extrajudicial.

O primeiro Procurador-Geral do estado da Paraíba foi o ministro, governador, senador e escritor José Américo de Almeida. No cargo ele passou um total de 13 anos, sendo depois nomeado, em caráter vitalício como consultor jurídico. José Américo foi nomeado Procurador-Geral do Estado da Paraíba em 13 de fevereiro de 1911, onde dois anos depois, o Presidente João Pereira de Castro Pinto, o nomeou a mais nove anos de mandato, terminando em 1922, mandato renovado nesse ano pelo presidente Sólon de Lucena, sendo dali indicado dois anos depois ao cargo de consultor jurídico.

A partir de então, a Paraíba tinha uma Procuradoria do domínio, que cuidava dos bens imóveis e uma da fazenda, responsável pela defesa dos interesses na área judicial, inclusive da cobrança de dívida ativa, até que em 08 de fevereiro de 1971, o Governador João Agripino editou a lei nº 3.648, criando assim a Procuradoria-Geral do Estado. Já hoje o PGE-PB possui uma lei avançada que a regulamenta, com funções e quadros definidos, contando assim com um grupo de procuradores ativos. Onde atualmente se encontra dividida da seguinte forma: Procurador-Geral do Estado é o Fábio Andrade Medeiros, o Procurador Adjunto Márcio Soares Madruga e o Corregedor Felipe Tadeu Lima Silvino, dentre eles, ainda é possível contar com 40 procuradores de classe especial, 8 procuradores de 1º classe e 12 procuradores de 2º classe.

2.2.2 Estrutura

A Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba (PGE-PB) se encontra atualmente com a seguinte estrutura organizacional, de acordo com a lei complementar estadual nº 86, de 01 dezembro de 2008, modificada pelo decreto estadual nº 36.731, de 31 de maio de 2016 de acordo com o site da PGE-PB(2014).

Ainda de acordo com site (PGE-PB,2014,ONLINE) a estrutura organizacional está separada em:

Direção superior (Gabinete do Procurador Geral do Estado, Gabinete do Procurador Adjunto do Estado e conselho superior do Estado),
 Assessoramento (Chefia de Gabinete da Procuradoria Geral do Estado e Assessoria Técnica da Procuradoria Geral do Estado),
 Gerencias operacionais de assessoria de gabinete do Procurador Geral do Estado (Assessoria no Distrito Federal (ASSDF), Assessoria de Causas Relevantes (ASSCRE) e Assessoria dos Precatórios (ASSPRE))
 Gerência de áreas instrumentais (Gerência de Orçamento, Planejamento e Finanças (GPOF), Subgerência de Planejamento e Orçamento, Subgerência de Finanças),
 Gerência de administração e de tecnologia da informação (GATI) (Subgerência de Apoio Administrativo e Subgerência de Tecnologia da Informação),
 Coordenadoria da área finalística (Coordenadoria Executiva de Procuradorias Especializadas (GEPE), Coordenadoria Operacional da Procuradoria do Domínio (GOPD), Coordenadoria Operacional da Procuradoria Trabalhista (GOPT), Coordenadoria Operacional da Procuradoria Administrativa (GOPA), Coordenadoria Operacional da Procuradoria da Fazenda (GOPF)),
 Núcleo de recuperação de crédito (Coordenadoria Operacional da Procuradoria Judicial (GOPJ), Coordenadoria Operacional da Procuradoria Militar (GOPM), Coordenadoria Operacional da Procuradoria Junto ao Tribunal de Contas (COPTCE) E Coordenadoria Operacional da Procuradoria de Licitações e contratos administrativos (COPLCA))
 Coordenadorias regionais (1º Núcleo: Guarabira, 2º Núcleo: Campina Grande, 3º Núcleo Monteiro, 4º Núcleo: Patos, 5º Núcleo: Itaporanga, 6º Núcleo: Pombal e 7º Núcleo: Sousa). (PGE-PB,2014, ONLINE).

Dessa maneira, está dividida a estrutura organizacional da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba. Onde cada núcleo tem seu setor específico.

2.3 EFICIÊNCIA X PRODUTIVIDADE

Segundo a Redação Coalize (2023) a produtividade e a eficiência estão diretamente ligadas, sendo a primeira opção referente a quanto é produzido e a segunda fazendo referência a qualidade e quantidade de recursos utilizados para a produção.

Onde o autor conceitua produtividade como medida de quanto foi produzido por uma pessoa ou empresa. Dessa maneira quanto maior a produtividade e menor o tempo de produção, maior será a produtividade. Quanto à eficiência, o autor afirma que se trata de como será medida a capacidade de um processo produtivo, que uma pessoa ou empresa tem de realizar seus objetivos utilizando a menor quantidade de recursos possíveis. Ser eficiente com a qualidade do que é produzido, pois não

adianta produzir muito, mas com baixa qualidade, ou seja, a eficiência está diretamente ligada ao equilíbrio da quantidade de recursos utilizados com a qualidade de produção.

Podemos ver dessa maneira que mesmo ambos os termos sempre aparecendo juntos em relação a trabalho, não são a mesma coisa, pois a produtividade é a quantidade que é produzida em relação ao tempo, já a eficiência mede a quantidade de recursos que foram utilizados e a qualidade do trabalho final.

Já quanto ao cálculo da produtividade e da eficiência a Redação Coalize (2023) em seu artigo mostra a seguinte fórmula:

$$\text{Produtividade} = \text{quantidade produzida} \div \text{tempo necessário para produção}$$

Figura 1- Fórmula da produtividade
Fonte (Redação coalize, 2023, online)

Podemos ver assim na figura 1 que a fórmula para calcular a produtividade de um de uma pessoa, setor ou empresa é necessário ter a quantidade produzida dividida pelo tempo de produção, para dessa forma obter-se a produtividade. Quanto a fórmula aplicada para a realização do cálculo da eficiência fica da seguinte maneira:

$$\text{Eficiência} = (\text{quantidade de produtos} \div \text{quantidade de recursos}) \times 100$$

Figura 2- Fórmula da eficiência
Fonte (Redação coalize, 2023, online)

Já em relação ao cálculo da eficiência pode-se verificar que à algumas mudanças, nessa fórmula será utilizada a quantidade produzida, mas dessa vez ela será dividida pela quantidade de recursos utilizados e multiplicado por cem. Tendo isso em vista serão utilizadas essas fórmulas como base para a realização do cálculo da eficiência do e produtividade do setor de cálculos judiciais.

3 METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 87), a ciência é uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar. Pereira *et al* (2018, p.13) em sua Obra afirma que desde o seu nascimento o homem interage com a natureza e os objetos à sua volta observando as relações sociais e culturais no meio em que vive. O autor ainda pontua que é através dessa observação que o homem adquire conhecimento, aprendizado esse que será essencial para o desenvolvimento desta metodologia, sendo elas divididas da seguinte forma:

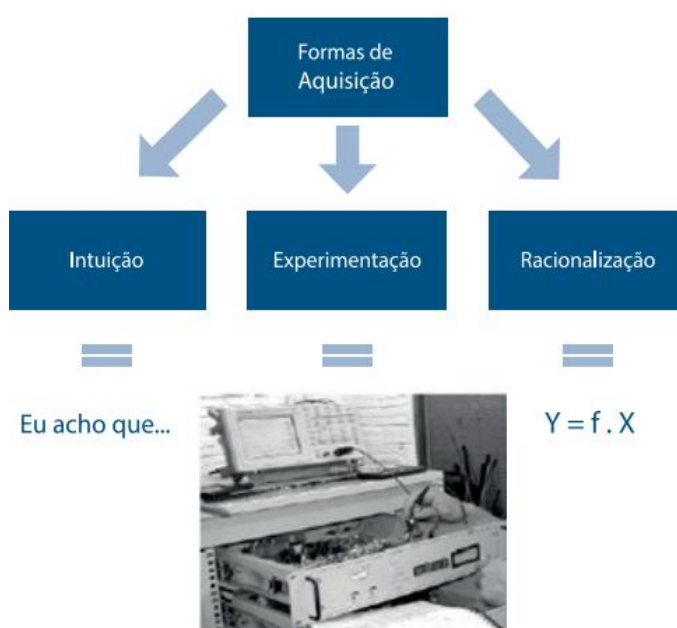


Figura 3- Formas de aquisição de conhecimento
Fonte (Pereira Et. al, 2018, P.14)

Observa-se que para a realização de um estudo, o conhecimento é de suma importância para a conclusão do mesmo, dessa maneira é observada na figura 1 as diferentes formas de aquisição de conhecimento necessário. Quanto ao método científico Marconi e Lakatos (2017, p.91) afirmam outrora que é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos validos e verdadeiros.

Essa sessão do trabalho abordará os procedimentos e métodos utilizados para responder de forma consoante os objetivos da pesquisa, qual a eficiência dos estagiários no setor de cálculos judiciais.

Quanto a natureza deste trabalho, classifica-se como pesquisa aplicada, do tipo documental, a fim de gerar conhecimentos necessários para o desenvolvimento do estudo.

De acordo com Gil (2007; p.32) a “pesquisa aplicada é voltada a aquisição de conhecimento a partir da aplicação em uma situação específica.” (GIL,2017, p.32).

Gil (2002, p.17) afirma que a pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático que **tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos**. De Souza e *tal* (2021, p.2) por sua vez define em sua obra que a pesquisa científica está presente em todo o campo da ciência, dizendo ainda que ela é um processo de investigação para solucionar, responder ou aprofundar uma indagação no estudo de um fenômeno.

Diante da necessidade de estabelecer onde e como a pesquisa será realizada pelo pesquisador e corroborando com os pensamentos de Gil (2002) e De Souza e *tal* (2021), De Lunetta e Guerra (2023, p.2) consideram a pesquisa como um mergulho intelectual em busca de descobertas. Seja na ciência, cujo objetivo é avançar tecnologicamente ou no meio acadêmico, onde o foco é o aprendizado delimitou-se os objetivos do estudo.

Quanto aos objetivos essa pesquisa classifica-se como descritiva onde para Nunes e *tal* (2016, p.146) a pesquisa descritiva é um estudo observacional, onde se compara dois grupos similares visando a identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis Gil (2017, p.32) tem como o objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podendo ser elaboradas como a finalidade de identificar possíveis relações entre si.

Com base nos **procedimentos abordados essa pesquisa classifica-se como uma pesquisa quati-qualitativa**, quanto a **classificação dos procedimentos utilizados, do ponto de vista teórico, faz-se uso da pesquisa documental** onde Marconi e Lakatos (2017, p.193) a caracterizam como um meio de tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, o que

se denominam de fontes primárias. **Já no ponto de vista prático foi realizado um estudo de caso**, Gil (2017, p. 37) destaca estudo de caso como uma modalidade amplamente utilizada nas ciências sociais, o que consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Gonçalves (2019, p. 3) define estudo de caso como um método de pesquisa que versa sobre uma investigação empírica, estudando um determinado fenômeno dentro do contexto da vida real. Por fim Guerra *e tal* (2023, p.8) em sua obra conclui que:

estudo de caso é uma estratégia de pesquisa científica que mergulha de cabeça em um fenômeno real e suas variáveis. É como uma investigação sistemática de uma instituição, comunidade ou indivíduo, permitindo uma análise profunda dos fenômenos complexos.

Alinhando-se assim com os pensamentos de Gil (2017, p.37) e Gonçalves (2019, p. 3), no intuito de informar que o estudo de caso é aplicado no intuito de se obter um conhecimento mais aprofundado sobre determinado tema que venha a ser escolhido como o estudo desejado.

Visando analisar a eficiência do setor de cálculos judiciais da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, **quanto a análise dos dados**, foram obtidos os dados tanto de forma primária quanto de forma secundária. Para se obter os dados necessários de forma primária foi realizado um questionário pelo google forms, onde se teve como os principais sujeitos de pesquisa toda a equipe envolvida trâmite da chegada e saída de processos do setor, como os chefes de setores, contadores, técnicos judiciários, assessores e os procuradores responsáveis. Fonte primária define-se como uma fonte original, uma fonte que o autor produziu (Alvares, 2018, p.4), tendo isso em vista o questionário teve um total de 20 perguntas, sendo 6 perguntas sobre o perfil do entrevistado, 5 perguntas sobre o período anterior a entrada de estagiários no setor e 6 perguntas sobre o período em que os estagiários se encontravam em atividade no setor, respondendo assim aos objetivos desse estudo. Já os dados obtidos de forma secundária foram adquiridos após um levantamento de dados junto com a gerência do setor de cálculo de judiciais e o setor administrativo da PGE-PB, entre os dados recolhidos estão a quantidade de processos enviados para a PGE-PB na série histórica de 2021 a 2023, o detalhamento da quantidade de processos enviados para cada setor e pôr fim a

quantidade de cálculos que foram realizados ao longo dos anos. Sendo assim, para atender cada um dos objetivos específicos foram realizados os procedimentos do quadro a seguir:

Objetivos específicos	Procedimento adotado
Analisar a eficiência do setor de cálculos judiciais da Procuradoria-Geral do estado da Paraíba (PGE-PB) antes e depois da entrada dos estagiários.	Para responder a esses objetivos específicos foi realizado um levantamento de dados juntamente a gerente do Setor de administração e tecnologia da informação, onde foram extraídos dados do sistema interno da PGE-PB Dados esses que se referenciam a quantidade de processos enviados para PGE-PB no período histórico de 2021 a 2023, identificando para quais setores foram e qual quantidade de processos foram enviados ao setor de cálculos judiciais. Além da solicitação do levantamento da quantidade de processos que foram enviados pelo setor no período de janeiro de 2021 a agosto de 2022 período o qual o setor de cálculo judiciais não tinham estagiários e setembro de 2022 a dezembro de 2023 período referente a atividade de estagiários no setor de cálculos judiciais. Dessa forma, utilizando a pesquisa documental será possível responder a esses dois objetivos específicos.
Verificar os processos enviados pelo setor de cálculos judiciais após a entrada de estagiários	
Comparar a eficiência x produtividade do setor de cálculos judiciais no período anterior e posterior a entrada de estagiários.	Para justificar esse objetivo específico foi realizado um questionário na PGE-PB com os principais responsáveis pelo tramite de processos dentro do setor de cálculos judiciais. Questionário esse que teve um total de 20 perguntas, sendo 6 delas sobre o perfil do entrevistado e as demais perguntas relacionadas aos períodos anteriores e posteriores a entrada de estagiários no setor. As perguntas realizadas foram tanto subjetivas quanto objetivas, com a intenção de realizar a comparação dos resultados anteriores e posteriores a entrada de estagiários, quanto entender o nível de satisfação antes e depois da contratação dos mesmos no setor.
Identificar a quantidade de estagiários que atuam no setor de cálculos da PGE-PB	Para responder esse objetivo específico foi realizado um levantamento do total de estagiários que passaram pelo setor de cálculos no período do início do estágio até os dias atuais.

Quadro 1- Quadro de procedimentos adotados

Fonte: Próprio autor

A seguinte pesquisa foi submetida a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Uniesp Centro Universitário, através da Plataforma Brasil, em 08/05/2024, onde foi aprovada e habilitada para sua aplicação em 16/05/2024 através do parecer de nº 6.830.898, para que só assim no período de 17 a 24 fosse efetivado o então questionário no órgão analisado.

5 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

Finalizada a aplicação do questionário foram obtidas 10 respostas que representam um total de 66,7% das participações esperadas. Onde 33,3% (5 participantes) dos participantes não responderam ao questionário. De acordo com o site calcular e converter, o qual foi utilizado para a realização do cálculo da

amostragem é visto que com uma população total de 15 pessoas, para se obter o nível de 80% de confiabilidade nos resultados apresentados e com uma margem de erro de 20%, o tamanho da amostragem a ser obtida deve ser igual a 7. Portanto de acordo com os critérios apresentados acima o presente questionário apresenta um nível de confiabilidade de 85% em relação a quantidade de respostas obtidas.

Quanto aos participantes da pesquisa todos são funcionários da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba, sendo um total de 15, onde 2 são contadores e 3 são técnicos em contabilidade do setor de cálculo judiciais, 2 gerentes de setor (Gerentes do GATI e GPOF), 4 procuradores responsáveis por enviar processos diretamente para o setor de cálculos judiciais e 4 assessores que trabalham diretamente para os procuradores. Para a análise dos resultados serão utilizadas efetivamente 10 respostas. Onde as 6 primeiras perguntas do questionário tiveram como objetivo identificar o perfil dos participantes.

A primeira teve o intuito de obter a faixa etária de idade dos participantes do questionário, onde foram obtidos os seguintes dados. Dos 10 participantes 60% tem mais de 40 anos, e os 40% são divididos em cada uma das demais faixa etárias como mostra o gráfico 1:

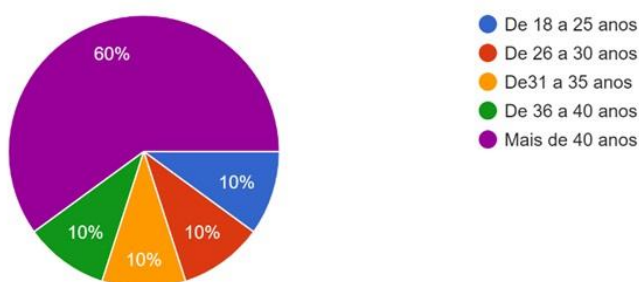


Gráfico 1- Faixa etária dos participantes
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Já em relação a análise do sexo dos entrevistados, obteve-se um total de 50% para 50%, ou seja, metade dos respondentes, eram do sexo feminino e a outra metade do sexo masculino como demonstra o gráfico 2 a seguir:

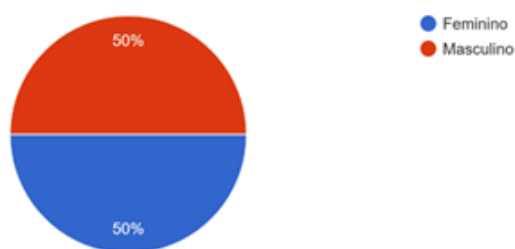


Gráfico 2- Sexo dos participantes
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Os participantes que responderam ao questionário têm em grande parte mais de 10 anos de atuação, desta maneira observa-se que a grande maioria dos entrevistados tem bastante experiência nas suas áreas de atuação. Tendo 40% dos participantes mais de 15 anos de atuação na área, 30% de 2 a 5 anos, 20% com mais de 10 anos de atuação e 10% com tempo de atuação de 6 a 10 anos, como segue o gráfico 3:

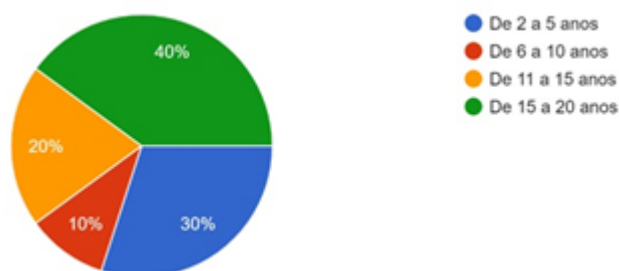


Gráfico 3- Tempo de atuação dos participantes
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Já os setores dos participantes, 60% responderam ao questionário pertencem ao setor de Gerência de orçamento, planejamento e finanças (GPOF), 20% são do assessoramento, 10% marcou alternativa “outro” como resposta e 10% da ASSDF, conforme segue o gráfico 4:

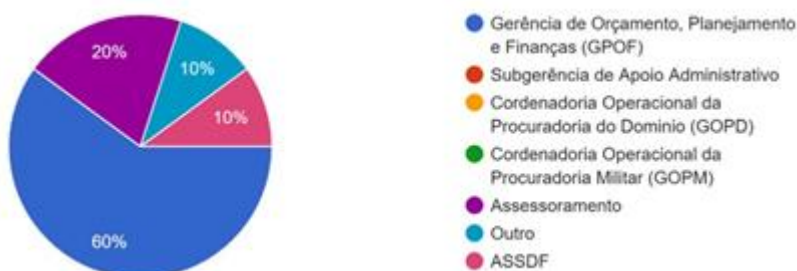


Gráfico 4- Setor a qual pertence
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Esse é o perfil identificado pela pesquisa em relação aos participantes que responderam ao questionário.

5.1 ANÁLISE DAS RESPOSTAS SOBRE O DESEMPENHO DO SETOR ANTES DA ENTRADA DE ESTAGIÁRIOS

Nesta seção serão analisadas as respostas obtidas no questionário em relação a eficiência, produtividade e desempenho apresentado pelo setor de cálculos judiciais no período que antecede a entrada de estagiários. Onde a primeira pergunta da seção dois é sobre a quantidade de estagiários que pertenciam ao setor durante os anos de 2021 a 2023, a resposta obtida foi que em 2021 o setor ainda não possuía nenhum estagiário (seis entrevistados dos sete afirmam que não haviam estagiários), 2022 possuía seis estagiários (seis entrevistados afirmam que haviam seis estagiários e um entrevistado afirma que não haviam estagiários) e em 2023 o resultado foi unânime de que o setor possuía um total de sete estagiários. Para essa pergunta os participantes que escolheram a opção “Direito” não precisaram responder. Com isso obtivemos o resultado descrito acima como mostra o gráfico 5:

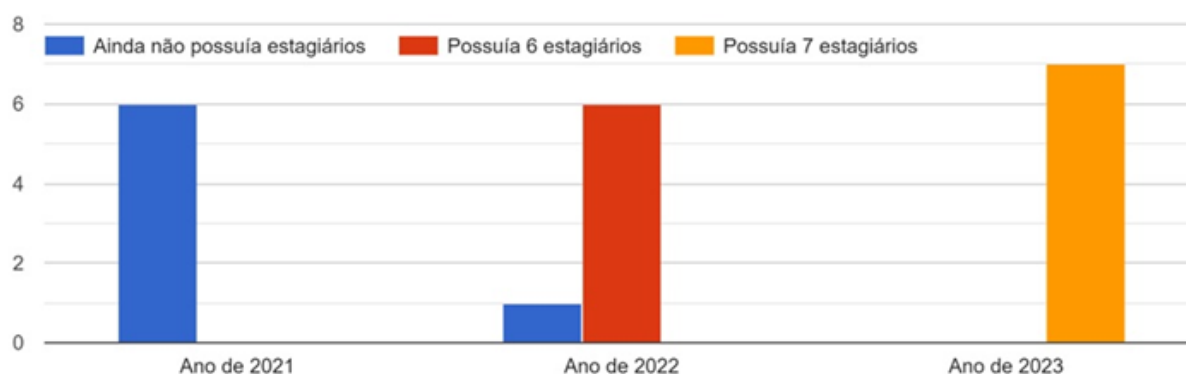


Gráfico 5- Quantidade de estagiários no setor - seção 2
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

No questionário foi abordado qual seria o principal motivo da contratação de estagiários para o setor de cálculos judiciais, tendo em vista que antes da sua entrada no setor, nunca havia recebido estagiários antes. Com tudo isso em vista as respostas obtidas foram bastante diversificadas, como demonstra o gráfico 6:



Gráfico 6- Objetivo da contratação - seção 2

Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Observando o gráfico 6, são vistos os cinco principais motivos da contratação de estagiários para o setor de cálculos judiciais de acordo com as escolhas dos participantes. Onde no primeiro lugar é possível observar que duas alternativas diferentes foram selecionadas, a de aumento na demanda de cálculo com quatro votos e a outra opção escolhida foi o de aumento na produtividade com um total de três votos. Mesmo essas duas alternativas sendo escolhidas como o primeiro e mais importante motivo pelo qual os estagiários foram contratados, é possível observar a grande diversificação nas escolhas dos motivos, observando que não existe um motivo unanime para a contratação, mas sim várias necessidades a serem preenchidas na visão dos respondentes.

Um dos questionamentos apresentados aos participantes nas perguntas de pesquisa, era qual o nível de concordância que os mesmos tinham em relação a contratação de estagiários para o setor de cálculos? Foi possível observar que a contratação dos estagiários obteve aceitação da maioria dos entrevistados, tendo em vista que os resultados apresentam que 71,4% desses votaram que concordam totalmente com a contratação e 28,6% votaram que concordam, ou seja, o nível de aprovação chega a ser de 100% por parte dos participantes como demonstra o gráfico 7:

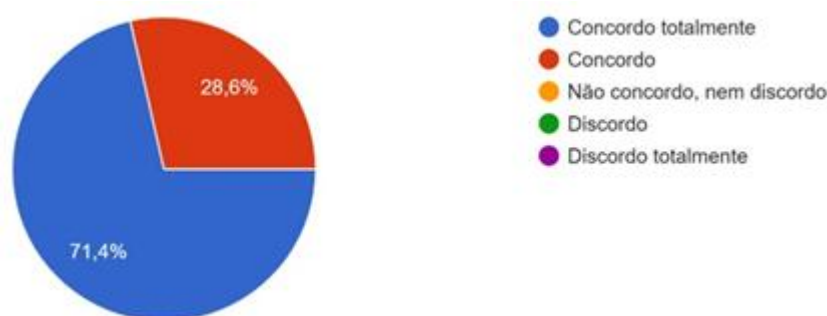


Gráfico 7- Nível de concordância com a contratação- seção 2
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Nesta seção também foi questionado sobre o nível de satisfação dos participantes com relação a produtividade e a efetividade do setor de cálculos judiciais antes da entrada dos estagiários no setor. Após o término do questionário e o recolhimento dos dados obtidos, foram observadas as seguintes respostas: Em relação a produtividade os resultados apontaram que 42,9% dos participantes se sentiam satisfeitos com a produtividade, 28,6% insatisfeitos, e 14,3% muito insatisfeitos e os demais 14,3% foram neutros quanto a suas respostas. Já em relação a eficiência do setor, no que se refere ao período que antecedeu a entrada dos estagiários os resultados foram bastante parecidos com os dados da produtividade já que apontaram que 42,9% dos participantes se consideraram satisfeitos com a efetividade do setor antes da entrada dos estagiários, 28,6% foram neutros, 14,3% consideraram a efetividade do setor insatisfatória e 14,3% muito insatisfatória. Como é possível observar nos dois gráficos 8 e 9:

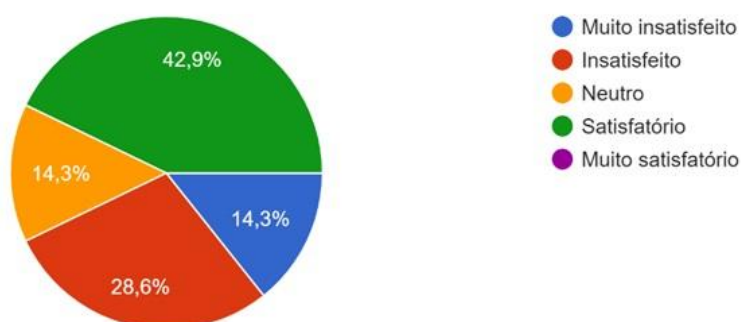


Gráfico 8- Satisfação com a produtividade antes dos estagiários- seção 2
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Já o gráfico da efetividade apresenta os seguintes dados:

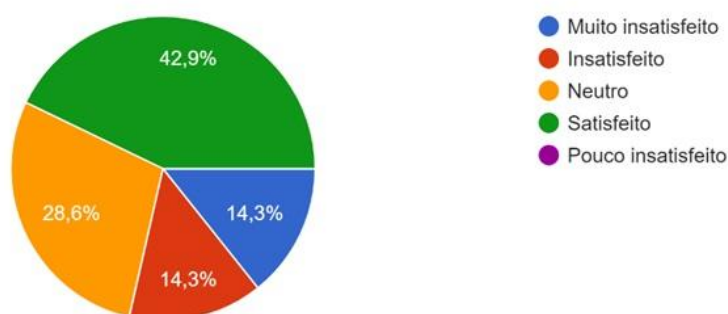


Gráfico 9- Satisfação com a eficiência do setor antes dos estagiários seção 2
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

A última pergunta da segunda seção do questionário se refere a entrega de processos nos prazos estabelecidos pelos procuradores responsáveis. É possível observar que sete dos dez entrevistados afirmam que os prazos eram respeitados, dois discordam e afirmam que os prazos não eram devidamente respeitados e um afirma que não tem conhecimento se foram entregues ou não no prazo estabelecido. Mas, ao observar as respostas obtidas, percebe-se que os resultados confirmam que mesmo entregando os processos no prazo, ainda eram perdidos alguns processos no caminho, devido à sobrecarga no setor, o aumento na demanda e o fator de processos coletivos pesarem mais no desenvolvimento dos mesmos no prazo. Sendo essa a última pergunta da segunda seção do questionário, o qual tratava-se de questões referentes ao período anterior à entrada dos estagiários no setor.

É possível observar que a maioria dos participantes afirmam que o desempenho do setor antes da entrada dos estagiários foi satisfatório, porém, ainda sim existe uma parcela dos participantes que discordam e se sentiam insatisfeitos com o resultado do desempenho do setor nos anos anteriores a entradas dos estagiários.

5.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS SOBRE O DESEMPENHO DO SETOR APÓS A ENTRADA DE ESTAGIÁRIOS

Nesta seção serão analisadas as respostas dos participantes em relação a entrada dos estagiários no setor de cálculo judiciais e quais foram as suas opiniões em relação ao desempenho que o setor obteve com a contratação dos mesmos. Inicialmente pode-se observar que as primeiras perguntas estão relacionadas a produtividade e a eficiência do setor após a entrada dos estagiários, onde é possível ver que em relação a produtividade foi obtido o percentual de 42,9% para a opção de satisfeito, 28,6% muito satisfeito, 14,3% para a opção de muito insatisfeito e 14,3% para a opção “outro”, o qual o participante relata que a experiência foi positiva. Como é possível ver no gráfico 10:

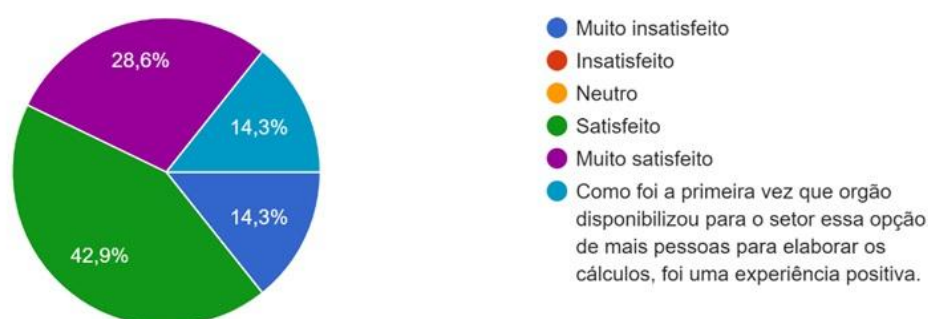


Gráfico 10- Satisfação com a produtividade do setor após os estagiários - seção 3
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Quanto a eficiência após serem questionados 42,9% dos participantes se sentem muito satisfeitos com desempenho na eficiência do setor após a entrada dos estagiários, 26,8% se sentem satisfeitos e 14,3% sentem-se muito insatisfeitos e os demais 14,3% afirmam que a entrada dos estagiários foi positiva para a eficiência do setor em decorrência da ajuda com a grande quantidade de estagiários e a pequena quantidade de pessoas no setor anteriormente. Desta maneira, é visto que em sua 84% dos participantes que responderam a essa questão se sentem satisfeito com a eficiência que o setor obteve após a entrada dos estagiários, enquanto 16% ainda se sentem muito insatisfeitos com o desempenho em relação a eficiência do setor. Assim como demonstra o gráfico 11:



Gráfico 11- Satisfação com a eficiência do setor após os estagiários seção 3
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Também foi questionado se após a entrada dos estagiários os participantes haviam notado algum aumento na produtividade e na eficiência do setor e em ambos os questionamentos 100% dos participantes marcaram que “Sim” houve um aumento significativo. Deste modo, é visível que a entrada dos estagiários de alguma forma foi bastante benéfica em diversos sentidos. Os dados gráficos apresentados a seguir, comprovam os votos dos participantes.

Gráfico referente ao questionamento do aumento da produtividade do setor:

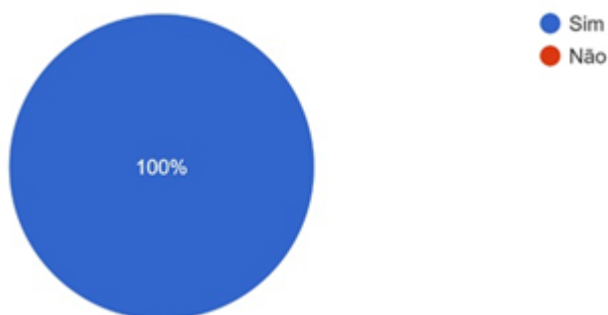


Gráfico 12- Aumento da produtividade- seção 3
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Já o gráfico 13 refere ao aumento da eficiência do setor:

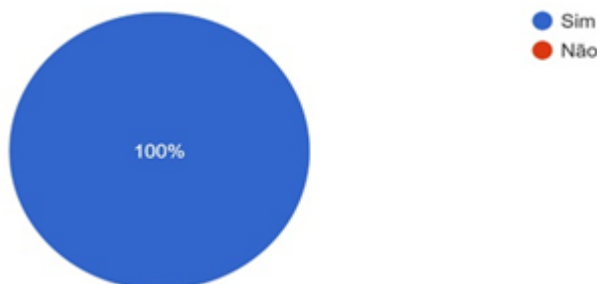


Gráfico 13- Aumento da eficiência - seção 3
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

O último questionamento objetivo da seção 3 se refere diretamente ao nível de satisfação com o trabalho desenvolvido pelos estagiários, onde é possível observar que 85,8% dos participantes que responderam ao questionário afirmam que se sentem satisfeitos com o trabalho desenvolvido pelos estagiários e apenas 14,3% afirmam que não se sentem nem satisfeito e nem insatisfeito, sendo assim, um nível de aprovação bastante elevado, tendo em vista que se trata da primeira contratação de estagiários para o setor. Como segue o gráfico 14:

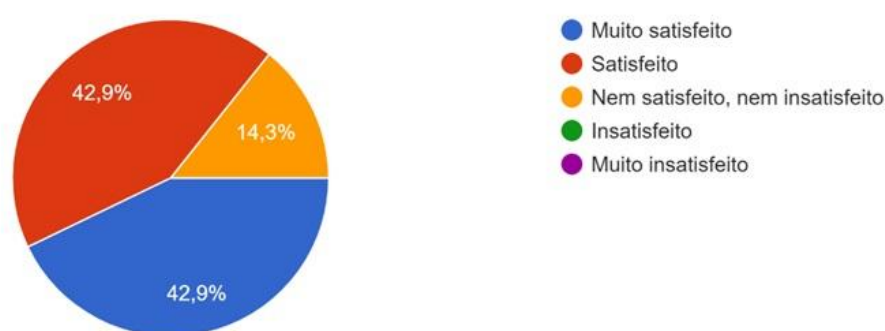


Gráfico 14- Satisfação com o desempenho dos estagiários - seção 3
Fonte: Resultados da pesquisa (2024)

Os questionamentos seguintes vão se tratar de respostas subjetivas onde essas vão depender diretamente do que os participantes acham em relação ao desempenho dos estagiários.

Foi questionado primeiramente qual a contribuição que os estagiários levaram ao setor de cálculos, onde a maioria dos participantes afirmaram que após a entrada dos mesmos, houve notória diferença no setor, confirmando que com a contribuição dos estagiários foi possível, especialmente para não perder prazos, em caso de os processos serem devidamente distribuídos, ou seja, na visão dos participantes que responderam ao questionário a contribuição dos estagiários foi deveras positiva para o setor em si.

A segunda pergunta subjetiva aborda qual foi a contribuição dos estagiários em relação a eficiência do setor, é possível observar que com a ajuda dos mesmos na demanda de processos a eficiência aumentou, além do ganho de tempo e na agilidade que o setor começou a apresentar devido a maior distribuição que

aconteceu. E por fim a última pergunta do questionário se refere a saber sobre a contribuição dos estagiários com o setor ao longo desses anos, assim como nas perguntas anteriores, as respostas foram bastante parecidas, afirmando que após a entrada dos estagiários o setor obteve maior agilidade na entrega de cálculos, a otimização do setor e o desenvolvimento de uma quantidade maior de cálculos.

Onde a partir dos dados apresentados acima, gera um pouco de confusão ao leitor, pois em alguns dos questionamentos, obteve-se respostas negativas em relação a eficiência e a produtividade que o setor apresentou e em outras obteve-se respostas positivas. O que leva ao seguinte questionamento: O setor apresentou de fato melhoria ou não? Pergunta essa que será respondida no tópico seguir.

5.3 ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO SETOR DE CÁLCULOS JUDICIAIS NO PERÍODO DE 2021 A 2023

Analizando o período referente aos processos realizados nos anos de 2021 a 2023, referenciando-se ao intervalo antecessor e posterior a entrada dos estagiários no setor de cálculos judiciais. É possível observar por meio dos documentos disponibilizados pela gerente da Gerência de Administração e Tecnologia da Informação (GATI) Russiene Figueredo Silva que os anos de 2021, 2022 e 2023 tiveram os respectivos números de processos realizados por ano 1.904 (processos), 1.932 (processos) e 3.836 (processos).

Para ser realizado o cálculo da eficiência e da produtividade foram usadas as formulas descritas no tópico 2.3 da fundamentação teórica, que mostra com exatidão como realizar tais avaliações. Começando com o ano de 2021, o setor apresentou um total de 1.904 cálculos realizados durante o ano, o que daria aproximadamente 159 processos por mês, sem levar em consideração as margens de erro de casa mês. Para fazer o cálculo da eficiência do setor foi necessário que se pegasse a quantidade de funcionários que o setor continha no ano de 2021 e a quantidade de horas trabalhada por eles todos juntos durante o ano inteiro, o que após alguns cálculos foi determinado que o valor aproximado de horas trabalhadas por todos os funcionários do setor no ano de 2021 foi de 6.336 horas, tendo em vista que o mesmo possuía apenas 3 funcionários, onde cada um trabalha 8 horas por dia e 22 dias no mês, levando assim ao tempo total de 176 horas trabalhadas por mês e

nenhum estagiário, onde o cálculo é exatamente o mesmo, porém, com metade das horas trabalhadas . Como mostra os quadros 1 e 2:

TEMPO TRABALHADO/FUNCIONÁRIO	
Horas trabalhadas	8
Dias do mês	22
horas por mês	176

Quadro 1- Quadro de horas

Fonte: Próprio autor

TEMPO POR FUNCIONÁRIO	
Total de funcionários	3
Total de tempo trabalhado/Mês	528
Total de tempo trabalhado/Ano	6336

Quadro 2- Quadro de horas por funcionários

Fonte: Próprio autor

Com os valores e as formulas necessárias para a elaboração do cálculo devidamente apresentados anteriormente, chega-se à conclusão de que no ano de 2021 a eficiência do setor foi de 63% e a produtividade de 30%, referente a quantidade de horas trabalhadas durante o ano e a quantidade de pessoas responsáveis para a elaboração de cálculos. Como demonstra o quadro 2:

2021	RESULTADO
PRODUZIDO	1904
EFICIÊNCIA	63%
PRODUTIVIDADE	30%

Quadro 2- Quadro de resultados

Fonte: Próprio autor

Observou-se que o ano de 2022 foi marcado pela entrada de estagiários, o setor apresentou um total de 1.932 cálculos, 28 a mais que no ano anterior, o que mesmo com a entrada dos estagiários resultou em uma significativa queda na eficiência e na produtividade, mas com a ressalva de que dos seis estagiários dois entraram no final de dezembro e os demais no final de setembro o que pode ser considerado como um tempo nulo para a realização de cálculos durante o ano, tendo em vista que ao longo de 2 meses não se aprende todos os tipos de cálculos a serem feitos e ainda não se apresenta a experiência necessária. Tendo isso em vista, não foram considerados no cálculo os dois estagiários que entraram em dezembro, levando assim os 4 estagiários ao longo de 2 meses e alguns dias

trabalharem aproximadamente 704 horas o que junto as horas trabalhadas pelos funcionários que já estavam no setor chegam ao total de 7.040 horas trabalhadas. Sendo assim com os valores apresentados acima, chega-se à eficiência de apenas 28% uma diferença de 35% em relação ao ano anterior e a produtividade de 27% diferença de apenas 3% para o ano anterior. O que mostra que com a falta de experiência dos estagiários em seu primeiro ano o setor obteve uma queda na eficiência, pois os contadores deixavam de realizar seus processos para corrigir e supervisionar os mesmos durante o tempo de treinamento e aperfeiçoamento. Como mostra a quadro 3:

2022	RESULTADO
PRODUZIDO	1932
EFICIÊNCIA	28%
PRODUTIVIDADE	27%

Quadro 3- Quadro de resultados
Fonte: Próprio autor

O ano de 2023 ficou marcado como o ano em que os estagiários já estavam mais familiarizados com os cálculos dos processos e com o desenvolvimento dos pareceres contábeis, tendo isso em vista os contadores responsáveis tiveram mais liberdade para distribuir diferentes tipos de processos aos estagiários assim desafogando o setor em relações aos prazos estabelecidos pelos procuradores. Mas mesmo com o auxílio dos estagiários no setor a eficiência e a produtividade continuaram inferiores ao ano de 2021, período que antecede a entrada dos estagiários, porém, se mostraram superiores ao ano de 2022, destacando-se o aumento significativo no número de processos calculados por mês no ano de 2023 sendo realizados 2x mais processos calculados que nos anos anteriores, sendo o total de aproximadamente 320 processos realizados por mês e um total de 3.836 processos realizados durante o ano. O que leva a eficiência no ano de 2023 ao total de 38% e a 28% de produtividade, destacando novamente o fato de serem inferiores ao ano de 2021. Onde o motivo para tal queda se dá pelo fato de que os cálculos foram realizados em cima da quantidade de pessoas trabalhando no setor e na quantidade de horas trabalhadas por ano. Sendo assim, é possível observar que quanto mais funcionários e estagiários trabalhando no setor, maior será o número de

horas trabalhadas e consequentemente maior será a meta de processos a serem calculados durante o ano. Como mostram os seguintes quadros:

ANO	MÊS
3836	320

Quadro 4- Quadro da quantidade de processos

Fonte: Próprio autor

2023	RESULTADO
PRODUZIDO	3836
EFICIÊNCIA	38%
PRODUTIVIDADE	28%

Quadro 5- Quadro de resultados

Fonte: Próprio autor

TEMPO TOTAL	
Funcionários + Estagiários	13728

Quadro 6- Quadro do tempo trabalhado

Fonte: Próprio autor

TOTAL DE PESSOAS	
Funcionários + Estagiários	10

Quadro 7- Quadro de funcionários

Fonte: Próprio autor

Sendo esses os valores em percentual do nível de eficiência e produtividade do setor de cálculos judiciais após a entrada dos estagiários no setor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a contabilidade um ramo com diversas áreas de atuação, onde grande parte das pessoas desconhecem todos os cargos que um contador pode exercer ou praticar, o estudo acerca deste trabalho é voltado para a perícia contábil trabalhista um dos ramos de trabalho que podem ser realizados por um contador, onde o foco principal foi voltado para descobrir a eficiência e produtividade que a entrada de estagiários no setor de cálculos judiciais da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba causou ao setor.

Para este trabalho foi utilizada a leitura pertinente, de onde foram retiradas as definições de contabilidade, perito contábil e da eficiência e produtividade. A partir dessas definições expostas o trabalho acerca do tema já mencionado, começou a ser realizado e moldado para o seu desenvolvimento final. A técnica de abordagem

utilizada para a obtenção de informações foi a quanti-qualitativa, aonde foi aplicado um questionário que de perguntas objetivas e subjetivas com os funcionários da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, além da pesquisa documental que foi feita com a gerente da Gerência Administrativa de Tecnologia e Informação (GATI).

Após os dados da pesquisa documental e do questionário serem resgatados, foi possível observar que as informações obtidas, foram surpreendentemente positivas, tendo em vista que os resultados foram satisfatórios em relação a efetividade e a produtividade do setor durante o tempo de atuação dos estagiários. Em divergência ao questionário, os dados da pesquisa documental, após a utilização das formulas já mencionadas no tópico 2.3, apresentaram-se negativas em relação aos anos anteriores a entrada dos estagiários, devido ao fato de que quanto mais mão de obra o setor tem, mais horas são trabalhadas e consequentemente, é pertinente o aumento da expectativa para a produção de cálculos, desta forma ocorre uma viabilidade de metas superiores.

Chegando-se à conclusão de que mesmo que a eficiência e a produtividade do setor sejam inferiores ao ano de 2021, a entrada de estagiários ainda foi de certa forma benéfica, visto que houve um aumento na produção de cálculo por mês e consequentemente por ano, além do auxílio direto aos contadores na elaboração de pareceres contábeis. Como explicado acima o fato da eficiência e da produtividade do setor nos anos de 2022 e 2023 serem inferiores ao ano de 2021 se dá pelo fato de que estatisticamente quanto mais pessoas no setor mais horas serão trabalhadas, assim fazendo com que a expectativa de cálculos a serem produzidos seja muito maior do que quando o setor apresentava menos pessoas.

As limitações que essa pesquisa teve em relação a data de prazos dos processos propõe-se que para pesquisas futuras, que possam ampliar os dados a serem coletados em relação a quantidade de processos produzidos durante os anos em que o setor teve a atuação de estagiários sejam separados por data, separando principalmente as datas de prazo estabelecidos pelo procurador e as datas da devida devolução, tendo em vista que a maioria dos processos que são enviados ao setor pelos procuradores são devolvidos independente da conclusão do cálculo. Onde dessa forma os cálculos apresentarão uma maior precisão em relação ao desempenho que o setor obteve após a entrada dos estagiários.

REFERÊNCIAS

- Alvares, Lillian. **Fontes de informação**. 2018. disponível em: <http://lillianalvares.fci.unb.br/phocadownload/GIGCIC/InteligenciaCompetitiva/Aula43Fontes.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024
- BERTUCHI, Fabio Ibanhez. **Evolução da Perícia Contábil**. <https://portal.toledoprudente.edu.br/upload/usuarios/1148/aulas/2-EVOLU%C3%87%C3%83O%20DA%20PER%C3%8DCIA%20CONT%C3%81BIL.pdf>. Acesso em 11 jan.2024
- BLATTMANN, Ursula. **Fontes de Informação: Primárias, Secundárias e Terciárias**.2015. Disponível em: <<http://bib-ci.wikidot.com/fontes-primarias>>. Acesso em: 21 abr. 2024
- CAETANO, Daiane Cristina dos Santos Gomes; CARUSO, Thaís Donegá. **Perícia Contábil: Aplicação em um Processo Trabalhista**. 2012. Disponível em <https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1258/TCC%20DAIANE%20E%20THAIS.pdf?sequence>. Acesso em 16 mar.2024.
- CALDEIRA, Sideneia et al. **A influência do laudo pericial contábil na decisão dos Juízes em processos nas varas cíveis**. 2000. disponível em <https://www.cursosavante.com.br/cursos/curso564/conteudo8384.pdf> . Acesso em 20 mar. 2024
- COSTA, Andressa Excarliti Heinburg. **Perícia contábil trabalhista: um estudo de caso**. 2020.Disponível em <http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/2168/1/SAR2020AndressaCosta.pdf> Acesso em 16 mar.2024.
- CREPALDI, Silvio. **Manual de perícia contábil**. Saraiva Educação SA, 2019. Disponível em <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=bY2wDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=perito+cont%C3%A1bil+&ots=VXfT6fiyTs&sig=SskYeQrTTVweAgnXr1urqumicDI#v=onepage&q=perito%20cont%C3%A1bil&f=false>. Acesso em 25 mar. 2024
- DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em abr. 2024
- FAGUNDES, Jair Antonio et al. **Perícia contábil trabalhista: um estudo multi-caso em processos lotados no Tribunal de Justiça do Trabalho Comarca de Sorriso (MT)**. ConTexto-Contabilidade em Texto, v. 8, n. 14, 2008. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11092/6583>. Acesso em 16 mar.2024.

FILARDO, Daniele Pipolo et al. A contribuição do parecer pericial contábil nos processos de investigação. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 5, n. 9, p. 146-159, 2018. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Roberto-Penha/publication/326056376_A_contribuicao_do_parecer_pericial_contabil_nos_pr_ocessos_de_investigacao. Acesso em 25 mar. 2024

FLORIANI, Arlete Regina. Perícia contábil e arbitragem, 2015. Disponível em <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=20522>. Acesso Maio de 2024

Gil, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa Ed. 6º, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237624/mod_resource/content/1/Ant%C3%B4nio%20C.%20Gil_Como%20Elaborar%20Projetos%20de%20Pesquisa.pdf. Acesso em abr. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 2, n. 5, p. 01-28, 2019. <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121/199>

GUERRA, A. de L. e R. Metodologia Da Pesquisa Científica E Acadêmica. Revista OWL (OWL Journal) - **Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 149–159, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8240361. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 16 abr. 2024.

JUSBRASIL, 98% dos Processos Trabalhistas de todo o Mundo se Encontram no Brasil, 2022. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/98-dos-processos-trabalhistas-de-todo-o-planeta-estao-no-brasil/458885251>. Acesso em: 02 fev. 2024

KNACKFUSS, Eduardo Luiz Dieter. **Perícia contábil no contexto do processo trabalhista**: um estudo sobre a influência do laudo pericial na decisão judicial. 2010. Disponível em <http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4474/12c.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 16 mar.2024.

LIMA, Jairo Silva; ARAUJO, FJ de. O mercado de trabalho da perícia contábil. In: 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Anais do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, Gramado/RS. 2008. Disponível em https://aguiarperito.com.br/artigos/Artigo_Mercado%20de%20Trabalho%20na%20Per%C3%ADcia%20Cont%C3%A1bil.pdf. Acesso em 20 mar. 2024

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 8. ed. – São Paulo : Atlas, 2017 https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7237618/mod_resource/content/1/Marina%20Marconi%20Eva%20Lakatos_Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%C3%ADfica.pdf. Acesso em: 16 Maio 2024.

MELO, Thaís Assunção et al. Perícia contábil: uma análise de sua aplicação nas ações trabalhista e influência na decisão judicial. 2017. Disponível em <http://104.156.251.598080/jspui/bitstream/prefix/469/1/TCCTHA%C3%8DSMELO>. Acesso em: 15 mar. 2024

MOURA, Ril. Perícia contábil: judicial e extrajudicial. Freitas Bastos, 2022. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=rnsnEAAAQBAJ&lpg=PT9&ots=cuS3tVMLqV&dq=pericia%20contabil%20%2B%20moura%20&lr&hl=pt-BR&pg=PT18#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 11 mar.2024.

Norma brasileira de contabilidade – NBC TP – 02. disponível em <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCPP02.pdf>. Acesso em 25 mar 2024

NPC TP 01, Norma Técnica de Perícia Contábil. Disponível em https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TP_01.pdf. Acesso em: 02 fev. 2024.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; DE ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho. Pesquisa científica: conceitos básicos. ID on line. Revista de psicologia, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390/527>. Acesso em maio 2024

PEREIRA, Adriana Soares et al. Metodologia da pesquisa científica. 2018. acesso https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1&isAllowed=y

PIRES, M. I.. Perícia contábil: a importância dos serviços prestados. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia**, p. 17-17, 2019. Disponível em <https://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/77/59>. Acesso em 23 mar. 2024

Procuradoria Geral do Estado da Paraíba. Disponível em <https://pge.pb.gov.br/>. Acesso em 02 de abr. 2024

Relatório geral test. de 2022. disponível em: <https://tst.jus.br/web/estatistica/jt/relatorio-geral>. Acesso em 16 mar.2024.

VASCONCELOS, Leila Miranda; FRABI, Paulo José; CASTRO, Fábio Rogério de. Perícia contábil: Uma análise sobre a formação acadêmica do perito contador. Encontro de Produção Científica e Tecnológica, v. 6, 2011. Disponível em http://fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_sociais/31.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024

Redação coalize,2023. Disponivel em: <https://www.coalize.com.br/produtividade-e-eficiencia#:~:text=Como%20calcular%20produtividade%20e%20efici%C3%Aancia,d e%20produtos%20pelos%20recursos%20utilizados>. Acesso em: 21 maio de 2024.

SÁ, Antônio Lopes de. Perícia contábil. 10 ed. rev, e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2011. 413 p.

A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES PARA OTIMIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO SETOR CONTÁBIL EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE DE JOÃO PESSOA – PB.

Leomar Ugulino da Costa ¹¹⁸

Ricardo da Silva Pereira¹²

RESUMO

A tecnologia está cada vez mais tomando espaço na vida do contador e saber quais são os esses *softwares* contábeis disponíveis e como eles funcionam dentro da contabilidade é essencial para um bom gerenciamento de um escritório contábil e principalmente no setor contábil onde esses *softwares* são usados nas suas operações. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo demonstrar em que os *softwares* utilizados pelo setor contábil do escritório “CONSULTORIA CONTÁBIL” localizado em João Pessoa – PB contribuíram para otimização dos seus processos. Quanto aos aspectos metodológicos aplicados, foi denominada uma pesquisa descritiva, onde possui métodos qualitativos, sendo definido o procedimento técnico como um estudo de caso. Os dados coletados para a conclusão desta pesquisa foram provenientes de fontes primárias através de uma entrevista semiestruturada com a gestora do setor contábil do escritório de contabilidade “CONSULTORIA CONTÁBIL”, onde foram analisados quantos *softwares* contábeis o setor contábil utiliza em suas operações, quais são esses *softwares*, se houve mudança com a implementação de um “software” dentro do setor, se ainda existe algum processo sendo feito de forma manual e qual *software* contábil que mais contribui para o ganho de produtividade do setor contábil. Ao final desta pesquisa foi evidenciado que os *softwares* contábeis contribuem para as atividades exercidas no setor contábil, melhorando as expectativas para a contabilidade, fornecendo benefícios como: automatização de tarefas repetitivas; eficiência operacional; melhor precisão de lançamentos; acesso rápido a informações; segurança; conformidade.

Palavras-chaves: Softwares; Setor contábil; Otimização.

ABSTRACT:

Technology is increasingly taking space in the accountant's life and knowing what accounting software is available and how they work within accounting is essential for good management of an accounting office and especially in the accounting sector

¹¹⁸ Graduando do Curso de Ciências Contábeis Leomar Ugulino da Costa, E-mail: leomar.ugulino@gmail.com

¹² Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Especialização em Contabilidade pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira Centro Universitário UNIESP; E-mail: Ricardo.pereira.jp4@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3654413560555402>

where this software is used in its activities. operations. Therefore, this research aims to demonstrate how the software used by the accounting sector of the “ACCOUNTING CONSULTANCY” office located in João Pessoa – PB contributed to the optimization of its processes. Regarding the methodological aspects applied, it was called a descriptive research, which has qualitative methods, with the technical procedure being defined as a case study. The data collected to complete this research came from primary sources through a semi-structured interview with the manager of the accounting sector of the accounting office “ACCOUNTING CONSULTANCY”, where it was analyzed how many accounting software the accounting sector uses in its operations, what are these software, whether there has been a change with the implementation of a “software” within the sector, whether there is still any process being done manually and which accounting software has contributed the most to productivity gains in the accounting sector. At the end of this research, it was evident that accounting software contributes to the activities carried out in the accounting sector, improving expectations for accounting, providing benefits such as: automation of repetitive tasks; operational efficiency; better launch accuracy; quick access to information; security; conformity.

KEY WORDS: Software; Accounting sector; Optimization.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a tecnologia tem revolucionado a forma como as empresas lidam com suas atividades contábeis. A utilização de *softwares* para otimização dos processos está se tornando cada vez mais comum dos escritórios de contabilidade modernos, que buscam os inúmeros benefícios, tais como: automatização de tarefas repetitivas; eficiência operacional; melhor precisão; acesso rápido a informações; segurança; conformidade.

O avanço tecnológico vem aumentando as oportunidades da utilização da contabilidade, pois, através dele é possível obter informações em tempo real sobre todos os setores, atividades e funcionários relacionados à administração da empresa. (COTRIN; SANTOS; JUNÍOR,2012).

Dessa forma, a automação na contabilidade tem sido cada vez mais importante, permitindo a realização de tarefas repetitivas de forma rápida e precisa, liberando tempo para análise e tomada de decisões estratégicas. Os *softwares* de contabilidade automatizam processos como lançamentos de dados, conciliação bancária, geração de relatórios, dentre outros.

Nesse artigo, será explorado como a utilização de *softwares* pode melhorar a eficiência e a precisão das atividades contábeis que são feitas, além disso, será apresentado como esse avanço tecnológico pode reduzir custos e o tempo despendido nessas atividades. Será abordado as principais ferramentas disponíveis no mercado contábil e como elas podem ser utilizadas no gerenciamento das atividades do setor contábil dos escritórios de contabilidade.

Aqui alguns dos principais *softwares* encontrados no Brasil: Thomson Reuters (Domínio); Alterdata (Prosoft); Questor; SCI; Contmatic; Nasajon; Keevo (Mastermaq); Fortes, Conversor FiveLabs, HubCount Bi, dentre outros. No presente trabalho será apresentado como os *softwares* se relacionam para melhorar os processos do setor contábil de um escritório de contabilidade.

Nessa perspectiva, diante da enorme evolução tecnológica na contabilidade, percebe-se a necessidade de se avaliar a utilização de *softwares* para otimização dos processos do setor contábil em um escritório de contabilidade.

A pesquisa será efetuada em um escritório de contabilidade localizado em João Pessoa – PB cujo nome por questões de sigilo não foi permitido à divulgação e aqui denominaremos de “CONSULTORIA CONTÁBIL”, onde atualmente participo da composição da sua gestão, ocupando o cargo de auxiliar no setor contábil.

Diante do exposto, a presente pesquisa procura responder o seguinte questionamento: **em que os *softwares* utilizados pelo setor contábil do escritório “CONSULTORIA CONTÁBIL” localizado em João Pessoa – PB contribuíram para otimização dos processos?**

Então, o objetivo geral da presente pesquisa é demonstrar em que os *softwares* utilizados pelo setor contábil do escritório “CONSULTORIA CONTÁBIL” localizado em João Pessoa – PB contribuíram para otimização dos seus processos.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: descrever sobre o mercado de serviços contábeis; demonstrar a estrutura funcional de um escritório de contabilidade; especificar os principais processos operacionais pertencentes ao setor contábil de um escritório de contabilidade; conceituar *softwares* contábeis evidenciando a sua utilização para otimização dos processos de prestação de serviços pelas empresas de contabilidade; demonstrar como a

utilização de um “software” contribuiu para otimização do processo realizado pelo setor contábil do escritório de contabilidade objeto desse estudo.

Esse estudo apresenta uma relevância para a sociedade porque vai demonstrar como a utilização de *softwares* pode contribuir com o desempenho dos setores contábeis dos escritórios de contabilidade, tornando-os mais eficientes e operando com rapidez e menor custo. Já para o meio acadêmico pode servir de referência para desenvolvimento e aprofundamento de novos estudos sobre o tema.

A disposto da metodologia utilizada para cumprir os propósitos deste trabalho, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica uma vez que o conteúdo foi pesquisado em livros, revistas, sites e publicações diversas sobre o tema e para obtenção dos resultados foi utilizada a técnica de pesquisa do estudo de caso a partir da aplicação de uma entrevista semiestruturada com a principal gestora do setor contábil do escritório “CONSULTORIA CONTÁBIL”.

O artigo apresenta uma estrutura dividida em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento e discussão de dados (estudo de caso) e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MERCADO DOS SERVIÇOS CONTÁBEIS

O mercado de serviços contábeis no Brasil é robusto e está em constante crescimento, devido à demanda contínua por serviços de contabilidade em empresas de todos os tamanhos. Com as constantes mudanças nas legislações tributária e trabalhista, a necessidade de profissionais contábeis qualificados e atualizados é cada vez mais evidente.

As empresas de serviços contábeis estão inseridas na área de serviços e devem atuar como fomentadoras do desenvolvimento econômico das empresas, uma vez que têm a responsabilidade de fornecer-lhes informações contábeis e gerências. Em geral, essas empresas são constituídas sob a forma de sociedade civil para a exploração do trabalho de contabilidade, sendo registradas no CRC (Conselho Regional de Contabilidade) de cada jurisdição e obedecem às

determinações do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (PINHO et, al, 2008, p. 3).

Conforme Roit (2020, p. 2) descreve que “O mercado contábil brasileiro é amplo e diversificado, com diferentes tamanhos e formatos de escritórios para atender as mais diferentes empresas de todo o Brasil”.



Figura 1 – Quantidade de escritórios por estados do Brasil.
Fonte: (ROIT, 2020, p. 12).

Atualmente, o número de escritórios de contabilidade registrados no Brasil, é bastante expressivo. De acordo com os dados do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), o número de organizações contábeis registrados no Brasil é de 91.385. (CFC, 2024).

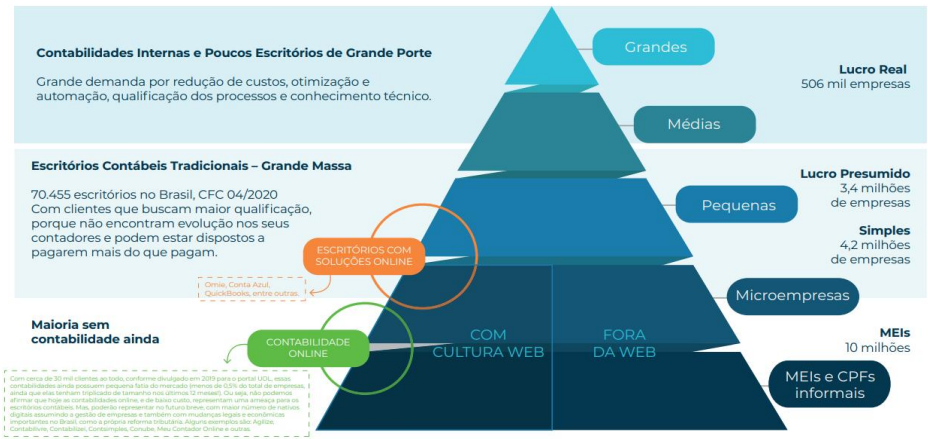


Figura 2 – Como são e onde estão os escritórios contábeis.
Fonte: (ROIT, 2020, p. 06).

Na figura 2, é a representação feita pela Roit (2020) em uma pirâmide hierárquica de como o mercado contábil está dividido hoje no Brasil, em primeiro lugar constituído por escritórios que possuem contabilidades internas e poucos escritórios de grande porte, sendo compostas por 506 mil empresas do Lucro Real, já em seguida é apresentado os escritórios contábeis tradicionais que significam a grande massa sendo responsáveis por mais de 70 mil escritórios contábeis onde é composto por empresas do Lucro Presumido e Simples Nacional, nessa mesma parte da pirâmide não pode esquecer-se dos escritórios com soluções *online*, é um nicho do mercado contábil que vem se desenvolvendo com o tempo, e por último e não menos importante tem a última fase da pirâmide aonde é distribuída por escritório que fornecem contabilidade *online* também e é composta por empresas que não tem uma contabilidade em seu gerenciamento, como, por exemplo, MEIS e CPFS Informais.

2.2 ESTRUTURA FUNCIONAL DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE.

A estrutura funcional de um escritório contábil pode variar dependendo do tamanho e das necessidades específicas de cada escritório, na Figura 3 é demonstrado como os setores são divididos dentro de um escritório de contabilidade.



Figura 3 - Estrutura funcional de um escritório de contabilidade.
Fonte: (ABERTURA SIMPLES)

A estrutura funcional consiste na criação e no gerenciamento da empresa, baseando-se nas funções ou áreas do conhecimento. É a mais utilizada nas organizações, em virtude da necessidade de especialização por áreas técnicas. Para aumentar a efetividade da organização no alcance de seus objetivos, o que

ocorre nessa estrutura é a união de pessoas com base em suas habilidades e experiências. As diferentes funções surgem em resposta ao aumento da complexidade das tarefas, gradualmente há maior especialização, as habilidades melhoram, as competências surgem, dando vantagem competitiva à organização (ORLICKAS, 2012; OTA, 2010).

As características dessa estrutura são definidas como: autoridade funcional ou dividida, a qual cada subordinado recebe ordens de mais de um supervisor; linhas diretas de comunicação, para maior agilidade; descentralização das decisões; e ênfase na especialização de órgãos e cargos, em que as responsabilidades são delimitadas de acordo com as especializações (VIEIRA, 2012).

Dessa forma os escritórios de contabilidade possuem normalmente os seguintes setores:

a) Setor Contábil: é responsável por registrar e analisar transações financeiras, preparar demonstrações financeiras e relatórios fiscais.

b) Setor Fiscal: encarregado de cumprir as obrigações fiscais, calcular e pagar impostos, além de fornecer orientação sobre questões tributárias.

c) Setor Pessoal: responsável por lidar com questões relacionadas aos funcionários, como folha de pagamento, benefícios e conformidade trabalhista.

d) Consultoria Financeira: oferece orientação financeira aos clientes, como planejamento tributário, gerenciamento de fluxo de caixa e investimentos.

e) Departamento Administrativo: gerencia as operações diárias do escritório, incluindo agendamento, atendimento ao cliente e gerenciamento de documentos.

f) Tecnologia da Informação (TI): responsável pela manutenção de sistemas de *software* contábil, segurança de dados e infraestrutura de tecnologia.

g) Marketing e Vendas: encarregado de promover os serviços do escritório, adquirir novos clientes e manter relacionamentos com os clientes existentes.

De acordo com Marques (2013), os benefícios dessa estrutura abrangem a promoção de especialização e aperfeiçoamento; possibilidade de melhores salários e maior rendimento; maior facilidade de adaptação das capacidades e aptidões à função; cooperação e trabalho em equipe. Chiavenato (2004) complementa identificando que a estrutura funcional desenvolve comunicações diretas, sem

intermediação, mais rápidas e menos sujeitas a distorções de transmissão e, distingue as funções de planejamento e de controle das funções de execução.

As principais desvantagens da estrutura funcional constituem: a perda de autoridade; os órgãos por vezes não sabem a quem recorrer para resolver alguns assuntos, ocasionando perda de tempo e confusões; há propensão a conflitos e concorrência entre os especialistas, em virtude da perda de visão da coletividade e devido à tendência de defesa do ponto de vista individual pelos especialistas (VIEIRA, 2012).

2.3 PROCESSOS INERENTES DO SETOR CONTÁBIL DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

O **setor contábil** é responsável por manter o **controle financeiro e patrimonial** de uma empresa. Sua principal função é registrar todas as transações financeiras, como vendas, compras, pagamentos e recebimentos. Esses registros são utilizados para elaborar relatórios financeiros, como o [balanço patrimonial](#), a demonstração do resultado do exercício e o fluxo de caixa. (CONFIRP, 2023, Online).

Dessa forma, os processos inerentes ao setor contábil de um escritório de contabilidade podem variar de escritório para escritório, mas normalmente eles podem incluir:

PROCESSOS INERENTES DO SETOR CONTÁBIL	DESCRIÇÃO
Registro de Transações	Registrar todas as transações financeiras dos clientes, como receitas, despesas, compras e vendas.
Análise e Classificação	Analisar e classificar as transações em contas específicas do plano de contas, como contas a receber, contas a pagar, despesas operacionais etc.
Elaboração de Demonstrações Financeiras	Preparar demonstrações financeiras, como o balanço patrimonial, a demonstração de resultados do exercício (DRE) e o demonstrativo de fluxo de caixa.
Conciliação Bancária	Comparar os registros contábeis com os extratos bancários para garantir a precisão das informações e identificar discrepâncias.
Fechamento Contábil	Realizar o fechamento contábil mensal ou anual, ajustando os registros conforme necessário e preparando relatórios para os clientes.
Gestão de Documentos	Manter registros organizados e arquivar documentos financeiros de forma segura e acessível para referência futura e auditorias.

Quadro 1: Processos Inerentes do Setor Contábil.
Fonte: (AUTOR, 2024).

Portanto, esses são alguns dos processos-chave que um escritório de contabilidade geralmente executa em seu setor contábil para atender às necessidades de seus clientes e cumprir as obrigações legais e regulatórias.

2.4 SOFTWARES CONTÁBEIS

A ciência contábil está em constante evolução, onde os equipamentos informáticos como os computadores e *softwares* passam a ser parte integrante da rotina dos profissionais contábeis. Conforme Oliveira (1997), partindo da década de 80, cresce a procura por microcomputadores e *softwares* informatizados para as rotinas contábeis, administrativas, financeiras das empresas.

Os *softwares* contábeis são programas de computador criados com o intuito de auxiliar na atividade profissional, no gerenciamento financeiro, na contabilidade reduzindo complexidades de processos de registro de documentos, na verificação de entradas, saídas e serviços, no cálculo da folha de pagamento, nas conformidades fiscais de uma empresa ou organização, dentre outras funções.

Um *software* contábil é uma ferramenta ou plataforma tecnológica criada para auxiliar profissionais da contabilidade em suas tarefas diárias, desde o registro de documentos até a elaboração de relatórios contábeis.

A utilização dessa tecnologia tornou-se essencial para os contadores em suas rotinas diárias, pois auxilia na organização e controle das informações contábeis das empresas que o escritório atende. (THOMSON REUTERS, 2023, Online).

As facilidades advindas da informatização dos processos contábeis são iminentes. Entretanto, não basta apenas possuir recursos e não saber como manejá-los e adequá-los às suas rotinas. Na visão de Duarte (2009), p. 31:

Esta “Nova Era” é marcada pela enorme influência das habilidades humanas no que diz respeito ao uso da tecnologia para se obter informações, analisá-las, sintetizá-las, interpretá-las e comunicá-las; tanto no processo de geração de riqueza quanto de sua mensuração. Mais importante do que possuir a tecnologia, é fazer bom uso dela. Isso nos torna mais competitivos enquanto profissionais, empresas e nação.

No quadro 2, mostra as vantagens do uso de um *software* contábil para os escritórios de contabilidade.

VANTAGENS	DESCRIÇÃO
Aumento na produtividade	A velocidade de processamento das informações, quando se faz uso do computador para trabalhar, gera aumento substancial da produtividade.
Melhoria na qualidade dos serviços	A impressão eletrônica através de boas impressoras, apresenta como resultado um trabalho de melhor aspecto quando comparado ao de forma manuscrita ou mecanizada.
Estímulo aos profissionais	Em função das facilidades proporcionada pela informatização de suas rotinas, o profissional se sente mais à vontade e mais confiante para executar o seu trabalho. O trabalho torna-se menos estafante e em função disso mais estimulante.
Facilidade de leitura dos relatórios	Os relatórios gerados pelos <i>softwares</i> podem ser lidos previamente nas telas dos computadores antes mesmos de sua impressão.
Atendimentos aos prazos	O cumprimento dos prazos para as exigências tributárias, trabalhistas e previdenciária como o recolhimento de impostos e contribuições só se tornou possível para algumas empresas a partir do uso do computador.
Facilidade de acesso à informação	O acesso às informações contábeis da empresa é feito de forma rápida da própria tela do computador, como a consulta de saldos de contas e de demonstrativos contábeis.
Segurança das informações	Isso ocorre devido aos recursos de proteção das informações e os <i>backups</i> (cópias de segurança) gerada pelos <i>softwares</i> de todas as informações nele contido.
Diminuição do espaço físico	As partes de um computador ocupam menos espaço físico podendo resumir-se a uma mesa de trabalho.

Quadro 2: Vantagens do uso de um *software* contábil.

Fonte: Adaptado de Oliveira (1997).

Nesse mesmo contexto o sistema Domínio aborda os seguintes benefícios da utilização de um *software* contábil:

Controle de documentos: com o uso de um *software* contábil, as informações são armazenadas em um banco de dados centralizado, seguro e acessível em tempo real, permitindo que o contador tenha acesso rápido e eficiente às informações, evitando a perda de documentos e simplificando a gestão de informações;

Registro de receitas e despesas: é possível automatizar a contabilização das transações financeiras, garantindo a precisão dos dados e agilizando o trabalho do contador;

Conciliação bancária: a conciliação bancária pode ser automatizada, permitindo que o contador reconcilie as informações bancárias com as informações contábeis de forma rápida e precisa, minimizando erros e aumentando a produtividade;

Emissão de relatórios contábeis: o *software* contábil permite gerar relatórios personalizados de forma rápida e eficiente, facilitando a tomada de decisões pelos gestores. Além disso, tais relatórios podem ser gerados automaticamente em intervalos regulares, reduzindo o tempo e o esforço necessários para produzi-los manualmente. (THOMSON REUTERS, 2023, Online).

Portanto, a contabilidade com a tecnologia vem revolucionando como as demandas contábeis são feitas por isso se faz necessário cada vez mais o uso de um *software* contábil no gerenciamento de um escritório de contabilidade.

2.4.1 Principais softwares utilizados na otimização dos processos de um escritório de contabilidade

Existem diversos *softwares* contábeis no mercado hoje e saber escolher é bem importante para uma gestão de um escritório contábil mais eficiente, dessa forma aqui será demonstrado alguns *softwares* que hoje o mercado possui.

Segundo Días (2023) em sua lista os 8 melhores *softwares* de contabilidade no Brasil são: Domínio; Alterdata (Prosoft); Questor; SCI; Contmatic; Nasajon; Keevo (Mastermaq); Fortes.

Em primeiro lugar o software contábil Domínio demonstra que:

O Domínio Web é um sistema contábil oferecido pela Thomson Reuters no qual tanto você como o seu time podem acessar o banco de dados de qualquer lugar com acesso à internet. A ferramenta funciona como um emulador, permitindo que os seus contadores baixem somente um plugin para terem acesso a todo o conteúdo de dentro dos Sistemas Domínio, como se estivessem usando o programa instalado. (THOMSON REUTERS, 2023, Online).

Conforme Alterdata (Prosoft) “O sistema Alterdata Contábil foi elaborado para gerenciar os lançamentos contábeis a fim de realizar a contabilização e emissão dos relatórios oficiais de forma RÁPIDA, FÁCIL E OTIMIZADA”. (ALTERDATA, Online).

Já o *software* Questor aborda que seu sistema:

Oferece recursos que resultam em ganho de produtividade. Algumas das funcionalidades são: plano de contas padrão; importação e conciliação do extrato bancário de qualquer banco, impressão de todas as demonstrações contábeis e gerador de lançamentos. A ferramenta é adequada ao SPED Contábil e atende aos Planos Referências como o SINCO, SVA E MANAD. Para empresas de atividade mista, o software gera os arquivos para o Tribunal de contas. (QUESTOR, Online).

De acordo com Contmatic (Phoenix) demonstra que “A Contmatic Phoenix é uma empresa de tecnologia referência no mercado contábil e empresarial desde 1987 e especializou-se no desenvolvimento de *softwares* com o objetivo de potencializar a gestão administrativa das demandas contábeis, trabalhistas, fiscais e financeiras.” (CONTMATIC PHOENIX, Online).

Segundo Najason (Contábil) “Esta é a área de negócio com foco em escritórios contábeis, tanto os que oferecem BPO Financeiro, Fiscal e de Folha, como aqueles que oferecem contabilidade gerencial, tradicional ou até mesmo

Escritórios especializados em Family Office. Atendendo Lucro Real, Presumido e Simples em um único banco de dados”. (NASAJON, Online).

Desde já a Keevo (Mastermaq) apresenta que “Nossas **soluções em hiper automação** proporcionam um ambiente de trabalho muito mais ágil, produtivo e inteligente, permitindo que você foque no que realmente importa: o crescimento e o sucesso do seu empreendimento! ” (KEEVO, Online).

Já o sistema Fortes em seu site comenta que:

O Fortes Contábil é o sistema que organiza a rotina da sua empresa e faz a gestão contábil completamente integrado a outros sistemas. O módulo contábil da Fortes Tecnologia, é o único sistema contábil que gera relatórios contábeis personalizados. A riqueza de informações nos relatórios é fundamental para tomar as melhores decisões. (FORTES TECNOLOGIA, Online).

Inicialmente o Conversor 5labs apresenta que “O Conversor é um *software* de automação de dados contábeis que converte arquivos para o Sistema Domínio”. (CONVERSOR BY FIVELABS, Online).

Conforme o HubCount BI (2024) é possível potencializar a representação gráfica de dados estratégicos com o poder do HubCount BI, transformando análises precisas e completas de uma forma automática.

2.4.2 Funcionalidade dos softwares utilizados pelo setor contábil de um escritório de contabilidade

A funcionalidade de um *software* contábil refere-se aos recursos que o mesmo pode oferecer para auxiliar na contabilidade de um escritório contábil. Cada *software* possui algumas funções, dessa forma será demonstrado quais são essas funcionalidades no qual ajudam nas atividades do setor contábil.

Segundo o site da Thomson Reuters (2022) o módulo contabilidade do sistema domínio possui as seguintes funcionalidades: importação de extrato; conciliação de contas e lançamentos; e contabilidade por centro de custos.

Já o sistema Fortes aborda em seu site que “O módulo contábil da Fortes Tecnologia, é o único sistema contábil que gera relatórios contábeis personalizados. A riqueza de informações nos relatórios é fundamental para tomar as melhores decisões”. (FORTES TECNOLOGIA, Online). Dessa forma, ele explica algumas

funcionalidades no qual seu *software* contábil pode contribuir para as demandas do setor contábil, como:

Funcionalidades	Descrição
Lançamentos Contábeis	Faça os lançamentos pré-definidos com as mesmas contas, históricos, estabelecimentos e centros de resultados de acordo com os fatos contábeis. Tenha também a opção de fixar contas agilizando o processo de lançamentos manuais quando necessário, além de poder restaurar movimentos que foram excluídos.
Análise de Lançamentos Contábeis	Tenha um balancete contábil com diversas opções de visualizar os valores de acordo com o plano de contas da empresa, com base no plano de contas referencial e com saldos das contas por período.
Obrigações Acessórias	Gere arquivo do SPED ECF (Escrituração Contábil Fiscal), SPED Contábil, FCONT, Sinco (RFB) e MANAD (INSS) de forma simples e rápida.
Planejamento orçamentário	Tenha a previsão detalhada das receitas e despesas da empresa. Além de analisar por centro de resultado, estabelecimento e por um período determinado.
Encerramento exercício	Faça o encerramento automático das contas de resultado em qualquer data e com a opção de individualizar por estabelecimento ou centro de resultados da empresa.

Quadro 3 – Principais funcionalidades automáticas para seu escritório contábil.

Fonte: Adaptado de Fortes Tecnologia (2024).

Existem diversas maneiras para a conversão de arquivos dentro dos *softwares* contábeis, mas o Conversor FiveLabs vem se destacando pela sua praticidade, conforme em seu site o Conversor FiveLabs traz algumas funcionalidades que seu *software* disponibiliza para os seus usuários, sendo elas:

Integração e importação de dados do Sistema Domínio: O Conversor é integrado ao banco de dados do Sistema Domínio. Dessa forma, você tem acesso aos dados e Plano de Contas dos seus clientes de forma simples e ágil! Com o Domínio Local, esse processo é totalmente automático.

Converta arquivos em minutos: Converta arquivos nos formatos PDF (extratos bancários e outros documentos sob análise), XLS, OFX, TXT e CSV do seu cliente em minutos e com poucos cliques! Com a fila de exportação do Conversor, você pode automatizar a exportação de diversos arquivos (um de cada vez) para o formato do Sistema Domínio, tudo isso de forma simples e ágil.

Simplifique seus lançamentos dos 4 principais módulos: O Conversor é o único que atende aos principais módulos do Sistema Domínio! Automatize seus lançamentos com a conversão de arquivos da contabilidade, fiscal, folha e patrimônio.

Agilize sua rotina com os modelos de estrutura de conversão: Utilize estruturas de conversão multiclientes e tenha uma operação mais ágil e fluida! A criação das estruturas é feita pelos nossos especialistas apenas uma vez de acordo com as informações que você precisa. Depois, você

pode usá-las para diversos clientes e personalizar a exportação conforme o arquivo do seu cliente. (CONVERSOR 5LABS, Online).

Desde já, o *software* contábil HubCount BI traz inovações para os escritórios contábeis e principalmente para o setor contábil, transformando dados contábeis em gráficos personalizados. Conforme o site da HubCount BI seu *software* aborda algumas funcionalidades sendo elas:

Insights exclusivos com IA: Análises automáticas e escritas com a primeira ferramenta do mercado contábil a utilizar a tecnologia AI generativa, a mesma usada no GPT, e tenha insights valiosos.

BI acessível para todos: Dados e indicadores de fácil interpretação, para que contadores e empresários tenham uma visão mais clara da real situação financeira das empresas.

Gráficos 100% customizáveis: Personalize informações conforme a necessidade da empresa e escolha entre diversos tipos de gráficos, indicadores e períodos customizados com poucos cliques. (HUBCOUNT, Online).

3 METODOLOGIA

Para se elaborar uma pesquisa, por tratar-se de um estudo científico, faz-se indispensável à definição dos procedimentos metodológicos. Nesse sentido, Richardson (1999, p. 22) evidencia que método “é o caminho ou a maneira para se chegar a um determinado fim ou objetivo, logo em seguida enfatiza que a metodologia pode ser entendida como “procedimentos e regras utilizadas por determinado método”.

Dessa forma, nesse tópico do estudo será apresentado o panorama metodológico e quais procedimentos utilizados para coleta dos dados e para elaboração desse estudo.

Quanto à natureza, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa básica, considerando-se o que diz Prodanov e Freitas (2013 p. 51) esse tipo de pesquisa “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”.

Quanto aos objetivos propostos a pesquisa realizada caracteriza-se como descritiva, pois, tem como objetivo fazer uma análise minuciosa do objeto de estudo. Considerando-se o que diz Moresi (2003, p. 9), descrevendo pesquisa descritiva da seguinte forma:

A pesquisa **descritiva** expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Do ponto de vista de Prodanov e Freitas (2013, p. 52), a pesquisa descritiva tem as posteriores características:

Pesquisa descritiva: quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática.

Com relação ao tratamento de dados o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 69):

Pesquisa qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Com relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, pois, conforme Moresi (2003, p. 10) “Estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo”.

Conforme o ponto de vista de Prodanov e Freitas (2013, p. 60), “Estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto de pesquisa”.

Os dados essencialmente obtidos para realização deste estudo foram provenientes de fontes primárias. Como fonte primária foi aplicada um procedimento de coleta de dados através de uma entrevista semiestruturada com a principal gestora do setor contábil, abordando pontos relacionados aos objetivos pretendidos do estudo, o qual, segundo Apollinário (2016, p. 138), “há um roteiro previamente estabelecido, mas também há um espaço para a elucidação de elementos que surjam de forma imprevista ou informações espontâneas dadas pelo entrevistado”. Tal entrevista foi submetida ao Processo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 03.05.2024, o qual foi aprovado sob o parecer de nº 6.818.792, e somente então foi realizada, diretamente na empresa objeto de estudo, em um único encontro - no dia 17/05/2024.

A presente pesquisa foi realizada na empresa “CONSULTORIA CONTÁBIL” Localizada em João Pessoa- PB, o ramo de atividade da empresa é prestação de serviços contábeis, onde a empresa já está no mercado desde 2003.

4 ESTUDO DE CASO

O presente estudo foi realizado na “CONSULTORIA CONTÁBIL” que iniciou suas atividades em 2003 visando ser uma empresa reconhecida pela excelência dos serviços de contabilidade prestados, tendo como foco, oferecer aos seus clientes a prestação de serviços na área de pessoal, contábil, fiscal, avaliação econômico-financeira empresarial e contabilidade gerencial. Em 21 anos de atuação, expandiu seu negócio além de atividades de serviços contábeis, fornecendo planejamento estratégico, auditoria, dentre outros.

Com atuação em todo o Brasil, a “CONSULTORIA CONTÁBIL” é uma das mais avançadas e modernas empresas prestadoras de serviços técnicos e profissionais de contabilidade e consultoria empresarial. A sua sede fica na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba.

É uma empresa que tem como objetivo de assessorar as empresas com fundamentação legal e tecnologia de ponta, para que possam disputar o mercado de forma competitiva.

Sua missão é desenvolver soluções personalizadas de consultoria contábil, fiscal e pessoal, através de conhecimentos de gerenciamento de empresas, que garantam a maximização dos resultados e o sucesso dos negócios dos seus clientes, através de uma equipe de profissionais multidisciplinares amplamente qualificados academicamente e tecnicamente.

Sua visão é ser uma das melhores empresas do Brasil na prestação de serviços técnicos e profissionais de consultoria contábil, tributária, trabalhista e previdenciária.

Seus valores são: **ética:** transparência e respeito no relacionamento com seus clientes e parceiros; **qualidade:** comprometimento com a qualidade dos serviços prestados e envolvimento da empresa com os clientes e dos colaboradores com todas as ações e valores da entidade; **inovação e tecnologia:** buscar e identificar novas tecnologias, métodos e processos que garantam a satisfação dos clientes; **conhecimento:** desenvolver ações acadêmicas e corporativas de valorização e socialização do conhecimento junto aos colaboradores e clientes; **educação continuada:** procurar permanentemente a atualização e o aperfeiçoamento em suas atividades, através de programas de educação continuada; **meta competência:** como forma de surpreender as organizações, propiciando soluções técnicas e gerenciais às suas demandas; **responsabilidade social:** desenvolver ações sociais que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ela conta com uma equipe de profissionais competentes, lotados em quatro departamentos, que desenvolvem os serviços com qualidade técnica, zelando para que os processos de trabalhos alcancem o nível de eficiência, eficácia e economicidade, além de promover a tranquilidade para o desenvolvimento da atividade empresarial dos seus clientes.

Atualmente, a “CONSULTORIA CONTÁBIL” conta com uma equipe multidisciplinar de 40 colaboradores e 5 diretores, conforme demonstra seu organograma funcional.

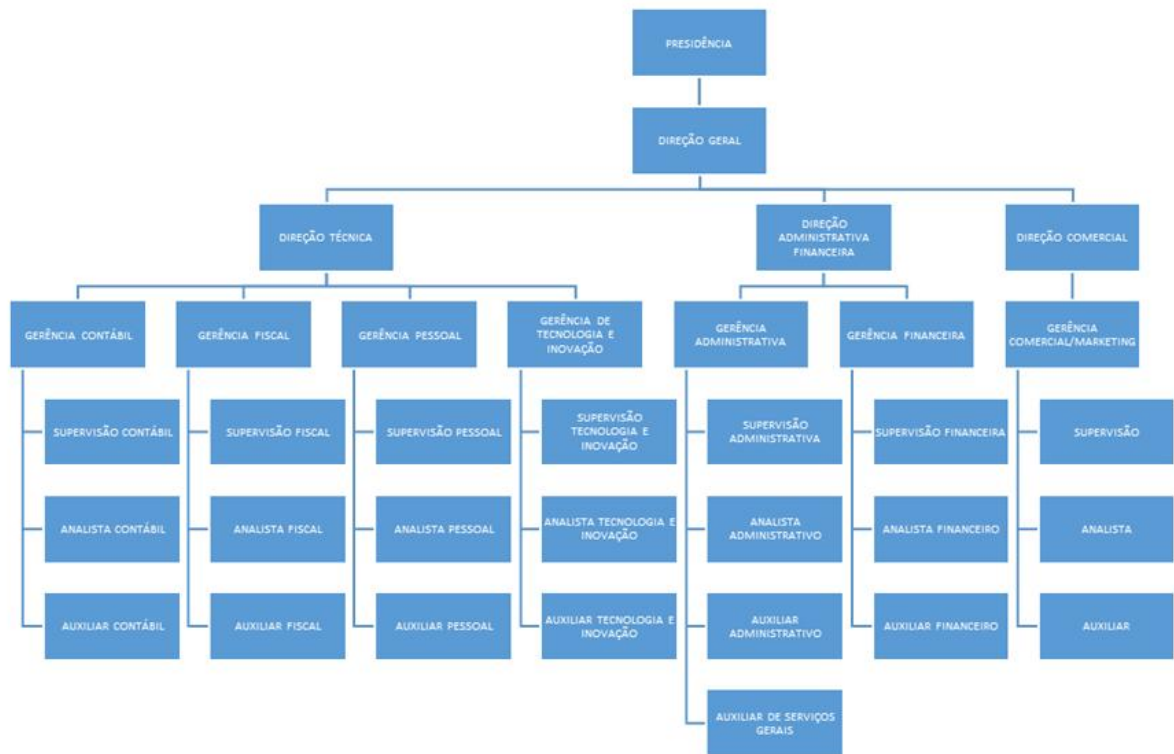


Figura 5: Organograma do escritório de contabilidade “CONSULTORIA CONTÁBIL”.

Fonte: (AUTOR, 2024).

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa foram desenvolvidos através de respostas coletadas através de uma entrevista com a gestora do setor contábil, onde serão apresentadas de forma qualitativa o que foi obtido para responder o problema de pesquisa.

Com relação à estrutura do setor contábil a gestora responde que a estrutura do setor contábil dispõe de treze colaboradores, sendo uma gerente contábil, uma analista e onze auxiliares, não muito diferente do que foi apresentado, mas que hoje ele se encontra como:

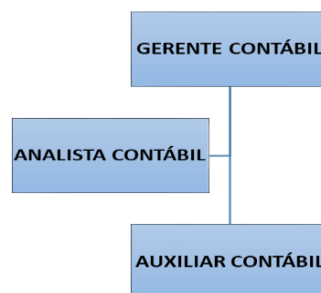


Figura 6: Organograma do setor contábil.

Fonte: (AUTOR, 2024).

Pode-se notar que possui a ausência de dois cargos importantes, como supervisor contábil e estagiário, a ausência dessas funções deve-se a baixa oferta de mão de obra pelo mercado de profissionais de contabilidade.

Com relação aos processos executados pelo setor contábil foi indagado à gestora quais são os principais processos executados por esse setor. Foram relacionados os seguintes processos: execução de lançamentos contábeis, conciliação de todos os fatos contábeis existente no período. De acordo com a resposta obtida nota-se que a resposta não difere do que foi abordado durante este trabalho como, por exemplo, os lançamentos contábeis, os registros de transações, a conciliação bancária, dentre outros.

Quanto aos processos do setor contábil foi questionado a gestora se ainda existe algum processo executado de forma manual e se sim qual seria esse processo? A resposta obtida foi que o processo no qual o setor contábil ainda tem dificuldade para automatizar seria a conciliação dos lançamentos contábeis. Acredita-se que para a tecnologia dos *softwares* contábeis automatize esse processo não demore muito, mas que ainda é executado de forma manual, pois, existe uma complexidade dentro dos lançamentos para que seja olhado de um a um para que não tenha erros dentro das demonstrações contábeis.

Outro questionamento apresentado à entrevistada, foi relacionado à quais processos são executados com a utilização de um *software* e se esses processos já foram executados manualmente dentro do setor contábil. Conforme a resposta obtida teve-se que os processos executados por *softwares* contábeis são: os lançamentos contábeis, baseando-se nos extratos bancários e/ou relatórios financeiros; os demonstrativos financeiros, econômicos e as análises dos demonstrativos financeiros e econômicos das empresas. Eles já foram realizados manualmente dentro do setor contábil. Isso demonstra que a tecnologia está cada vez mais presente na vida do contador, facilitando e melhorando a qualidade do trabalho.

Logo em seguida, foi questionado quantos *softwares* são utilizados no departamento contábil e quais são eles. Como resposta teve-se que o setor contábil hoje utiliza-se de 6 *softwares* contábeis, cada um tendo sua função específica dentro do setor como, por exemplo: para execução das rotinas contábeis tem a

disponibilidade de 3 *softwares* contábeis, o Fortes, o Domínio e o Whintor; para geração de lançamentos contábeis foram apresentados 2 *softwares*, sendo o Conversor FiveLabs que atua exclusivamente em conjunto com o domínio e um robô desenvolvido internamente e para geração de demonstrativos contábeis e para suas análises são utilizados um *software* chamado de HubCount BI.

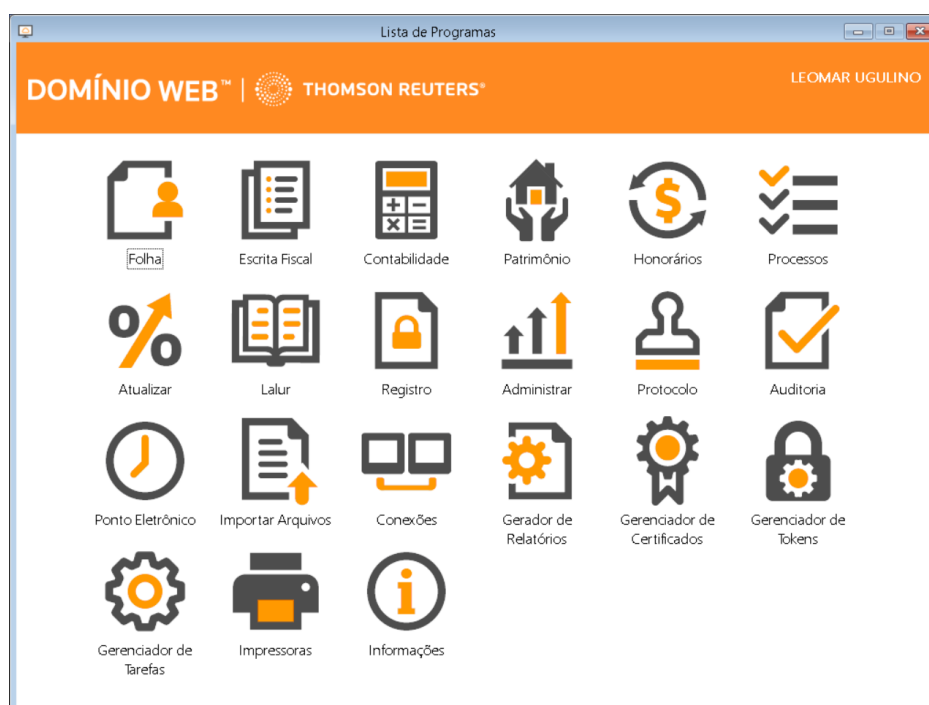


Figura 7: Tela inicial das funções do sistema Domínio.
Fonte: (AUTOR, 2024).

Na figura 7, temos o painel inicial do *software* do Domínio (Thomson Reuters), nele é apresentado todos os programas que o sistema domínio possui, mas o presente trabalho será abordado apenas o sistema da contabilidade, usado no setor contábil.

Nesse mesmo contexto da última pergunta, foi abordado que dentre os citados qual é o que mais contribui com o ganho de produtividade do setor contábil e por quê? Como resposta evidenciada pela gestora tivemos que o Conversor FiveLabs e o robô, tendo em vista que são inúmeros os lançamentos gerados diariamente por nossos clientes e para realização e conclusão das demais atividades pertinentes ao setor dependemos necessariamente da execução dos lançamentos. Com a automatização nesse processo de lançamentos contábeis pelos *softwares* contábeis, os colaboradores do setor contábil podem concluir outras demandas em tempo acessível.

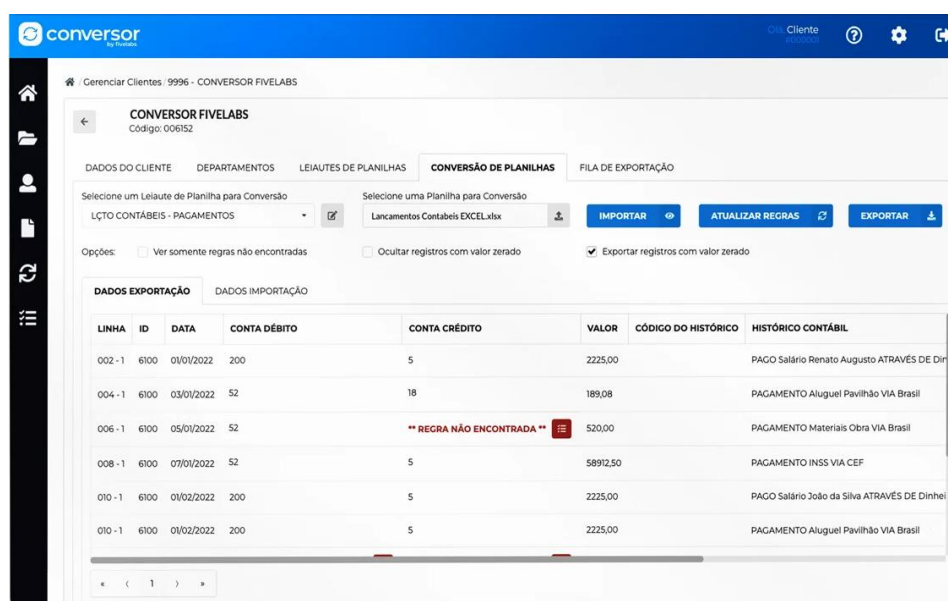


Figura 8: Demonstração da Conversão de uma planilha de lançamentos.
Fonte: Adaptado de Conversor By FiveLabs (2024).

Nessa figura 8 é representado o painel de como é feita a conversão de uma planilha de lançamentos contábeis, após configurar cada conta contábil dos lançamentos, se faz a exportação do arquivo em TXT onde será importado para o sistema contábil do Domínio com todos os lançamentos contábeis já registrados, isso faz com que o contador não perca tempo com lançamentos manuais, fazendo com que nos próximos meses, só registre os lançamentos que não possuem regra encontrada.

Dessa forma, fez-se necessário perguntar sobre na concepção da própria gestora em relação à importância dos *softwares* contábeis para o departamento contábil do escritório no qual ela trabalha. Foi apresentado que eles são extremamente importantes, pois, permite dispendar maior tempo para sermos analistas e consultores de nossos clientes, ajudando-os a crescer de forma sustentável e a impactar positivamente o ambiente econômico e social no qual atua.

Logo em seguida teve-se outro questionamento relacionado à quais são as funcionalidades dos *softwares* contábeis utilizados pelo departamento contábil que mais geram impacto de ganho de produtividade em suas atividades. Os resultados obtidos revelam que os próprios lançamentos contábeis automatizados pelos *softwares* contábeis impactam diretamente com o tempo gasto, com a redução de erros gerando mais segurança na informação e com o auxílio do HubCount BI temos a funcionalidade da inclusão de um balancete, gerando representações estatísticas,

relacionados à situação da empresa em questão de minutos, para a realização de análises econômico-financeiras.

Com relação à quais são os recursos disponibilizados pelos *softwares* contábeis, a título de relatórios para análises, e como podem ser utilizados para melhorar o desempenho do trabalho no setor contábil. Foi evidenciado que os *softwares* Fortes e Domínio dispõem de poucos recursos para análises de dados, mas utiliza-se a plataforma HubCount BI onde fazemos *upload* dos balancetes contábeis e temos ao nosso dispor todas as demonstrações financeiras, como: balanço patrimonial, DRE, DFC, DMPL, em um *dashboard* profissional e intuitivo para uma visão completa da real situação financeira de cada empresa.

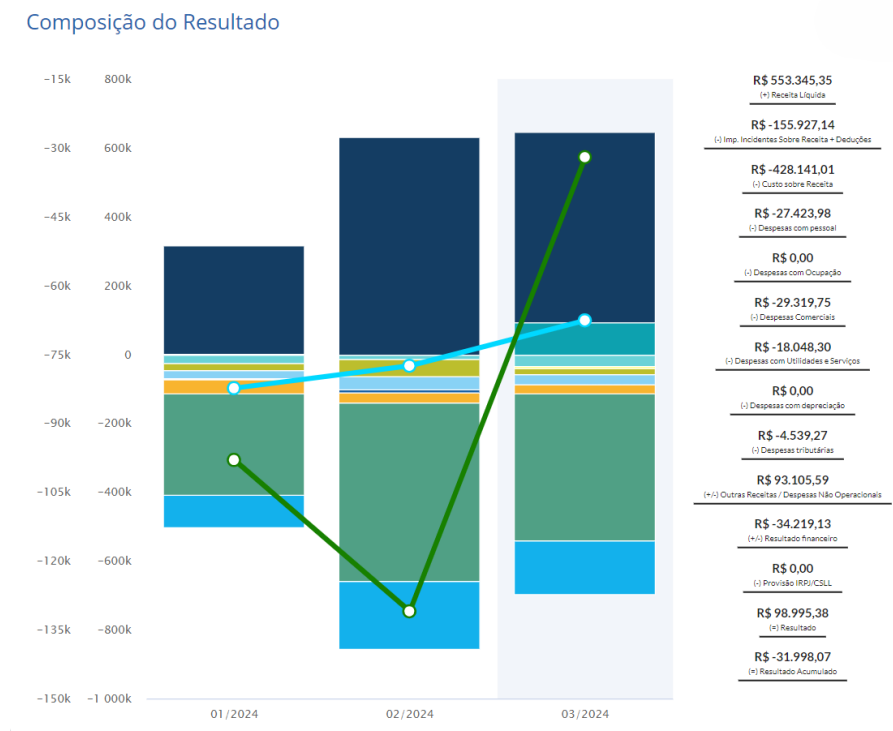


Figura 9: Demonstração Gráfica da Composição do Resultado.
Fonte: Adaptado de HubCount Bi (2024).

Conforme a figura 9, tem uma das representações gráficas da composição do resultado de uma determinada empresa, emitido pelo *software* contábil HubCount Bi. Nesse gráfico, os dados apresentados mostram a composição do resultado financeiro mensal da empresa. Ele detalha as receitas, deduções, custos e despesas que impactam no resultado, fornecendo uma visão clara sobre como cada componente contribui para o lucro ou prejuízo mensal.

Despesas

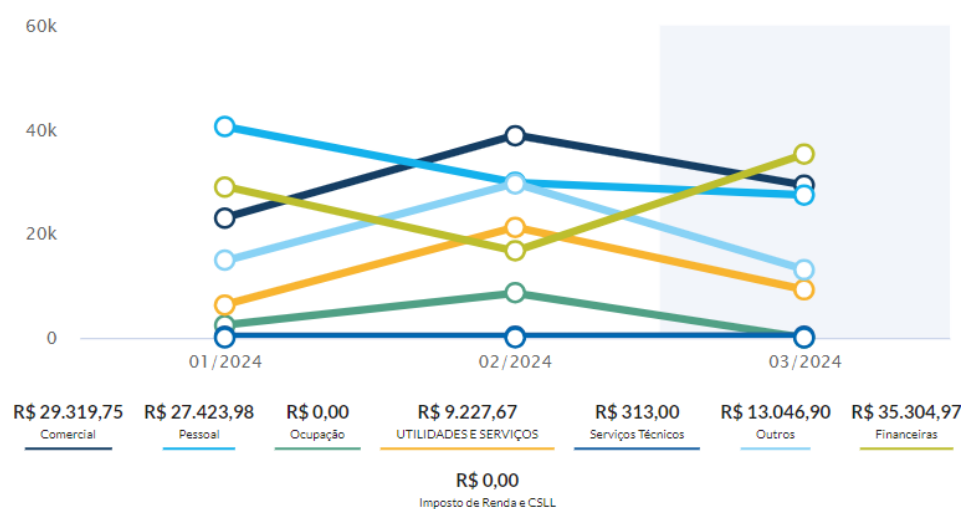


Figura 10: Demonstração Gráfica das Despesas.
Fonte: Adaptado de HubCount BI (2024).

Na figura 10, tem a demonstração gráfica das despesas de uma empresa, emitido pelo HubCount BI. Os dados apresentados representam as despesas mensais ao longo de três meses (janeiro, fevereiro e março de 2024). Cada série corresponde a uma categoria específica de despesa, como: comercial; pessoal; ocupação; utilidades e serviços; entre outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como o objetivo geral: demonstrar em que os *softwares* utilizados pelo setor contábil do escritório “CONSULTORIA CONTÁBIL” localizado em João Pessoa – PB contribuíram para otimização dos seus processos. A análise das respostas obtidas pela entrevista com a gestora do setor apresentou resultados satisfatórios em relação à contribuição feita pelos *softwares* contábeis para otimização dos processos do setor contábil.

Pode-se concluir que os *softwares* contábeis são essenciais para as atividades exercidas no setor contábil de um escritório de contabilidade, trazendo melhores expectativas para a contabilidade, abordando grandes benefícios para quem os utiliza como: automatização de tarefas repetitivas; eficiência operacional; melhor precisão; acesso rápido a informações; segurança; conformidade.

A aplicação de tecnologias na contabilidade como os *softwares* contábeis, tem mudado a forma como as tarefas são realizadas dentro do setor contábil.

Nesse cenário, o trabalho repetitivo, muitas vezes desinteressante para os colaboradores e propenso a erros pelo mesmo, está gradualmente sendo substituído por *softwares* contábeis, inteligência artificial e robôs de automação. Essa transição não apenas aprimora a forma como as atividades do setor contábil são feitas, como também oferece tempo para concentrar-se em tarefas analíticas e estratégicas da contabilidade.

Os documentos e registros eletrônicos facilitam o acesso às informações em tempo real de qualquer lugar, uma necessidade crucial em um mundo de negócios cada vez mais globalizado e competitivo. A utilização de *softwares* contábeis não apenas economiza tempo, mas também reduz a necessidade de imprimir documentos em papel, fazendo com que tenha a preservação de recursos naturais e contribuindo para a responsabilidade ambiental das empresas.

A utilização de *softwares* contábeis permite a conclusão mais rápida das atividades do setor contábil, o que melhora a eficiência operacional do setor contábil de um escritório de contabilidade. Esse aspecto é particularmente relevante em um contexto em que as empresas exigem respostas mais rápidas e precisas para suas demandas.

A utilização desses recursos tecnológicos além de acelerar processos, também diminui a probabilidade de erros dentro da contabilidade, garantindo registros contábeis mais precisos e em conformidade com as regulamentações fiscais. Isso não apenas melhora a colaboração dentro do setor, mas também diminui os riscos de erros associados à transferência manual de dados entre diferentes sistemas e departamentos. A integração eficiente de informações contábeis e financeiras proporciona uma visão abrangente e em tempo real do desempenho financeiro de uma empresa, possibilitando decisões mais assertivas e estratégicas.

Diante do exposto, conclui-se que o objetivo proposto foi plenamente atingido e recomenda que esse trabalho sirva como base para aprofundamento de futuros estudos sobre o tema aqui abordado, aprofundando as mudanças e as possibilidades que os *softwares* podem trazer para os escritórios de contabilidade,

destacando que também sejam realizadas pesquisas que sirvam de incentivo para o profissional contábil se interessar na contabilidade.

REFERÊNCIAS

AGNOLIN, Tatiane Daniela. A importância da tecnologia da informação na contabilidade: um estudo em uma empresa de prestação de serviços contábeis em Caxias do Sul - RS. **Universidade de Caxias do Sul**. Caxias do Sul, 2017.

ALBERTIN, A.L.; ALBERTIN, R.M.M. **Tecnologia de informação e desempenho empresarial**: as dimensões de seu uso e sua relação com os benefícios de negócio. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

APOLLINÁRIO, Fábio. Metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: < [\(PDF\) APPOLINARIO, Fabio. Metodologia da Ciência | Felipe Martins - Academia.edu](#)> Acesso em: 24 de abril de 2024

Automação de tarefas em escritórios contábeis. **Thomson Reuters**, 2023. Disponível em: < <https://www.dominiosistemas.com.br/blog/automacao-de-tarefas-em-escritorios-contabeis/#:~:text=A%20automa%C3%A7%C3%A3o%20de%20tarefas%20em,manuais%20e%20propensas%20a%20erros>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

BRAGA, Elaine Talessa Figueiredo. Contabilidade 4.0: constatações e perspectiva do profissional contábil. **Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco**. São Luís. 2020.

BRASIL, **Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm Acesso em: 10 de março de 2024.

CASAGRANDE, Valéria Nalli; ALMEIDA, Juliana Viana; MOURA, Fernando Santos. Escrituração Digital: percepção dos profissionais da contabilidade em relação aos impactos da adoção do Sped. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v.1, n. 213, p. 67-80, 2016.

CFC (Conselho Federal de Contabilidade), Vice-Presidência de Registro - Coordenadoria de Registro Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Disponível em: < https://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx?_gl=1*11ktvoe*_ga*N_TYzMTc4MzY5LjE3MTEyODgwMzA.*_ga_38VHCFH9HD*MTcxMTMwMzM1NS4yLjEuMTcxMTMwMzM1OC4wLjAuMA..>. Acesso em: 24 de março de 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COELHO, Ulisses Ferreira Coelho; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da contabilidade: Abordagem contextual histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

Contábil, **Alterdata**. Disponível em: <https://www.alterdata.com.br/contabil/pack-contabil/#:~:text=O%20sistema%20Alterdata%20Contábil%20foi,forma%20RÁPIDA%2C%20FÁCIL%20E%20OTIMIZADA>. Acesso em: 14 de abril de 2024.

COTRIN, A.M.; SANTOS, A.L.; JUNIOR, L.Z. A evolução da contabilidade e o mercado de trabalho o contabilista. **Revista Conteúdo**, n2, 2012. Disponível em: <<https://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/view/70>Acesso>:Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

DÍAS, Luis. Os 8 melhores sistemas de contabilidade do Brasil. **Fluxo Positivo**. Disponível em: <https://fluxopositivo.com.br/sistemas-de-contabilidade/>. Acesso em: 27 de abril de 2024.

Domínio Web: conheça cada detalhe da solução. **Thomson Reuters**. 2023. Disponível em: <https://www.dominiosistemas.com.br/blog/dominio-web/>. Acesso em: 14 de abril de 2024.

DUARTE, Roberto Dias. Big Brother Fiscal- III: O Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil. Café Laranja comunicação, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=FtZniVF6SqcC&pg=PA81&dq=sped&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q=sped&f=false>. Acesso em: 14 de abril de 2024.

Entenda a importância de um processo operacional contábil para o seu escritório. **Tron**. Disponível em: <<https://blog.tron.com.br/processo-operacional-contabil/#:~:text=Desse%20modo%2C%20entende%2Dse%20que,cumprir%20obriga%C3%A7%C3%B5es%20fiscais%20da%20empresa>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

Entenda quais são os departamentos de um escritório de contabilidade. **Abertura Simples**. Disponível em: <[quais são os departamentos de um escritório de contabilidade - Abertura Simples](#)>. Acesso em: 07 de março de 2024.

Estudo aponta tendências do mercado contábil no Brasil. **TERRA**, 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/estudo-aponta-tendencias-do-mercado-contabil-no-brasil,71335e5384fbf92d1f8fbfc4c9538c9bqw5zk0zz.html>. Acesso em: 25 de março de 2024.

FEITOSA, A. Quer Abrir uma Empresa de Tecnologia? Conheça as Possibilidades! 2018. Disponível em: <https://conube.com.br/blog/como-abrir-uma-empresa-de-tecnologia/>. Acesso em: 09 de março de 2024.

FLOR, Angélica. 7 Estatísticas sobre a profissão de Contador. **Viver de Contabilidade**. Disponível em: <https://viverdecontabilidade.com/7-estatisticas-sobre-a-profissao-de-contador/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Conselho,de%2084.800%20escrit%C3%B3rios%20de%20contabilidade>. Acesso em 25 de março de 2024

Gestão Contábil. **Questor**. Disponível em: < <https://www.questor.com.br/gestao-contabil/>>. Acesso em 14 de abril de 2024.

GRECO, Alvíso; AREND, Lauro; GÄRTNER Günther. **Contabilidade**: teoria e prática básicas. São Paulo: Saraiva, 2007.

KROENKE, D. **Sistemas de informação gerenciais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MANSUR, Ricardo. **Governança de TI**: metodologia, frameworks e melhores práticas. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

MARQUES, Wagner Luiz. **Diário de um empreendedor**. 2. ed. Paraná: Minelli, 2013.

Mercado Contábil no Brasil. **ROIT**, 2020. Disponível em: https://f.hubspotusercontent10.net/hubfs/7842817/Ebook_Mercado_Contabil_ROIT.pdf. Acesso em: 28 de abril de 2024.

MIRANDA, Izabella. Mercado contábil: pesquisa revela expectativas, tendências e perfil dos escritórios brasileiros. **Contábeis**, 2023. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/60322/pesquisa-revela-perfil-do-mercado-contabil-e-escritorios-no-pais/>. Acesso em: 25 de março de 2024.

MORESI, Eduardo et al. Metodologia da pesquisa. **Brasília: Universidade Católica de Brasília**, v. 108, n. 24, p. 5, 2003.

Nascido no Brasil, para nossa alegria! **Contmatic Phoenix**. Disponível em: <https://www.contmatic.com.br/sobre>. Acesso em: 14 de abril de 2024.

NITSKE, Emile. 10 Ferramentas para potencializar a gestão do tempo do escritório contábil. **Blog Contmatic**, 2023. Disponível em: < <https://blog.contmatic.com.br/gestao-do-tempo/>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

OLIVEIRA, Edson. Contabilidade informatizada: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1997. 176 p.

O que é o Setor Contábil e Como Funciona: Um Guia Completo. **Confirp**, 2023. Disponível em: <https://confirp.com.br/o-que-e-o-setor-contabil-e-como-funciona-um-guia-completo/>. Acesso em: 14 de abril de 2024.

ORLICKAS, Elizenda. **Modelos de gestão: das teorias da administração à gestão estratégica**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

O sistema contábil que transforma o seu jeito de empreender. **Fortes Tecnologia**. Disponível em <https://www.fortestecnologia.com.br/gestao-contabil/sistema-fortes-contabil/> . Acesso em: 14 de abril de 2024.

O que é o Conversor?. **Conversor by FiveLabs**. Disponível em: <https://conversor5.com.br/o-conversor/> . Acesso em: 14 de abril de 2024.

OTA, Marcelo. **Tipos de estruturas organizacionais**. Loanda: FACINOR, 2010.

PINHO, Lorena de Andrade; et. al. FMEA: **análise do efeito e modo de falha em serviços –uma metodologia de prevenção e melhoria dos serviços contábeis**. Revista da Associação Brasileira de Custos, vol. III, n°. 1, jan/abr: 2008.

Por que o seu negócio precisa do Keevo Software. **Keevo**. Disponível em: <https://keevo.com.br/#:~:text=Somos%20a%20Keevo%2C%20uma%20empresa,de%20custos%20para%20os%20negócios> . Acesso em: 14 de abril de 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico- 2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

VIEIRA, Adeilson de Souza. **Tipo de organização**. Pernambuco: UFPE, 2012. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=related:xSYAlrizhAlJ:scholar.google.com/&ots=ddY38fxdyN&sig=j_YCFVZpfowjUmVg0nFD5oM3JMw#v=onepage&q=quali%20quantitativo&f=false . Acesso em: 24 de abril de 2024.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

Sistema de Contabilidade: 5 motivos para escolher o Domínio. **Thomson Reuters**, 2022. Disponível em: <https://www.dominiosistemas.com.br/blog/5-motivos-para-escolher-o-dominio/> . Acesso em: 27 de abril de 2024.

Software Contábil: como funciona? **Thomson Reuters**, 2023. Disponível em:< <https://www.dominiosistemas.com.br/blog/software-contabil/>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2024.

Temos a solução perfeita para seu negócio. **Nasajon**. Disponível em: <https://nasajon.com.br> . Acesso em: 14 de abril de 2024.

Transforme dados em resultados reais com o poder da Inteligência Artificial.

HubCount Inovação Contábil. Disponível em:

https://inovar.hubcount.com.br/hubcountbi-trafego/?utm_source=GoogleAds&utm_medium=&utm_campaign=FRIO_SEARCH_LEAD_HUBCOUNT_LP_INSTITUCIONAL&utm_content=&utm_term=hubcount&hsa_acc=5689044486&hsa_cam=21216763851&hsa_grp=163106253284&hsa_ad=697456666005&hsa_src=g&hsa_tgt=kwd-760303793021&hsa_kw=hubcount&hsa_mt=b&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gad_source=1&gclid=CjwKCAjwxLKxBhA7EiwAXO0R0CwTkftF2nKZFYyWfYtiVwFCXi4SwWoQF2zJGEoUGAbsfFmuiJueHROCLd4QAvD_BwE . Acesso em: 27 de abril de 2024.

OS IMPACTOS DA CONTABILIDADE 4.0 NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO CONTÁBIL – UMA PESQUISA REALIZADA ENTRE OS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA.

Milena Rodrigues Santos¹³
Anderson Barros Santos¹⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral e principal analisar os impactos que a contabilidade 4.0 tem para os profissionais da contabilidade no exercício da profissão na Paraíba. A metodologia utilizada foi do tipo levantamento de dados (survey), de natureza quantitativa com aplicação de questionário via *google forms* entre os(as) contadores(as) do estado da Paraíba. Considera-se que o resultado foi positivo, haja vista que, os reflexos da contabilidade 4.0 no exercício da profissão contábil são reflexos que beneficiam os contadores através de otimização de atividades, diminuição de atividades repetitivas, utilização de sistemas que gerenciam os setores da empresa, como o ERP e os demais softwares contábeis existentes no mercado. Em relação ao perfil do contador, observa-se que ele precisará se qualificar para se adequar as inúmeras atualizações que surgem a respeito das tecnologias na contabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade 4.0; Tecnologia; Perfil do Contador.

ABSTRACT:

This article has the general and main objective of analyzing the impacts that accounting 4.0 has on accounting professionals practicing their profession in Paraíba. The methodology used was of the data collection type (survey), of a quantitative nature with the application of a questionnaire via Google Forms among accountants in the state of Paraíba. It is considered that the result was positive, considering that, The consequences of accounting 4.0 in the exercise of the accounting profession are reflexes that benefit accountants through the optimization of activities, reduction of repetitive activities, use of systems that manage the company's sectors, such as ERP and other accounting software on the market. Regarding the accountant's profile, it is observed that he or she will need to qualify to adapt to the numerous updates that arise regarding accounting technologies.

KEY WORDS: Accounting 4.0; Technology; Accountant Profile.

1 INTRODUÇÃO

¹³ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis pela UNIESP, Email: milena0041@outlook.com

¹⁴ Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis pela UNIESP, CEO-Founder da Controle Fiscal Consultoria e Contabilidade, Especialização em Perícia Contábil e Planejamento Tributário pela UNIESP, Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis, Email: prof2077@iesp.edu.br, Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6898982205298712>

Como descrito por Alves (2017, p.17,18) a era da sistematização contábil ocorreu na idade média e início da moderna, entre os anos de 1202 e 1494. O comércio se desenvolveu e trouxe a evolução de empresas, nesse sentido, a contabilidade assumiu novas funções, passando a controlar e demonstrar o patrimônio das empresas. Seguindo essa evolução, surgiu a contabilidade 4.0 que está diretamente ligada à quarta revolução industrial.

Conforme Filho (2021), “Contabilidade 4.0 é a automatização de serviços contábeis por meio de novas tecnologias e a transformação do contador em um profissional fundamental para a tomada de decisão e criação de estratégias nas empresas”. Esse conceito está diretamente ligado ao papel do contador e perfil profissional que ele precisa ter para o mercado e clientes. Dentro desse contexto, a contabilidade 4.0, aliada a IA “Inteligência Artificial”, são capazes de criar softwares que substituem o trabalho manual e executam diversas atividades dentro da contabilidade.

Segundo Rodrigues (2023), existem 300 mil profissionais em atuação no mercado e ainda faltam ingressar 350 mil nos próximos anos. Entretanto, especialistas afirmam que falta qualificação em diversas áreas como: Auditoria, análise financeira, contabilidade e finanças corporativas.

Levando em consideração as constantes mudanças tecnológicas no ambiente de trabalho dos contadores e o perfil profissional que ele precisa ter para se destacar no mercado, questiona-se: **Quais os reflexos da contabilidade 4.0 no exercício da profissão contábil na Paraíba?**

Abordar sobre contabilidade 4.0 é importante, pois é uma temática atual e está em constante mudança tanto no Brasil como no mundo.

De acordo com Oliveira e Malinowski (2010, p. 9):

O domínio da Tecnologia de Informação é vital para que as empresas conquistem e mantenham posição no mercado mundial de agora e no futuro. Daí a necessidade dos contadores ampliarem os conceitos relacionados com as Tecnologias de Informação (TI).

O objetivo geral desse estudo é analisar os impactos que a contabilidade 4.0 tem para os profissionais da contabilidade no exercício da profissão na Paraíba. E como objetivos específicos, serão: Abordar sobre a evolução histórica da

contabilidade, inteligência artificial na contabilidade gerencial, contabilidade 4.0 e por fim analisar o perfil do profissional contábil.

A metodologia utilizada para apuração dos resultados desta pesquisa será quantitativa, com aplicação de questionário via *google forms* entre os(as) contadores(as) do estado da Paraíba. Diante disso, o artigo apresenta uma estrutura dividida em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento e discussão de dados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção abordarei sobre a Evolução histórica da contabilidade, Contabilidade 4.0, Inteligência artificial na contabilidade gerencial e Perfil do profissional contábil.

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE

De acordo com Ludicibus (2021, p. 13):

Não é descabido afirmar que a noção intuitiva de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, bastante antiga. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas a aproximadamente 2.000 anos a.C. Entretanto, antes disto, o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao enumerar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade. É possível localizar os primeiros exemplos completos de contabilização, portanto, seguramente no terceiro milênio antes de Cristo, na civilização da Suméria e da Babilônia e Mesopotâmia (hoje Iraque), no Egito e na China. Mas é provável que algumas formas mais rudimentares de contagem de bens tenham sido realizadas bem antes disto, talvez por volta do quarto milênio antes de Cristo. É claro que a Contabilidade teve evolução relativamente lenta até o aparecimento da moeda.

Para Reis e Silva (2008, p. 1):

A história da Contabilidade no Brasil iniciou-se a partir da época Colonial, representada pela evolução da sociedade e a necessidade de controles contábeis para o desenvolvimento das primeiras Alfândegas que surgiram em 1530.

Tanto para Ludicibus (2021, p. 13) como para Reis e Silva (2008, p. 1), a contabilidade é antiga e surgiu da necessidade do homem de se desenvolver em sociedade. Com o surgimento dos softwares específicos da área, hoje a

contabilidade é feita de forma muito mais rápida, facilitando a geração de relatórios e análise de dados (PORTAL DA CLASSE CONTÁBIL, 2007).

Com o surgimento da indústria 4.0, os profissionais da área contábil passaram a realizar atividades de consultoria. Entretanto, esses profissionais precisaram rever suas habilidades e buscar cursos que lhes fornecessem os conhecimentos necessários para conseguir entregar suas atividades (ZWIRTES; WICKSTROM, 2015).

O Quadro 1, de autoria de Coutinho e Costa (2020), com adaptação própria, traz um panorama da evolução da Contabilidade, traçando um paralelo entre as quatro Revoluções Industriais:

Revolução	Período	Característica Principal	No campo da contabilidade
1ª	Séc XVIII à Séc XIX	Mecanização de Processos	Surgimento de grandes corporações e mercados de capitais. Aumentou-se a necessidade de confirmação dos registros contábeis como forma de garantir a segurança dos investimentos; começo do desenvolvimento dos procedimentos de auditoria; maior necessidade de informações gerenciais sobre custos de produção e avaliação de estoque.
2ª	Séc XIX à Séc XX	Produção em Massa	Ampliação dos mercados financeiros, aceleração crescente da concentração das companhias e a expansão dos grupos empresariais; a demanda por informações contábeis aumentou; os contadores passaram a trabalhar na preparação dos orçamentos, a dar assistência no trabalho de determinação de preços e nas operações de controle interno das organizações.
3ª	1970 à 2000	Inserção da Computação e Internet nas Empresas	Ao longo destas décadas o trabalho de escrituração manual e uso do papel foram dando lugar aos métodos digitais. O uso de computadores e o surgimento de sistemas de gestão – os ERPs - deram entrada à era da informática. No Brasil é criado o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped; ênfase na Contabilidade Gerencial.
4ª	2011 até hoje	Fábricas Inteligentes	A tecnologia como base e aliada da Contabilidade; Internet das Coisas, Inteligência Artificial, Automação, Sistemas em Nuvem; Softwares, Aplicativos; ênfase na Contabilidade Estratégica.

Quadro 1: Evolução da Contabilidade
Fonte: Adaptado de Coutinho e Costa (2020).

Teles (2020), relata como a tecnologia pode melhorar o trabalho das pessoas e aumentar a produtividade das empresas, trazendo rentabilidade aos negócios. Com a tecnologia é possível otimizar as atividades repetitivas e realizar trabalhos técnicos e que requer análise.

2.2 CONTABILIDADE 4.0

Na perspectiva de Hatae (2021, p.5):

O termo “Contabilidade 4.0” faz referência à quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0, um acontecimento que mudou a indústria e o modo de produção, introduzindo as máquinas em substituição ao trabalho manual e inserindo como padrão empresas e profissionais mais dinâmicos.

Para Franco et al. (2020, p. 58):

A contabilidade é uma das áreas mais afetadas com o surgimento da tecnologia e vem acompanhando os avanços tecnológicos, de modo que atualmente, existem ferramentas capazes de facilitar a profissão, trazendo agilidade, fiscalização e transparência para os órgãos públicos.

Sobre a lógica dos autores Hatae (2021, p.5) e Franco (2020, p.58), a tecnologia da informação está mudando constantemente a forma como os contabilistas exercem suas funções e esses impactos trazem diversos benefícios para os profissionais.

Na visão do autor Canidé (2022), a contabilidade 4.0 representa inovações na área contábil. Com isso, as atividades passaram a ser automatizadas e produzidas com uma margem de erro menor. Dessa forma, os profissionais conseguem focar em tarefas que exigem maior intelecto.

Com a implantação das novas tecnologias saímos de um período em que a Contabilidade era realizada de forma manual, passando para uma era de automatização dos processos com uso de equipamentos mecânicos, avançou para a era da Contabilidade online através do uso da internet e seguimos hoje com a chamada Contabilidade 4.0 ou Contabilidade Digital (CANIDÉ, 2022, p. 21).

Para Soares (2019, p. 1), “A contabilidade digital representa a nova era dos serviços contábeis. Por meio da internet e de softwares online permite a integração do profissional contábil com seus clientes e fornecedores”.

2.2.1 Tecnologias aplicadas a Contabilidade 4.0

Para Canidé (2022), a Tecnologia da Informação está diretamente ligada ao setor de Contabilidade, gerando informações para auxiliar nas tomadas de decisões. As pessoas buscam saber a real situação da empresa através de balanço patrimonial, DRE e demais relatórios contábeis e com isso a tecnologia auxilia para geração dessas informações com os sistemas de informações contábeis.

As empresas têm como opção a utilização de diversas tecnologias modernas, para facilitar o processo de tomada de decisão dos gestores, visando atender a sua complexidade, seu crescimento, sua modernidade, sua perenidade, sua rentabilidade e sua competitividade. (RESENDE, ABREU, 2013, p. 183).

Segundo Padoveze (2019, p.43), os sistemas de planejamento de recursos empresariais (ERP) são capazes de unir todos os subsistemas componentes dos sistemas operacionais e de apoio à gestão. Dessa forma, é possível ter uma visão horizontal e de todos os processos da empresa, garantindo otimização de atividades dentro da organização. Um dos motivos que as pessoas desejam ter esse sistema é pelo fato de conseguir visualizar todos os departamentos da empresa e gerenciar as informações em tempo real.

Atualmente os sistemas de informações são utilizados em todos os setores da Contabilidade podendo ser Pública ou Privada. É por meio dos sistemas que as informações circulam e são disponibilizadas aos profissionais contábeis, clientes, contribuinte e o fisco, havendo assim uma maior praticidade e interação entre os usuários da Contabilidade que podem ser internos ou externos (CANIDÉ, 2022, p.25).

São diversos interessados nas informações contábeis, entretanto, o governo é o mais interessado. Pois é através dessas informações que ele gerencia, fiscaliza e controla os tributos e a renda dos cidadãos. Dentro desse contexto, foram desenvolvidos sistemas para registrar a movimentação patrimonial das pessoas e entidades (CANIDÉ, 2022, p.25).

Na visão de Guerra (2023), é atribuição do contador prestar informações ao governo, desde 2007 o meio que as empresas utilizam para enviar informações tem sido os SPED's. O SPED foi criado pelo decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e este faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) tendo como objetivo melhorar a relação entre fisco e contribuinte através da informatização.

Na opinião de Guerra (2019, p. 22) “Em uma linguagem mais simplificada, o SPED trata-se de um grande sistema do governo Federal, que foi desenvolvido com o objetivo de receber as informações das empresas”. O SPED foi criado com o objetivo de simplificar obrigações acessórias, combater a sonegação e promover a

integração entre as autoridades fiscais, como destacado por Casagrande, Almeida e Moura (2016, p. 67).

2.3 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE GERENCIAL

Dada a recente e ampla cobertura midiática sobre a IA, o domínio da IA pode parecer uma nova disciplina. No entanto, retornando a 1943, quando o neurofisiologista Warren McCulloch e o especialista Walter Pitts propôs o primeiro modelo de neurônios artificiais (RUSSELL & NORVIG, 2010). O campo da IA foi estabelecido como uma disciplina acadêmica e de pesquisa quando a primeira conferência sobre IA foi organizada no Dartmouth College em 1956 (BRINGSJORD & GOVINDARAJULU, 2018). Hoje, a IA é um campo interdisciplinar da ciência, engenharia, estatística, filosofia, neurociência, psicologia, engenharia da computação, e outros.

Para Almeida (2019, p. 3), “A aprendizagem de máquina é um subconjunto da inteligência artificial, o segmento da ciência da computação que se concentra na criação de computadores que pensam de forma semelhante aos humanos”.

A Inteligência Artificial na contabilidade otimiza grande parte dos processos através dos softwares que realizam trabalhos repetitivos e reduz significativamente a margem de erro; basta que os dados sejam inseridos de maneira correta nos sistemas adequados para atingir resultados satisfatórios. (FLOR, 2020, p. 2).

De acordo com Madhavi e Kumar (2020), “A Inteligência Artificial é a parte da ciência da computação que busca fazer com que sejam reproduzidas reações da mente humana, reconhecendo os discursos, pensando e aprendendo”.

Para os autores Almeida (2019, p. 3), Madhavi e Kumar (2020) a Inteligência artificial consegue pensar semelhante aos humanos. Já para Flor (2020, p. 2), a contabilidade se beneficia dessa tecnologia através dos softwares que realizam trabalhos repetitivos e isso faz com que diminua a margem de erro nas atividades e os resultados sejam satisfatórios.

Nos últimos anos, o rápido desenvolvimento de tecnologias artificiais, a tecnologia de inteligência atraiu a atenção mundial. Com o rápido desenvolvimento da tecnologia de IA, você descobrirá que a inteligência artificial tem seu impacto em quase todos os cantos do mundo, desde uma simples substituição de trabalho humano até afetam gradualmente a vida

diária das pessoas. De acordo com uma pesquisa, muito provavelmente, a maioria dos trabalhos será entregue a robôs nos próximos 20 anos, incluindo produção de manufatura de baixo custo, vendas e contabilidade. Portanto, os profissionais de contabilidade básica são um dos os grupos que serão afetados pela inteligência artificial. (LI AND ZHENG, 2018)

Na percepção dos autores Li e Zheng (2018), a contabilidade será afetada pela inteligência artificial de forma que os trabalhos serão substituídos por robôs.

“Quando se entende de um software inteligente que envolva tomada de decisões baseada em um ser humano especialista, estamos de acordo com a definição sobre “pensar como um ser humano”” (DE MEDEIROS, 2019).

Na perspectiva de Wang (2019), a Inteligência Artificial é reconhecida pelas suas técnicas que são desenvolvidas a partir de sua existência. O autor afirma que essas técnicas são aplicáveis a diferentes problemas, e conseqüentemente se formam subáreas dentro da inteligência artificial, sendo algumas destas: knowledgerepresentation, machinelearning e deeplearning, representadas no Quadro 2.

Termo	Conceito	Fonte
Knowledge representation	É a representação de um conjunto de dados que se relacionam entre si. É realizada de forma que dê uma visão dos dados de várias métricas diferentes. Proveniente de tal conhecimento, é possível moldar conceitos e estruturas empresariais. As informações são estruturadas de forma a abrirem um leque de possibilidades aos usuários, dentre elas moldar as empresas e como se relacionam.	Liu, Lin e Sun (2020).
Machinelearning	Trata-se da construção de sistemas que possuem a capacidade de aprender, a partir de dados, a identificar padrões e ir adquirindo a capacidade de prever, a partir destes, os resultados futuros, possibilitando a tomada de decisão. Esta tecnologia usa de pouca intervenção humana, pois o seu processo de aprendizagem pode ou não acontecer sob supervisão humana.	Stodder (2018).
Deeplearning	É uma espécie de aprendizado profundo. Consiste numa série de técnicas de machinelearning que processam mais a fundo as informações, processando diversas camadas de dados e informações não lineares, resultando numa extração e modificação de recursos e assim permitindo a análise e classificação de padrões. A diferença do machinelearning são as camadas de processamento de informações, que podem atingir informações que vão além do conhecimento humano.	Deng e Yu (2014).
Process Mining	Consiste em percorrer o caminho da atividade realizada conforme ocorreu, desde sua origem até seu registro. Extrai rapidamente informações para conhecimento dos dados gerados e armazenados em sistemas de informação corporativos, para, então, haver análise dos processos executados e apoio à tomada de decisão, o que aumenta a competição empresarial (concorrência). É utilizado, também, para encontrar padrões em tais caminhos que os dados percorrem e assim relacioná-los, possibilitando a exploração, melhor organização e definição de um melhor modelo de caminho de dados.	Rojas et. al. (2016).

Quadro 2: Funções das Inteligências Artificiais

Fonte: SCHWINDT (2020).

2.4 PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Segundo Kounrouzan (2017, p.2), a contabilidade tem o intuito de transformar os fatos patrimoniais em informações para as empresas, mas o contador não pode se limitar apenas a essa função. Atrelado a isso, as funções de destaque no mercado são aquelas voltadas para tomada de decisões.

“O mercado atual requer modernidade, criatividade, novas tecnologias, novos conhecimentos e mudanças urgentes na visão através dos paradigmas, impondo, com isso, um desafio: o de continuar competindo.” (SILVA, 2000:26).

Para seu benefício profissional e como cidadão, o Contador deve manter-se atualizado não apenas com as novidades de sua profissão, mas de forma mais ampla, interessar-se pelos assuntos econômicos, sociais e políticos que tanto influem no cenário em que se desenrola a profissão”. (IUDÍCIBUS, 1991: 7)

O autor Canidé (2022), descreve o perfil do contador diante da contabilidade digital, como um perfil que precisa buscar conhecimentos acerca das novas tecnologias para acompanhar as mudanças e se adequar. Essa adequação se torna um desafio, haja vista que, demanda tempo.

O atual ambiente empresarial tem exigido um perfil de contador moderno que, se adapta às novas tecnologias, ampliando suas competências, entendimento do negócio e com participação eficaz no processo decisório. Não há mais tempo para a execução do trabalho mecânico, figura esta, substituída pelos sistemas que realizam a integração entre os setores e importação eletrônica dos dados dos documentos fiscais. (MARANGON, 2017, p. 58).

Para Marangon (2017), o trabalho repetitivo não existe mais, pois o contador precisa se adequar às novas tecnologias e adquirir mais competências para o mercado de trabalho. O mercado quer um perfil moderno, ou seja, que saiba executar as tecnologias voltadas para a área e com isso amplie os resultados da organização.

Em relação ao contador do futuro, o autor Guerra (2023, p.16), entende que diante do cenário altamente tecnológico ele assumirá a função de orientador num cenário de informações cada vez mais em dados.

Novos caminhos e oportunidades serão criados, nos quais o futuro do contador assume, por exemplo, o papel de “curador digital” de informações empresariais, proporcionando relevância contextual e orientação através do

labirinto de negócios cada vez mais focados em dados (GUERREIRO, 2021, p. 384)

3 METODOLOGIA

Em relação à parte metodológica, foi realizado de início uma pesquisa bibliográfica, entre diversos autores, a fim de que fosse possível dialogar um pouco sobre contabilidade 4.0 e entender a visão dos autores sobre essa temática. Seguindo essa perspectiva, o leitor consegue entender dos conceitos, contexto histórico e perfil do contador na atualidade.

Após a fase inicial, foi realizado um projeto de pesquisa, buscando atingir os objetivos propostos, com uma abordagem quantitativa, levantando dados por meio de um questionário, a fim de entender os impactos causados pela contabilidade 4.0 no exercício da profissão contábil.

O questionário foi preparado e aplicado por meio do google forms e o link foi enviado em grupos de whatsapp e no linkedin para os contadores na Paraíba. Além disso, foi solicitado que fosse compartilhado entre outras pessoas ou grupos de profissionais da contabilidade na Paraíba.

O questionário contém 12 perguntas, sendo todas elas de múltipla escolha e divididas em duas partes, sendo a primeira parte composta por 5 perguntas e que ajudaram a formar o perfil dos respondentes, sendo possível assim, compreender de forma mais apropriada suas respostas. A segunda parte está organizada em 7 perguntas que não contém resposta certa ou errada e busca trazer a visão dos contadores na Paraíba acerca dos impactos causados pela contabilidade 4.0 no exercício da profissão contábil.

Após o período disponibilizado para a pesquisa, que perdurou entre 10 de maio a 14 de maio de 2024, foi obtido ao todo um total de 30 respostas, que foram analisadas e mensuradas em porcentagem, as quais serão representadas por meio de gráficos advindos de planilha excel usufruindo dos dados fornecidos pela plataforma utilizada para realização do questionário.

Para Santos (2012, p.186) “o método nada mais é do que o caminho a ser percorrido para se atingir o objetivo proposto”. Já para o autor Gil (2022,

p.17), "pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo fornecer respostas aos problemas que são propostos". Nesse sentido, os dois autores têm a mesma visão quanto à metodologia e seus objetivos que é obtenção de respostas do problema de pesquisa.

Ainda segundo Gil (2022, p. 48), as pesquisas do tipo levantamento, que é o tipo de pesquisa desse artigo, caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Dessa forma, basta coletar informações de um número significativo de pessoas acerca do problema estudado e obter os resultados com uma análise quantitativa para tirar as conclusões.

Existem vários tipos de pesquisas, estruturas e objetivos, seguindo a classificação de Prodanov e Freitas (2013) podemos classificar esta pesquisa em:

1. Quanto à natureza: classifica-se em básica, pois objetiva gerar novos conhecimentos sem aplicação prática.
2. Quanto aos objetivos: classifica-se em descritiva, pois o pesquisador registra e descreve os fatos sem interferir neles.
3. Quanto aos procedimentos técnicos: classifica-se em levantamento, pois ocorre quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados encontrados, onde foi obtido um total de 30 respostas. A priori, abordarei sobre o perfil dos respondentes e em seguida falarei dos reflexos da contabilidade 4.0 no exercício da profissão contábil, mostrando os impactos que causa aos contadores na Paraíba.

4.1 PERFIL DOS PESQUISADOS

Inicialmente, foram coletadas informações a respeito do perfil das pessoas que se disponibilizaram para responder o questionário, trazendo assim mais de suas características pessoais. Quanto ao gênero dos respondentes a maior parte é do gênero feminino, correspondendo a 63,3%, como mostra o quadro 3. Sem focar em uma faixa etária específica o perfil dos respondentes obteve em sua maioria jovens entre 18 e 35 anos, compondo 33,3% dos questionados, os demais percentuais

ficaram distribuídos em 26,7% para pessoas entre 25 e 30 anos, 10% entre 30 e 35 anos e 30% acima dos 35 anos, observados no quadro 4.

Gênero	
Opções	%
Feminino	63,3
Masculino	36,7

Quadro 3 – Perfil dos Respondentes
 Fonte: Dados da Pesquisa

Faixa Etária	
Opções	%
De 18 a 25	33,3
De 25 a 30	26,7
De 30 a 35	10
Acima de 35	30

Quadro - 4 Perfil dos Respondentes
 Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Foi questionado ainda sobre a formação dos respondentes, onde majoritariamente 90% possuem graduação em Ciências Contábeis, 6,7% possuem Técnico em Contabilidade e 1% é Mestre em Ciências Contábeis. No que se refere ao tempo de experiência na área contábil os dados mostram que 63,3% possuem menos de 5 anos de experiência e os demais respondentes possuem 16,7% entre 5 e 10 anos, 10% entre 10 e 15 anos e 10% com mais de 15 anos de experiência na área.

Formação		Tempo de Experiência na área contábil	
Opções	%	Opções	%
Técnico em Contabilidade	2	Menos de 5 anos	63,3
Bacharel em Ciências Contábeis	90	Entre 5 e 10 anos	16,7
Mestre em Ciências Contábeis	1	Entre 10 e 15 anos	10
Doutor em Ciências Contábeis	0	Mais de 15 anos	10

Quadro 5 – Perfil dos Respondentes
 Fonte: Dados da Pesquisa

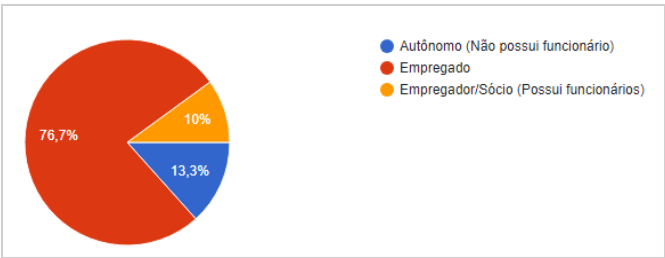


Gráfico 1 – Perfil dos Respondentes
 Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

No gráfico 1 a maior parte dos respondentes são empregados, que corresponde a 76,7% e os demais correspondem a 13,3% autônomos e 10% empregador.

4.2 IMPACTOS DA CONTABILIDADE 4.0 NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO CONTÁBIL

Neste tópico, abordarei sobre os tipos de tecnologias utilizadas pelos contadores para exercer a profissão contábil em suas respectivas empresas. Atrelado a isso, também abordarei sobre os tipos de benefícios que essas tecnologias podem oferecer e mostrarei se as empresas conseguem acompanhar as novas tecnologias que surgem para área contábil. Os dados obtidos evidenciam os reflexos da contabilidade 4.0 para os contadores, revelando os impactos causados pelas novas tecnologias no ambiente contábil.

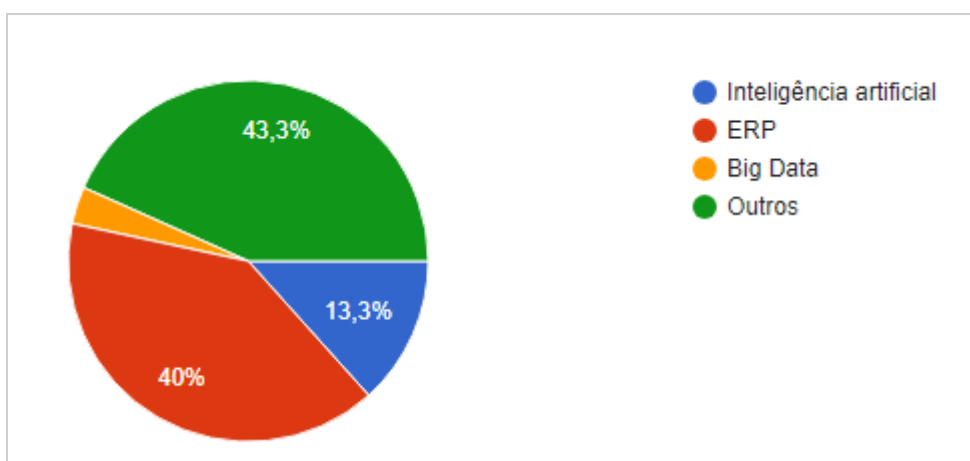


Gráfico 2 – Tecnologias utilizadas para executar atividades na área contábil

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O gráfico mostra que as tecnologias mais utilizadas é o sistema ERP e outras tecnologias. Os dados mostram que as empresas estão investindo em sistemas de qualidade, pois o ERP é um sistema que gerencia todos os processos da empresa. Esses processos são vistos de forma horizontal e oferece otimização na execução de atividades.

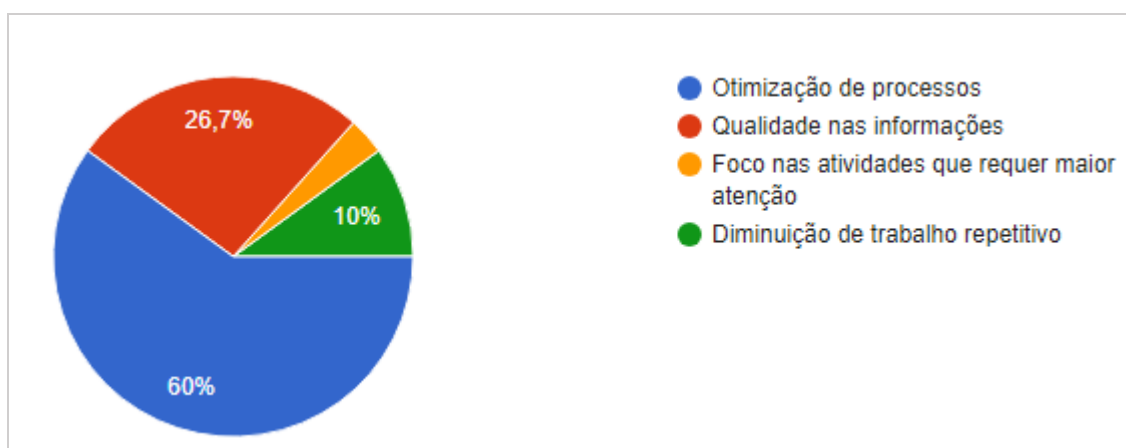


Gráfico 3 – Benefícios da Tecnologia para a Contabilidade

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O gráfico 3 mostra que 60% dos contadores são beneficiados com a otimização em suas atividades. Esse dado revela que os contadores estão conseguindo otimizar suas demandas com a tecnologia a seu favor.

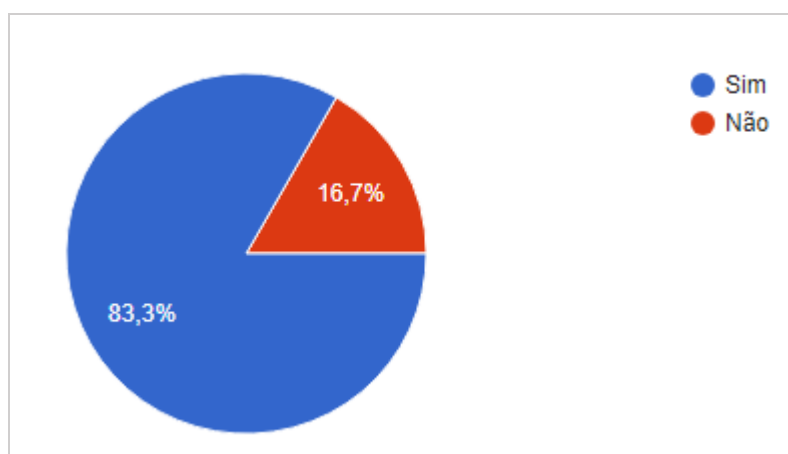


Gráfico 4 – Acompanhamento de Novas Tecnologias na área contábil

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

No gráfico 4 é possível afirmar que os contadores estão obtendo cada vez mais conhecimento da tecnologia aplicada a área contábil. Pois, 83,3% das empresas conseguem acompanhar as novas tecnologias que surgem na área. Apenas 16,7% das empresas não conseguem acompanhar essas tecnologias.

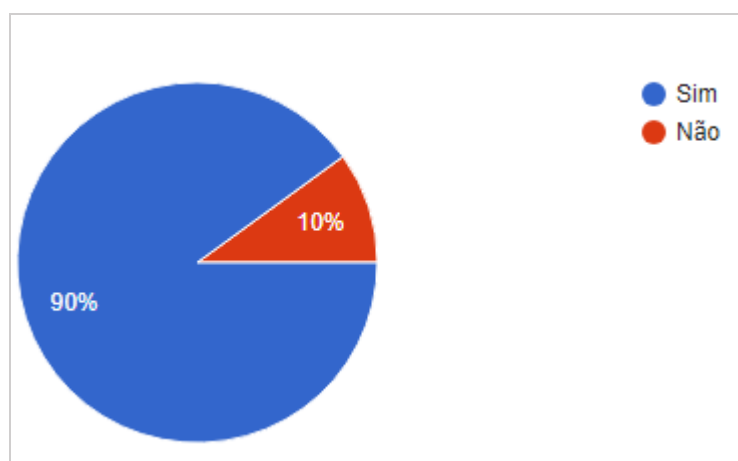


Gráfico 5 - A Tecnologia na empresa que você trabalha diminui a margem de erros em relatórios da área contábil?

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

O gráfico 5 mostra que 90% dos contadores conseguem emitir relatórios contábeis com uma margem de erro menor. Esses relatórios com margem de erro menor trás qualidade nas informações e automatização de processos, tendo em vista que, não será necessário elaborar relatórios manuais.

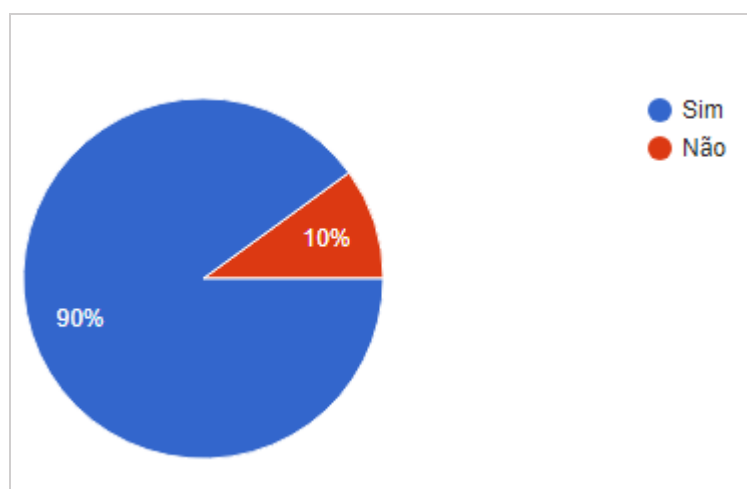


Gráfico 6 – Diminuição de atividades repetitivas no ambiente de trabalho

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Os dados revelam que a tecnologia conseguiu diminuir as atividades repetitivas no ambiente de trabalho do contador, com isso ele pode focar em atividades que requer maior atenção.

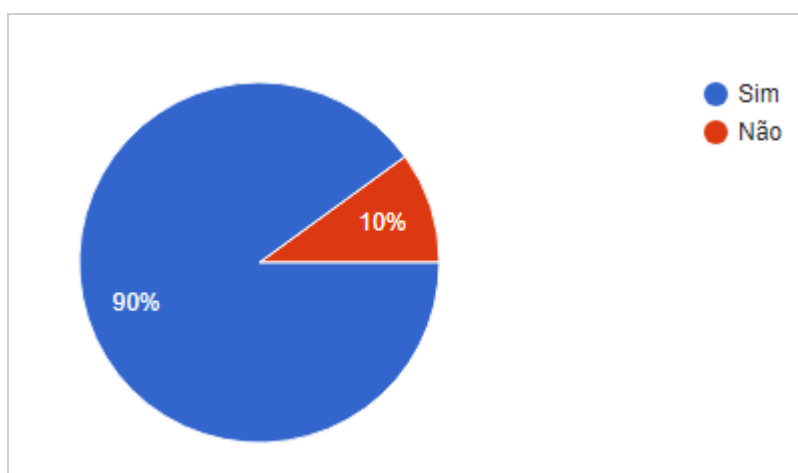


Gráfico 7 – A empresa em que você trabalha investe em novas tecnologias?

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Com as inovações tecnológicas o crescimento por investimento em novas tecnologias aumentou e consequentemente as empresas passaram a investir em novas tecnologias como mostra o gráfico 7, onde 90% das empresas investem em novas tecnologias.

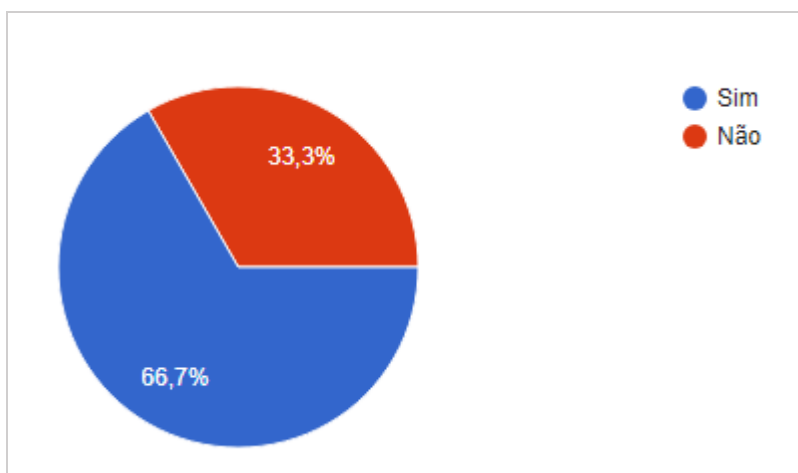


Gráfico 8 - A empresa em que você trabalha oferece treinamentos para utilização de novas tecnologias?

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

De acordo com o gráfico 8, grande parte das empresas investem em treinamentos para seus funcionários se adequarem as novas tecnologias. Os dados mostram que 66,7% das empresas oferecem treinamentos e apenas 33,3% não oferece treinamentos. Isso mostra que a contabilidade e tecnologia andam juntas, pois sem tecnologia as empresas não conseguem atingir seus objetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indústria 4.0 está diretamente ligada ao termo contabilidade 4.0, pois foi na indústria 4.0 que aconteceram as inovações tecnológicas que também impactaram a contabilidade. Nesse contexto, a contabilidade passou a utilizar as tecnologias a seu favor, conseguindo assim, otimizar suas atividades e focar em tarefas que requer maior intelecto.

Considerando o objetivo geral deste trabalho, é notório que os reflexos da contabilidade 4.0 no exercício da profissão contábil são positivos, haja vista que, os contadores estão se adequando as novas tecnologias que surgem na área contábil. As empresas estão se adaptando as mudanças e investindo em novas tecnologias.

De acordo com os respondentes desta pesquisa a tecnologia consegue otimizar os processos, diminuir a margem de erros em relatórios contábeis e também diminuir atividades repetitivas no ambiente de trabalho. Isso mostra que os reflexos dessa tecnologia para os contadores foram bastante satisfatórios.

No que se refere ao uso de tecnologias, os dados da pesquisa revelam que a maioria dos contadores utilizam o sistema ERP, que consegue gerenciar todos os setores da empresa e os demais respondentes utilizam outros tipos de sistema. Ainda tratando sobre o uso de tecnologias, os dados demonstraram que os contadores não utilizam Big Data no exercício da sua profissão, isso mostra que eles nem se quer devem ter conhecimento sobre essa tecnologia.

Ao final, considera-se que o resultado foi positivo e que respondeu a pergunta inicial do trabalho mostrando que os reflexos da contabilidade 4.0 no exercício da profissão contábil são reflexos que beneficiam os contadores através de otimização de atividades, diminuição de atividades repetitivas, utilização de sistemas que gerenciam os setores da empresa, como o ERP e os demais softwares contábeis existentes no mercado. Em relação ao perfil do contador, observa-se que ele precisará se qualificar para se adequar as inúmeras atualizações que surgem a respeito das tecnologias na contabilidade.

Durante a pesquisa sobre contabilidade 4.0 nota-se a dificuldade de encontrar autores que trata dessa temática, nesse sentido, usei como base de pesquisa os trabalhos científicos de autores recentes. Portanto, é necessário que mais autores

abordem sobre contabilidade 4.0 e explorem sobre o uso de tecnologias na contabilidade, trazendo a importância e mostrando como será a profissão no futuro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristian Machado de. Machine Learning: **Conheça um pouco mais sobre o "aprendizado de máquina" e algumas de suas aplicações. (2019).** Disponível em: <https://www.industria40.ind.br/artigo/17982-machine-learningconheca-um-pouco-mais-sobre-o-aprendizado-de-maquina-e-algumas-de-suasaplicacoes>. Acesso em: 06 Abr. 2024.

ALVES, Aline. **Teoria da contabilidade.** Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595022805. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595022805/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

Bringsjord, S., &Govindarajulu, N. S. (2018). **Artificial intelligence.** The Stanford EncyclopediaofPhilosophy (Summer 2020 Edition). Edward N. Zalta. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/artificial-intelligence/#HistAI>. Acesso em: 08 abr. 2024.

CANIDÉ, Marcos da Luz. **Contabilidade 4.0: os impactos das inovações tecnológicas na contabilidade.** 2022.

CASAGRANDE, Valéria Nalli; ALMEIDA, Juliana Viana; MOURA, Fernando Santos. **Escrituração Digital: percepção dos profissionais da contabilidade em relação aos impactos da adoção do Sped.** Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, v.1, n. 213, p. 67-80, 2016.

COUTINHO, C; COSTA, C. **A influência da indústria 4.0 na área contábil.** Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Centro Universitário de Goiás - UNIGOIÁS, Goiânia, 2020. Disponível em: <http://repositorio.anhanguera.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/399>. Acesso em 06 abr. 2024.

BRASIL, **Decreto n. 6.022, de 22 de janeiro de 2007.** Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. Diário Oficial da União [República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 22 jan. 2007. Seção 1, p. 15. Disponível em: . Acesso em: 26maio de 2023.

DE MEDEIROS, L. F..**Aula 1- INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA.** Disponível em: <encurtador.com.br/buxC0>.. Acesso em 03 de abr. de 2024.

FILHO, Henrique. Contabilidade 4.0. Youtube, 20 Agos. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IJtcaPYUKWA>. Acesso em: 09 de março 2024.

FLOR, Angélica. **Impactos da Inteligência Artificial na Contabilidade. (2020).** Disponível em: <https://viverdecontabilidade.com/inteligencia-artificial-nacontabilidade/>. Acesso em: 06 Abr. 2024.

FRANCO, G., FARIA, R. O. P., MACIEL, A. L. M., DUARTE, S. Contabilidade 4.0: **análise dos avanços dos sistemas de tecnologia da informação no ambiente contábil.** Cafi, v. 4, n. 1, p. 55-73, 2020.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

GUERRA, Fellipe Matos. **O uso da tecnologia na contabilidade brasileira e a perspectiva para o futuro.** 2023.

GUERRA, F. (2019). **Descomplicando o SPED: Aspectos operacionais do Sistema Público de Escrituração Digital.** 2 Ed. Fortaleza: Fortes.

GUERREIRO, R. (2022). **Algumas reflexões sobre a relevância da pesquisa contábil para a Sociedade.** Revista Contabilidade & Finanças – USP. São Paulo, v. 33(90), e9040.

HATAE, Daniela Mayumi. **A contabilidade 4.0 e a percepção de profissionais contábeis quanto às consequências para seu futuro.** 2021.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597028041. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028041/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

KOUNROUZAN, Márcia Covaciuc. **Operfildoprofissionalcontábil.** acesso em, v. 11, 2024.

LI, Zehong; ZHENG, Li. The impact of artificial intelligence on accounting. In: **2018 4th International Conference on Social Science and Higher Education (ICSSHE 2018).** Atlantis Press, 2018. Acesso em: 07 abr. 2024.

MADHAVI; KUMAR, V.. Artificial Intelligence in Business Decision Making. Tathapi (**UGC Care Journal**). Vol-19. 29-jun de 2020.

MARANGON, F. A. **Os desafios do contador frente à tecnologia na Contabilidade.** Rev. Conexão Eletrônica – Três Lagoas, MS - Volume 14 – Número 1 – Ano 2017.

SCHWINDT, Marcela Chagas de Souza. **Os principais impactos da inteligência artificial na Contabilidade Gerencial.** 2020.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da Informação aplicada a Sistemas de Informações Empresariais**. 9ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NIYAMA, Jorge K. **Teoria da Contabilidade**. Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597027792. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027792/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

NG, Cory; ALARCON, John. **Artificial intelligence in accounting: Practical applications**. Routledge, 2020.

OLIVEIRA, Diego Bianchi de; MALINOWSKI, Carlos Eduardo. **A importância da tecnologia da informação na contabilidade gerencial**. Revista de Administração, v. 14, n. 25, p. 3-22, 2016. PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PADOVEZE, Clóvis L. **Sistemas de Informações Contábeis - Fundamentos e Análise**. Grupo GEN, 2019. *E-book*. ISBN 9788597022865. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022865/>. Acesso em: 24 mai. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Ana Luzia. Contabilidade: Mercado de trabalho, oportunidades, salários e dicas, **JornalContábil**, 12 de julho 2023. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/noticia/74503/contabilidade-mercado-de-trabalho-oportunidades-salarios-e-dicas>. Acesso em: 10 março 2024.

SILVA, Tania Moura. Currículo Flexível: Evolução e Competência. Artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade do CFC, edição Ano XXIX – No. 121 – Janeiro/Fevereiro 2000 – páginas 23 a 27.

SOARES, Isabella. **O que é a contabilidade digital**. In: Portal Contábeis. Artigo sobre contabilidade digital. São Paulo, 08 nov 2019. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5753/o-que-e-a-contabilidade-digital/>. Acesso em: 23 de março de 2024.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da. **A história da contabilidade no Brasil**. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, v. 11, n. 1, 2008.

Russell, S., & Norvig, P. (2010). **Artificial intelligence – A modern approach**. Prentice-Hall.

TELES, Jhonata. **Indústria 4.0: tudo que você precisa saber sobre a Quarta Revolução Industrial**. Engeteles, 2020. Disponível em: <https://engeteles.com.br/industria-4-0/>. Acesso em: 06 abr. 2024.

PORTAL DA CONTABILIDADE. **Contabilidade: Um Estudo Histórico sobre a Evolução desta Ciência**. 2007. Disponível em: <https://classecontabil.com.br/contabilidade-um-estudo-historico-sobre-a-evolucao-desta-ciencia/>. Acesso em: 06 abr. 2024.

SANTOS, João A.; FILHO, Domingos P. **METODOLOGIA CIENTÍFICA**. Cengage Learning Brasil, 2012. *E-book*. ISBN 9788522112661. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112661/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

ZWIRTES Adir; WICKSTROM Tiago. Os Impactos Causados pela Inovação Tecnológica nos Escritórios de Contabilidade do Rio Grande do Sul: Uma Análise de Cluster. *Revista Contraponto*, v. 1, n. 3, p. 50-85. Acesso em: 06 abr. 2024.

WANG, P. OnDefining Artificial Intelligence. **Journal of Artificial General Intelligence** 10(2) 1-37, 2019, DOI: 10.2478/jagi-2019-0002. Department of Computer and Information Sciences, Temple University 1925 North 12th Street, Philadelphia, PA 19122-1801, USA 2019-08-12.

**A CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO:
UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA ORÇAMENTÁRIO DA PREFEITURA DE
PILÕESINHOS-PB.**

Renata Regis dos Santos¹⁵¹⁰
Ricardo da Silva Pereira¹⁶

RESUMO

A contabilidade pública é o ramo responsável pelo estudo do patrimônio público e de suas variações, garantindo a eficácia na alocação dos recursos públicos, sendo registrando, controlando e demonstrando a execução orçamentária. Diante dessa importância, objetivou-se demonstrar como são realizados a elaboração, execução e o controle orçamentário pela Prefeitura de Pilõesinhos-PB. Sendo assim, o presente artigo foi desenvolvido através de um estudo de caso para aprofundamento da temática. Já o levantamento de dados foi feito através de uma entrevista semiestruturada com aplicação de um questionário com o contador, além de uma análise documental dos orçamentos de anos anteriores. Como resultado, identificamos todo o processo orçamentário da prefeitura, bem como sua estruturação. Portanto, foi possível identificar como a prefeitura de Pilõesinhos realiza a sua elaboração, execução e o controle de seu orçamento.

Palavras-chaves: Sistema orçamentário. Execução orçamentária. Controle orçamentário

ABSTRACT:

Public accounting is the branch responsible for studying public assets and their variations, ensuring effectiveness in the allocation of public resources, recording, controlling and demonstrating budget execution. Given this importance, the objective was to demonstrate how the preparation, execution and budget control are carried out by the City of Pilõesinhos-PB. Therefore, this article was developed through a case study to delve deeper into the topic. Data collection was carried out through a semi-structured interview using a questionnaire with the accountant, in addition to a documentary analysis of budgets from previous years. As a result, we identified the entire city hall budget process, as well as its structuring. Therefore, it was possible to identify how Pilõesinhos city hall prepares, executes and controls its budget.

KEY WORDS: Budget system. Budget execution. Budget control

1 INTRODUÇÃO

¹⁰ 15 Graduanda do Curso de Ciências Contábeis pelo Uniesp Centro Universitário, E-mail: renataregis3@gmail.com

¹⁶ Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Especialização em Contabilidade, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira, Centro Universitário - UNIESP, E-mail: ricardo.pereira.jp4@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3654413560555402>

O Brasil, País de direitos e obrigações, está cada vez mais evoluindo em sua legislação, passando constantes mudanças em sua economia, finanças, legislação tributária, dentre outros. Sendo assim, é pressuposto que a gestão siga o mesmo caminho para melhor acompanhar essa transformação.

Sendo Pilõezinhos, cidade do interior da Paraíba, localizada no brejo paraíbano com 5.155 habitantes. Foi escolhida para ser objeto desse estudo por ser uma cidade de baixa população com maior facilidade de acesso nas imediações.

De acordo com PALAZZO (2007) tais mudanças têm tornado as organizações mais complexas, sendo necessárias informações internas e externas mais confiáveis para a tomada de decisões que permita o alcance dos objetivos e a continuidade da empresa.

Portanto, para se garantir a eficiência na alocação dos recursos e o alcance dos objetivos estabelecidos, é visto que nas entidades públicas não é diferente, o contador é pessoa de maior importância para essa circunstância, sendo ele em algum de seus papéis responsável não só pela execução como também pelo controle nesse tipo de organização.

Para melhor se ter uma organização orçamentária, a Lei de Responsabilidade Fiscal é o norte para isso, ensinando a estrutura, diretrizes, metas, dentre outros. Segundo a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Diante disso, o contador estará ciente que para se ter a elaboração e aprovação do projeto de lei orçamentária nos conformes.

O presente estudo tem sua relevância social por explorar e expor a importância do papel da contabilidade no controle e execução do destino dos recursos públicos, uma vez que permite compreender como as práticas de gestão financeira são implementadas e monitoradas em um ambiente governamental. Já para o meio acadêmico esse estudo poderá servir como referência para outros estudos que visem o aprofundamento do tema.

Diante dos fatos supracitados, será possível analisar o comportamento do município, como está seu controle orçamentário, e para uso acadêmico, serve para o conhecimento dos discentes e docentes, como também para os moradores e visitantes que poderão ter acesso a esse material e vislumbrar o controle

orçamentário, como é o funcionamento na cidade e como a execução pode influenciar a população. Convém salientar que pode servir de pesquisas futuras, contribuindo para o conhecimento dos discentes de ciências contábeis e gestão financeira.

Sendo assim, esse estudo busca responder ao seguinte questionamento:
Qual o panorama da elaboração, execução e o controle orçamentário da prefeitura de Pilõezinhos-PB?

Define-se como objeto geral desse artigo: Demonstrar como são realizados a elaboração, execução e o controle orçamentário pela prefeitura de Pilõezinhos-PB. Tendo como objetivos específicos: Abordar a Lei de Responsabilidade Fiscal; Apresentar um breve histórico sobre a gestão orçamentária dos municípios brasileiros; Demonstrar como está composto o ciclo orçamentário; Apresentar como estão sendo efetuados a execução e controle orçamentário pela prefeitura objeto desse estudo;

Quanto a metodologia utilizada, teve como procedimento técnico um estudo de caso onde será efetuada uma entrevista semiestruturada com aplicação de um questionário com o contador da prefeitura objeto desse estudo.

O artigo apresenta em sua estrutura cinco partes dividindo-se em: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento, discussão de dados e considerações finais.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e ela tem o intuito de impor o controle de gastos na administração pública. Tendo em vista que na época em que foi criada essa lei, a gestão pública tinha rumores de um possível desequilíbrio fiscal. Sendo assim, com essa Lei os poderes executivo, legislativo e o judiciário, juntamente com a União, Estados, DF e

Municípios tem a obrigação de observar as normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal.

Essa obrigação nas normas trouxe avanços na organização estabelecendo uma boa transparência com a sociedade para melhor entender sobre as questões orçamentárias do Governo e entender como está o controle e os gastos públicos.

De acordo com Albuquerque, Medeiros e Silva (2008, p.94) a Lei Complementar 101/2000, ou Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamenta o artigo 163 da Constituição Federal, estabelecendo as normas orientadoras das finanças de que o almejado aprimoramento da gestão das contas públicas deverá ser obtido mediante introdução de melhores práticas de gestão. Especialmente quanto à ação planejada e transparente que possibilite prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas governamentais.

A LRF em seu capítulo II se refere ao planejamento, então Abraham (2016) diz:

Planejar é um processo sistematizado, dinâmico e permanente, que deve estabelecer o que deseja realizar para obter um resultado satisfatório e desejado. É através do planejamento que os entes federativos controlam e projetam a curto e longo prazo suas metas a serem atingidos.

Portanto, para um melhor planejamento, a Lei de Responsabilidade Fiscal utiliza de ferramentas para almejar esse fomento que são o plano plurianual (PPA) que foi vetado da Lei Complementar nº 101, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.1.1 Lei de Diretrizes Orçamentárias

A Lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, Constituição, 1988).

Essa lei é um mecanismo que colabora com a cidadania, uma vez que ela permite a participação popular nas questões orçamentárias, desde sua formulação,

execução e avaliação. Isso se deve ao fato que a LRF permite a participação da população na elaboração dos planos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) através de audiências públicas. (ARAÚJO, FILHO E GOMES, 2015).

A Lei de diretrizes orçamentárias demonstra as prioridades que constam no plano plurianual terão prioridade na programação e execução do orçamento no ano seguinte (Haddad e Mota, 2010). Ela é um elemento de ligação entre a lei orçamentária anual e o plano plurianual, pois ela orienta como será elaborada a Lei orçamentária anual de acordo com o que está no plano plurianual.

2.1.2 Lei Orçamentária Anual

A Lei orçamentária anual é um relatório elaborado pelo Poder Executivo para o ano seguinte, limitando as receitas e as despesas que serão realizadas, contendo metas fiscais e riscos e reservas de contingência. Isso é, nenhuma despesa será efetivada se não for aprovada na LOA ou em créditos adicionais. É mediante a LOA que as despesas do exercício são executadas.

Pode-se dizer que a Lei Orçamentária Anual é uma ferramenta que contém a estimativa da receita e da despesa pública anual, de forma a guiar a gestão financeira do Estado. Ela é elaborada pelo Poder Executivo, o qual é enviada para o Poder Legislativo analisar e fazer as adequações e aprovação, devolvida ao Executivo para execução e, por fim, avaliada pelo poder Judiciário. (Santos e Santos, 2014, p.15)

A Lei Orçamentária Anual será elaborada mediante a Lei de Diretrizes orçamentárias e essa será elaborada mediante o plano plurianual, o qual especifica as diretrizes, objetivos e metas para a administração pública.

A seção a seguir trata do planejamento orçamentário, o qual mostra resumidamente os conceitos de cada etapa, de acordo com a legislação vigente.

2.2 PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O planejamento orçamentário, ferramenta de grande importância na administração, é efetuado anualmente pelas entidades públicas, fixando as despesas e estimando as receitas para manter o equilíbrio das contas públicas.

Santos (2011, p. 9) diz que:

[...] o orçamento público é um processo de planejamento dinâmico e contínuo que o estado se utiliza para demonstrar seus planos e programas de trabalho e avaliar a sua execução para determinado período de tempo, constituindo-se num documento fundamental das finanças do estado, bem como da contabilidade pública.

O processo de planejamento orçamentário envolve várias etapas, porém tem três que se destacam que é a aprovação do plano plurianual, da Lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual, o qual o autor da proposta é o poder executivo e o poder legislativo é quem a transforma em Lei.

- Plano plurianual (PPA): declara quais são as políticas e metas previstas no período de quatro anos.
- Lei de Diretrizes orçamentárias (LDO): Determina quais metas e prioridades naquelas constantes no plano plurianual serão tratadas no ano seguinte. Ela tem o papel de orientar na elaboração da LOA.
- Lei Orçamentária Anual (LOA): Detalha todos os gastos que serão realizados pelo Governo no período de um ano.

A LOA é estruturada em três documentos:

- Orçamento fiscal: Se refere aos poderes legislativo, executivo e judiciário, também aos órgãos e entidades da administração direta e indireta e os fundos e fundações mantidos pelo poder público.
- Orçamento da seguridade social: Abrange a saúde, seguridade e assistência social.
- Orçamento das estatais: Engloba as empresas estatais o qual o poder público tem a maioria do capital social com direito a voto.

No processo de elaboração da LDO e LOA existem datas, o projeto deve ser proposto pelo Poder Executivo até o dia 15 de abril do ano anterior da sua vigência e 31 de agosto do ano anterior da sua vigência, respectivamente.

O último tópico desse referencial teórico tratará sobre o ciclo orçamentário, considerando que é uma das etapas mais importantes do orçamento público, visando sua elaboração até os preceitos da fiscalização, e também suas obrigações com as despesas.

2.2 CICLO ORÇAMENTÁRIO

O orçamento público surgiu a mais de 800 anos atrás, quando o Rei João Sem Terra assinou e divulgou a carta magna, onde nela tinha escrito em seu artigo 12 “Nenhum tributo ou auxílio será instituído no reino, senão pelo conselho comum”. Essa carta magna é considerada a origem do orçamento público e está ligado ao poder de tributar. Mas, só a partir dos anos de 1822 que o ministro das finanças começou a apresentar aos superiores um relatório que fixava as receitas e despesas de cada exercício.

Em contrapartida, no ano de 1787, a constituição dos Estados Unidos já estabelecia o princípio da discussão e votação do orçamento pelo parlamento, não somente quanto à previsão da receita ser auferida pelos cofres públicos, mas também em relação à destinação desses recursos, especificando as despesas e fixando seus limites (ARAÚJO; ARRUDA; BARRETO, 2012).

O ciclo orçamentário é composto por 4 etapas, sendo elas:

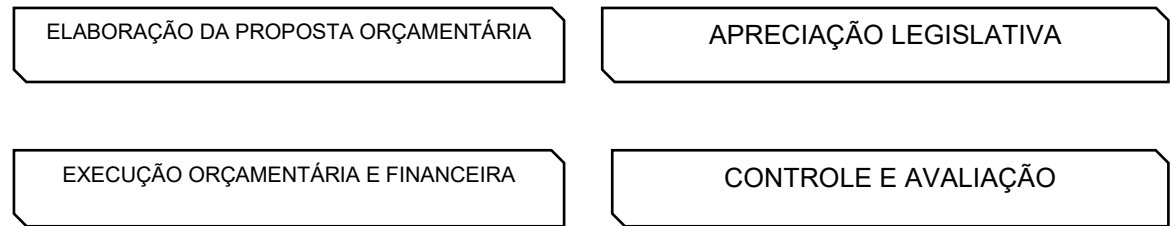


Figura 1 – Etapas do ciclo orçamentário
 Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

A elaboração da proposta orçamentária, primeira etapa do ciclo orçamentário, será feito pelo poder executivo no intuito de preparar a proposta orçamentária anual, onde serão fixadas as despesas e estimadas as receitas padronizadamente,

seguindo as Leis. Após, é enviado a proposta ao Poder Legislativo, para acontecer a segunda etapa.

Tendo em vista a segunda etapa do ciclo orçamentário, na apreciação legislativa é feito as observações como também discussões sobre a proposta e após é enviado ao chefe do poder executivo para que se faça a publicação no diário oficial.

Na terceira etapa, execução orçamentária e financeira, será realizado a proposta que foi feita na primeira etapa, tudo em conformidade com o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

E por fim, o controle e avaliação é a análise de que os atos de arrecadação e da despesa foram realizados em conformidade com a lei. Essa fiscalização é feita pelo controle interno da organização, como também pelo poder legislativo e os tribunais de contas, os quais podem fazer a qualquer momento inspeções e auditorias.

Portanto, o ciclo orçamentário é representado pela seguinte imagem:

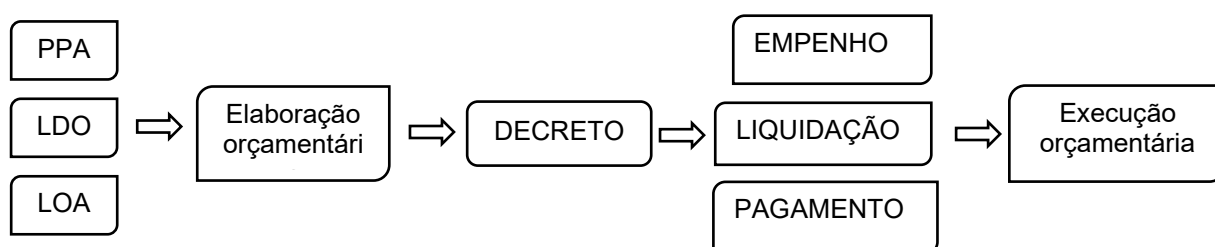
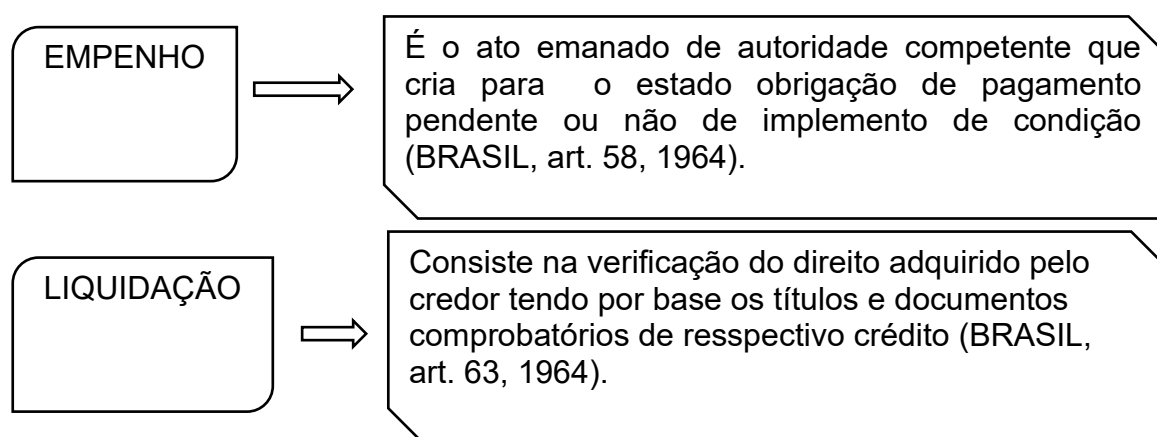


Figura 2 – Ilustração da elaboração e execução orçamentária
Fonte: Elaborada pelo autor (2024).



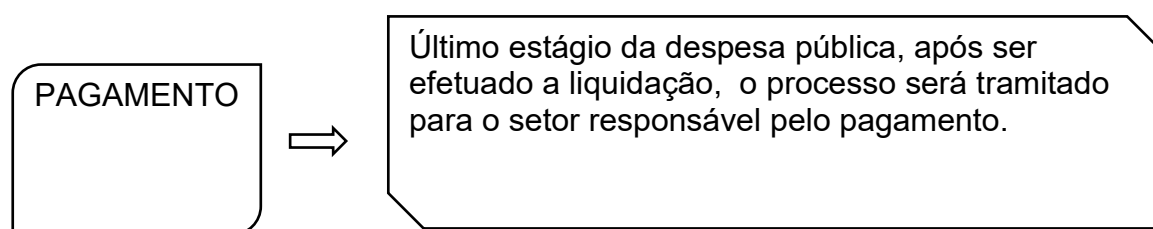


Figura 3 – Estágios da despesa pública
 Fonte: Elaborada pelo autor (2024), com base na Lei nº4.320/64.

3 METODOLOGIA

Para Andrade (2010, p.117) a metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento. Já para Moretti (2008, p. 26) a metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método do trabalho de pesquisa. Sendo assim, por tratar de um estudo científico, faz-se indispensável a definição dos procedimentos metodológicos.

Dessa forma, nesse tópico do estudo será apresentado o panorama metodológico e quais procedimentos utilizados para coleta dos dados utilizados para elaboração desse estudo.

Portanto, esse artigo em se tratando da caracterização, quanto aos objetivos, será classificado como descritivo e exploratório, considerando-se o que diz Richardson e Pfeiffer (2017) a pesquisa descritiva “tem a finalidade de investigar o “que é”, ou seja, tem o objetivo de descobrir as características de um determinado fenômeno.” Já a exploratória, Gil (2002, p. 41) fala que esse tipo de pesquisa “tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descobertas de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.”

Quanto à natureza, o estudo caracteriza-se como básica, uma vez que são utilizados dados primários e secundários.

Segundo Freitas e Prodanov (2013, p.51) esse tipo de pesquisa objetiva “gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.” Sendo assim, como fonte

primária foi realizada uma entrevista com aplicação de um questionário, envolvendo as duas partes, entrevistado e entrevistador, abordando tópicos relacionados com a fundamentação teórica desse estudo.

Já em relação ao tratamento de dados o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. E nesse caso, Freitas e Prodanov (2013, p.70) diz que:

[...] na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Portanto, as características desse estudo têm por base ser exploratória e descritiva pois tem como objetivo aperfeiçoar idéias. Considerando-se o que diz Gil (2002, p.42) esse tipo de pesquisa tem como “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Já com relação aos procedimentos técnicos, foi feito um estudo de caso, portanto, Gil (2002, p.54) aborda que:

[...] o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomedicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

Diante dos fatos já citados, para responder o problema de pesquisa proposto, a presente pesquisa foi realizada na Prefeitura da Cidade de Pilõezinhos, a qual fica localizada no brejo Paraibano, conhecida popularmente como terra do pavão misterioso, onde foi realizada uma entrevista semi-estruturada, com aplicação de um questionário aplicado com o contador, o qual é responsável pela elaboração das Leis orçamentárias do município. Portanto, foram abordadas questões relacionadas como a elaboração das Leis orçamentárias, o planejamento orçamentário do município, a execução orçamentária, o controle orçamentário e o ciclo orçamentário. Por tratar-se de uma entrevista, os dados são considerados como primários.

O referido questionário foi aplicado após ter sido submetido ao processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mediante provação do Comitê de Ética

em Pesquisa e o Parecer Consubstanciado, credenciado a base nacional e unificada de registros de pesquisas, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, 2009), por intermédio da Plataforma Brasil, submetidos na data de 17/05/2024 e aprovado sob parecer de N° 6.830.903. Sendo então aplicado no dia 18/08/2024.

Ainda para se concluir a coleta de dados foram consultadas o plano plurianual, a Lei de diretrizes orçamentárias, a Lei orçamentária anual e os relatórios de execução orçamentárias, todos disponíveis no portal da transparência da Cidade.

4 ESTUDO DE CASO – PREFEITURA DE PILÕEZINHOS

4.1 CARACTERÍSTICA DA ENTIDADE



Figura 4 – Prefeitura Municipal de Pilõezinhos
Fonte: Manchete PB (2020)

Esse estudo foi realizado na Prefeitura Municipal de Pilõezinhos, a qual fica localizada no Brejo Paraibano e pertencente a região metropolitana de Guarabira. Em 1951, Pilõezinhos foi criada como distrito de Guarabira, pela Lei Estadual n° 652 de 05 de Dezembro de 1951, e se tornou município desde 27 de Dezembro de 1963 pela Lei Estadual n° 3128, sendo está data o seu aniversário.

A Prefeitura Municipal de Pilõezinhos, localizada na Rua Manoel Alvino de Moura, nº 56 – Centro, Pilõezinhos – PB, 58210-000, tem como atividade principal o gerenciamento do município e a prestação de serviços públicos para garantir a dignidade da pessoa humana.

Portanto, a Prefeitura de Pilõezinhos, como demais outras, tem em sua estrutura diversas secretarias, com diversos setores alocados dentro delas para auxiliar numa boa gestão, e para esse artigo, foi direcionado a secretaria de finanças, a qual está a contabilidade dentro dela. Sendo assim, a seguir terá a missão da secretaria de finanças, para melhor entender as funções desse departamento e o organograma da Prefeitura.

Missão:

Secretaria de finanças: Desenvolver o planejamento operacional e a execução da política financeira, tributária e econômica do Município; Assessorar as secretarias municipais em assuntos financeiros; Acompanhar e controlar a execução do orçamento de acordo com as disposições legais, respeitando os princípios e limites estabelecidos em Lei; Realizar o planejamento econômico e a proposta orçamentária; Definir e executar as diretrizes das políticas orçamentárias, econômicas, tributárias e financeiras do município, atendendo a legislação em vigor e otimizando os recursos públicos; Acompanhar os sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e a dívida pública, proporcionando a contabilização e a liquidação da despesa pública; Realizar as prestações de contas do Município; Elaborar demonstrativos e relatórios do comportamento das despesas orçamentárias; Programar o desembolso financeiro, o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas; Elaborar balancetes, demonstrativos e balanços, bem como, disponibilizar as informações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações vigentes; Supervisionar os investimentos públicos e controlar a capacidade de endividamento do Município; Inscrever e cadastrar os contribuintes, bem como prestar orientação aos mesmos; Realizar o lançamento, a arrecadação e fiscalização dos tributos devidos ao Município; Realizar a inserção e baixa em dívida ativa dos contribuintes; Implementar campanhas visando à arrecadação; Executar o registro e controles contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária; Fiscalizar e autuar as infrações cometidas contra a legislação vigente relacionada à sua área de competência; Orientar as unidades administrativas sobre os possíveis remanejamentos e abertura de crédito adicional ao orçamento, bem como, sobre as necessidades de correção de eventuais desvios na execução do orçamento e nas diretrizes propostas; Efetuar o remanejamento orçamentário e abertura de crédito adicional ao orçamento quando solicitado pelas unidades administrativas, de acordo com as disposições legais; Gerir a legislação tributária e financeira do Município; Manter, revisar e atualizar o cadastro econômico do Município; Controlar e acompanhar a execução de convênios; Fiscalizar o cumprimento do Código de Posturas do Município em conjunto com a Secretaria de Municipal de Planejamento e Urbanismo e Secretaria Municipal de Meio

Ambiente; Executar em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura a emissão e o cadastro da nota do produtor rural; Desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais; Exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria; Executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria; Efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais no âmbito da secretaria; Zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações. PILÓEZINHOS (2024).

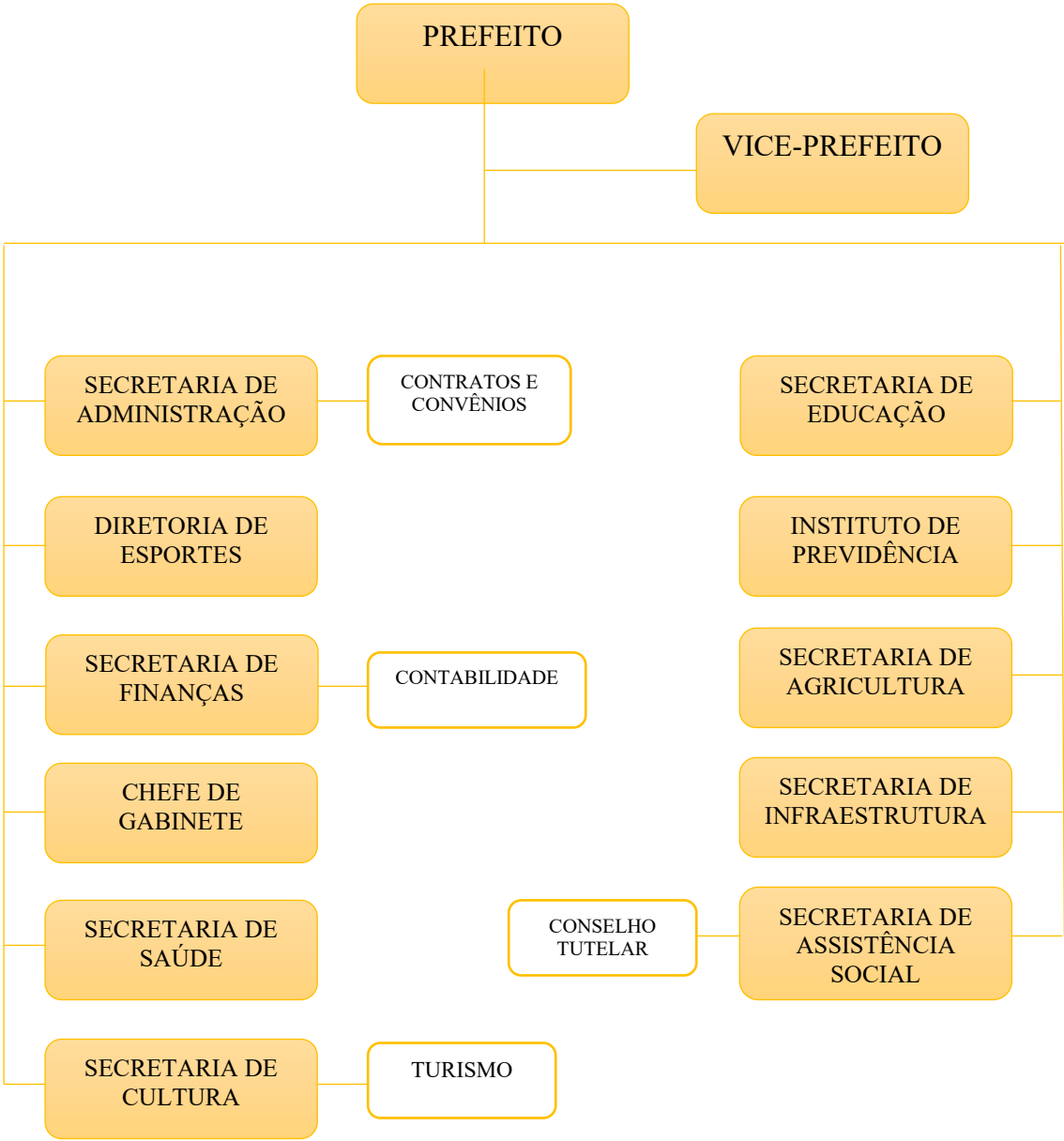


Figura 5 – Organograma da Prefeitura de Pilõezinhos
 Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

4.1.1 Dados da repartição pública

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Nome da repartição pública	Prefeitura Municipal de Pilõezinhos
Esfera de atuação	Repartição Pública
Localização da repartição pública	Rua Manoel Alvino de Moura, nº56 – Centro, Pilõezinhos/PB

Quadro 1 – Dados do repartição pública
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Mediante o exposto, a importância desse estudo pode-se justificar pela necessidade de análise da elaboração, execução e do controle do orçamento público, pois diante do levantamento poderá saber o processo orçamentário, as etapas necessárias para a execução e o controle feito para a realização correta do orçamento.

4.1.2 Dados do entrevistado

Os dados que contém no estudo de caso foram perguntados e respondidos na entrevista. Foram 8 questões sobre o entrevistado, 3 sobre a repartição pública e 13 questões sobre a parte específica do artigo. A qual as 3 sobre a repartição pública está alocado no tópico 4.1.1 e as 13 estão na análise e discussão de dados.

Portanto, para iniciar a pesquisa foi feita a coleta das informações do entrevistado, o qual seu nome é José Hugo Simões, possui 64 anos, seu sexo é masculino, é casado, tem um grau de instrução com curso superior, sua formação é ciências contábeis, exerce a profissão na Prefeitura de Pilõezinhos como contador e além de trabalhar nesse cargo na prefeitura de Pilõezinhos, ele exerce a profissão de contador autônomo mediante termo de contrato firmado com órgãos públicos municipais. Prefeituras, Câmaras Municipais, Instituto de Previdência, desde janeiro de 1993.

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Inicialmente foi realizado uma entrevista com o contador da Prefeitura de Pilõezinhos, o que norteou o entendimento sobre o sistema orçamentário da

empresa estatal, constituída, organizada e controlada pelo poder público. Entrevista a qual foi realizada qualitativamente.

4.2.1 Elaboração orçamentária

Para inicialização da temática, foi abordado a elaboração orçamentária do município de Pilõezinhos, o qual o contador do município informou que inicialmente, convoca-se a população em geral para audiência pública, tendo como objeto a discussão e seleção das ações de natureza de investimentos prioritários a serem alocados no orçamento para o exercício seguinte. Ou seja, quando da elaboração da Lei de diretrizes orçamentárias para 2025, fizeram uma audiência pública sobre o orçamento agora em 2024.

Em outro questionamento da entrevista, foi retratado a importância do orçamento participativo para a elaboração orçamentária, onde o contador do município disse que a participação dos munícipes é de suma importância. Pois é o cidadão de cada comunidade que sente a real necessidade da presença da gestão quando da alocação dos recursos públicos a serem discutidos inicialmente em audiência pública e posterior a aplicação das ações que tragam eficácia para aquela localidade, seja bairro, na rua, numa comunidade rural.

E de fato, a ferramenta de maior importância para a elaboração do orçamento é a população, visto que são as pessoas do município que sabem da real necessidade de cada setor, pois são elas que utilizam os recursos públicos e juntando-se com os representantes de cada secretaria saberão assim, alocar de forma que supra as necessidades de cada cidadão.

Em continuidade, foi abordado como é feito a análise das necessidades de cada setor para fazer a alocação dos recursos no orçamento do município. O contador do município informou que primeiro fazem um estudo dos três últimos anos anteriores a proposta orçamentária, comparando a evolução ano a ano da efetiva arrecadação feita pelo município, o que dá um norte para a estimativa da receita futura, onde com base na receita passamos a discutir com os setores responsáveis pela execução a fixação das despesas mediante as reais necessidades de órgão da administração.

Por citação na resposta dada anteriormente, falando da arrecadação feita pelo município, foi necessário abordar a criação dos próprios tributos pelo município.

E o contador esclareceu que Pilõezinhos, bem como outros municípios, praticam a política tributária que emana das Leis maiores, ou seja, cobram os tributos de sua competência, os conhecidos como tributos municipais: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto de Renda (IR) e as taxas de sua competência, que representam na verdade muito pouco com relação as receitas de impostos transferidas pelo Governo Federal.

E de fato, visualizando as receitas estimadas da Prefeitura de Pilõezinhos, é notório que as receitas que vem do governo federal são bem maiores. Mostrando assim, a dependência que a Prefeitura tem nas contribuições Federais para conseguir arcar com suas despesas.

Nos quadros abaixo irá conter os demonstrativos para confirmação do questionamento em relação aos tributos municipais e as receitas transferidas pelo Governo Federal. Nesse sentido, é facilmente entendível as respostas da entrevista realizada com o contador.

201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1100000000	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 950.550,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1110000000	Impostos	R\$ 941.880,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1112000000	Impostos sobre o Patrimônio	R\$ 14.800,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1112500000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	R\$ 6.660,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1112500100	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	R\$ 6.660,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1112500101	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - PRINCIPAL	R\$ 6.660,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1112530000	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	R\$ 8.140,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1112530100	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	R\$ 8.140,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1112530101	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO ?INTER VIVOS? DE BENS IMOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS - PRINCIPAL	R\$ 8.140,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1113000000	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	R\$ 645.300,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1113030000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	R\$ 645.300,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1113031100	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	R\$ 645.300,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1113031101	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	R\$ 645.300,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1114000000	Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços	R\$ 281.780,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1114510000	Impostos sobre Serviços	R\$ 281.780,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1114511100	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	R\$ 281.780,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1114511101	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA - PRINCIPAL	R\$ 281.780,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1120000000	Taxas	R\$ 8.670,00	R\$ 0,00

Quadro 2 – Dados do entrevistado
Fonte: Portal da Transparência de Pilõesinhos (2024)

201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1700000000	Transferências Correntes	R\$ 31.561.210,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1710000000	Transferências da União e de suas Entidades	R\$ 23.223.040,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1711000000	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	R\$ 18.022.050,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1711510000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	R\$ 18.021.550,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1711511100	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	R\$ 16.431.100,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1711511101	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	R\$ 16.431.100,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1711512100	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal	R\$ 1.590.450,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1711512101	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	R\$ 1.590.450,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1711520000	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	R\$ 500,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1711520100	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	R\$ 500,00	R\$ 0,00
201145	PREFEITURA MUNICIPAL DE PILOEZINHOS	1711520101	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL	R\$ 500,00	R\$ 0,00

Quadro 3 – Dados do entrevistado

Fonte: Portal da transparência de Pilõezinhos(2024)

Para prosseguir com a temática, foi discorrido sobre a influência da Lei orçamentária anual do município. E então o contador da Prefeitura de Pilõezinhos expressou que a Lei Orçamentária Anual faz parte do tripé de planejamento que os órgãos estão obrigados a elaborar e executar. A Lei Orçamentária Anual é elaborada de forma compatível com o plano plurianual e a Lei de diretrizes orçamentárias, atendendo o que determina a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, trazendo no seu bojo todas as metas a serem executadas no período anual, é a verdadeira cartilha do gestor.

E de fato, essa resposta do contador sobre a prefeitura de Pilõezinhos está em igualdade com a fundamentação teórica parte 2.1 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, portanto, a prefeitura está com seu andamento em conformidade com a Lei.

4.2.2 Execução Orçamentária

Na parte da execução orçamentária foi abordado os principais assuntos envolvidos. E o contador informou que os assuntos são diversos, porém, o objeto principal são os tocantes aos investimentos a serem executados pelo município por se tratar de ações que oferecem como o resultado o bem comum, a exemplo das edificações de prédios públicos, aquisição de equipamentos, veículos, instalação de consultório médico, etc.

E em seguida foi abordado a próxima etapa realizada após a elaboração do orçamento. E o contador do município de Pilõezinhos informou que o orçamento após sua elaboração, é enviado ao poder legislativo onde passa uma análise dos membros do poder, que após sua aprovação, volta com as possíveis alterações feitas, para sanção ou veto do poder executivo, que após sua decisão, faz a devida sanção e publicação do ato na imprensa oficial do município, e até o quinto dia útil da publicação, enviará ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento do órgão fiscalizador de controle externo. Isso está parcialmente em conformidade com o referencial teórico, visto que no mesmo não está tão detalhado como em resposta do contador.

Para finalizar o tópico relacionado com a execução orçamentária, foi abordado a importância da comunicação dentro da prefeitura para o cumprimento das metas do orçamento. E, o contador informou que quando os órgãos administrativos não se comunicam, a execução orçamentária não tem como saber a

necessidade de suas secretarias, que são quem executam as ações para atender a população.

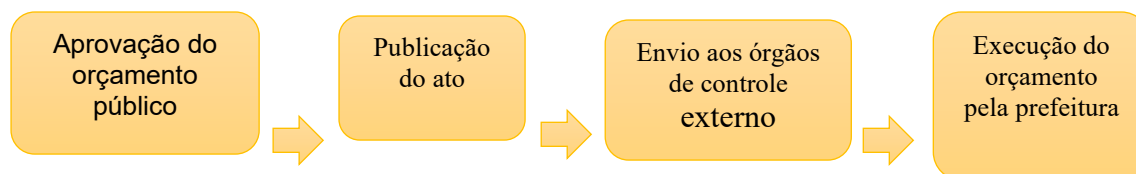


Figura 6 – Execução orçamentária da prefeitura de Pilõezinhos
 Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base nas respostas do entrevistado.

4.2.3 Controle Orçamentário

Ao falar de controle orçamentário, foi abordado como é efetuado o controle e monitoramento da execução orçamentária. E então o contador informou que o controle e monitoramento da execução orçamentária é feito através da secretária de finanças, juntamente com o departamento de contabilidade, que estão diariamente acompanhando a arrecadação dos recursos e execução das despesas, fazendo as alterações necessárias. Para melhor entender as obrigações da secretaria citada, a missão dela está alocada no tópico 4.1 característica da entidade.

Em seguida foi discorrido sobre a importância da Lei de responsabilidade fiscal para o orçamento. E o contador da prefeitura de Pilõezinhos esclareceu que a Lei de responsabilidade fiscal é o ponto de partida no planejamento dos poderes executivo, legislativo, inclusive dos tribunais e demais órgãos da administração pública, estabelecendo metas, limites e condições para a gestão das receitas e despesas orçamentárias. Um aspecto fundamental da Lei de responsabilidade fiscal é o controle.

Realmente, a Lei de responsabilidade fiscal é a maior responsável pelo controle do orçamento público, visto que ela é responsável por estabelecer normas para uma gestão mais eficiente e obriga os gestores públicos a se planejar para a criação de um orçamento o qual se limita as suas receitas e despesas atuais, além de ter que prestarem contas de suas atividades para uma gestão mais transparente.

E para finalizar o tópico de controle orçamentário foi exposto como é efetuado a avaliação do orçamento público do município. E resposta do contador foi que a avaliação se faz mediante as previsões constantes na Lei orçamentária e a efetiva

arrecadação dos recursos e a execução das despesas, sempre fazendo as adequações necessárias, fruto do monitoramento mensalmente.

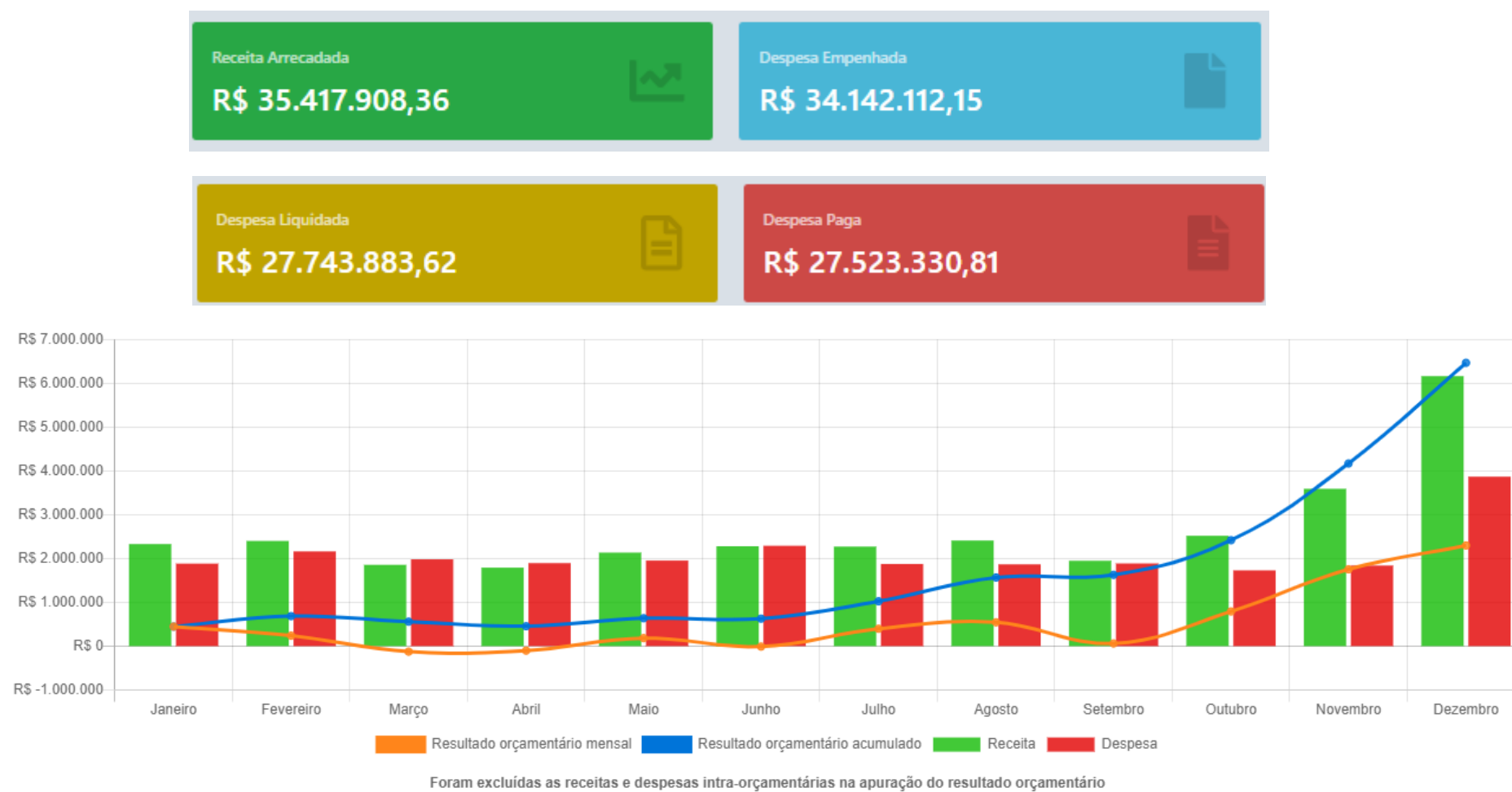


Figura 7 – Orçamento realizado de Pilõezinhos 2023.

Fonte: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2024)

O controle orçamentário é de grande valia para a administração pública, e por isso é muito importante sempre está atento ao que foi orçado e também o que foi realizado, portanto, a imagem acima mostra a receita arrecadada do ano de 2023, a despesa empenhada, liquidada e paga do ano de 2023. Isso para melhor entendimento dos valores o qual foi realizado. Sendo assim, é notório uma diferença de valores em questão a despesa liquidada para paga, mostrando assim que não foram realizadas todos os pagamentos das despesas. Sendo que, havia receita para a realização do pagamento.

4.2.4 Ciclo orçamentário

Para finalizar a entrevista com o contador, foi esplanado sobre como está composto o ciclo orçamentário do município de Pilõezinhos. E então, ele informou que o ciclo orçamentário se inicia junto com a audiência pública onde se dá os primeiros passos para o planejamento orçamentário, após a elaboração do projeto de Lei encaminhamos para o Poder Legislativo aprovar e o Poder Executivo sancionar, e a partir do 1º do exercício orçamentário se iniciar a execução, que durante os doze meses são controlados e avaliados toda programação, quando se fazendo necessário, alterando mediante créditos adicionais especiais, no tocante as despesas.

Tendo em vista o referencial teórico, a resposta do entrevistado está totalmente de acordo com o que possui nesse artigo, visto que o ciclo orçamentário é peça primordial para a inicialização do orçamento até o controle orçamentário.

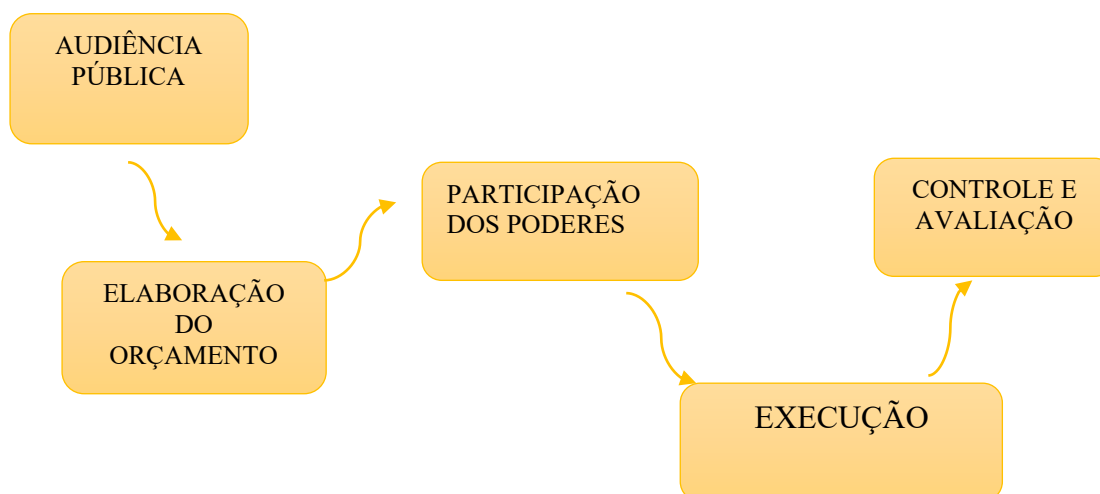


Figura 8 – Ciclo orçamentário da prefeitura de Pilõezinhos
Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base nas respostas do entrevistado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que uma Prefeitura consiga liquidar com todas as suas despesas e saber que tem receita suficiente para isso, é preciso ter uma boa elaboração orçamentária e também um bom controle do orçamento, para que consiga realizar todas as metas previstas. Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa foi

demonstrar como são realizados a elaboração, a execução e o controle orçamentário pela prefeitura de Pilõezinhos-PB.

Portanto, as respostas obtidas com a entrevista realizada com o contador da prefeitura de Pilõezinhos foram de total relevância para o alcance dos objetivos desse estudo. Sendo assim, foi possível entender como é feito o orçamento público bem como funciona a elaboração, execução e controle do mesmo.

O resultado dessa pesquisa indica que o sistema orçamentário de Pilõezinhos está totalmente de acordo com as Leis, seguindo cada etapa que a mesma emana. Sendo assim, o objetivo proposto dessa pesquisa foi atingido na sua totalidade. Logo, as etapas são: Elaboração mediante o PPA, LDO e LOA; Observação do ciclo orçamentário; Envio as parlamentares; Publicação em diário; Execução mediante as Leis; Controle mediante órgão de controle interno e externo.

Vale salientar que, nesse estudo foi enfrentado algumas dificuldades em relação ao acesso a dados detalhados sobre alguns assuntos, porém, nada que influencie nas conclusões finais.

Ao longo desse estudo, foi possível perceber que o orçamento público vem modificando-se cada vez mais, e nos anos 90 era um tão desorganizado o seu planejamento até o controle do mesmo. Após a criação da Lei de responsabilidade fiscal, tudo mudou. O orçamento tem todo um processo obrigatório a ser feito, e nos dias atuais, os déficits fiscais já quase nem são possíveis. Essa Lei não só aprimorou o orçamento, mas também passou ao gestor responsabilidade. Tendo agora orçamento previsto a cada quatro anos, outro orçamento prevendo um ano e outra que demonstra as receitas e as despesas do ano anterior.

Ter um orçamento bem executado em um órgão público é saber que todas as áreas estão sendo bem atendidas, é observar onde está indo os recursos públicos.

A realização da elaboração e execução orçamentária, nos dias atuais, é bastante burocrática, tendo várias etapas a ser seguidas, mas com apenas um propósito. A transparência na gestão pública. Isso é muito importante, principalmente para a população, por saber onde está indo o dinheiro o qual o município arrecada de cada cidadão e o recurso vindo do Governo Federal.

Já em relação ao controle do orçamento, antigamente era muito escasso, tendo várias irregularidades, o controle interno era ineficaz, contendo vários déficits fiscais. Entretanto, hoje em dia as coisas mudaram e além de ter um controle interno de qualidade, ainda tem o controle feito pelo Poder Legislativo e os Tribunais de

Contas que estão sendo observados e indo em cima para com o controle do orçamento público e a realização das metas previstas.

Diante dos fatos supracitados, foi possível analisar o sistema orçamentário da prefeitura de Pilõezinhos, como é realizado a elaboração do orçamento, como é efetuado o controle do mesmo e sua execução, destacando ferramentas importantíssimas para a ocorrência de um sistema orçamentário eficaz, que são: a Lei de responsabilidade Fiscal, o controle tanto interno como o externo, a alocação das necessidades de cada setor, e a comunicação com a população através do orçamento participativo, promovendo assim a transparência pública, uma boa gestão para com o povo e a alocação dos recursos público de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ALBURQUEQUE, C; MEDEIROS, M; Henrique, P.F. **Gestão de Finanças Públicas**. 2 ed. Brasília: Paulo Henrique Feijó da Silva, 2008.

ALMEIDA, Ylane de Araújo. **Plano plurianual (PPA): aspectos fundamentais do planejamento. Estudo de caso aplicado ao município de Pacoti – CE**. UNILAB – Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2028. Disponível em: <<https://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3426/1/YLANE%20DE%20ARAUJO%20ALMEIDA%20TCC.pdf>>. Acesso em: 08 de Maio de 2024.

ALVES, Eliane de Fátima; JARDIM, Kleberon Cardoso; SANTOS, Lázaro Barbosa; SOUZA, Sthefany Santos. **A Lei de responsabilidade fiscal (LRF) como instrumento gerencial para a administração pública: o caso do município de Salinas – MG**. Salinas. 2020. Disponível em <https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2684/9/MONOGRAFIA_LeiResponsabilidadeFiscal.pdf>. Acesso em: 08 de Maio de 2024.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo. 10. Ed. Atlas, 2010.

ANDRADE, N.A. **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. São Paulo: Atlas, 2008. 300p.

ARAÚJO, Anderson H. Dos Santos; FILHO, José E. Dos Santos; GOMES, Fábio Guedes. **Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos 2000-10**. Disponível em <

<https://www.scielo.br/pdf/rap/v49n3/0034-7612-rap-49-03-00739.pdf> >. Acesso em: 21 de Março de 2024.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETO, Pedro Humberto. **O essencial da Contabilidade Pública**. 1. Ed. Saraiva, 2012.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da Republica.

BRASIL, **Lei complementar nº101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 08 de Maio de 2024.

BRASIL. **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**. 2024. Disponível em: <<https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#/municipal/inicio>> Acesso em: 31 de Maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Lei de direito financeiro**. Brasília, DF, 04 mai. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 27 de março de 2024.

COSTA, Marcelo Luis da. **Orçamento público: o instrumento da gestão**. FCE – Faculdade de Ciências Econômicas, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27208/000763339.pdf>>. Acesso em: 08 de Maio de 2024.

DADOS DO MUNICÍPIO. Prefeitura municipal de Pilõesinhos, 2024.

FERNANDES, Niédja Sarah A. Fernandes. **Análise entre planejamento e execução orçamentária nas secretarias municipais de turismo pernambucanas**. UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/50793/1/TCC%20NI%C3%89DJA%20SARAH%20ALVES%20FERNANDES.pdf>>. Acesso em: 8 de Maio de 2024.

FILHO, Gevarsio Silveira Moura. **Análise da execução orçamentária: Um estudo da segurança pública no Estado do Ceará**. UFPE – Universidade Federal do Ceará, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/35123/1/2015_dis_gsmourafilho.pdf>. Acesso em: 8 de Maio de 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FREITAS, Ernani Cesar. PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GIACOMANI, J. **Orçamento Público**. 12º. ed. São Paulo: Atlas 2003

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Pública**. UFSC: Capes, 2010. <
https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/39252309/Livro_contabilidade_publica-libre.pdf?1445092972=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DLivro_contabilidade_publica.pdf&Expires=1710645296&Signature=e~l5CXnfA1iyDaWfEoFqzjld~Og7JkyvwVI1k9NHRDWGaTfZqihAPMlzS1JAfxqgEHnGLNA5r9zo8rxTHyrQsvb0odDQEejSvzcZfqLT97ONjhVljsh34rs5er2IY9RiNkSvQsYIUpxA4696-pQHfaSOL53RnlEcNcWUIVX5rvXGoLJtu2412cZX445gF1C~hvTEqjJKecREOiBiTQMj7yQYVTDIdq7x8Y8dU4EctxufoMu~ZcQShmkPQ~rVWToF8jmjVSqixj4sA1onw7401I2VnQrqiI7PRUYccpAB0awjKcv7kjcXNp8xbqOxQSTTqW-H3hcnzs3keS9RhkrnA_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA > Acesso em: 16 de Março de 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi – 7. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

Lei de responsabilidade fiscal; Lei complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

NEVES, Fernanda Cristina; SANTOS, Anderson Alves; LIMA, Gustavo Henrique de. **Lei de responsabilidade fiscal: um estudo de caso na visão de prefeitos de três municípios da região centro-oeste de Minas Gerais**. IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<https://formiga.ifmg.edu.br/documents/2017/PublicacoesTCCsBiblioteca/Administracao/Artigo-TCC-Fernanda-Neves.pdf>>. Acesso em: 08 de Maio de 2024.

OLIVEIRA, F. M. de. **Orçamento Participativo: Instrumento de Democratização da Gestão Pública**. IN: **O Poder, o Controle Social e o Orçamento Público**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2005

PALAZZO, Juliana; CARVALHO, Luciano F.; NETO, Aline R.; FALLEIROS, Ana Elisa. **O Papel da Controladoria no Processo de Gestão em empresas de grande porte da cidade de Uberlândia**. UFU – Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

PILÕEZINHOS, Prefeitura de. **Missão da secretaria de finanças**. Disponível em: <<https://www.piloezinhos.pb.gov.br/secretaria.php?sec=3>> Acesso em: 21/05/2024

PINHEIRO, Karina Monteiro. **O orçamento público como instrumento de planejamento e controle para a gestão pública**. UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2013. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/22949/3/PB_GP_III_2014_08.pdf>. Acesso em: 08 de Maio de 2024.

SANTOS, Vinícius Menezes; SANTOS, Carlos E. Ribeiro. **A Lei de Responsabilidade Fiscal Brasileira e sua Relação com os Gastos Públicos em Saúde, Educação e Pessoal**. 2014. 3 f. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus, 2014. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt5-1.pdf>> Acesso em: 20 de Março de 2024.

SANTOS, Franklin C. Da Silva. **Orçamento público**. 1. ed. Ed. Clube de Autores, 2011.

Trilhante educação LTDA. **Realização e execução orçamentária**. 2024. Acesso em: 27 de março de 2024. Disponível em: <https://trilhante.com.br/curso/despesas-e-gastos-publicos/aula/realizacao-e-execucao-2>

REQUISITOS PARA ATUAÇÃO NO MERCADO DO PERITO CONTÁBIL TRABALHISTA DA 13ª REGIÃO DO TRT.

Renata Santos do Nascimento¹⁷
Tatiana Falcão de Souza Fernandes¹⁸
Cleber Soares de Brito¹⁹

RESUMO

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, de acordo com Moreira e Júnior (2011, p.1). Sendo assim, este artigo visa analisar os requisitos para atuação no mercado de trabalho como perito contábil trabalhista na da 13ª Região do TRT. A metodologia utilizada é uma pesquisa básica, com relação aos objetivos qualifica-se como uma pesquisa de natureza descritiva, do tipo quanti-qualitativo por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados do estudo, demonstraram que existe um edital de cadastro permanente para peritos, esse cadastro pode ser realizado por profissionais de áreas distintas, além do perito contempla também os tradutores e interpretes. Os resultados apresentaram o passo a passo o cadastramento no sistema de Assistência Judiciárias da Justiça do trabalho (AJ/JT). Conclui-se então, que os requisitos apresentados neste trabalho trazem informações relevantes para os profissionais contábeis, e para os estudantes do curso de ciências contábeis, ao apresentar instruções e dados que podem ser poucos conhecidos por esses, sobretudo no que se refere aos requisitos para atuação como perito trabalhista, por meio do passo a passo do cadastramento.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Perito Contábil; Perícia Trabalhista.

ABSTRACT

Accounting expertise constitutes the set of technical and scientific procedures designed to bring the necessary evidence to the decision-making body to support the fair resolution of the dispute, according to Moreira and Júnior (2011, p.1). Therefore, this article aims to analyze the requirements for working in the job market as a labor accounting expert in the 13th Region of the TRT. The methodology used is basic research, in relation to the objectives it qualifies as descriptive research, of a quantitative-qualitative type through bibliographic and documentary research. The results of the study demonstrated that there is a permanent registration notice for experts, this registration can be carried out by professionals from different areas, in

¹⁷ Graduando do Curso de Ciências Contábeis pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba UNIESP. E-mail: 20202120001@iesp.edu.br

¹⁸ Professora Orientadora, Tatiana Falcão de Souza Fernandes, Graduada em Ciências Contábeis, pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba, Especialização em Avaliação Econômico Financeira Empresarial pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba, (IESP) e Mestrado em Ciência da informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis, Administração e Gestão financeira. E-mail: tatianafalc@iesp.edu.br Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1269031824099886>.

¹⁹ Professor Coorientador, Cleber Soares de Brito, Graduado em Administração e Matemática, pela Universidade Estadual da Paraíba -UEPB, Mestrado em Gestão das Organizações Aprendentes pela universidade Federal da paraíba – UFPB. Docente do Curso Superior em Ciências Contábeis, na disciplina de trabalho de Conclusão de Curso. E-mail: prof1660@iesp.edu.br . Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1342532910645533>

addition to the expert it also includes translators and interpreters. The results presented step-by-step registration in the Legal Assistance system of the Labor Court (AJ/JT). It is concluded, then, that the requirements presented in this work provide relevant information for accounting professionals, and for students of the accounting sciences course, by presenting instructions and data that may be little known to them, especially with regard to the requirements for acting as a labor expert, through step-by-step registration.

KEY WORDS: Labor market; Accounting Expert; Labor Expertise.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho do contador é amplo e de acordo com as mudanças da sociedade está exigindo cada vez mais conhecimentos técnicos e específicos para sua área de atuação. Entre essas áreas, destaca-se a Perícia Contábil. De acordo com Crepaldi (2019) a área de atuação da perícia é no campo, previdenciário, civil e trabalhista. No que se refere a essa última, Ghisi (2014, p.14) menciona que “O contador é o profissional habilitado para exercer o papel de perito perante a justiça do trabalho, quando o litígio trata de questões contábeis”. É ele quem vai esclarecer as dúvidas existentes no processo, matéria de seu conhecimento específico, realizar análises de registros e documentos em busca de identificar se as obrigações trabalhistas estão sendo executadas.

Ghisi (2014, p.14) complementa seu pensamento ao afirmar que: “A perícia contábil tornou-se um campo de atuação expressivo para o profissional contábil”. Sua função é desenvolvida no âmbito judicial, extrajudicial e arbitral, fornecendo informações com total clareza do fato, de maneira técnica-científica, por meio da emissão de exame, laudo pericial, vistoria, e indagação para o processo decisório, agindo sempre com moral e ética na sua profissão (FERREIRA et al., 2017).

De acordo com Carvalho e Athayde (2016, p.8): “O segmento de Perícia Contábil, tem sido de vital importância social para esclarecer e proporcionar a real representatividade dos fatos contábeis”. Diversos casos de destaque nacional necessitaram da atuação desse profissional, a ação da Lava Jato no Brasil, por exemplo, necessitou da presença desses profissionais em busca de esclarecer informações e trazer comprovações do caso (MIRANDA, 2021).

No que se refere a atuação do perito contábil na esfera trabalhista, este atua de forma essencial para garantir que a relação do trabalho aconteça em conformidade com a sua legislação. Para Nadal (2020):

A Justiça do Trabalho é o campo do poder judicial mais presente no dia a dia das pessoas. Afinal, as relações de trabalho acompanham praticamente todos os membros da sociedade brasileira. E, quando acontecem divergências entre empregado e empregador, é necessário um órgão imparcial que resolva esse conflito, para que a sociedade se sinta segura e pacífica (NADAL, 2020).

O órgão da Justiça do Trabalho é composto pela Vara do Trabalho (VT), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), cada um com sua competência. A Vara do Trabalho compete a conciliação dos processos em que o empregado e o empregador solicitam a análise do cálculo trabalhista, referente ao pagamento da remuneração, férias, indenização, rescisão paga ao empregado. Além disso, tem como responsabilidade de requerer as autoridades competentes os esclarecimentos em casos de diligência sobre o julgamento (BRASIL 2017; GHISI 2014).

Em se tratando do TRT, segundo o Relatório Geral da Justiça do Trabalho, (2022) esse está localizado na 2ª Instância da justiça do trabalho com atuação em 24 regiões. Ele julga os recursos das decisões tomadas pela primeira instância da vara do trabalho. Dentre os quais se destacam: os processos recebidos e julgados, e os processos pendentes de julgamentos. Por sua vez, a competência do (TST) é supervisionar os atos e as decisões da Vara do trabalho e do TRT. De acordo com o conselho nacional da justiça (2012);

Os tribunais superiores são a terceira instância, embora esse nível de hierarquia não existir formalmente no Poder Judiciário. As decisões adotadas em primeira e segunda instância podem ser observadas pelos tribunais superiores, por meio de recurso (JUS BRASIL, 2012).

A atuação do perito contábil trabalhista pode ser desenvolvida tanto na área privada, quanto na área pública. Na área privada sendo contratado de forma direta pelas partes (reclamante ou reclamado), e na área pública, por meio de concurso público ou mesmo sendo nomeado pelo juiz para atuar nas varas do trabalho, nos tribunais regionais e também no TST prestando serviços sem a necessidade de submeter-se a aprovação em concurso público.

Esse estudo é uma continuidade do trabalho desenvolvido por Batista (2023) com o título: Perícia Contábil Cenário Regional Brasileiro da Profissão para o cumprimento das Execuções Judiciais Trabalhistas. Com o objetivo geral de analisar o Cenário Regional da profissão de Perito Contábil para o efetivo cumprimento das obrigações recorrentes das ações Judiciais trabalhistas nos últimos cinco anos

(2017-2021) seu trabalho, fez uma relação entre a quantidade de peritos existentes no cadastro nacional de peritos e a quantidade de processos na 13ª região. Seus resultados mostraram uma demanda considerável de processos para cada perito cadastrado no CNPC, o que proporcionou a curiosidade de buscar resposta para a seguinte questão de pesquisa: Quais os requisitos para atuação no mercado do perito contábil trabalhista da 13ª região do TRT?

Para responder a essa questão de pesquisa, delimitou-se como objetivo geral analisar os requisitos para atuação no mercado da perícia contábil trabalhista da 13ª região do Tribunal Regional do Trabalho. Para atender ao objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: Identificar os requisitos para atuação como perito contábil trabalhista e o seu processo de nomeação; Demonstrar a quantidade de peritos contadores nomeados no TRT; Apresentar os assuntos mais recorrentes das causas trabalhistas da 13ª Região do TRT; Verificar a quantidade de processos recebidos e julgados a fim de fornecer a demanda de trabalhos a serem executados pelos peritos contábeis trabalhistas na 13ª Região do TRT.

A justificativa desse estudo, reside em informar os requisitos necessários para atuação do perito contábil trabalhista na 13ª Região do TRT para alunos, formandos e profissionais da área contábil, como uma opção escolha profissional ou ampliação de sua atuação, além de destacar para a sociedade a importância desse profissional para obtenção de êxitos em causas relacionadas a área trabalhista.

A metodologia utilizada para cumprir os propósitos deste trabalho, foi realizada uma pesquisa descritiva de característica quanti-qualitativa de natureza documental, visando cumprir o objetivo geral e os objetivos específicos. O artigo apresenta uma estrutura dividida em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento e discussão de dados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MERCADO DE ATUAÇÃO DO PERITO CONTÁBIL TRABALHISTA

O mercado de atuação do perito contábil trabalhista é desenvolvido sob a esfera das ações judiciais, a fim de analisar o litígio dos processos que demandam conhecimentos técnicos específicos. De uma maneira geral Dias et al. (2023) afirma

que: o mercado de trabalho da perícia compreende as demandas de pessoas físicas e jurídicas que precisam de conhecimentos especializados, podendo ser de natureza judicial, extrajudicial ou arbitral.

De acordo Passos et.al (2022) as divergências entre funcionário e as empresas que cercam o convívio no trabalho tem aumentado gradativamente, por essa razão a perícia contábil permanece, para resolver estas questões trabalhistas.

Sá afirma que (2019, p. 190):

Um dos campos de grande atuação dos peritos é na Justiça do Trabalho, verificando nas escritas das células sociais, relativa as reclamações que são postuladas. Elas giram em torno de registros do empregado, de salários, de direitos inerentes às relações de trabalho (SA, 2019 p.190).

A perícia contábil trabalhista, envolve outras áreas, pois essa função está conectada em diversas especialidades, como, por exemplo, administração, economia, matemática, direito, engenharia e entre outras graduações que podem proporcionar o mesmo tipo de serviços, porém é necessário obter alguns conhecimentos técnicos/ científicos na área contábil para solucionar questões no trabalho pericial (RECH, 2018).

O desempenho das atividades abrange nas três esferas principais: na Justiça Estadual, Federal e do Trabalho. No ramo federal, as execuções fiscais nas ações de financiamento imobiliário, analisará os juros aplicados no imóvel e na previdência em quesito de aposentadoria ou benefícios, avaliará os dados financeiros apresentados para identificar fraudes que possam afetar os benefícios e entre outros tributos federais no geral. No Estado a elaboração das atividades do perito é realizada no instituto e fora do poder judiciário, por exemplo: no Tribunal de Contas, na Administração Tributária e entre outras repartições (LIMA; ARAÚJO, 2008). Na Justiça do Trabalho seu cumprimento é conciliar e julgar conflitos entre empregadores e empregados em múltiplos assuntos. Como, por exemplo: hora extras, aviso prévio, salário e entre outros casos. Os autores ainda se posicionam em relação ao direito trabalhista e a perícia contábil.

No ramo do Direito Trabalhista, questões envolvendo controvérsias nas relações de trabalho entre pessoas físicas e jurídicas têm propiciado um bom mercado de trabalho para o profissional da área contábil, tanto como perito judicial como assistente (LIMA E ARAÚJO 2008, p.13).

Para exercer a função do perito contábil é necessário possuir o curso bacharel em ciências contábeis e para escolha do profissional para exercer a atividade de perito contábil trabalhista, de acordo com Passos (2022, p.4) menciona que:

A escolha do perito contábil, é realizada por parte do juiz, e as partes poderão apontar um perito contábil assistente se assim o desejarem, com intenção de conduzir o perito contador na atividade dos seus trabalhos. Mas, o assistente técnico precisará ter as mesmas capacidades profissionais e pessoais nomeadas para o perito judicial (aquele designado pelo juiz) (PASSOS, 2022, p.4).

Conforme mencionado anteriormente, sua atuação é desenvolvida tanto no setor privado quanto público, colocando como destaque o setor público, as execuções do perito no âmbito judicial trabalhista se tornaram mais eficazes devido as novas tecnologias. Consequentemente, o poder judiciário desenvolveu o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE), com esse sistema é possível executar e apresentar resultados por meio digital a qualquer hora ou local que antes ocorria apenas de forma física e hoje de forma tecnológica (MACHADO, 2014). Com o novo mecanismo no serviço Judiciário proporciona a facilidade no cotidiano de uma demanda judicial. De acordo com passos (2022, p.6):

O Processo Judicial Eletrônico é um artefato indispensável que facilita o profissional por meios de informações introduzidos a uma rede de dados. Na realidade, esse programa é uma plataforma em que são inseridas e efetuadas todos as ações de litígio de um processo usual, mas de formato virtual e online, conservando-se e atualizando todos os documentos do que se realiza em todos os processos, quer ser agravos, petições, sentenças, arbitramento e certidões (PASSOS, 2022 p.6).

Nesse sentido, de acordo com o os autores citados, o mercado de atuação da perícia contábil trabalhista é amplo e pode ser de natureza específica, ou seja, pode estar em qualquer área científica ou frequente. Além disso, essa função com a nova tecnologia tornou-se mais produtivo para o desempenho da atividade.

2.2 NORMAS APLICADAS AO PERITO CONTÁBIL TRABALHISTA

As normas brasileiras são um conjunto de regras e procedimentos que devem ser seguidos pelo profissional da área contábil, dentre os quais, aqueles que trabalham com a perícia contábil.

A norma NBC TP R1, no item 2, conceitua que:

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conforme com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente (CFC, 2020).

Deste modo, o profissional que irá atuar como perito contábil, no exercício de sua função deve apreciar e seguir as normas demonstradas no quadro 01 a seguir:

Norma	Descrição
NBC PG 01.	Código de Ética Profissional do Contador.
NBC PG 100	Cumprimento do Código, dos Princípios Fundamentais e da Estrutura Conceitual.
NBC PG 300	Contadores que Prestam Serviços (Contadores Externos)
NBC PG 12	Educação Profissional Continuada naqueles aspectos não abordados por esta Norma.

Quadro 1- Normas aplicáveis a Perícia Contábil
Fonte: NBC PP 01 (R1), 2020

Tais normas, irão conduzir o profissional e direcionar a sua conduta no exercício de suas atividades. No caso da perícia trabalhista, além das normas citadas no quadro 01, o profissional contábil precisa conhecer a legislação trabalhista.

Bandeira (2021, p.3), afirma que: “As normas de perícia contábil, bem como a legislação civil e a doutrina, classificam a perícia contábil de acordo com os campos ou áreas em que o contador, na função de perito, pode atuar.” Em relação as normas mencionadas existem os critérios expostos nessas condutas no qual o profissional deverá seguir para o desempenho das obrigações.

No que se refere a responsabilidade do perito, a norma NBC PP 01, no inciso 37, conceitua:

O termo “zelo” para o perito refere-se ao cuidado que o mesmo deve dispensar na execução de suas tarefas, em relação à sua conduta, documentos, prazos, tratamento dispensado às autoridades, aos integrantes da lide e aos demais profissionais, de forma que sua pessoa seja respeitada, seu trabalho levado a bom termo e, consequentemente, o laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil dignos de fé pública (CFC 2016).

As atribuições desse profissional devem ser seguidas por lei, de acordo com a norma NBC PP 01, no parágrafo 38, evidência:

O zelo profissional do perito-contador e do perito-contador assistente na realização dos trabalhos periciais compreende:

- (a) cumprir os prazos fixados pelo juiz em perícia judicial e nos termos contratados em perícia extrajudicial, inclusive arbitral;
- (b) assumir a responsabilidade pessoal por todas as informações prestadas, quesitos respondidos, procedimentos adotados, diligências realizadas,

valores apurados e conclusões apresentadas no Laudo Pericial Contábil e no Parecer Pericial Contábil;

(c) O perito-contador prestará os esclarecimentos determinados pelo juiz ou pelo árbitro, respeitados os prazos legais ou contratuais;

(d) o perito-contador assistente respeitará o prazo determinado pelo juiz, ou contrato quando se tratar de perícia extrajudicial, bem como as normas do juízo arbitral;

(e) propugnar pela celeridade processual, valendo-se dos meios que garantam eficiência, segurança, publicidade dos atos periciais, economicidade, o contraditório e a ampla defesa;

(f) ser prudente na formação de suas conclusões, atuando de forma cautelosa, no limite dos aspectos técnicos, e, atento às consequências advindas dos seus atos;

(g) ser receptivo aos argumentos e críticas, podendo ratificar ou retificar o posicionamento anterior (CFC 2016).

A nomeação ou a contratação do perito contador é requerida quando a parte ou contratante almeja ser auxiliado pelo contador para comprovar algo que dependa de informação técnica/científica, porém o profissional só deve aceitar o serviço se reconhecer estar apto com instruções suficientes para exercer as atividades do trabalho (CREPALDI, 2019).

O Art. 465 do CPC afirma que: “O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo”. A aptidão do profissional nomeado relaciona-se a sua capacidade técnica, além da sua experiência profissional, refletindo no auxílio a solução do litígio. Sua ação estabelece o serviço mediante análise do processo e a definição dos honorários para a sua contratação.

A Norma também trata das questões relacionadas aos honorários, conforme a Norma NBC PP 01, item 49:

Na elaboração da proposta de honorários, o perito deverá considerar os seguintes fatores: a relevância, o vulto, o risco, a complexidade, a quantidade de horas, o pessoal técnico, o prazo estabelecido, a forma de recebimento e os laudos interprofissionais, entre outros fatores (CFC 2016).

A atuação do perito trabalhista é exercida no poder judiciário trabalhista, de acordo com Alves (2017, p. 224) “Sua função será analisar dados que as partes alegam ser divergentes. O juiz ou as partes poderão formular quesitos que o perito deverá verificar e responder”. No órgão da justiça do trabalho sua competência é buscar a veracidade das informações técnicas sobre os cálculos pagos pelo empregador, tais como: horas-extras, aviso prévio, comissões, parcela variável, pagamentos de bônus ou qualquer outro pagamento pago incorreto. No final do cumprimento das execuções desse profissional deverá apresentar o relatório técnico trabalhado e a tabela e planilha utilizadas (RAMOS E BIAGI, 2022).

O perito de uma vara judicial pode ser constantemente chamado para atuar em vários processos, bem como em várias outras varas. Ele será (ou poderá ser) nomeado sempre por um juiz de primeira instância, na esfera judicial; nas demais instâncias, não existe uma prova pericial. (CREPALDI 2019, p.19).

As atividades desse profissional podem haver diferentes funções e cada demanda tem sua particularidade para ser executada, por mais que os processos sejam parecidos um com o outro, os pagamentos dos honorários raramente não são

idênticos, pelo fato de os processos serem distintos nas etapas de elaboração. Para Aguiar et. al (2006, p.5):

Difícilmente poderá haver honorários idênticos, devido a diversos fatores, como: se os documentos e dados necessários à busca da prova pericial estão ou não anexados aos autos; necessidade ou não de diligências e respectivos locais; quantidade de quesitos apresentados; volume de informações a serem trabalhadas (AGUIAR, et.al 2006 p.5).

Existe a possibilidade de definir os honorários pela tabela de valores por hora de trabalho, mas dificilmente utilizada, entretanto elas vêm sendo sugeridas pelas associações de peritos, tais como: No ASPECON, sindicatos das empresas dos peritos contadores, Federação dos contabilistas do estado de Santa Catarina – FECONTEC e em outras associações (AGUIAR, 2011). Na elaboração das propostas dos honorários o perito deverá considerar alguns aspectos como, por exemplo, a complexidade do trabalho, o tempo para execução do processo o número de horas, o prazo, o fator de risco, os especialistas capacitados, o enredo e entre outros fatores para realização da proposta.

Conforme a norma NBC PP 01, no item 49:

Na elaboração da proposta de honorários, o perito deverá considerar os seguintes fatores: a relevância, o vulto, o risco, a complexidade, a quantidade de horas, o pessoal técnico, o prazo estabelecido, a forma de recebimento e os laudos interprofissionais, entre outros fatores (CFC 2016).

Nesse sentido, o perito trabalhista ao fazer a elaboração da proposta dos honorários de acordo com a norma citado anteriormente deverá apresentar ao juiz ou contratante todas as informações estabelecidas referente ao orçamento do contrato.

2.3 JUSTIÇA DO TRABALHO E O PROCEDIMENTO CONTÁBIL TRABALHISTA

A Justiça do Trabalho é um órgão que tem como finalidade julgar conflitos de ações trabalhistas judiciais entre empregadores e empregados ou qualquer outro assunto relacionado ao trabalho. Para o autor Ferreira (2023):

A Justiça do Trabalho é responsável por conciliar e julgar as ações judiciais entre trabalhadores e empregadores, além de outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. Ela também lida com demandas originadas do cumprimento de suas próprias sentenças, incluindo as coletivas (FEREIRA, 2023).

Conforme o relatório geral da Justiça do Trabalho (2022, p.162), afirma que:

A Justiça do Trabalho é constituída pelo TST, por 24 Tribunais Regionais do Trabalho e por 1.587 Varas do Trabalho. São 3.955 cargos de magistrado e 43.131 de servidor. No TST estão em atividade 26 Ministros e 2.174 servidores.

Na 1ª Instância estão instaladas 1.573 Varas do Trabalho, com jurisdição em todos os 5.570 municípios do País. Estão em atividade, na 1ª Instância, 3.004 juizes e 21.897 servidores. Na 2ª Instância há um Tribunal em cada estado, à exceção dos estados do Acre, Roraima, Amapá e Tocantins, que são jurisdicionados pelos Tribunais com sede em Rondônia, Amazonas, Pará e Distrito Federal, respectivamente. No estado de São Paulo existem dois Tribunais: um com sede na cidade de São Paulo e outro em Campinas.

Estão em atividade, na 2ª Instância, 554 Desembargadores e 16.445 servidores (TST 2022).

A Justiça Trabalhista é considerada um dos campos mais amplos para atuação do perito contador e apresenta a maior concentração de processos judiciais e nessas ações judiciais trabalhistas o perito vai atuar em trâmites em torno dos registros do empregado, salários e direitos relativos às relações trabalhistas (SA, 2019; MAIATO, 2017). As execuções desses profissionais podem ser realizadas na Vara do Trabalho, TRT e no TST como já mencionado anteriormente. Em específico no órgão do (TRT).

No que se refere a sua criação, a Justiça do trabalho (2019) menciona:

O TRT da 13ª Região foi criado pela Lei nº 7.324, de 18 de junho de 1985, desmembrando-se da 6ª Região (Pernambuco), com sede em João Pessoa-PB e jurisdição inicial nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, tendo sido instalado no dia 11 de outubro de 1985 (TST 2022).

Diante dos serviços prestados, observa-se que o TRT é essencial para a proteção dos direitos trabalhistas, pois garante as relações de trabalho a manutenção dos seus direitos e o respeito mútuo para ambas as partes.

Segundo o TRT-13ª (2022), para exercer a função como perito judicial trabalhista, é obrigatório que todos os profissionais interessados sejam credenciados e cadastrados no Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho (AJ/JT). Para esse cadastramento é necessário que o profissional possua os requisitos apresentados no Edital Permanente de Credenciamento de Peritos, Tradutores e Intérpretes (TRT-13ª, 2022).

O credenciamento, regulado pela lei de licitações e contratos administrativos no setor público, hoje está amparada na lei nº 14.133, que entrou em vigor dia 1º de abril de 2021. E a administração pública, portanto, convoca a partir desse credenciamento os especialistas interessados para prestar serviços no TRT (BRASIL, 2021).

Para o desempenho dessa função como perito judicial trabalhista, após o credenciamento, o candidato é habilitado no sistema (AJ/JT). Cumprida essa etapa, haverá um sorteio eletrônico de acordo com a demanda de processos.

De acordo com o decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024: criado para regularizar o art.79º da lei nº 14.133 que se refere ao procedimento do cadastro para o efetivo credenciamento informa:

Art. 11. Para habilitação como credenciado, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação, nos termos do disposto nos [art. 62 ao art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Art. 12. A inscrição do interessado para o credenciamento mediante apresentação de requerimento de participação implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no edital.

Art. 13. O interessado que atender aos requisitos de habilitação previstos no edital será credenciado pelo órgão ou pela entidade credenciante, com a possibilidade do interesse da administração, ser convocado para executar o objeto.

Art. 14. Quando convocado para execução do objeto, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no edital de credenciamento para fins de assinatura de contrato ou outro instrumento hábil (BRASIL, 2024).

Na análise de resultados será explanadas as possibilidades dos credenciamentos. No desempenhar das atividades judiciais trabalhistas, o profissional poderá usar qualquer meio útil para a prova pericial, por exemplo, ouvir as partes do processo, analisar os documentos, fazer uso das fotografias e entre outras formas de investigação (MARTINS, 2023).

O perito, por meio do laudo pericial, deve expressar com fidelidade a realidade dos fatos para auxiliar a justiça na solução do processo. Diante disso, é necessário que o perito contador seja dotado de habilidades específicas para desenvolver seu trabalho com a eficácia esperada (MAIATO, 2017 p.11).

As ações a serem desenvolvidas em uma perícia deverá ser seguida pelas normas do Conselho Federal da Contabilidade que é destinado ao perito contábil ou para a perícia em si. Conforme a norma NBC TP 01 (R1) artigo 32, destaca:

Os procedimentos periciais contábeis visam fundamentar o laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação, certificação e estabilidade (CFC, 2020).

No processo trabalhista, o juiz nomeará apenas um perito que dará um prazo fixo para a entrega do laudo pericial. Em caso de o perito ter aceitado e houver impedimento, suspeição ou escusa, ele deverá comunicar e logo em seguida, o juiz nomeará um novo perito que será substituído quando o profissional não obter conhecimentos técnicos e científicos ou se não entregar no prazo ou deixa de cumprir os processos sem motivo legítimo (MARTINS, 2023).

Para o perito é importante conhecer o andamento e os procedimentos processuais, saber que o processo tem início com o protocolo da petição inicial no distribuidor. Essa peça abre o processo e nela estão descritos os fatos e os pedidos do autor e muitas vezes, quesitos para o caso de ocorrer perícia, os cálculos feitos por assistentes técnicos, o valor da causa. Se for o caso, também consta dessa peça o pedido de justiça gratuita (MULLER, 2017, p.7).

O rito processual é fundamental para o perito contador conhecer para o desempenho das execuções judiciais trabalhistas, seguindo com o mesmo pensamento de Muller (2017, p.7):

Uma vez distribuída a petição e feitos os trâmites do cartório e da vara, o juiz despacha, aceitando a ação, e intima a parte, réu à manifestação. Esta manifestação é a peça chamada de contestação, na qual a parte do réu à manifestação vai se defender da acusação feita na inicial, mostrar os fatos conforme sua visão e apresentar, além deles, seus pedidos e os cálculos de seu assistente técnico. A seguir, o juiz pode dar a sentença ou ainda dizer quais provas as partes pretendem demonstrar. Obedecendo à sentença, as partes pedem as provas desejadas, entre elas, a prova pericial. Se o juiz acatar o pedido da prova pericial, nomeará o perito que irá executar a perícia e ordenará às partes que, no prazo certo, apresentem quesitos e assistentes técnicos. Depois disso, o perito é intimado a apresentar sua proposta de honorários. Apresentada a proposta de honorários, as partes podem concordar com o valor ou impugnar a proposta. Nesse caso, o perito é chamado ao processo para se manifestar sobre a impugnação de honorários, e ele pode manter sua proposta ou alterá-la. O juiz decide se

homologa os honorários do perito ou o substitui por outro e refaz o mesmo procedimento (MULLER, 2017, p.7).

Nesse sentido, para a execução dos processos trabalhistas é necessário ter o conhecimento técnico/científico para o efetivo cumprimento das ações judiciais.

3 METODOLOGIA

De acordo com Crepaldi (2019 p.133) em seu contexto descreve a metodologia como um “conjunto dos meios dispostos convenientemente para alcançar o resultado.” Portanto é fundamental para elaboração de um estudo científico, a definição dos procedimentos metodológicos. Considera-se então a necessidade de estabelecer como e onde a pesquisa será executada. Para Lakatos (2021, p. 44) “Pesquisa é uma atividade que se realiza para a investigação de problemas teórico ou práticos, empregando métodos científicos.”

Nesta perspectiva, apresenta-se a metodologia utilizada para realização do estudo, por meio do detalhamento dos procedimentos, análises e coleta de dados, além de mostrar o caminho para cumprir com os objetivos da pesquisa.

A natureza desse estudo é definida como uma pesquisa básica, segundo o autor Estrela (2018, p. 5) “Na pesquisa básica, em que se busca chegar ao conhecimento de fenômenos e fatos”. Tal pesquisa busca um determinado conhecimento por meio do tratamento e análise de dados científicos para chegar ao objetivo.

Com relação aos objetivos, é classificada como uma pesquisa descritiva, identificando, dados coletados dos processos presentes na realidade do fenômeno estudado para o esclarecimento de uma determinada situação. “A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever um fenômeno ou situação em detalhe, permitindo abranger com clareza as características de um indivíduo, um grupo ou uma situação” conforme (Souza et. al, Jicex 2017).

Na abordagem utilizada no artigo, se caracteriza como uma pesquisa quanti-qualitativa, seguindo o mesmo pensamento de Lakatos (2021, p.150):

Na pesquisa quantitativa, implica análise de conteúdo e análises estatísticas, incorporando no texto apenas tabelas, quadros, gráficos e outras ilustrações estritamente necessárias à compreensão do desenrolar do raciocínio; os demais deverão aparecer em apêndice. Na pesquisa qualitativa, as análises são realizadas com base na hermenêutica-dialética, análise do discurso, análise crítica do discurso, semiótica (LAKATOS, 2021, p.150).

Em concordância com o texto acima, a análise dos dados ocorreu de forma objetiva com relação direta, ao tema estudado. Para a classificação dos procedimentos, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, com objetivo de buscar abordagem teórica para contextualizar o tema abordado na pesquisa, fundamentar os argumentos e trazer o conhecimento. Para Lakatos (2021, p.45):

A bibliográfica é realizada com base em fontes disponíveis, como documentos impressos, artigos científicos, livros, teses, dissertações, mas não podemos esquecer que toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas (LAKATOS, 2021, p.45).

Nesse sentido, os dados essenciais obtidos para realização deste estudo foram as informações disponíveis no site do TRT da 13ª Região (TRT), no Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho (AJ/JT), no Relatório Geral da Justiça do Trabalho 2022 disponibilizado pelo TST (TST) e no edital permanente de credenciamento de peritos, tradutores e intérpretes nº 001/2020 para atuação como perito trabalhista no mercado de trabalho.

Para alcançar os objetivos deste estudo, foram coletados os dados em documentos conforme descrito no quadro a seguir:

Tópicos	Objetivo Específico	Documentos Analisados	Tempo de Análise (dias)
01	Identificar os requisitos para atuação como perito contábil trabalhista;	Editais Permanentes de credenciamento de peritos, tradutores e intérpretes	05
02	Demonstrar o processo de nomeação do perito contábil trabalhista;	Editais Permanentes de credenciamento de peritos, tradutores e intérpretes	05
03	Apresentar os assuntos mais recorrentes na esfera do TRT (TRT) na 13ª região.	Relatório Geral da Justiça do Trabalho de 2022	03
04	Verificar a quantidade de processos recebidos e julgados a fim de fornecer a demanda de trabalhos a serem executados pelos peritos contábeis trabalhistas na 13ª Região do TRT	Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho (AJ/JT)	03

Quadro 03 – Objetivos específicos
Fonte: Elaboração Própria, 2024

Os dados foram analisados compreendendo a série histórica de 2020 a 2022, para atender aos objetivos do estudo.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta os resultados que foram coletados com base no edital permanente de credenciamento de peritos, tradutores e intérpretes nº 001/2020, do Sistema AJ/JT, disponível no site do TRT da 13ª Região e o Relatório Geral da Justiça do Trabalho de 2022, disponível pelo Tribunal Superior de Trabalho (TST). Logo após, foram coletados os dados para responder à questão do estudo: Quais os requisitos para atuação no mercado do perito contábil trabalhista da 13ª região do TRT?

4.1 EDITAL PERMANENTE DE CREDENCIAMENTO DE PERITOS, TRADUTORES E INTÉRPRETES

Os profissionais interessados em se habilitar para desempenhar a função de perito judicial nas diversas unidades do TRT da Paraíba (13ª Região) podem fazer isto a qualquer momento.

O [edital é permanente para credenciamento de peritos, tradutores e intérpretes, neste são apresentados](#) os requisitos necessários e o passo a passo para se candidatar a uma vaga. O credenciamento tem por objetivo habilitar peritos, tradutores e intérpretes aptos à designação para atuar nos processos judiciais no âmbito da primeira instância e na segunda instância do TRT-13ª, inclusive naqueles que envolvem justiça gratuita.

4.1.1 Participação

Foi verificado que poderão participar do credenciamento as pessoas físicas especializadas e legalmente habilitadas a atuarem no ramo de atividade compatível com o objeto deste instrumento. Conforme destaca da NBCPP01, é importante que mesmo o perito sendo nomeado, deverá aceitar o trabalho apenas se dominar o assunto em questão, do contrário, deverá esquivar-se da responsabilidade. As inscrições deverão ser realizadas no Sistema AJ/JT, a partir da publicação do presente edital, inclusive pelos peritos, tradutores e intérpretes, já cadastrados no sistema antigo.

4.1.2 Finalidade do sistema AJ/JT

Observou-se que o Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho (AJ/JT), é uma plataforma de gestão de cadastros que objetiva otimizar os procedimentos relacionados ao cadastramento de profissionais que auxiliam a Justiça do Trabalho na condição de peritos, tradutores e intérpretes.

No que se refere ao acesso à plataforma do sistema (AJT-JT), percebeu-se que deverá ser realizado da seguinte forma: entrar no endereço eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>, e realizar o cadastramento.

4.1.3 Requisitos para o cadastramento do sistema AJ/JT

Ao verificar os requisitos para cadastramento no sistema AJ/JT, o interessado deve estar devidamente inscrito no Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho (AJ/JT), com a anuência ao termo de compromisso relativos às exigências e às obrigações impostas na Resolução nº 247, de 25 de outubro de 2019, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), e nos demais atos normativos referentes à matéria; e a entrega, por meio da utilização do Sistema AJ/JT, de cópia digitalizada dos documentos relacionados no item 1.3 do edital.

O Quadro 04, foram destacados os documentos e declarações de termos que o profissional deverá apresentar no cadastramento do sistema AJ/JT. Observa-se que são documentos pessoais, comprovações de conhecimentos adquiridos, e declarações de adesão e comprometimento em relação aos trabalhos a serem executados.

Documentos obrigatório para o cadastramento do sistema AJ/JT
a) documento de identidade oficial (frente e verso) com foto;
b) comprovante de endereço em nome do profissional, emitido há, no máximo, 3 (três) meses da data da inscrição, ou declaração de domicílio do interessado;
c) comprovante da existência de conta corrente individual, para crédito dos honorários;
d) Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ;

e) diploma do curso superior devidamente registrado, ou, na impossibilidade deste certificado de conclusão de curso atualizado (frente e verso), para as profissões que o exijam e para a profissão de grafotécnico;
f) diploma do curso de nível médio técnico devidamente registrado, ou, na impossibilidade deste, certificado de conclusão de curso atualizado (frente e verso), para as profissões que o exijam, desde que comprovada autorização do Conselho/Órgão de Classe para que o profissional de nível médio técnico firme laudo pericial (o documento deverá ser acompanhado da autorização para assinatura do laudo);
g) diploma de conclusão de curso de pós-graduação lato ou stricto sensu, caso seja necessário para o exercício de especialidade;
h) certificado de especialização na área de atuação ou certidão do órgão profissional, se for o caso;
i) carteira do Conselho/Órgão de Classe respectivo (frente e verso), em caso de filiação obrigatória para o exercício da profissão que exija curso superior;
j) carteira do Conselho/Órgão de Classe respectivo (frente e verso), em caso de filiação obrigatória para o exercício da profissão que exija curso de nível médio técnico;
k) carteira da Junta Comercial (frente e verso), para a profissão de tradutor ou intérprete;
l) comprovante de inscrição municipal no Cadastro de Contribuintes de Tributos Mobiliários, do local do estabelecimento ou do domicílio declarado pelo prestador de serviço;
m) certidão de regularidade com o Órgão de Classe, quando se tratar de interessado vinculado a entidade profissional;
n) comprovante de pagamento, ao município, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se for o caso.
1.3.2 Sem prejuízo das demais providências previstas neste Edital, ao se cadastrar, o profissional deverá:
a) declarar, ao concordar com o Termo de Adesão constante do Sistema AJ/JT, estar ciente de que não incide nas hipóteses legais de impedimento ou de suspeição, previstas no Capítulo II do CPC;
b) declarar, ao concordar com o Termo de Adesão constante do Sistema AJ/JT, estar ciente de que é vedada ao cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, de magistrado ou servidor do juízo da causa, a atuação como perito, tradutor ou intérprete;
c) declarar, ao concordar com o Termo de Adesão constante do Sistema, que não é detentor de cargo, emprego ou função pública, nas hipóteses exigidas pela Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 247, de 25 de outubro de 2019;
d) declarar a prestação ou não de serviços na condição de Assistente Técnico nos últimos 3 (três) anos, se comprometendo a, antes de aceitar quaisquer nomeações, verificar se houve atuação em favor de uma das partes do processo e, em caso positivo, recusar o encargo e apresentar justificativa, informando ao magistrado nomeante sua especialidade, a unidade jurisdicional em que tenha atuado, o número do processo, o período de trabalho e o nome do contratante;
e) preencher o formulário referente à contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, se for o caso.

Quadro 04: Documentos obrigatório para o cadastramento do sistema AJ/JT
 Fonte: Adaptado edital permanente de credenciamento de peritos, (item 1.3, 2020)

4.1.4 Validação do Cadastro AJ/JT

No que se refere a validação do cadastro, observou-se que a aprovação ou não, será informada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da documentação completa, por meio do endereço eletrônico. Se aprovado, o profissional estará habilitado a atuar nas cidades escolhidas. No que se refere a documentação apresentada e as informações registradas no Sistema AJ/JT para fins

de cadastramento, verificou-se que as informações prestadas são de inteira responsabilidade do profissional, no que concerne à sua autenticidade e veracidade, do contrário, este deverá ser submetido as penas da lei.

4.1.5 Acesso ao Sistema

Foi identificado que o acesso externo ao Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho pelo qual são feitas as inscrições dos candidatos, é realizado na rede mundial de computadores, por meio do link: <https://portal.sigeo.it.jus.br/portal-externo>. Trata-se do acesso ao Programa SIGEO, sistema utilizado pelo poder judiciário destinado ao usuário externo.

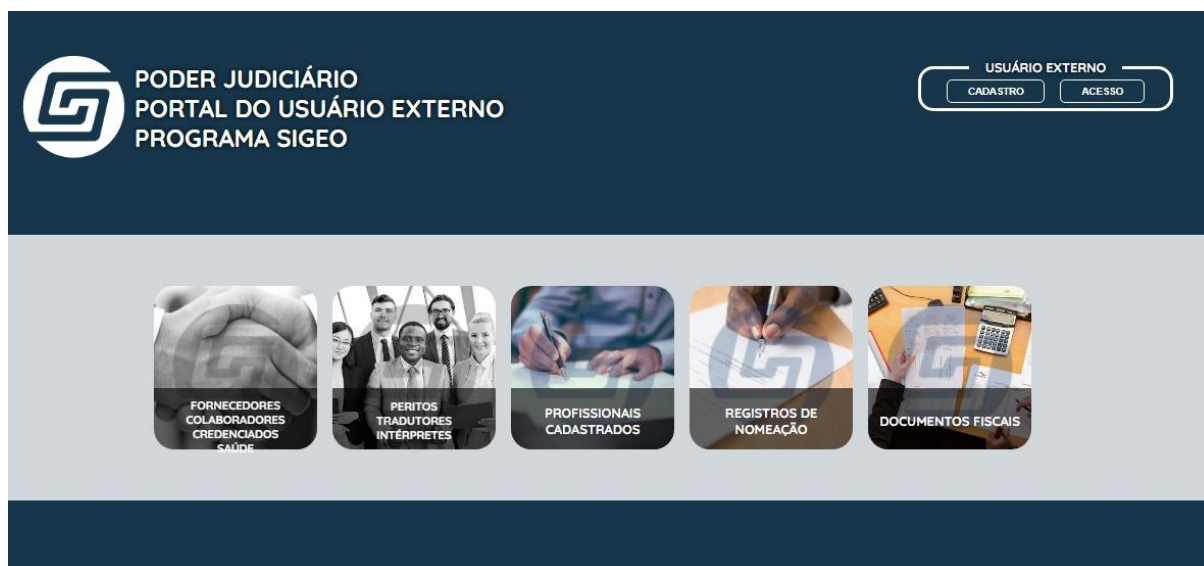


Figura 01: Cadastro da SIGEO
Fonte: (PORTAL JUDICIÁRIO, 2024)

Na figura 01, é exibido o site do SIGEO onde o profissional deverá fazer o cadastro para atuação no Tribunal Regional da Paraíba. O profissional deverá clicar na segunda aba (peritos tradutores intérpretes) para iniciar o seu cadastro, conforme demonstrado na figura 01. Será aberto o cadastro, conforme demonstrado a seguir:



Figura 02: Cadastro da SIGEO
Fonte: (PORTAL JUDICIÁRIO, 2024)

Após clicar em cadastro de peritos tradutores, intérpretes aparecerá o termo de compromisso, deverá ser lido e ao final, preencher os dados pessoais, em seguida, clicar em concordo com o termo e seguir para as etapas seguintes.

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro, nos termos da lei, que:

1. Li, conheço e aceito os termos da Resolução CSJT nº 247, de 25 de outubro de 2019, que institui, no âmbito da Justiça do Trabalho, o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária AJ/JT, destinado ao cadastro e gerenciamento de peritos, órgãos técnicos ou científicos, tradutores e intérpretes e ao pagamento dos profissionais nos casos dos processos que envolvam assistência judiciária gratuita, e dá outras providências.

2. Estou ciente de que as informações por mim prestadas e a documentação anexada estão sujeitas a diligências pela Justiça do Trabalho para verificação de exatidão e veracidade.

3. Estou ciente de que é vedado o exercício do encargo de perito, tradutor ou intérprete ao detentor de cargo público no âmbito do Poder Judiciário, exceto nas hipóteses do inciso I do § 3º do art. 95 do CPC.

4. Estou ciente de que é vedado o exercício do encargo de tradutor ou intérprete ao profissional que não tiver a livre administração de seus bens; que for arrolado como testemunha ou atuar como perito no processo para o qual tenha sido nomeado; que estiver inabilitado para o exercício da profissão por sentença penal condenatória, enquanto durarem seus efeitos, devendo, em quaisquer das situações, comunicar a ocorrência ao magistrado responsável.

5. Estou ciente da necessidade de, antes de aceitar quaisquer nomeações, verificar:

a) as hipóteses legais de impedimento e de suspeição previstas no Capítulo II do Título IV do Livro III da Parte Geral do Código de Processo Civil;

b) a prestação de serviços na condição de Assistente Técnico em favor de uma das partes do processo para o qual foi nomeado, nos últimos 3 anos;

c) ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, de advogado ou magistrado, com atuação no processo ou de servidor do juízo em que tramita a causa;

E, em caso positivo, recusar à nomeação, comunicando a situação ao magistrado competente.

6. Estou regularmente cadastrado junto à entidade de classe, se for o caso, bem assim de que inexistente impedimento ao pleno exercício da(s) profissão(ões) cadastrada(s).

Responsabilizo-me, sob as penas da lei, pela atualização dos dados cadastrais e dos documentos comprobatórios, bem como pela veracidade das informações prestadas e autenticidade dos documentos juntados.

CPF: *



Figura 03: Cadastro da SIGEO
Fonte: (PORTAL JUDICIÁRIO, 2024)

4.1.6 Município de Atuação

No que se refere ao município de atuação do profissional, foi verificado que ao efetuar o cadastramento, os profissionais deverão informar a(s) unidade(s) da federação, e o(s) município(s) em que pretendem atuar, não havendo impedimento para que atuem em mais de uma dessas, desde que respeitados os termos deste Edital e da Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 247, de 25 de outubro de 2019.

4.1.7 Deveres do Profissional

No que se refere aos deveres profissionais, observou-se que o edital permanente apresenta os seguintes tópicos descritos no quadro 05:

Deveres dos Profissionais
I – Atuar com diligência;
II – Cumprir os deveres previstos em lei;
III – observar o sigilo devido nos processos em segredo de justiça;
IV – Observar, rigorosamente, a data e os horários designados para a realização das perícias e dos atos técnicos ou científicos;
V – Apresentar os laudos periciais e/ou complementares no prazo legal ou em outro fixado pelo magistrado;
VI – Manter seus dados cadastrais e informações correlatas atualizados;
VII – providenciar a imediata devolução dos autos judiciais quando determinado pelo magistrado;
VIII – cumprir as determinações do magistrado quanto ao trabalho a ser desenvolvido;
IX – Nas perícias:
a) responder fielmente aos quesitos, bem como prestar esclarecimentos complementares que se fizerem necessários;
b) identificar-se ao periciando ou à pessoa que acompanhará a perícia, informando os procedimentos técnicos que serão adotados na atividade pericial;
c) devolver ao periciando ou à pessoa que acompanhará a perícia toda a documentação utilizada.

Quadro 05: Deveres dos Profissionais

Fonte: (TRT 13° REGIÃO PB, item 4, 2020)

No quadro 05, observou-se que este apresenta a forma de atuação do profissional, o cumprimento dos deveres legais, o sigilo dos processos determinados pela justiça, os prazos estabelecidos para execução dos trabalhos, entre outros deveres para o cumprimento das atividades do profissional.

4.1.8 Nomeação dos Profissionais

Nomeação dos Profissionais
5.1 Caberá ao magistrado, nos feitos de sua competência, escolher, por meio do Sistema, profissional regularmente cadastrado e habilitado, promovendo sua regular nomeação.
5.2 A nomeação a que se refere o item, 5.1 será realizada, equitativamente, de forma direta ou mediante sorteio, observada a necessidade do juízo, a impessoalidade, a capacidade técnica do profissional e a sua participação em trabalhos anteriores.

Quadro 06: Nomeação dos Profissionais

Fonte: (TRT 13° REGIÃO PB, item 5, 2020)

No quadro 06, destaca-se que a nomeação do profissional é de responsabilidade do magistrado, atendendo a alguns requisitos, bem como: capacidade técnica, participação em trabalhos anteriores, a impessoalidade, conforme a necessidade do Juízo e até mesmo de forma direta por meio do sorteio para o cumprimento das atividades do profissional.

4.1.9 Vedações no exercício da função

Vedações
a) que incida nas hipóteses legais de impedimento ou de suspeição, previstas no Capítulo II do CPC;
b) que tenha servido como assistente técnico de qualquer das partes, nos 3 (três) anos anteriores;
c) que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de advogado ou magistrado, com atuação no processo ou de servidor do juízo em que tramita a causa, devendo declarar, se for o caso, o seu impedimento ou a sua suspeição;
d) que seja detentor de cargo, emprego ou função pública, exceto nas hipóteses do inciso I do § 3º do art. 95 do CPC.

Quadro 07: Vedações

Fonte: (TRT 13ª REGIÃO PB, item 6, 2020)

No quadro 07, foram destacadas as vedações destinadas ao profissional no exercício da função. Foi verificado que em casos que não pode praticar de forma imparcial o cumprimento das obrigações é necessário declarar impedido ou suspeito, pois é fundamental mesmo após a nomeação ou indicação tanto no órgão judicial ou arbitral.

4.1.10 Casos de Suspensão, Exclusão e Inativação do Cadastro

Os Casos de Suspensão, Exclusão e Inativação do Cadastro, estão descritos no quadro 08:

Suspensão, Exclusão e Inativação do Cadastro
a) a pedido;
b) por representação do magistrado no caso de descumprimento de dispositivos da Resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nº 247, de 25 de outubro de 2019, de atos normativos do CSJT e do Tribunal a que estiver vinculado, deste Edital de Credenciamento ou por outro motivo relevante;
c) quando, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, agir com negligência ou desídia;
d) por meio de comunicação de suspensão ou de exclusão pelo órgão de classe ao CSJT ou ao Tribunal a que estiver vinculado.

Quadro 08: Suspensão, Exclusão e Inativação do Cadastro

Fonte: (TRT 13ª REGIÃO PB, item 7, 2020)

Foi identificado que o profissional credenciado poderá ser suspenso ou excluído do cadastro, por até 5 (cinco) anos, pelo tribunal a que esteja vinculado, por quaisquer das hipóteses apresentadas no quadro 08.

4.1.11 Arbitramento e Pagamentos dos Honorários

O quadro 09 refere-se ao pagamento dos honorários pagos pelo poder judicial trabalhista, conforme apresentado a seguir:

Requisitos para o pagamento dos honorários Judicial do TRT-13ª Região
8.1 Nas perícias, traduções e interpretações custeadas pelas partes, os honorários serão

arbitrados e pagos nos termos da legislação vigente, desde que o profissional esteja regularmente credenciado no Sistema AJ/JT
8.2 Em casos de gratuidade da justiça, os honorários serão arbitrados de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e por este Tribunal.
8.2.1 O pagamento efetuar-se-á mediante determinação do Presidente do Tribunal, após requisição expedida pelo juiz do feito, observando-se, rigorosamente, a ordem cronológica de apresentação no Sistema AJ/JT, apurada a partir da data em que o magistrado competente lançar sua assinatura eletrônica.
8.2.2 A quantia devida, após a retenção e recolhimento dos tributos, será depositada em conta indicada pelo perito, tradutor ou intérprete ou, em caso excepcional e pontual, mediante depósito judicial vinculado ao processo no qual ocorreu a prestação de serviços.

Quadro 09: Arbitramento e pagamentos dos honorários

Fonte: (TRT 13º REGIÃO PB, item 8, 2020)

Observou-se que para o recebimento o perito trabalhista deverá ser regularmente cadastrado no sistema (AJ/JT), em casos da perícia for feita pelo particular os honorários serão de acordo com a tabela fixa pelo órgão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, após a requisição do juiz competente do (TRT) o pagamento dos honorários é depositado na conta indicada pelo profissional.

4.2 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

O TRT da 13ª Região foi criado pela Lei nº 7.324, de 18 de junho de 1985, desmembrando-se da 6ª Região (Pernambuco), com sede em João Pessoa-PB e jurisdição inicial nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, tendo sido instalado no dia 11 de outubro de 1985. Posteriormente, com a criação do TRT da 21ª Região, no Rio Grande do Norte, pela Lei nº 8.215, de 25 de julho de 1991, a região compreendida por aquele Estado foi retirada da jurisdição do TRT da 13ª Região.

4.2.1 Levantamentos de dados das ações judiciais trabalhista do TRT

O campo de atuação do perito contábil é amplo uma vez que a demanda de processos é bastante significativa para os cumprimentos das ações judiciais trabalhistas.

A fim de atender ao objetivo específico do trabalho, buscou-se verificar a quantidade de processos recebidos e julgados, contemplado nos dados coletados do Relatório Geral do Trabalho 2022, com relação aos últimos anos (2020, 2021 e 2022), a fim de obter a demanda para atuação do perito contábil trabalhista no Tribunal Regional da Paraíba. Conforme demonstrado no quadro 10 a seguir:

4.2.2 Processos Recebidos

Região judiciária	Processos Recebidos por Ano		
13ª Região - PB	2020	2021	2022
	10.342	13.012	16.960
Crescimento		25,82%	30,34%

Quadro 10: Processos Recebidos

Fonte: (ADAPTADO DO TST, p.144, 2022)

No quadro 10, analisou-se a quantidade de processos recebidos no TRT da 13ª Região. Nota-se que a cada ano as ações judiciais trabalhistas obtiveram uma quantidade distinta. Em 2020 apresentou um total 10.342 processos. No ano seguinte, ocorreu um aumento de aproximadamente 25,82% na quantidade de processos.

Em 2022, o crescimento foi de aproximadamente 30,34%, representando um aumento em números quantitativos de 3.940 com relação ao ano de 2021. Os dados coletados estão disponíveis no Relatório Geral da Justiça do trabalho 2022.

Percebe-se que os aumentos de processos no período analisado demonstram o universo do campo de atuação do perito da 13ª Região, considerando a complexidade dos processos, o prazo e a precisão do trabalho a ser realizado, esses números demonstram um campo de trabalho promissor para o profissional contábil. Uma vez que esse profissional detém muitos conhecimentos relacionados a demanda do tribunal para responder as questões que são levantadas para resolução das causas, tem-se aqui uma grande oportunidade de atuação nessa área ainda pouco explorada. Deste modo, a cada ano esse mercado está demonstrando ser atrativo para o profissional Contábil.

4.2.3 Processos Julgados

Região judiciária	Processos Julgados por Ano		
13ª Região - PB	2020	2021	2022
	9.902	12.936	15.920
Crescimento		30,64%	23,07%

Quadro 11: Processos Julgados
Fonte: (ADAPTADO DO TST, p.115, 2022)

No quadro 11, identificou-se os processos julgados das ações judiciais trabalhistas que foram concluídas, ou seja, que tiveram uma decisão final.

Verificou-se no ano de 2020 um quantitativo de 9.902 processos julgados, o ano de 2021 apresentou um crescimento de aproximadamente 30,64% de processos julgados, representando um aumento de 3.034 processos. No ano de 2022, o crescimento foi de 23,07% processos julgados, o que representa um aumento de 2.984 processos, mesmo não tendo crescido na mesma proporção do ano anterior, ainda assim, representa um aumento significativo, considerando o trabalho técnico especializado para o fim a que se destina, necessita de tempo para a sua execução. Nesse sentido, a demanda apresentada se amplia para a atuação dos profissionais de contabilidade que preencha os requisitos para atuação.

As informações da quantidade de processos julgados foram extraídas do Relatório Geral da Justiça do trabalho do ano 2022.

4.2.4 Processos Pendentes de julgamentos

Região judiciária	Processos pendentes de Julgamentos por Ano		
13ª Região - PB	2020	2021	2022
	1.669	1.390	1.853
		-16,72%	33,31%

Quadro 12: Processos Pendentes de Julgamentos
Fonte: (ADAPTADO DO TST, p.116, 2022)

No quadro 12, apresentam-se os números de processos pendentes de julgamentos nos quais ainda não foram solucionados. De acordo com os dados obtidos, verificou-se que em relação ao ano de 2020 houve uma queda de aproximadamente 16,72%. No entanto, no ano de 2022 apresentou-se um aumento de aproximadamente 33,31% de processos pendentes de julgamentos, tais processos que deixaram de ser julgados podem ter sido pela ausência de um profissional para auxiliar na elucidação dos fatos, comprometendo os trâmites dos processos.

Em comparação com os processos julgados, tais dados refletem um bom desempenho do TRT, pois mesmo com o aumento de processos de 30,64%, no ano de 2021, houve uma queda na quantidade de processos pendentes de julgamentos. O período seguinte, não obteve o mesmo nível de crescimento, pois, demonstrou um aumento considerável de processos sem julgamento representando 33,31%, o que reflete os dados obtidos anteriormente, com a diminuição de processos julgados, os processos pendentes de julgamentos aumentaram em 33,31%.

4.2.6 Assuntos mais Recorrentes do TRT

Assuntos mais recorrente do TRT da 13ª Região	
1ª Lugar	Honorários na Justiça do Trabalho
2ª Lugar	Multa de 40% do FGTS
3ª Lugar	Aviso Prévio
4ª Lugar	Multa do Artigo 477 da CLT
5ª Lugar	Férias Proporcionais

Quadro 14: Assuntos mais Recorrente do TRT

Fonte: (ADAPTADO DO TST, p.103, 2022)

No quadro 14, refere-se os assuntos mais recorrentes no qual o órgão do TRT da Paraíba recebe mais processos com relação aos assuntos abordados acima.

4.3 REGISTRO DE PERITOS NOMEADOS NO TRT DA 13ª REGIÃO

Neste tópico, foi identificado o quantitativo de peritos nomeados nos anos de 2020, 2021 e 2022, pelo sistema AJ-JT – Disponível no site do Tribunal Regional 13ª Região, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quantidade de peritos nomeados no Tribunal Regional da Paraíba			
	2020	2021	2022
Total	27	1632	2394
		59,44%	46,69%

Quadro 15: Lista de peritos nomeados no Tribunal Regional da Paraíba

Fonte: (ELABORAÇÃO PRÓPRIA, 2024)

No quadro 15, analisou-se na lista de peritos judiciais trabalhistas nomeados por ano pelo TRT. Para obter esse resultado total, observou-se por período de janeiro a dezembro no Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho.

Observa-se que no ano de 2021, houve um aumento considerável de perito atuando na 13ª Região do TRT. Verificou-se que embora no ano de 2022 não houve

a mesma proporção de crescimento, mas cresceu, significativamente comparado ao ano de 2020, o crescimento foi considerável.

Constata-se a cada período do ano, que a quantidade de nomeados, reflete a necessidade do TRT em solucionar as causas trabalhistas por meio dos peritos judiciais.

Em relação aos peritos contadores cadastrados no TRT, o quadro 16 apresenta o seguinte resultado:

Peritos cadastrados como contador no Tribunal Regional da Paraíba	
Profissão	Total
Contador	656

Quadro 16: Lista de perito Contábil Cadastrado no Tribunal Regional da Paraíba

Fonte: (ELABORAÇÃO PRÓPRIA, 2024)

No quadro 16, coletou-se o total de peritos referentes a profissão de contadores cadastrados no Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho, para atuação como perito contábil no TRT da Paraíba.

De acordo com os dados obtidos, observa-se que a quantidade de contadores cadastrados é consideravelmente pequena em relação a demanda de trabalhos do TRT e dos processos pendentes de julgamentos. Esse resultado reflete a quantidade de profissionais de áreas distintas desenvolvendo trabalhos periciais. Além de demonstrar para os atuais e futuros profissionais da área contábil um campo vasto a ser explorado, com excelentes oportunidades, tanto profissionais como para a sociedade de uma maneira geral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo traz como objetivo geral analisar os requisitos para atuação no mercado da perícia contábil trabalhista da 13ª região do Tribunal Regional do Trabalho. Atingindo esse objetivo, esse estudo poderá dar publicidade aos diversos profissionais que podem atuar como perito contábil. A questão de pesquisa foi: Quais os requisitos para atuação no mercado do perito contábil trabalhista da 13ª região do TRT? Em busca de responder essa questão apresentada, foi realizado um levantamento de dados, que possibilitou responder os objetivos geral e específicos deste artigo de forma efetiva.

Sendo assim, a fim de identificar os requisitos para atuação como perito contábil trabalhista e o seu processo de nomeação, foi apresentado nas figuras 01, 02 e 03 e nos quadros do 04 ao 09, o passo a passo para o cadastramento no Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho AJ/JT. Observou-se que para atender aos requisitos o candidato precisa ser credenciado através do endereço eletrônico como mencionado anteriormente. Além disso, precisa ser nomeado pelo magistrado, através do sorteio no sistema AJ/JT, de acordo com as necessidades presentes, e aguardar a resposta pelo portal Judiciário.

Para demonstrar a quantidade de peritos contadores nomeados na 13ª Região do TRT, foi verificado que embora no ano de 2022 não houve a mesma proporção de crescimento em relação ao ano de 2021, mas esse cresceu, significativamente comparado ao ano de 2020 a quantidade de peritos cadastrados, conforme apresentado no quadro 15. Logo, a quantidade de nomeados, reflete a

necessidade demandada pelo TRT em solucionar as causas trabalhistas por meio do auxílio dos peritos judiciais

Em busca de identificar a quantidades de contadores habilitados na 13ª região do TRT, em pesquisa realizada no Sistema AJ/JT, foi apresentado no quadro 16 o total de 656 cadastros. O que demonstra um quantitativo pequeno, comparado a quantidade de processos existentes. Com base, nesse quantitativo é possível verificar que a demanda de profissionais contadores é menor em relação a quantidade de processos disponíveis, isso mostra um mercado amplo para que mais contadores possam atuar.

Apresentar os assuntos mais recorrentes das causas trabalhistas da 13ª Região do TRT, observou-se a demanda dos processos recebidos, julgados, e os pendentes das ações judiciais trabalhistas no ano de 2020, 2021 e 2022. Onde apresentou-se os dados satisfatórios. Em cada ano base, foi visto um crescimento, principalmente nos processos recebidos, nota-se que o aumento de processos no período analisado demonstra um campo de trabalho promissor para o profissional contábil.

Já em relação aos processos julgados, identificou-se ações judiciais trabalhistas que foram concluídas, ou seja, que tiveram um resultado final. Verificou-se que os números de processos a cada ano tiveram um aumento significativo também, considerando o trabalho técnico especializado para o fim a que se destina, o profissional necessita de tempo para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

As informações foram extraídas do Relatório Geral da Justiça do trabalho do ano 2022. Além disso, também foi analisada a demanda dos processos pendentes. No ano de 2022, apresentou-se um aumento de aproximadamente 33,31% de processos pendentes de julgamentos, tais processos que deixaram de ser julgados podem ter sido pela ausência de um profissional para auxiliar na elucidação dos fatos, comprometendo os trâmites dos processos em tempo hábil para as partes envolvidas no mesmo.

E para acrescentar nesse direcionamento dos tipos de processos, foram elencados os assuntos mais recorrentes, entre os quais se destacaram: Honorários na Justiça do Trabalho, a Multa de 40% do FGTS, a multa do artigo 477 da (CLT) e férias proporcionais.

As limitações do estudo foram a ausência de informações relacionadas a quantidade de contadores cadastrados por ano, informação essas não disponibilizadas.

Como sugestão de pesquisas futuras sugere-se: Identificar a quantidade de processos analisados pelos contadores por ano.

Conclui-se então, que os requisitos apresentados neste trabalho trazem informações relevantes para os profissionais contábeis, e para os estudantes do curso de ciências contábeis, ao apresentar instruções e dados que podem ser poucos conhecidos por esses especialistas, sobretudo no que se refere aos requisitos para atuação como perito trabalhista, por meio do passo a passo do cadastramento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR Luis,J. 2011. **Planejamento e procedimentos para fixação dos honorários do perito judicial. Revista mineira de contabilidade.** Disponível em: Planejamento e procedimentos para fixação dos honorários do perito judicial | Revista Mineira de Contabilidade (emnuvens.com.br) Acesso em: 16 mar. 2024.

AGUIAR, J. L., Cabral, G. V., Silva, R. C. D., & Silva, A. T. (2006). **Honorários do perito judicial. Pensar contábil.** Disponível em: [honorários do perito judicial | Aguiar | Pensar Contábil \(atena.org.br\)](#). Acesso em 20 de maio. 2024.

ALVES, Aline; FERREIRA, Danielle R N.; BONHO, Fabiana T.; et al. **Perícia Contábil I.** [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595021518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021518/>. Acesso em: 01 mai. 2024.

BANDEIRA, Leonardo dos santos - **Perícia contábil: O desenvolvimento de um conceito. ed: pensar contábil.** 2021. Disponível em: Portable Document Format (PDF) (atena.org.br). Acesso 15 mar. 2024.

BATISTA, Israel Carlos Antero; FERNANDES, Tatiana Falcão de Souza; BRITO, Cleber Soares de. **Perícia Contábil: Cenário Regional Brasileiro Da Profissão Para Cumprimento Das Execuções Judiciais Trabalhista.** 2023. 33 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Uniesp, João Pessoa, 2023.

BRASIL. **Consolidação das leis do trabalho: CLT e normas correlatas. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [L13467 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 02 de abril. 2024.

BRASIL. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos.** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Brasília, DF; Presidência da República. Disponível em: [L14133 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em: 22 de maio. 2024.

BRASIL. **Regulamenta o art.79 da lei nº14.133, de 1º de abril de 2021.** Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024. Brasília, DF; Presidência da República. Disponível em [D11878 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso de 22 de maio. 2024.

CARVALHO Silva, G., ATHAYDE Matias, M. (2016). Perícia Contábil: a visão dos contadores mineiros sobre os requisitos necessários, as atribuições e o campo de

atuação da área. **Revista Mineira De Contabilidade**, 2(42), 28–35. Disponível em <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/319>. Acesso 20 de Maio. 2024.

CODIGO DO PROCESSO CIVIL. Lei nº13.105 de março de 2015. **Das normas Fundamentais e da aplicação das normas processuais**. Artº 465. Disponível em: [L13105 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2015/03/lei13105.htm). Acesso 20 de maio. 2024.

CONSELHO FEDERAL DA CONTABILIDADE. **Resolução cfc nº1243, de 18 de dezembro de 2009**. Brasília: presidência do CFC. Disponível em: RES_858.pdf (cfc.org.br). Acesso em 12 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – **Normas Brasileira de Contabilidade NBC PP 01**. Brasília: presidência do CFC, 2016. Disponível em: NBC_PP_01.pdf (cfc.org.br). Acesso 10 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – **Normas Brasileira de Contabilidade NBC TP 01 (R1)**. Brasília: presidência do CFC, 2020. Disponível em: [NBCTP01\(R1\).pdf \(cfc.org.br\)](https://www.cfc.org.br/contabilidade/normas/nbc-tp-01-r1). Acesso 15 de abril.2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – **Normas Brasileira de Contabilidade, revisão NBC 02 de 22 de novembro de 2018**. Brasília: presidência do CFC, 2018. Disponível em: [REVISAO NBC02.pdf \(cfc.org.br\)](https://www.cfc.org.br/contabilidade/normas/nbc-02). Acesso 15 de abril.2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE- **Normas Brasileira de Contabilidade NBC PP 02**. Brasília: presidência do CFC, 2016. Disponível em: [NBCPP02.pdf \(cfc.org.br\)](https://www.cfc.org.br/contabilidade/normas/nbc-pp-02). Acesso de 16 de abril. 2024.

CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA. **Tribunais Superiores: Quais são? E o que fazem?** Jusbrasil, 2012. Disponível em: Tribunais Superiores: Quais são? O que fazem? | Jusbrasil Acesso em: 22 mar 2024.

CREPALDI, Silvio. **Manual da perícia contábil**. 1º ed: Saraiva educação: São paulo, 2019. Disponível em; Manual de perícia contábil - Silvio Crepaldi - Google Livros Acesso em 15 mar. 2024.

DIAS, Stefany De Oliveira; GOMES borges, W. FERREIRA De Carvalho, L.; REINA, D.; BORGES Ribeiro, R. Percepções sobre a carreira na perícia contábil entre graduandos em contabilidade de uma instituição federal de ensino superior e um perito atuante no mercado de trabalho. 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/31038>. Acesso 20 de maio. 2024.

ESTRELA, Carlos. **Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa**. (Métodos de pesquisa). Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788536702742. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536702742/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FERREIRA, Adriana; A. Lucia; R. A; Santana. V. Cavalcante **A profissão de perito contábil e sua importância no campo da contabilidade**. 2017. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170705174137.pdf. Acesso em 12 mar. 2024.

FERREIRA, Adriano de Assis. **Resumo da organização da Justiça do Trabalho**. Portal direito, 2023. Disponível em: <https://direito.legal/resumo-da-organizacao-da-justica-do-trabalho/>. Acesso em 02 de abril de 2024.

GHISI, Larissa Garcia. **Perícia contábil trabalhista: A importância do perito na justiça do trabalho**. 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2675/1/Larissa%20Garcia%20Ghisi.pdf> Acesso 20 mar. 2024.

LAKATOS, Eva M. **Metodologia do Trabalho Científico**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026559. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

LIMA, Jairo Silva; ARAUJO, FJ de. **O mercado de trabalho da perícia contábil**. Disponível em: Microsoft Word - 150.doc (aguiaerperito.com.br) In: 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Anais do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, Gramado/RS. 2008. Acesso em: 18 mar. 2024.

MACHADO, Denisia Perpetua Socorro Silva. **O papel do perito contador na justiça do trabalho**. Estudo de caso. 2014. Disponível em: <https://dspace.doctum.edu.br/handle/123456789/2723>. Acesso 15 de abril. 2024.

MAIATO, Gabriela Mendes. **Perito contador: os procedimentos adotados nos cálculos de liquidação de sentença trabalhista**. 2020 Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/8035>. Acesso 25 Mar de 2024.

MARTINS, Sergio P. **Prática trabalhista**. Editora Saraiva, 2023. *E-book*. ISBN 9786553624344. Disponível em: <https://www.verbojuridico.com.br/intensivos/ead/upload/Cursos/manual8aedicaosumario.pdf>. Acesso 25 Mar de 2024.

MIRANDA, Izabela. **Perícia contábil: entenda o conceito e os tipos existentes** **Perícia**. Portal contábil. 2021. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/47911/pericia-contabil-entenda-o-conceito-e-os-tipos-existentis/>. Acesso 22 de mar. 2024.

MOREIRA, Simone Alves; NEVES JR, Idalberto José das. **Estágio de perícia contábil e arbitragem na própria instituição: estudo sobre as práticas de estágio a partir da avaliação de reação de discentes do curso de ciências contábeis da UCB**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2011. Disponível em: https://www.itcp.com.br/_materiais/1138_12_20120506_081201.pdf. Acesso 29 de maio. 2024.

MULLER, Aderbal N. **Perícia contábil**. SRV Editora LTDA, 2017. E-book. ISBN 9788547219888. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219888/>. Acesso em: 21 mai. 2024.

NADAL, Guilherme Amaral. **Justiça do Trabalho: o que é e qual a sua importância?** Politize. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/justica-do-trabalho/>. Acesso 02 de abril. 2024.

PASSOS, Cleide Rodrigues de Oliveira; DA ROCHA, Luis Fernando; DE LAMES, Edilei Rodrigues. **Perícia Contábil Trabalhista: A utilidade do programa PJE-Calc nos processos trabalhistas.** 2022. XIX SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos22/3253344.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

PORTAL JUDICIARIO. **SIGEO.** 2024. Disponível em: <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>. Acesso em: 03 jun. 2024.

RAMOS, Sirlei Aparecida; BIAGI, Victoria Santos. **Perícia contábil trabalhista.** São Paulo. 2022, Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/11373>. Acesso 16 mar. 2024.

RECH, Mateus Zaluski. **Mapeamento das competências necessárias para o desenvolvimento do trabalho em um escritório de perícia contábil.** 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187546>. Acesso mar de 2024.

SA, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil.** [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597022124. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022124/>. Acesso em: 20 de maio. 2024.

SOUZA PEDROSO, Júlia; DA SILVA, Kauana Soares; DOS SANTOS, Laiza Padilha. **Pesquisa descritiva e pesquisa prescritiva.** JICEX, v. 9, n. 9, 2017. Disponível em: <https://unisantacruz.edu.br/revistas-old/index.php/JICEX/article/view/2604>.

SOUZA, R. B. L. PRATES, ARIEL. **Aspectos da produção científica nacional em Perícia Contábil entre 1999 e 2016: análise bibliográfica de artigos publicados nos principais periódicos e anais de congressos.** In: Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2017. p. 17-18.

TRT DA 13ª REGIÃO DA PB. **Edital Permanente de Credenciamento de Peritos, Tradutores e Interpretes.** N°001/200. Disponível em: <https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/2020/10/2020/10/peritos-podem-se-cadastrar-na-justica-do-trabalho/edital-de-cadastramento-de-peritos.pdf>. Acesso 28 de mar. 2024.

TRT DA 13ª REGIÃO DA PB. **Legislação.** Paraíba, 2019. Disponível em: <https://www.trt13.jus.br/institucional/orgaos>. Acesso 30 de mar.2024.

TRT DA 13ª REGIÃO DA PB. **Peritos.** Paraíba, 2022. Disponível em: <https://www.trt13.jus.br/institucional/corregedoria/peritos>. Acesso 30 de mar.2024

TST. **Relatório geral da justiça do trabalho 2022**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/web/estatistica/jt/relatorio-geral>. Acesso 10 mar.2024.